

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ARNOR DA SILVA RIBEIRO

**Mundos de Silvino Jacques: terra, banditismo rural, poder e sociedade na
Fronteira Oeste do Brasil (1929-1939)**

Versão corrigida

São Paulo

2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Mundos de Silvino Jacques: terra, banditismo rural, poder e sociedade na
Fronteira Oeste do Brasil (1929-1939)**

Arnor da Silva Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de mestre em história.

Orientadora: professora doutora Zilda Márcia Gricoli Iokoi

Versão corrigida

São Paulo

2011

Dedico este estudo à minha sobrinha-neta Luna Heloísa, a *Lindinha*; a meu sobrinho-neto João Vinícius, a quem chamo cariosamente de *João Chorão*; à minha mãe Alvina; e à minha companheira Nilda, pessoas fundamentais em minha vida.

AGRADEÇO à professora doutora Zilda Márcia Grícoli Iokoi, minha orientadora, pela sua percepção crítica, insistência e perseverança na construção desta dissertação.

Estendo meus agradecimentos à professora doutora Eliany Salvatierra Machado, minha amiga, que me incentivou a fazer o mestrado, ao professor doutor Rodrigo Ricúpero, às professoras doutoras Raquel Glezer e Vera Lúcia Amaral Ferlini por terem me ajudado a encontrar a linha de pesquisa na qual se encaixou meu estudo, à professora doutora Maria do Carmo Brazil, quem me deu valiosa contribuição na montagem da primeira versão do projeto, a meu amigo professor doutor Mauro César Silveira, quem me deu importantes dicas que propiciaram minha inserção nos caminhos da História enquanto ciência, ao professor doutor Valmir Batista Corrêa, o qual me permitiu acesso à sua valiosa biblioteca, o que ajudou muito durante a investigação para escritura desta dissertação.

À professora doutora Elizabeth Cancelli e ao professor doutor Renato da Silva Queiroz agradeço pelas preciosas críticas durante a qualificação, que me propiciaram a ampliação de horizontes enquanto pesquisador.

Agradecimentos também ao meu amigo, professor mestre José Moacir de Aquino, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), por ter me emprestado obras dessa instituição, que me possibilitaram o enriquecimento de minha bibliografia, e ao escritor Brígido Ibanhes, outro grande amigo que pacientemente deu importantíssimas colaborações com fontes e seu conhecimento sobre o tema pesquisado.

RESUMO

A trajetória de Silvino Jacques e o contexto histórico do qual fez parte são a razão deste estudo. Da Fronteira Oeste no Estado do Rio Grande do Sul, onde começou a agir como proscrito, à sua atuação na Fronteira Oeste na parte Sul de Mato Grosso, Jacques, eliminado em 1939, incorporou *mundos* controversos nos quais se inserem sua conduta legalista no combate ao Movimento Constitucionalista de 1932, seus contatos com os revolucionários do movimento comunista de 1935 e suas práticas fora dos parâmetros legais do Estado Nacional. A abordagem considera aspectos fundiários, coronelismo, campesinato e suas vertentes política, social e econômica à época em que o governo federal visava centralizar a violência no combate a bandidos, bandoleiros e revolucionários. O período estudado, 1929-1939, corresponde a um Brasil que caminhava entre os mundos pré-capitalista e capitalista, com adequações e alterações, num ambiente que até então se caracterizava pela fragilidade das instituições e pelo mandonismo dos chefes paroquiais. Sobre a análise da estrutura fundiária do Sul do antigo Mato Grosso na década de 1930, Edward Palmer Thompson foi uma valiosa referência neste estudo. A *teoria do bandido social* criada por Eric J. Hobsbawm é aqui explicada de acordo com posicionamentos de pesquisadores que fizeram inserção crítica a partir daquela formulação hobsbawmiana. Enfocamos as rebeldias pré-organização política que se configuraram como os primeiros movimentos de contestação do poder estabelecido a serviço de interesses hegemônicos. Fizemos análise diferencial do comportamento considerado banditista na Fronteira Oeste em relação a outras partes do país, o cangaço no Sertão nordestino, por exemplo. Ressaltamos os propósitos do cangaço no Nordeste brasileiro em comparação com o banditismo na Fronteira Oeste.

Palavras-chave:

Silvino Jacques - banditismo - coronel - terra – fronteira - poder

ABSTRACT

The trajectory of Silvino Jacques and his historical context of which he made part are reason for this study. Outcast of the West Border, in the State of Rio Grande do Sul, where he started acting like an outlaw man for his role in West Border in the southern part of Mato Grosso, Jacques, eliminated in 1939, incorporated controversial worlds, in which inserts his conduct in the legalistic combat Constitutionalist Movement and practices outside the legal parameters of the Nation State. The approach considers aspects of land, political chiefs, peasantry and the political, social and economic practices, to the time when the federal government sought to centralize the violence in fighting bandits, brigands and revolutionaries. The study period is 1929-1939, corresponding to a Brazil which walked between the pre-capitalist and capitalist worlds, with adjustments and changes in an environment that until then was characterized by weak institutions and parish heads. On the analysis of the agrarian structure of the old South Mato Grosso in the 1930s, Edward Palmer Thompson was a valuable reference in this study. The theory of the social bandit, created by Eric J. Hobsbawm, was explained according to researchers who have made placements critical insertion from that hobsbawmiana formulation. We focus on the rebellions pre-political organization that constitute the first movements of contestation of the established power in the service of hegemonic interests. We analyzed the differential behavior in the practices attributed to the bandits in the West Border in relation to other parts of the country, banditry in the Northeast, for example. We emphasize the purposes of banditry in the Northeast of Brazil compared to banditry in the West Frontier.

Key-words:

Silvino Jacques - banditry - political chief - land - boundary - power

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
 Capítulo I	
A DIÁSPORA DE JACQUES: MIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E TERRA	11
1 FUGAS PELAS FRONTEIRAS PLATINAS	13
2 A TERRA “VAZIA”	42
2.1 CAPITAL ESTRANGEIRO NA TERRA DOS CORONÉIS	57
2.2 A FRONTEIRA TURNERIANA NO OESTE DO BRASIL	70
 Capítulo II	
MÚLTIPLAS FORMAS: BANDITISMO, “REVOLUÇÃO”, DIVISIONISMO, REGIONALISMO...	77
1 REVOLTA PAULISTA NO SUL DE MATO GROSSO:	
O VARGUISTA JACQUES E O CONSTITUCIONALISTA SALDANHA	78
1.1 A CULPA PELA DERROTA APONTA PARA UM GENERAL	94
1.2 ESTADO TEMPORÁRIO: MEANDROS DE UMA IDEIA SEPARATISTA	100
1.3 A CURTA VIDA DE UMA CONSTITUIÇÃO:	
CENTRALIZAÇÃO E CONTROLE	109
2 DE ALIADO A INIMIGO: O JOGO POLÍTICO DO VARGUISMO	111
3 CONTROLE GEOPOLÍTICO	121
3.1 MILÍCIAS À BUSCA DE JACQUES	128
 Capítulo III	
TEMPOS E CONTEXTOS: REBELDIA PRIMITIVA E AÇÃO POLÍTICA	138
1 BANDITISMO SOCIAL: UM DILEMA EPISTÊMICO?	139
2 ALIANÇAS TÁTICAS: COITEIROS, RELAÇÕES, LEVANTE COMUNISTA, CONSPIRAÇÃO E INTERESSES	163

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
FONTES.....	204
BIBLIOGRAFIA.....	207
ANEXOS.....	218
ANEXO A - Registro de nascimento de Silvino Jacques.....	219
ANEXO B - Certidão de Silvino Jacques.....	220
ANEXO C - Certidão de Miguel Jacques, irmão de Silvino Jacques.....	221
ANEXO D – Direitos autorais.....	222
ANEXO E – Décima gaúcha de Sylvino Jacques.....	223
ANEXO F – Informações enviadas pelo escritor Brígido Ibanhes.....	239
ANEXO G – Instruções de Borges de Medeiros aos brigadianos.....	240
ANEXO H – O governo popular nacional revolucionário e as tarefas do partido.....	241
ANEXO I - Informe Mato Grosso.....	253
ANEXO J – Carta de Prestes a Agrícola.....	258
ANEXO K – Fotos e informações da Polícia de Minas Gerais.....	260
ANEXO L - Carta-poesia escrita por Silvino Jacques, quando ele estava preso em Porto Alegre na Casa de Correção, e remetida à esposa Jandira Pinheiro (Zanir).....	262
ANEXO M - Comunicado do tenente-coronel Paulo do Nascimento Silva ao sr.1º ten. Canello Santiago.....	263
ANEXO N – Ordem ao ten. Canelo.....	264
ANEXO O – Os arrendamentos da Matte Laranjeira	266
ANEXO P – Colagem dos retratos de Francisco Mendes Gonçalves, Thomaz Laranjeira e Francisco Murtinho sobre papel.....	276
ANEXO Q - Informações sobre a Matte Laranjeira.....	277
ANEXO R -.Mineiro (trabalhador dos ervais) carregando raído com cerca de 180 quilos.....	278
ANEXO S - Carta do Capitão Heitor Mendes Gonçalves, [da Matte Laranjeira], ao Dr. Oswaldo Aranha.....	279

INTRODUÇÃO

A pesquisa que resultou nesta dissertação se insere no contexto imediatamente pós-República Velha – período marcado pela redução e controle do poder paroquial, além do banditismo rural num Brasil que era marcado pela força política das oligárquicas tradicionais. Fazemos uma breve descrição do cangaço no Nordeste brasileiro, diferenciando-o da ação de bandos em outras regiões do País. Nosso estudo se centra no banditismo rural no Sul do antigo Mato Grosso – hoje Mato Grosso do Sul –, mais especificamente na fronteira Brasil-Paraguai. O estudo tem recorte de tempo que vai de 1929 a 1939.

O ponto de partida é Silvino Hermiro Jacques (1906-1939), um gaúcho que, a exemplo de outras pessoas do Rio Grande do Sul, migrou para o Sul do Grande Mato Grosso, na primeira metade do século XX. Em Mato Grosso, consolidou sua atividade de bandoleiro. Trata-se de um trabalho que seguiu os passos de Eric J. Hobsbawm e de Edward Palmer Thompson, tendo como eixo uma história social dos rebeldes primitivos. Jacques é o ponto inicial para uma análise histórica do poder, da sociedade e da terra na Fronteira Oeste do Brasil, onde o confronto entre a política varguista de nacionalizar áreas fronteiriças e as facções político-econômicas regionais predominou na década de 1930. As trovas de Jacques em *Décima gaúcha*, obra na qual relata suas tropelias no Rio Grande do Sul, nos propiciaram entrar no universo desse personagem multifacetado.

Os estudos históricos sobre banditismo na Fronteira Oeste são poucos. Considerando-se características diferenciadas de outras partes do Brasil, pelo aspecto fronteiriço, percebemos a necessidade de pesquisar sobre um fenômeno ainda pouco prospectado pela historiografia no Centro-Oeste: o banditismo em sociedades que na primeira metade do século XX se inseriam, de certa forma, no sistema capitalista e capitalista inconcluso.

Nesta dissertação, o *bandido social* é analisado à luz de investigações instigadas a partir da definição de Hobsbawm e outros estudos feitos por pesquisadores do assunto, como Anton Blok, Norberto Ferreras, Richard Slatta, Peter Singelmann, Billy Jaynes Chandler, Linda Lewin, Pat O'Malley, Richard White, Paul J. Vanderwood, Giannes Koliopoulos, Paul Sant Cassia e Christopher Birkbeck, além das críticas de David Pryce-Jones e, no caso do cangaço, observações de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Especificamente sobre o Sul do antigo Mato Grosso, apoiamo-nos em Brígido Ibanhes e Valmir Batista Corrêa.

O espaço geográfico dessa obra insere-se na parte sul da Fronteira Oeste (nos limites com o Paraguai). Tal localização deu um contorno diferenciado a esta pesquisa histórica – uma tarefa acadêmica que foi altamente importante, no sentido de se preocupar em entender a sociedade, a cultura e a política no espaço fronteiriço.

Este estudo extrapola a figura de Silvino Jacques que, assim como outras pessoas de seu tempo, viviam numa região onde se ligam ingredientes de internacionalidade, nacionalidade e regionalidade. Priorizamos a *história vista de baixo*. Entendemos que não é possível analisar historicamente uma sociedade em um recorte de tempo sem se preocupar com a micro-história, aquela do cotidiano, cujas pessoas são denominadas, erroneamente, de “*commons*”.

No período de análise documental e bibliográfica comprovou-se que Silvino Jacques não era um bandido social na acepção hobsbawmiana. Porém era independente. Embora mantivesse contatos com oligarquias rurais, ele não foi suporte na manutenção de uma estrutura marcada pelo mando dos *coronéis*. Era extremamente pragmático. Suas alianças eram circunstanciais, ou seja, de acordo com os interesses dele e de seu bando. Também refutamos a ideia de que a personalidade dele como bandoleiro começou a ser construída no ambiente sociopolítico do Mato Grosso meridional. Jacques deu seus primeiros passos como proscrito no Rio Grande do Sul, estado onde nasceu e inspirou-se no protótipo do gaúcho valente, guerreiro, sempre se representando como tal, tanto ele como os integrantes de seu grupo. No Centro-Oeste ele atingiu o ápice como bandoleiro. Mas não só como bandoleiro. Ele era comerciante, retratista, trabalhou como chofer e foi integrante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Jacques era o tipo de proscrito que tinha uma referência: a família que morava em Porteirias, hoje município de Caracol, em Mato Grosso do Sul, fronteira Brasil-Paraguai. Nas práticas de Jacques havia um intuito político, mas não no sentido de uma macropolítica. As ações dele e de seu bando podem ser consideradas como políticas à medida que usavam o poder localizado em benefício próprio, seja por negociação, seja por meio de ações violentas.

No campo tipicamente metodológico realizamos pesquisa qualitativa. Tivemos a preocupação de interpretar os conteúdos de jornais, documentos públicos e particulares, fazendo isso de acordo com a delimitação do tema Silvino Jacques, a partir de análise e citação de obras sobre o tema.

Nos três capítulos desta dissertação busca-se inserir o personagem histórico Jacques em contextos relacionados à fronteira, terra, coronelismo e à rebeldia que transgride condutas legitimadas pelos aparatos ideológico, político e jurídico do Estado Nacional.

No capítulo I, expomos a cruzada de Jacques, desde a Fronteira Oeste no Rio Grande do Sul, passando por Argentina e Paraguai, até ele se estabelecer em outra parte dos limites do Brasil a oeste, no Sul de Mato Grosso, com o codinome Valdemar Pereira. Ensejamos migração, colonização e terra.

As oscilações políticas de Jacques e Getúlio Vargas fazem parte das narrativas e análises históricas do capítulo II. De aliado do poder central, Jacques se torna um perseguido das forças repressivas oficiais e das milícias. As incursões de Jacques como bandoleiro também são relatadas nessa seção.

O capítulo III abarca o banditismo social formulado por Hobsbawm, as relações de produção no ambiente rural brasileiro no século XIX e nas três primeiras décadas do XX, sempre buscando articular a atuação de Silvino Jacques às práticas políticas e socioeconômicas, à fronteira, ao cenário histórico nacional e à conturbada e efêmera adesão dele ao movimento comunista de 1935. Nas considerações finais, interpretamos os *mundos* de Silvino Jacques.

Nesta pesquisa uma de nossas fontes foi a *Décima gaúcha*, do próprio Silvino Jacques. O aspecto coloquial da escrita dessa obra poética foi mantido nas citações diretas. Preferimos transcrever literalmente, tal como estavam escritos, os versos, buscando nos aproximar à oralidade. Adotamos o mesmo procedimento em transcrições das falas de pessoas da região onde Jacques atuava em Mato Grosso do Sul.

Capítulo I

A DIÁSPORA DE JACQUES: MIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E TERRA

Do Rio Grande do Sul ao Sul de Mato Grosso. O universo do gaúcho-sul-mato-grossense Silvino Hermiro Jacques abriga um mosaico de práticas que não insere propriamente no sistema capitalista tal como pensamos atualmente. O entendimento e a compreensão das relações de produção historicamente construídas no meio rural brasileiro são igualmente necessários neste capítulo, porque nelas há componentes que nos possibilitam estudar o banditismo, não de forma isolada, mas em conexão com as práticas sociais e políticas em seus tempos.

O contexto no qual viveu Silvino Jacques se insere no tempo histórico considerado por Eric. J. Hobsbawm como o dos rebeldes primitivos, cuja forma de expressão ainda não se constituía em organizações modernas, sendo representada como típica da fase de pré-organização política, em meios que se caracterizavam como pré-capitalistas ou capitalistas inconclusos. Nesses *cosmos*, Jacques ousava zombar de seus perseguidores, satirizando-os em versos musicados. Seu lócus era a Fronteira Oeste do Brasil, incluindo o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso meridional, atual Mato Grosso do Sul. Na faixa mato-grossense da Fronteira Oeste, principalmente no município de Caracol,¹ além de outras duas municipalidades – Bela Vista e Porto Murtinho² (ver mapas na próxima folha) –, Silvino tenta mudar de vida, assumindo o codinome Valdemar Pereira.

¹ Caracol foi instituído *município* em 1963 e implantado como tal em 1965, desmembrado do município de Bela Vista. Em 1914, Caracol foi considerado *distrito*. Dados de dezembro de 1936 e dezembro 1937 apontam o distrito de Caracol como pertencente ao município de Bela Vista e assim permaneceu até a primeira metade da década de 1960. Ver “Caracol – Mato Grosso do Sul – MS: histórico”, disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/caracol.pdf>>, acessado em 6 fev. 2011. O escritor Brígido Ibanhes, em seu livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* (1986), no contexto dos anos 1930, refere-se à localidade como “Vila de Porteiras”, ou só “Porteiras”.

² Os três municípios brasileiros na fronteira fluvial com a República do Paraguai – Porto Murtinho, rios Paraguai e Apa; Caracol e Bela Vista, esses dois apenas o Apa – localizavam-se no Sul do antigo Mato Grosso, hoje Estado de Mato Grosso do Sul.

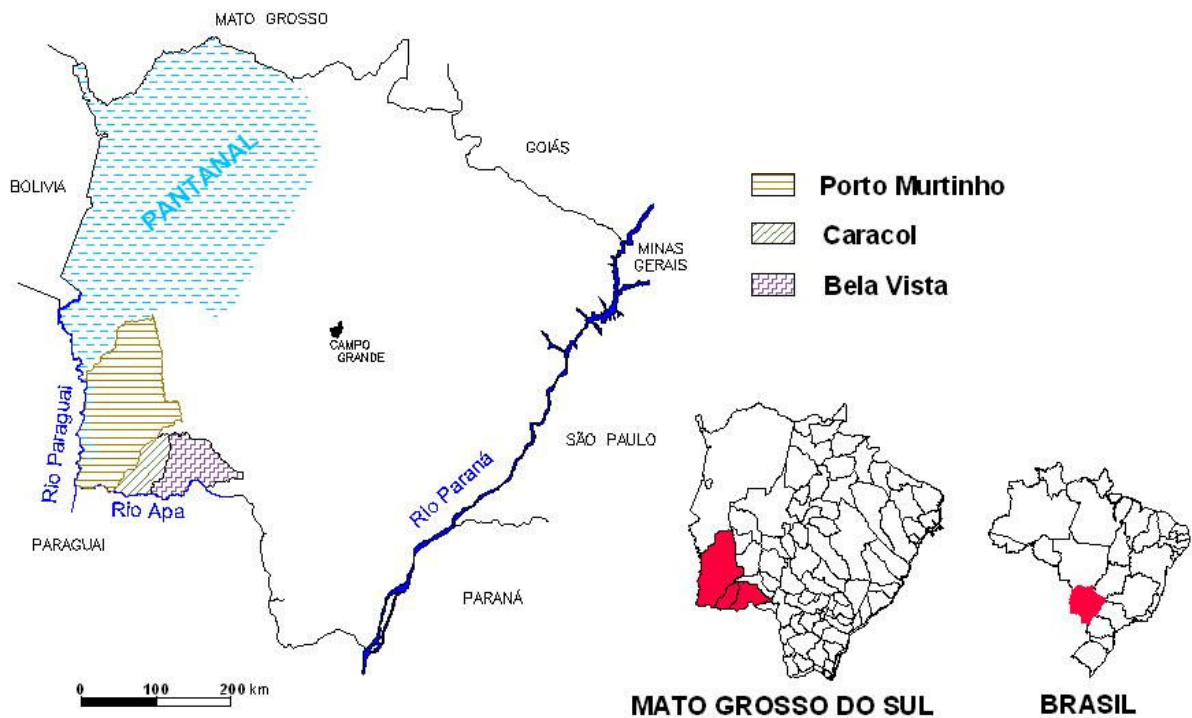


Ilustração: Celso Rubens Smaniotto – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), out. 2009.

No primeiro mapa (esquerda para direita), de acordo com a atual divisão político-administrativa de Mato Grosso do Sul, a região onde Silvino Jacques e seu grupo agiam com mais intensidade nos anos 1930, na Fronteira Oeste: municípios de Porto Murinho, Caracol e Bela Vista.

As relações e contradições entre propriedade, poder local e banditismo rural, assuntos analisados a partir da trajetória de Silvino Jacques, são enfocadas nesta seção. Referenciamos nossa análise nos estudos realizados por E. P. Thompson, Richard W. Slatta, Alberto Passos Guimarães, José de Souza Martins e, no plano regional (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), em Brígido Ibanhes e Valmir Batista Corrêa, para observar as violentas formas de institucionalização da grande propriedade privada no desenvolvimento do capitalismo e nas práticas rentistas ainda presentes na estrutura fundiária brasileira. A legitimação do latifúndio faz parte desse processo.

Ao percorrermos os caminhos da expansão para oeste, caracterizamos essa fronteira como espaço do conflito e do confronto. A “terra livre”, na concepção turneriana, teoria explicativa da visão triunfante da frente de colonização do Oeste dos Estados Unidos, ressignificou-se no “espaço vazio” da Marcha para o Oeste, ou seja, a política de colonização do Estado Novo. Tanto a “terra livre” de Turner como o “vazio” proclamado pelo ditador Getúlio Vargas ignoraram o outro lado da relação, ou seja, os diferentes, os expropriados, desrespeitados em seu modo de ser e ver o mundo.

1 FUGAS PELAS FRONTEIRAS PLATINAS

Durante andanças pela Fronteira Oeste no Sul do antigo Mato Grosso, Guimarães Rosa ouvia histórias que ainda hoje reavivam a trajetória de um homem. O escritor ouvia lamentações, tristezas, tormentos, ecos de um fazedor de mortos na área limítrofe entre Brasil e Paraguai, em cidadezinhas *quase urbanas*, que de tão miúdas desapareciam num abrir-e-fechar de olhos dos *andantes*. Lugares de nacionalidades imbricadas, brasileiros, paraguaios, índios, *brasilguaios*. “A cidade se atravessava nos três minutos, com um olhar para a casa que foi do matador de gente Silvino Jacques, por causa de quem ainda há mulheres de luto, das duas bandas.”³

A fronteira, em suas dimensões cultural, simbólica e geopolítica, tornou-se um traço marcante na vida de Silvino Jacques. Como trovador, ele se autoidentificava como um fronteiro que não fala mal de sua terra.

Sou natural da fronteira.
Do Rio Grande estimado.
Criei-me como um gaúcho
De pingo bem encilhado,
Sempre alegre e altaneiro,
Sem maldizer meu estado.⁴

Jacques foi escritor de parte de sua própria história, quando ele e seus amigos fugiam da polícia no Rio Grande do Sul. Épica, retórica e eloquentemente se autoversejou. Os versos acima fazem parte de sua *Décima gaúcha*, “obra literária com 20 páginas, mimeografada particularmente em 1980 – São Paulo – SP”⁵, que foi registrada 41 anos após sua morte em terras da Fronteira Oeste sul-mato-grossense. “O registro foi requerido por Ildorilda Jacques Perrupato [filha de Silvino] através de sua procuradora Maria Oraides Jacques de Miranda.”⁶ Por

³ João Guimarães ROSA, *Ave, palavra*, p. 47. Quando usa a expressão “das duas bandas”, Rosa está se referindo às cidades de Bela Vista e Bella Vista Norte (Paraguai), respectivamente localizadas no Brasil (Estado de Mato Grosso do Sul) e no Paraguai, ambas na fronteira. A casa da Bela Vista brasileira citada pelo mineiro Rosa, de acordo com o escritor Brígido Ibanhes no livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, quinta edição, 2007, foi onde Jandira Pinheiro, a Zanir, esposa de Silvino, “[...] por muito tempo, exerceu a profissão da cabeleireira” (p. 241). Jacques ficou pouco tempo em Bela Vista, de onde seguiu para uma localidade conhecida como Porteiras, hoje município de Caracol, vizinho a Bela Vista. Em Porteiras, ele, Zanir e a filha Ildorilda Jacques Perrupato moraram numa chácara.

⁴ Silvino JACQUES, *Décima gaúcha*, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 15.

⁵ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Biblioteca Nacional, *Direitos Autorais*, folha 215 do livro n. 18, registro sob o n. 25.325, 16 dez. 1980.

⁶ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Biblioteca Nacional, *Direitos Autorais*, folha 215 do livro n. 18, registro sob o n. 25.325, 16 dez. 1980.

meio da oralidade e do cordel, a trova de Jacques tornou-se conhecida em regiões fronteiriças no Sul e Centro-Oeste do Brasil, respectivamente municípios do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul.

Ainda não se tem conhecimento de dados documentais que mostrem onde e quando exatamente Silvino Jacques escreveu *Décima gaúcha*. Pela atribulada vida de proscrito, conjectura-se que e ele só teria um lugar onde minimamente pudesse colocar sua trova num papel: a cadeia. “Supõe-se que a *Decima Gaúcha*⁷ tenha sido escrita na prisão.”⁸

Rebento do então distrito de Camaquã,⁹ no município de São Borja (RS), filho de Leão Pedro Jacques e Máxima de Sant’Anna Jacques, Silvino nasceu dia 17 de fevereiro de 1906.¹⁰

Embora tenha ido para o Rio de Janeiro, foi em São Borja, na adolescência, que terminou o ginasial.¹¹ Transitou dentro e fora dos marcos institucionais da legalidade. “Tendo estudado até os quinze anos de idade, concluiu o ginásio [...], mas, jovem arruaceiro, logo se envolveu em crimes [...], perdendo a nomeação que aguardava como fiscal de linha de trem.”¹² A vida acadêmica e o mundo pacato não fascinavam Jacques, que, após dar baixa da Brigada Militar, “[...] foi empregado pelo governo, ainda sem nomeação, como fiscal de linha de trem entre Santo Ângelo e Santa Rosa, cidades próximas ao rio Uruguai”,¹³ no Rio Grande do Sul, região da fronteira Brasil-Argentina.

⁷ Conforme a autora da dissertação *Silvino Jacques: entre fronteiras reais e imaginadas* (2008), Maria de Lourdes Gonçalves de Ibanhes, nota 1, f. 11, no exemplar a que ela teve acesso, as palavras que compõem o nome da obra de Silvino estão grafadas sem acento. A opção de Maria de Lourdes foi, então, colocar o título sem os respectivos acentos gráficos. A nossa opção foi escrever com acento, porque assim está grafado no certificado de direitos autorais emitido pela chefia da Seção de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional.

⁸ Maria de Lourdes Gonçalves de IBANHES, *Silvino Jacques: entre fronteiras reais e imaginadas*, f. 49.

⁹ O distrito de Camaquã, no município de São Borja, citado nesta dissertação, não tem relação territorial com o município de Camaquã, também no Rio Grande do Sul. Na primeira metade do século XX, mudou-se o nome do Camaquã de São Borja para Itaroquém, que em 1944 foi extinto e anexado ao distrito-sede do município de São Borja. Ver “São Borja. Rio Grande do Sul – RS”. *Histórico*, disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/saoborja.pdf>>, acessado em 25 out. 2010. No texto postado na Biblioteca do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a palavra “Itaroquem” (assim, sem acento gráfico) consta uma vez. No mesmo texto há três grafias de “Itaroquém” com acento gráfico. Nas certidões referentes aos nascimentos de Silvio Jacques e seu irmão Miguel Jacques o vocábulo está da seguinte forma: “Itaroquem”, assim mesmo, sem acento gráfico.

¹⁰ Certidão número 194, expedida de acordo com informações que constam no livro de Registros de Nascimentos número A-7, folha 154, do extinto Cartório do Itaroquém.

¹¹ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 15.

¹² Maria de Lourdes Gonçalves de IBANHES, *Silvino Jacques: entre fronteiras reais e imaginadas*, f. 19.

¹³ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 16.

As primeiras mortes no Rio Grande do Sul atribuídas a Silvino Jacques ocorreu na época em que ele, com 23 anos de idade, e seu primo Prudente d’Ornellas trabalhavam como ferroviários. No dia 25 de junho de 1929, com seu tio José Sant’Ana, d’Ornellas e Evilásio Jacques Ourique (outro primo), Jacques foi ao cabaré do Bolinha, que naquela época era a “Pensão do Bolinha”, no município de Santo Ângelo, para uma noitada, comemorar a já confirmada nomeação de Silvino como fiscal de linha¹⁴ férrea. Tentando despertar a atenção das mulheres daquele local, ele arrumou uma forma de ser percebido.

- Esta casa tem goteiras!?, perguntou enfaticamente.
- Não, replicou uma pessoa.
- Então agora tem, avisou, dando três tiros para cima.¹⁵

Jacques encontrou os antecedentes imediatos que o levaram a matar dois homens num confronto com a polícia, na fronteira gaúcha.

Eu e Prudente de Ornellas
 E meu tio José Sant’Ana
 Tomamos uma cerveja
 Na casa de gente mundana
 Mas isso na maior paz
 Pois a sorte sempre engana.
 [...]
 Eu disse aos meus companheiros,
 Mas isso de brincadeira
 Que no forro daquele prédio
 Eu ia abrir uma goteira
 Depois do furo aberto
 Aí que foi a porqueira.

A Patrulha ignorante
 Tentou me desarmar,
 Com modos tão agressivos
 Que eu não pude aturar.
 Nisto recebi um tiro.
 Vi-me obrigado a atirar.¹⁶

As vítimas tornaram-se personagens de mais uma estrofe da poesia gauchesca.

Resumo do conflito
 Que nessa vila se deu,
 Sabino José de Almeida
 Que era cabo morreu

¹⁴ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 19.

¹⁵ Pacífico Berni FIORENZA, *Jornal da Comunidade Regional de Santo Ângelo*, 1º ago. 1992, *apud* Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 20

¹⁶ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 16.

E José Gomercindo Fernandes
Também desapareceu.¹⁷

Passados mais de 63 anos, o tumulto e a violência no cabaré de Santo Ângelo assim foram lembrados por um vivente daquela época:

Como fazia diariamente, levantei-me pela manhã [dia seguinte ao confronto] para buscar carne no açougue, só que saindo de casa pareceu-me diferente o pulsar da cidade. Era um silêncio estranho; menos pessoas nas ruas, pouca gente no açougue, chegando um freguês, disse ao açougueiro, “esta noite foram três”; e o açougueiro, “me disseram que foram dois e queimaram o bigode de um terceiro.”¹⁸

Embora num trecho seguinte da descrição de Fiorenza haja a afirmação de que Jacques teria “[...] matado três e arrancado, com um balaço, o bigode do Deoclécio [integrante da patrulha]”¹⁹, o próprio Jacques (ver estrofe anterior) contou duas mortes no cabaré. Naquela noite, Ornellas feriu-se levemente.²⁰ Jacques e seus seguidores foram obrigados a se retirar e foram em direção ao Povoado Laranjeira (atual Ubiretama). Se municiam. “Compraram 2 caixas de bala, 38 e 44, na casa comercial de Alfredo Finster, continuando a fuga”.²¹ Ao longo do dia 26 de junho de 1929, seguinte ao da fuzilaria, os quatro se apossaram de um carro e deram continuidade à fuga cheia de sobressaltos. Naquele segundo dia, o ex-brigadiano fez mais uma morte no Rio Grande do Sul. A vítima era um dos 26 homens que perseguiam Jacques, Ornellas, Sant’Ana e Ourique.

Primeiro tiro que dei
Foi no Sub-Intendente
Um tal Crescêncio Boguedulta
O qual caiu de repente
Com um balaço no coração,
Pois é morte que não sente.²²

Naquele dia 26 morreu outra pessoa também integrante do grupo que saiu no encalço aos fugitivos. Nos versos, Jacques não deixa claro quem de seu grupo matou.

¹⁷ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 16.

¹⁸ Pacífico Berni FIORENZA, *Jornal da Comunidade Regional de Santo Ângelo*, 1º jan. 1992, apud Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 19.

¹⁹ Id., apud *ibid.*, p. 20.

²⁰ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 21.

²¹ Pacífico Berni FIORENZA, *Jornal da Comunidade Regional de Santo Ângelo*, 1º jan. 1992, apud Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 21.

²² Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 17.

Um tal José Cardoso
 Moço novo e gauchão.
 Esse deu só dois tiros
 E nisso caiu no chão
 E o Ornellas gritou:
 Terminou-se um valentão.²³

Escrivão, José integrava a família Cardoso, que era dona de fazenda na fronteira rio-grandense. Os dois homens mortos chefiavam a patrulha. Entre os companheiros de Jacques, Sant'Ana foi atingido. Cambaleando, continuou a atirar.²⁴

À medida que o tempo corria a situação ia se tornando cada vez mais complicada para Jacques e seus companheiros. Na noite fria daquele dia, Sant'Ana e os outros feridos faziam curativos com plantas. A *medicação fitoterápica* lentamente²⁵ dava o efeito desejado, o suficiente para que eles se distanciassem de seus perseguidores.

Aos perseguidos não restava outra opção a não ser atravessar a fronteira e entrar na Argentina. Para lá seguiram. Chegaram ao rio Uruguai, limite do Brasil com o país vizinho, após quatro dias de movimentação. Jacques e grupo estavam em terras adventícias, distante de familiares e de seus colaboradores. Um membro do clã dos Cardoso mantém contato com as autoridades argentinas. Negociaram a captura dos fugitivos. Um indignado Jacques verseja seu protesto. Sentiu-se *traído* pela força repressiva da Argentina.

A polícia argentina
 Nos fez perseguição
 Mas se eu tivesse encontrado
 Essa turma de vilão
 Ahi sim eu matava com gosto
 Para vingar da tradição.²⁶

[...]

A polícia de Corrientes
 Cabras ruim e traiçoeiros
 Com proposta do Cardoso
 De ganhar algum dinheiro
 Andavam nos negociando
 Para nos fazer prisioneiros.

Numa tarde em que eu passeava
 Em Santo Tomé de Corrientes

²³ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 17.

²⁴ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 22.

²⁵ Id., *ibid.*

²⁶ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 18.

Visitando alguns amigos
E também alguns parentes
Soube de uma escolta
Que preparava aquela gente.²⁷

Os versos dimensionam o quanto matreiros, bandidos, bandoleiros e suspeitos, fossem eles brasileiros ou argentinos, despertavam o interesse das polícias na faixa de fronteira entre Brasil e Argentina, respectivamente Estado do Rio Grande do Sul e Província de Corrientes.

Hobsbawm, no livro *Bandidos* (1969), faz breve referência ao banditismo no contexto pré ou incompletamente capitalista da bacia do Prata. De acordo com o historiador, os bandidos e bandoleiros da região platina eram vistos com deferência pela autoridade policial. O pesquisador conheceu pessoalmente, depois de concluir a escrita da obra, o “[...] Sargento José Avalos, [...], agricultor e ex-policial”²⁸, que respeitava e perseguia os bandidos das províncias argentinas de Corrientes e do Chaco.

A parte leste da Província do Chaco divisa com Corrientes. Em sua fuga, Silvino Jacques transitou por Santo Tomé, município argentino da província de Corrientes, hoje ligado ao município brasileiro de São Borja, no Rio Grande do Sul, pela Ponte Internacional da Integração, sobre o rio Uruguai, construída no último quartel do século XX. Sob ordens de integrante da família Cardoso, um subdelegado teria perseguido Jacques no país vizinho.

Um tal de Duque Rodrigues,
Um ruivinho garnisé
Esse também perseguiu-me,
Foi até Santo Tomé
Lambendo as esporas do tal Cardoso
Eu sei bem o que ele quer.²⁹

Mesmo não entrando em detalhes sobre matreiros e bandoleiros platinos, Hobsbawm chega a escrever que eles “confirmam em quase todos os pontos a análise do Capítulo 3 [O Ladrão Nobre]”³⁰ de *Bandidos*. Nessa seção do livro, o historiador tem como ponto de partida para suas observações Robin Hood.

Em sua décima, Silvino Jacques, no que se refere ao pertencimento, pode ser pensado como um proscrito platino. Relembremos que Jacques nasceu em São Borja, numa região que, juntamente com a área onde atuou no Mato Grosso meridional, faz parte do lócus citado por

²⁷ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 20.

²⁸ E. J. Hobsbawm, *Bandidos*, p. 7.

²⁹ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 19.

³⁰ E. J. Hobsbawm, *Bandidos*, p. 7.

Hobsbawm. Matreiros da bacia do Prata, como Guillermo Hoyo (El Hormiga Negra), Juan Gonzales Varranco (Juanucho Barranco) e Luna, tiveram como referência de atuação a Argentina. Do lado brasileiro, no Rio Grande do Sul, citamos, entre outros, o matreiro Tarquino Cardoso, o Talco, e o bandoleiro Jorge Locatelli. No Uruguai, Martín Aquino notabilizou-se como matreiro.³¹

Além de a polícia argentina ser obstáculo, Silvino Jacques sentiu saudades do Brasil e de sua família no Rio Grande do Sul. Era um *exílio* a contragosto, um “banzo”.

Depois de estar na Argentina
 Num sertão quase deserto.
 Enxergando o meu País
 Na minha frente tão perto,
 E sem poder chegar lá
 Parecia-me não ser certo.
 [...]Senti ausência da Pátria.
 Do meu torrão e meu ninho.³²

A rede de colaboradores do grupo, que houvera antes de atravessar a fronteira, inexistia nas plagas estrangeiras. Silvino Jacques e seus companheiros sentiam necessidade de estabelecer relação com pessoas da fronteira, do lado brasileiro. Oportuno lembrar uma explicação de Hobsbawm sobre essa procura de facilitadores. Segundo o historiador britânico, os proscritos precisam construir “[...] relações com o sistema econômico, social e político convencional”,³³ por uma imposição de sobrevivência. Em seu lócus de atuação, bandidos e suspeitos também sentem a força dos contrários. Na Fronteira Oeste gaúcha, entre os inimigos de Jacques, se incluía a família Cardoso.

Mas sempre havia alguém que dava guarida a Jacques.

Amigo nunca me falta
 Que me dê proteção.
 Tenho amigo na cidade,
 Nos campos e nos sertões,
 [...].³⁴

³¹ Para mais detalhes sobre matreiros e bandoleiros platinos, ver *Os últimos bandoleiros a cavalo* (1991), livro de Sejanos Dornelles, nos capítulos IV, V, VI, VII e VIII.

³² Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO: *Crônicas históricas do município de Bonito*: trinta anos de emancipação política, p. 18.

³³ E. J. HOBSBAWM, *Bandidos*, p. 81.

³⁴ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito*: trinta anos de emancipação política, p. 30.

Silvino Jacques se apropriava de um discurso maniqueísta para justificar as ajudas que recebia durante suas perambulações como fugitivo.

Em todas as minhas cruzadas
Nunca lesei a ninguém
Quando estou necessitado
Sempre recorro a alguém
Amigos ou camaradas
Me servem com o que tem.³⁵

Como estavam sem ligações sociais que lhes permitissem vaguear pela Argentina, os fugitivos decidem retornar ao Rio Grande. Embarcaram em uma precária canoa e, pelo rio Uruguai, empreenderam o retorno. Nevoeiro e corredeiras do Uruguai enfrentaram.

Numa canoa fraca
Rio abaixo nos seguia,
Era forte a serração,
Nem mesmo de perto se via,
Completamente sem rumo,
Sem uma estrela para guia.

De uma cachoeira ao longe.
Forte rumor se ouvia,
São mistérios da natureza,
Até a canoa rangia
Parecia dar sinal
Que tombo d'água se abria.³⁶

Apesar de entrar água na canoa, sobreviveram à correnteza. Mas ainda existiam obstáculos nas águas do Uruguai. Resolveram não enfrentar outros sobressaltos da natureza. Margearam pelo lado brasileiro.³⁷

Trajeto como esse
É custoso se fazer
Em tombos d'água imensos
Arriscando até morrer.
Mas era o único recurso
Não se podia temer.

Em terras brasileiras
Meu valente barco aportei
[...].³⁸

³⁵ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 30.

³⁶ Ibid., in: *ibid.*, p. 19.

³⁷ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 23.

³⁸ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 19.

No Rio Grande do Sul não haveria de faltar *logística*. Palmilharam a região até chegar a uma casa de gente amiga. Lá conseguiram cavalos. Cavalgando seguiram para São Borja, “nos pagos que me criei”.³⁹ Os Cardoso alertaram a polícia sobre o retorno do grupo ao Rio Grande do Sul.⁴⁰ Na base da trova, Jacques pejorou a polícia que tinha recebido a informação sobre a volta de Jacques e seu grupo ao Brasil.

Esse tal de Duque
É o sub-delegado
Lá no quarto de São Borja
Onde foi nascido e criado
E por ser covarde e assassino
É que é hoje empregado.⁴¹

Com a polícia atuam a mando dos Cardoso, os fugitivos não ficaram muito tempo em São Borja. Para trás deixaram aquela cidade. O 15 de agosto de 1929 foi mais um dia de perseguição àqueles homens. Naquele dia alcançam a estação ferroviária de Tuparaí, no município de Itaqui. Jacques tornou-se notório. Atento, o grupo ficava à espreita, principalmente quando ouvia o barulho do comboio de vagões arrastados pela locomotiva que avisava com o soar de seu apito. Deixaram a ferrovia. Campo adentro chegaram “[...] à fazenda de um compadre na margem do rio Ibicuí. Ali se refugiaram”.⁴²

Estabeleceu-se uma rede de informações pessoa a pessoa, boca a boca, ouvido alerta, que mantinha os perseguidos atentos em relação à movimentação dos soldados da Brigada. Foi assim que Jacques tomou conhecimento de que a força repressiva estava chegando à fazenda.⁴³

Apesar da perseguição, Jacques se preparou para esperar os brigadianos, que pediam sua rendição. Jacques ironiza os soldados.

Essa gente era boa
E vieram só por conta
E todos têm de ser bom
Quando a coragem não dá

³⁹ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 19.

⁴⁰ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 24.

⁴¹ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 19.

⁴² Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 24.

⁴³ Id., *ibid.*

Me avisaram de perto
Mas não quiseram chegar.⁴⁴

Além dos informantes a *serviço* dele, Silvino Jacques, um ex-brigadiano, sabia como lidar com a polícia ostensiva. A Brigada se retirou sem levar Jacques e seus companheiros. Surge então a ideia de ir para o Centro-Oeste brasileiro. Era preciso arrumar cavalos mais resistentes para esse desafio. Jacques especificamente conseguiu animal bom de viagem.

Achei os pingos mole
Para fazer longa jornada
Então cheguei numa estância
Que havia perto da estrada
Procurando um puro sangue
Que eu sabia a sua parada.

Na estrebaria encontrei
O Zaino puro falado
Puxei logo pra fora
Que foi saindo espantado.
Montei no zaino faceiro
E fui saindo agauchado.⁴⁵

O cavalo tornou-se essencial nas movimentações de Jacques e seus companheiros. Esse equídeo esteve presente nas *revoluções*, nas guerras gaúchas, conflitos preponderantemente de épocas “pré-capitalistas, [quando] o mercado de consumo de massas não [havia se estabelecido] e o antigo sistema de lealdades interpessoais e compromissos tribais ou comunitários baseados em âncoras identitárias [...]”⁴⁶ ditava os atos e atitudes sociais. Nos movimentos revolucionários, nas lides relacionadas às atividades pastoris e nos deslocamentos cotidianos dos sul-rio-grandenses esse componente equestre foi de importância vital. Os considerados fora-da-lei e outros cuja forma de vida não se enquadrava na formalidade institucional também se apropriaram do cavalo com muita habilidade, o que dava mais mobilidade nas movimentações pelo pampa.

A trajetória de bandidos, bandoleiros e matreiros platinos que cavalgavam pelas fronteiras argentinas, uruguaias, paraguaias e brasileiras foi descrita pelo escritor gaúcho Sejanés Dornelles no livro *Os últimos bandoleiros a cavalo*, num tom romantizado dos corajosos *rebeldes primitivos*, lutando contra sociedades que desejavam entrar na contemporaneidade industrial das relações mediadas pelo Estado liberal, infra-estruturado, no que se refere a meios

⁴⁴ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 22.

⁴⁵ *Ibid.*, in: *ibid.*, p. 23.

⁴⁶ INTRODUÇÃO, in: Gunter AXT, *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*. Observação: sem numeração de página – trecho tirado da 13ª página da introdução da obra.

de comunicação e à modernização de vias de transporte. “A fronteira sempre foi rebelde – por seus homens – em aceitar *as imposições do progresso* [grifo nosso].”⁴⁷ O escritor acrescenta que o espaço fronteiriço

foi a última trincheira na conservação das tradições de um Rio Grande bárbaro, formado a tropel de patas e a estampidos de armas de fogo, na conquista de um território separado do resto do Brasil, não só por uma posição geográfica extrema, como pela formação e pelos costumes de sua gente.⁴⁸

O cavalo para Silvino Jacques não se resumia tão-somente a um meio de transporte. Esse equídeo ocupava também o rol de seu armamento.

A arma do gaúcho
É o cavalo bom e forte.
Brigando arrisca a vida,
Correndo desvia a morte.
Por isso montei no puro
E fui pendendo para o Norte.⁴⁹

O norte de Jacques e seu grupo eram as longínquas terras mato-grossenses.

Com destino a Mato Grosso,
Nossa viagem prosseguia.
Viajava sempre de noite
E descansava de dia,
Caçoando com os amigos
A vida se divertia.⁵⁰

Antes de iniciar a longa jornada em direção ao então Sul de Mato Grosso, na fronteira Brasil-Paraguai, Jacques retornou a São Borja. Nesse município, um irmão e compadre de Jacques “resolveu acompanhá-lo, junto com Ornellas e outro amigo”.⁵¹ Em Santo Ângelo se depararam com pessoas dispostas a se confrontarem com o grupo. Tentou-se chegar a um acordo, mas persistia a ideia dos dois homens. Eles queriam matar Jacques e seus seguidores. Sem diálogo, Jacques matou um deles.⁵²

Depois daquele incidente precisavam *acelerar* os cavalos. Cavalgando pela parte oeste, os migrantes fugitivos entraram no Estado de Santa Catarina. Chegaram à região de Chapecó, divisa com o Rio Grande do Sul, cortada pelo rio Uruguai. Àquela altura, num povoado,

⁴⁷ Sejanés DORNELLES, *Os últimos bandoleiros a cavalo*, p. 101.

⁴⁸ Id., *ibid.*

⁴⁹ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 23.

⁵⁰ *Ibid.*, *in*: id., *ibid.*

⁵¹ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 25.

⁵² *Ibid.*, p. 26.

segundo semestre de 1929, no estado vizinho ao Rio Grande, já se tinha informações sobre as façanhas e as turbulências nas vidas de Silvino Jacques e seus companheiros, perseguidos como fora-da-lei. A polícia estava em alerta. Organizou-se uma emboscada⁵³ para surpreender os fugitivos. Silvino antevia o perigo.

Eu disse aos companheiros
 Prestarem grande atenção,
 Contei-lhes o que sentia
 Dizer em meu coração
 Que estava se aditando
 Mais uma bem suja traição.⁵⁴

Em condições desfavoráveis, entraram em confronto com a polícia. Jacques e seu irmão foram atingidos.

Senti um sangue morno
 Que da minha perna baixava
 Vi meu irmão cair
 E o tiroteio continuava.
 Também dei poucos tiros
 Na fumaça que enxergava..⁵⁵

Tornou-se insuportável a resistência. Recuaram-se. Nem mesmo era possível enxergar os inimigos policiais.

O meu amigo Prudente
 Entrou no meio, baleado.
 Meu irmão levantou-se
 Saiu correndo abaixado,
 Desistiu por ver-se ferido
 E não por ter-se assustado.
 Eu ali na fumaça
 Brigando sem ver com quem,
 Quando me vi sozinho
 Resolvi fugir também.
 Internei-me naqueles bosques
 Sem ver a mais ninguém.⁵⁶

⁵³ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 26.

⁵⁴ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 24.

⁵⁵ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁵⁶ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

O cavalo de Jacques também foi baleado. Apesar do ferimento, o animal conduzia o fugitivo. “E todas as armas/Ainda comigo trazia.”⁵⁷ Jacques desfaleceu, mas recuperou a consciência. Pensou em suicídio.

Desmaiado cai no chão
Sem saber conta de mim,
Dali há uma hora me acordei
E vendo-me triste assim.
Sem forças para seguir
Lembrei-me em dar-me fim.⁵⁸

Na tentativa de fazer com que os perseguidores não o localizassem, utilizou-se de artimanha.

Do cavalo tirei o freio
Para ruído não fazer
E fiquei ali esperando
Que Deus me viesse valer,
Do inimigo ouvindo a fala
Mas não podia correr.⁵⁹

As forças policiais persistiam no encalço a Jacques e aos demais fugitivos.

O balaço foi na perna.
Quasi sem sangue fiquei.
E sem poder caminhar
[...]
Isto sempre perseguido.⁶⁰

Fisicamente debilitado e desorientado, Jacques não sabia que direção deveria tomar.

Continuamente adormecia
Sem saber onde estava,
Mas com poucos minutos
Novamente despertava,
Sempre no mesmo lugar
A dor sempre continuava.⁶¹

Tornou-se mais fácil aos seus perseguidores encontrá-lo.

[...]
Por uma grande escolta
Fui ali encontrado

⁵⁷ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 24.

⁵⁸ Ibid., in: id., ibid.

⁵⁹ Ibid., in: id., ibid.

⁶⁰ Ibid., in: ibid., p. 26.

⁶¹ Ibid., in: id., ibid.

Então virei-me de braços
Com o revólver empunhado.

Quando avistei a escolta
Contei-me ali perdido.
Mandei fazerem alto
Àquele povo surgido.
E me disse um cabra deles:
“Amigo, não sou bandido!”

Disse ele: “Não atire.
Já chega de brigar
De ver-lhe assim tão ferido
Sou obrigado a lamentar:
Entregue-se a mim
Que eu lhe quero salvar.”⁶²

No intuito de não morrer e pensando numa fuga posterior, Jacques se entregou e foi levado a um rancho e depois a um povoado, onde “[...] diversas senhoras” cuidaram dele.⁶³ Embora admitisse ser criminoso, ele não se considerava um fora-da-lei. Dizia que nunca tinha causado prejuízo a ninguém. Essa autoafirmação de Jacques se assemelha a uma definição de Hobsbawm, segundo a qual os *bandidos sociais*, são vistos como “[...] proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da Justiça, talvez [grifo nosso] até mesmo como líderes da libertação [...]”.⁶⁴

Em seus versos, Jacques destilou raiva, ódio à polícia.

O delegado bandido
Veio ali interrogar
Era um tipo antipático
Que nem gosto de me lembrar.⁶⁵

Dos outros fugitivos nenhuma informação. A chefia de polícia se interessou especificamente por Jacques.

De meus dois companheiros
Ali nada se sabia.
Muita gente os procurava
Mas a eles ninguém via.

⁶² Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 26.

⁶³ Ibid., in: id., ibid.

⁶⁴ Eric J. HOBBSAWM, *Bandidos*, p. 11.

⁶⁵ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 26.

“Com este estou satisfeito”,
O delegado dizia.⁶⁶

Era do conhecimento da maioria das pessoas daquele lugar que Jacques era um criminoso. Assim como acontecera durante suas peregrinações como fugitivo, desde junho daquele 1929, na prisão houve quem se dispusesse a ajudar o são-borjense. “Roubá-lo” da cadeia.

Ali apareceram
Dois caboclos valentões
E um deles me disse:
“Que triste sua situação,
Se és o Jacques confesse,
Que lhe roubo da prisão!”⁶⁷

Cismado, com medo de traição, o prisioneiro se identificou: “Sou o Jacques,/Para vós não vou negar/Se me roubarem da prisão/Saberei recompensar.”⁶⁸ Com a ajuda daqueles “dois caboclos valentões”, Jacques, ainda se recuperando do ferimento na perna, escapou da prisão. Estava de volta a seu estado.

Trouxeram-me ao Rio Grande
Que justamente é o meu chão
E deixaram-me escondido
Num silencioso sertão,
Onde passei dois dias
Esperando condução.⁶⁹

O ambiente naquele bosque era inóspito demais, impróprio a humanos.⁷⁰

Ali deitado fiquei
Era uma forte montanha
Habitada só por feras,
Cobras, mosquitos e aranhas.
E eu tinha por alimento
Somente um frasco de canha.

Deitado ali na sombra
Das matas do sertão
Tinha eu como leito
As folhas secas do chão
De travesseiro uma pedra
De arma tinha um bastão.

[...]

⁶⁶ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 26.

⁶⁷ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁶⁸ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁶⁹ *Ibid.*, *in*: *ibid.* p. 25.

⁷⁰ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p.27.

Que triste o meu viver
 Naquele sertão sozinho
 À noite ouvindo as feras,
 De dia os passarinhos
 Que passavam a trinar
 Organizando seus ninhos.⁷¹

Os contatos sociais no Rio Grande do Sul mais uma vez possibilitaram a sobrevivência de Jacques. Naquela mata, alguém veio ajudá-lo a mando de um amigo.

Uma noite, de madrugada
 Ouvei uma voz me chamar
 Dizendo: “Meu senhor,
 Licença para chegar
 Aqui trago um cavalo
 Para o senhor escapar.”
 Sentei-me em seguida
 E perguntei: – Com quem falo?
 “Sou peão do seu amigo
 Que lhe mandou um cavalo,
 Vamos seguir depressa
 Que estou ouvindo um estalo.”⁷²

Dali saíram às pressas, porque o perigo era iminente e Jacques estava cada vez mais fraco em função do tiro que acertou-lhe a perna. Faltavam curativos diários no ferimento. A pessoa que o auxiliava recebera ordens para levá-lo a outro local mais seguro.

Era um moreno velho
 Mas disposto e bem mandado.
 Montou-me no dito pingo,
 Saiu comigo puchado.
 Dali uma hora chegamos
 No ponto determinado.
 Levou-me para uma mata
 Que certo lugar havia,
 Próximo a um amigo
 Que também me protegia
 [...].⁷³

Jacques não sabia do paradeiro de seu irmão baleado na fuzilaria em Santa Catarina.

Um amigo apareceu-me
 Às oito horas do dia
 De meu amigo deu-me notícia,
 De meu irmão não sabia,

⁷¹ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito*: trinta anos de emancipação política, p. 25.

⁷² *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁷³ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

Em direção do Uruguai
Mandeí um próprio em vigia.⁷⁴

Algo de grave teria acontecido com o irmão de Jacques?

O próprio [o vigia] voltou depressa,
Falando muito assustado,
Que num porto do Uruguai
Um corpo fora encontrado,
Dum moço ainda novo
Que morrera afogado.⁷⁵

A confirmação.

Por certos documentos
Que nele foram encontrados
Conheci ser meu irmão
O triste morte achado.
Redobrou a minha tristeza
Naquele bosque isolado.⁷⁶

Jacques quis vingar a morte do irmão.

Disso penso vingar-me
Seja o dia em que for
Desse grave sentimento
Em meu peito guardo a dor
E do inimigo traiçoeiro
Guardei sempre rancor.⁷⁷

Porém tal vingança não foi consumada. Jacques priorizou salvar a si próprio, sempre fugindo ao cerco policial. Prudente d’Ornellas o consolava.

Nessas matas que eu estava
Sofrendo ali escondido
Às nove horas da noite
Ouvi falarem comigo.
Era o meu caro Prudente
Que há mais dias tinha perdido.

Chegou e abraçou-me,
E sentou junto comigo
Dizendo: “Meu caro irmão,
Aqui venho sofrer contigo,

⁷⁴ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 25. Silvino Jacques refere-se ao rio Uruguai e não ao país Uruguai

⁷⁵ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁷⁶ *Ibid.*, *in*: *ibid.*, p. 27.

⁷⁷ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

Julgo que nestas matas
Corremos grande perigo!⁷⁸

Ornellas sabia o que estava falando. Um saber que assim foi versejado por Jacques:

Na outra noite imediata
Apareceu-me um amigo:
“Venho em breve visita,
É preciso falar contigo,
Mudas de acampamento
Que aqui estás em perigo!

Chegou hoje no povoado
Doze praças da brigada
Por comando de um tenente.
E essa gente é bem armada
Julgo que já sabem
Onde é tua parada.”⁷⁹

Auxiliado pelo amigo, Jacques saiu de seu esconderijo. Os dois foram caminhando pela mata.⁸⁰ Jacques conhecia bem as pessoas nas quais poderia confiar. Na dúvida preferia não pedir ajuda a estranho, nem mesmo clamar por água, que a sede era grande.

Quase tonto de sede
Sem água para tomar.
Um rancho existia perto
Mas não convinha chegar
Eram gente desconhecida
Podia nos denunciar⁸¹

Prosseguiram em retirada. Seguiram pegadas de animais. Mais adiante conseguiram água.

Ao romper da aurora
Seguimos dali para a frente
Em procura de água.
Caminhamos lentamente,
Seguimos rastos de feras
Encontramos uma vertente.⁸²

Vencida a sede, a preocupação de Jacques voltou-se para o seu ferimento. Num lugar de poucos amigos, difícil seria conseguir alguém habilitado para fazer a assepsia.

⁷⁸ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 27.

⁷⁹ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁸⁰ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁸¹ *Ibid.*, *in*: *ibid.*, p. 28.

⁸² *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

Sem fazer os curativos
 O ferimento estava um perigo,
 Num recanto longínquo
 Sem ter por ali um amigo
 Que pudesse auxiliar-me
 Que dissesse: “Vem comigo.”⁸³

Naquele dia chuvoso, Ornellas foi à procura de alguém minimamente confiável. Encontrou!

Abaixo de chuva seguimos
 Num pique quase fechado.
 E os dois bons sertanejos
 Levavam-me escorado
 Até um rancho velho
 Que a tempo estava fechado.⁸⁴

Silvino Jacques não conseguiria ir tão longe se não houvesse toda uma rede de pessoas que, espontaneamente ou não, o auxiliavam, atuavam como coiteiros. Tinha habilidade política para lidar com seus aliados e livrar-se de seus inimigos. Em seus versos, Jacques recordava daqueles sem os quais estaria morto. Com os que o abrigaram naquele rancho, ao qual, aposando-se de uma hipérbole, chamou de “palacete”, não foi deferente.

Ao ver-me perto do fogo
 Naquele rancho tão quente
 Mil vezes agradeci
 Àquela tão boa gente
 E eles por me servirem
 Também estavam contente.⁸⁵

Àquela choça chegou um velhinho oferecendo víveres.

“Boa tarde prá vanceis
 Aqui estão senhor bão
 O que estivé no meu alcance
 À sua disposição,
 Alimento tem com abundância
 Muita mandioca e feijão.
 Mio verde não temo
 Mais catete tem com fartura,
 Pode assá à vontade
 Que a fome ninguém atura.
 Eu gosto de protegê
 Quarqué uma criatura.

⁸³ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito*: trinta anos de emancipação política, p. 28

⁸⁴ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁸⁵ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

Gosto de dá comida
 E nunca óio a quem
 Tenho mio pipoca
 E prá canjica também
 Toicinho mandei buscar
 Daqui a um bocado ele vem.”⁸⁶

O que comer não faltava naquele lugar. E aquele senhor dava continuidade à sua descrição de alimento: o que havia e o que não havia.

“Batata doce não temo
 Porque o tempo correu mal
 Mas abóbora tem com abundância.
 Querendo pode assá,
 Temo carne de anta
 Se quiserem churrasquiá
 Aqui também lhes trouxe
 Prá vancê esta galinha.
 E ali naquele canto
 Tem aquele gamelinha,
 Vanceis vão me descurpá
 Que o que não tem é farinha!”⁸⁷

Jacques agradeceu tal presteza e pediu boca fechada.

Muito bem, meu caro amigo,
 Lhe fico muito agradecido
 Peço guardar segredo
 Que estou aqui escondido,
 Além de eu estar ferido
 Sou um homem comprometido.”⁸⁸

Do velho ouviu o que queria. Aquele homem do *sertão* tivera seus dias de brigante.

“Não senhô, meu senhô não!
 De mim perca vancê o cuidado,
 Sou cabroco de mundo
 Muito tenho viajado,
 De Nonoai a Palmera
 Isso tenho revirado.
 “Já fui cabroco bem chucro,
 Também fui peleador
 Tive uma encrenca com um compadre
 Por causa de tar amor,

⁸⁶ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 28.

⁸⁷ *Ibid.*, *in*: *ibid.*, p. 28-29.

⁸⁸ *Ibid.*, *in*: *ibid.*, p. 29.

Me atravancou um estrivaço
Que inté hoje tenho a dor.”⁸⁹

Tanto oferecimento de ajuda deixou Jacques desconfiado. Até gente da polícia lhe ofereceu auxílio. Um policial se colocou à disposição para proteger o ex-brigadiano.

No outro dia imediato
Me apareceu um rapazinho
Dizendo que um inspetor da polícia
Que dele era vizinho
Mandou me pedir licença
Para chegar no ranchinho.

Eu tinha receio dele
Mas o que ia fazer,
Mandei dizer que chegasse
Que eu o queria conhecer,
Chegou ele e um praça
Mandei logo o receber.

Mas esse índio inspetor
Mostrava não ser vilão,
Dizendo-me que veio me visitar
Oferecer-me proteção
Mas desconfiei de sua bondade,
Tratei-lhe com prevenção.⁹⁰

Aquele rancho não era mais um esconderijo seguro.

Apareceu-me muita gente
Todos mesmo nesse dia,
E eu fiquei desconfiado
Que essa gente era espiã,
Estava ficando público
Ali a minha estadia.⁹¹

Silvino Jacques e Prudente d’Ornellas se tornaram nômades. Típicos matreiros. Errantes. Jacques sem uma “*bússola*” que o norteasse.

Essa noite saí de arrasto
Subindo uma montanha
Caminhando pendurado.
Igual mosca por aranha,
Fui ficar naquela noite
Numa terra muito estranha.⁹²

⁸⁹ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 29.

⁹⁰ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁹¹ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁹² *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

Foi à procura de um lugar mais seguro e menos suspeito. Encontraram outra choça e novamente um velho.

Deitei-me em frente do rancho
E mandei o meu Prudente
Que desse: “Oh de casa!”
Saber se tinha gente,
Apareceu um velhote
Falando-me entre os dentes.⁹³

Já era conhecimento daquele homem o que acontecera em Santa Catarina. Relutante em auxiliá-los, foi direto ao assunto.

“Vanceis hão de ser os moços
Que andam de emboscada,
Peço que se retirem
Daqui da minha morada
Porque eu não estou prá cravo,
Nem minha casa sê sitiada.”⁹⁴

Jacques insistiu. Usou da argumentação. Por fim, foi taxativo.

“Não senhor, amigo velho
Não deve estar a tremer.
Cheguei em sua casa
Procurando o que comer
Não venho pedir-lhe esmola
Se tem algo trate logo de ver.”⁹⁵

Aquele senhor bem que tentou, mas não conseguiu demover Jacques e Ornellas da ideia de se alimentar ali mesmo.

O velho logo deu a volta
Saiu pisando ligeiro
Em seguida vi barulho
Dentro dum galinheiro
Vi uma velha correndo
Que ia em busca de tempero.⁹⁶

O velho aparece com a comida já pronta.

“Em seguida ele trouxe
Uma galinha recheada
Começamos a comer
Sem pensar em mais nada

⁹³ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 29.

⁹⁴ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁹⁵ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

⁹⁶ *Ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

Perguntei quanto custava
Respondeu-me: “Não custa nada!”⁹⁷

Matada a fome, prosseguiram a cruzada em terras rio-grandenses, na busca de restabelecer o elo de uma corrente de colaboradores essencial à sobrevivência dos dois.

Para o povoado de Nonoai
Seguimos em direção
Para a casa de um amigo
Que é de minha estimação
Aproveitando-se da noite
Que escurecia o sertão.⁹⁸

A perseguição não havia cessado. Continuavam em Nonoai, descansando. Um grupo chegou ao povoado, hoje município de Nonoai, na divisa fluvial (rio Uruguai) do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Os inimigos não desistiam da caça a Jacques e Ornellas. Perguntaram a moradores se tinham alguma informação, principalmente sobre Jacques, que foi incisivo em seus versos.

Era o velho Cardoso
Velho vil e impertinente
Por mim chegou indagando
A toda aquela gente,
Aproveitando-se da ocasião
Em que eu estava doente.⁹⁹

Os comandados de Cardoso tentaram cercar Jacques. Na rua, ele teve uma providencial ajuda supostamente inesperada.

Saí dali me arrastando
Com meu amigo Prudente,
Ao passarmos numa rua,
Isso meio de repente,
Avistamos um gaúcho
Que nos falou bem contente.
“Sou teu amigo Benvindo
Que anda a te procurar,
Monta no meu cavalo
E tratemos de escapar.
Eu sigo junto contigo,
Para aquilo que precisar.”¹⁰⁰

⁹⁷ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 30.

⁹⁸ Ibid., in: id., ibid.

⁹⁹ Ibid., in: id., ibid.

¹⁰⁰ Ibid., in: id., ibid.

A odisseia de Jacques não findou com sua fuga da cadeia. Mesmo que sempre houvesse pessoas dispostas a auxiliá-lo em suas constantes jornadas para fugir da polícia, o que era, no caso de Jacques, uma solidariedade tipicamente maragata, não dava para ficar no Rio Grande do Sul. Não sair de terras brasileiras era sua pretensão. Em outro Estado Nacional, pressentia a possibilidade de cometer mais crimes.

Conheço a Argentina
E Paraguai também.
Mas esses são países,
Que para mim não convém
Porque de uma hora para outra
Me encrimino lá também.¹⁰¹

Se não queria se fixar em outro país, a saída seria novamente tentar ir para o Mato Grosso, na faixa da fronteira Brasil-Paraguai, para onde outros gaúchos, com ou sem família, migraram, principalmente por causa das épocas tensas de conflitos bélicos no Rio Grande do Sul resultantes de disputas políticas.

A vinda de migrantes sulistas para terras que hoje formam o Estado de Mato Grosso do Sul começou no fim do século XVIII. Essa primeira onda migratória prosseguiu no século XIX e início do XX.¹⁰² Um dos movimentos político-bélicos que aceleraram a retirada de famílias do Rio Grande Sul para a porção sul do antigo Mato Grosso foi a chamada Revolução Federalista (1893-1895).

Seguindo a trajetória dos/as migrantes, vieram pessoas tidas pelo aparelho repressivo como transgressoras da lei, aqueles cuja vida não se enquadrava nos parâmetros estabelecidos pelas frágeis instituições da época ou eram perseguidos por setores da sociedade que exerciam o domínio político-econômico.

Em seu livro *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis* (1978), Monteiro Lima, descreve o vasto estado do Centro-Oeste, obviamente a partir do ângulo daqueles que entraram em terras da Fronteira Oeste, no Sul do antigo Mato Grosso, os “desbravadores”. Uma história que só tem um lado: a dos migrantes. Excluem-se os que lá já viviam: índios/as, mestiços/as, paraguaios/as e seus descendentes.¹⁰³ Boa parte desses povos foi tirada de suas terras para que os/as colonos/as vindos de um Rio Grande do Sul que na primeira metade da

¹⁰¹ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 21.

¹⁰² Mato Grosso do Sul: imigração e cultura regional. *GeoMundo*, disponível em <<http://www.geomundo.com.br/mato-grosso-do-sul-50122.htm>>, acessado em 23 nov. 2010.

¹⁰³ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 33.

década de 1890 estava em guerra, uma ferrenha disputa política entre maragatos (federalistas) e pica-paus (castilhistas).

Um dos gaúchos migrantes, Constantino de Almeida chega a Ponta Porã, no Sul de Mato Grosso, na fronteira seca entre Brasil e Paraguai. Afirmava que saiu do Rio Grande *sem nada* – dizia que em seu estado era “[...] um simples campeiro, filho de pais pobres”¹⁰⁴ – e se tornou fazendeiro, um novo-rico no Centro-Oeste brasileiro.

Almeida tinha “[...] mais de 90 anos de idade,”¹⁰⁵ quando morreu. Contava, “com detalhes preciosos, as coisas do Rio Grande de seu tempo, de *Corrientes* [grifo do autor] e do Paraguai, que atravessou para chegar a Mato Grosso”.¹⁰⁶ Antes de eclodir a Revolução Federalista, ele trabalhava para um bem-sucedido pecuarista. A seu patrão o general Pinheiro Machado fez um alerta. “Constantino, o Pinheiro me disse que está para sair uma *revolução arrasadora* [grifo nosso], aqui no nosso Rio Grande, e me aconselhou a emigrar para a Argentina uma parte do meu gado”.¹⁰⁷ O fazendeiro não só incumbiu o peão da responsabilidade de atravessar o gado para a outra margem do rio Uruguai¹⁰⁸ como também de cuidar dos bovinos em Corrientes, já estabelecendo a remuneração. “Você ficará por lá, cuidando e defendendo esse meu capital. Você ganha aqui uma libra esterlina mensalmente; lá ganhará uma onça por mês; faça um aparte de mil novilhas das melhores, em lotes adequados para o favorecimento da passagem do rio.”¹⁰⁹ Logo que Almeida chegou a Corrientes com o último lote de novilhas, “[...] as forças começaram a se organizar de lado a lado”¹¹⁰ para os combates que ocorreriam no movimento federalista sul-rio-grandense.

Salvo dos contratemplos, das investidas dos contentores da revolução, mas não salvo dos bandoleiros platinos. Em terras argentinas, Constantino tinha a missão de vigiar o gado, livrar os animais da ação de abigeatários, temidos pela população correntina, e zelar pela segurança de sua família. Na década de 1890, quando Silvino Jacques nem tinha nascido, esses bandidos roubavam e ainda praticavam violência contra as pessoas. “Em *Corrientes* [grifo do

¹⁰⁴ Astúrio Monteiro de LIMA, *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*, p. 41.

¹⁰⁵ Id., *ibid.*

¹⁰⁶ Id., *ibid.*

¹⁰⁷ Id., *ibid.*

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 41-42.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 42. A “onça” citada acima é uma antiga moeda de ouro.

¹¹⁰ Id., *ibid.*

autor], nesse tempo, os lugares eram infestados de salteadores que roubavam gado, matavam os campeiros e, nas moradias, matavam até mulheres e crianças.”¹¹¹ Constantino e seus companheiros, fosse noite, fosse dia, estavam sempre vigiando. “Por várias vezes topamos com os correntinos do célebre Gato Mouro e, também, do famoso Sapiirê-Gancho, outro castelhano perigoso e de má índole.”¹¹²

Da Fronteira Oeste no Rio Grande do Sul à Fronteira Oeste no Sul do antigo Mato Grosso. Diferentemente da emigração de Almeida, a diáspora de Silvino Jacques tinha outro sentido: a razão de um fugitivo. Jacques deixou a família no Rio Grande, do outro lado do rio Uruguai. Era considerado um fora-da-lei na fronteira gaúcha. Então empreendeu novamente uma retirada para o Centro-Oeste. Pelo Brasil não mais iria arriscar uma migração em direção ao Mato Grosso. Tentaria agora pela Argentina e pelo Paraguai. Seguiu a mesma rota de outros/as migrantes que o antecederam. Jacques inicia então seu longo périplo fronteiriço, ao longo da bacia do Prata, se apropriando de uma transculturalidade para se adaptar ao “novo mundo” que o esperava. “A primeira parada foi em Posadas, na Argentina. A segunda em Encarnación, no Paraguai. Aos poucos foi aprendendo o guarani, cujo conhecimento lhe seria muito útil em futuro próximo.”¹¹³ As duas cidades, na fronteira fluvial do rio Paraná, hoje ligadas pela ponte Internacional San Roque González, são respectivamente capitais da Província de Misiones e do Departamento de Itapúa.

Na Argentina, Misiones se avizinha à província de Corrientes. Essa se limita a leste com o Rio Grande do Sul (Brasil), fronteira cortada pelo rio Uruguai. Corrientes era rota migratória, início da diáspora de gaúchos para chegar a terras mato-grossenses na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai. “Levas e levadas de homens iniciaram a emigração para *Corrientes* [grifo do autor], província argentina, que praticamente constituía a primeira etapa do êxodo rio-grandense rumo a Mato Grosso.”¹¹⁴ Primeiramente tinham que atravessar o rio Uruguai. Os gaúchos que possuíam animais e outros bens transportavam-nos à outra margem do rio “em pequenas embarcações ou a nado [...]”.¹¹⁵ A segunda etapa do deslocamento era o

¹¹¹ Astúrio Monteiro de LIMA, *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*, p. 42.

¹¹² Id., *ibid.*

¹¹³ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 31.

¹¹⁴ Astúrio Monteiro de LIMA, *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*, p. 40.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 40-41.

Paraguai, para então chegar à parte meridional de Mato Grosso. Nesse estado, os sulistas se fixaram na faixa da fronteira brasileiro-paraguaia.

Após a chegada desses migrantes sul-rio-grandenses, Silvino Jacques, no final de 1929, entra em solo mato-grossense, na fronteira Brasil-Paraguai, usando o codinome Valdemar Pereira, com seu revólver calibre 44. O município de Bela Vista, acima de Ponta Porã, ao longo da fronteira, no sentido sul-norte, foi seu primeiro destino. Se “escondendo” atrás da falsa identidade, ele era alegre, um homem prestativo. Com um acordeão e retratando tornou-se conhecido por aquelas paragens distantes do Rio Grande do Sul. “Tocava bem a sanfona oito baixo [*sic!*], e com uma máquina de tirar retratos, montada num tripé, ganhava a vida. Com seu jeito boêmio e boa disposição, fez logo amizade com as famílias Miranda e Loureiro.”¹¹⁶

Perto de conterrâneos seus, não demorou muito para alguém descobrir que Valdemar Pereira era Silvino Jacques. Um homem olha “Pereira” fixamente e interroga:

“– Moço, que eu mal lhe pergunte, qual é tua graça?

– Valdemar Pereira.

O homem, de nome Gregório, sorriu e disse:

– Não, moço, teu nome é Silvino Jacques!”¹¹⁷

Ferrovári, Gregório Cruz trabalhava na cidade de Miranda, Sudoeste de Mato Grosso, hoje Oeste de Mato Grosso do Sul. Passeava em Bela Vista. Em relação a Jacques, Gregório optou pelo silêncio.

“– Não precisa ter receio, logo volto de viagem e da minha boca ninguém vai saber teu nome.”¹¹⁸

Embora Gregório tivesse dito que não faria comentários a ninguém sobre o verdadeiro nome de Valdemar Pereira, o gaúcho Jacques sentiu-se incomodado.¹¹⁹ Há pouco tempo naquele trecho da Fronteira Oeste, não dispunha de uma rede de colaboradores. Seria fácil mandá-lo pra cadeia em Mato Grosso. Teria que sair dali.

¹¹⁶ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 36-37.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 37.

¹¹⁸ *Id.*, *ibid.*

¹¹⁹ *Id.*, *ibid.*

O fazendeiro Afonso Loureiro havia falado com Jacques sobre um lugarejo: Porteiras, atual município de Caracol, desmembrado do município de Bela Vista. Era um povoado tranquilo.¹²⁰ Para lá seguiu “Pereira”. Numa fase intermediária entre o Rio Grande do Sul e o período intenso como chefe de bando, Silvino Jacques era o pacato Valdemar Pereira. Na região de Porteiras vivia perambulando. “[...] Andava trabalhando nas fazendas, com um e com outro, sem paradeiro certo, palmilhando a região, até que saiu na fazenda Santa Maria, de Ramão Fernandes”.¹²¹ Na Santa Maria, conseguiu emprego como chofer. “Dirigia o fordeco ‘*pé-de-bode*’[sic!] do estancieiro, fazendo várias diligências, e às vezes mascateava.”¹²²

Conseguiu abrir um pequeno comércio, um boliche, a Casa Paraíso, em Porteiras. A esposa Jandira Pinheiro, conhecida como Zanir, veio do Rio Grande do Sul quando o estabelecimento comercial foi inaugurado. “E era ela quem tomava conta do boteco enquanto o marido trabalhava na fazenda Santa Maria.”¹²³ Além da região de Bela Vista, Jacques transitava pelo vizinho município de Porto Murtinho, à margem esquerda do rio Paraguai, na fronteira Brasil-Paraguai.

Quem conviveu com Silvino Jacques no Mato Grosso proseava histórias passadas de geração em geração por meio da tradição oral. Codô, que era um dos integrantes do bando, contou uma das *ousadias* de Jacques, que era considerado hábil trovador. Dizia Codô que Jacques tirou em versos musicados uma sátira que ridicularizava Teófilo de Azambuja, um dos perseguidores do bandoleiro. “Selvino Jacques com uma música de sua autoria se divertia tocando com seu acordeon de doze baixo ‘Pé de bode’ um samba o qual se divertia dando risadas e tiros:

‘Aonde vai senhor Tiófilo
Com tanta pressa assim?
Vou correndo do Selvino
Que anda atrás de mim’.”¹²⁴

Principalmente nos tempos do banditismo a cavalo, em mundos pré-industriais, com características de feudalidade, a arte foi um meio eficiente na construção do mito e da *imortalidade* da gente bandoleira, geralmente descrita de forma romantizada. Os versos acima, ditos

¹²⁰ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 38.

¹²¹ *Ibid.*, p. 39.

¹²² *Id.*, *ibid.*

¹²³ *Ibid.*, p. 44.

¹²⁴ “DEPOIMENTO de Cireno de Góes Falcão, ‘Codô’, Jardim [MS], 6.6.1977”, in: Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 204, incluindo nota 54, na mesma página.

por Codó, são de uma “[...] corrente literária de cunho regionalista [...]” que se filia estreitamente ao “[...] clássico *Martín Fierro* (1872) de José Hernández”:¹²⁵ a gauchesca. Os tipos que habitavam o universo da “[...] gauchesca eram homens em conflito com a lei, como o próprio Silvino Jacques e o lendário Martín Fierro.”¹²⁶

Ao longo da história o Mato Grosso refúgio de Jacques e de outros considerados fora-da-lei, a exemplo de outras partes do país, se caracterizou por formas típicas de sociedades nas quais as relações de trabalho não estavam inseridas completamente no modo capitalista. Na Província/Estado mato-grossense, antes e depois da Lei Áurea (1888), havia uma forma violenta de coerção da mão-de-obra: o *endividamento*, típico das relações de produção do extrativismo (borracha, erva-mate, ipecacuanha e outros produtos nativos), pecuária etc. Não se tratava de um trabalho assalariado do capitalismo. Também não era do tipo colonato nos latifúndios cafeeiros. Não era um escravismo direto, tal como se entendia naquela época em relação à população negra. Aos homens livres, índios e paraguaios, principalmente, impunham-se pesados compromissos, os quais esses trabalhadores não conseguiam saldá-los aos patrões. Daí resultava-se na dívida, no regime do endividamento. “Um trabalhador que viesse a desistir da realização da extração, depois de estabelecido o compromisso, e fugia por não ter como saldar o adiantamento recebido, era a partir daí caçado e, quando encontrado, obrigado a devolver o dinheiro recebido sob a forma de trabalho.”¹²⁷ Houve resignificação do escravismo dentro de um sistema produtivo que no aspecto comercial se inseria no capitalismo mundial, porque esses produtos eram destinados à exportação.

Na pecuária do sertão nordestino havia uma relação de produção que também não era fundamentada no salário: a quatriação. Em cada quatro vacas que davam cria, o vaqueiro, que pastoreava o gado, recebia um bezerro como remuneração.¹²⁸ Com a extinção da quatriação, os vaqueiros tiveram de procurar outras maneiras de sobrevivência suas e de suas famílias. Hábeis conhecedores dos meandros da caatinga, tornaram-se guias de cangaceiros. Muitos desses guias seguiram o cangaço.¹²⁹ A dupla atuação, informante do banditismo e delator da polícia, às vezes ocorria. O vaqueiro Manuel Preto era assim. Exemplo disso foi quando agiu

¹²⁵ Maria de Lourdes Gonçalves de IBANHES, *Silvino Jacques: entre fronteiras reais e imaginadas*, f. 12.

¹²⁶ Id., *ibid.*

¹²⁷ Fernando Tadeu de Miranda BORGES, *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*, p. 112.

¹²⁸ Aglae Lima de OLIVEIRA, *Lampião, cangaço e Nordeste*, p. 302.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 301 e 302.

do lado dos cangaceiros dando uma informação à polícia sobre o esconderijo dos bandoleiros, ao mesmo tempo em que orientou Lampião no sentido de surpreender os policiais.¹³⁰

2 A TERRA “VAZIA”

A corrente migratória para o antigo sul de Mato Grosso do Sul foi mais uma etapa da secular colonização do Oeste. A expansão para o ocidente impôs *uma devastadora e violenta fronteira em movimento*, escravizando nações indígenas. Eram os bandeirantes seiscentistas que cortavam de leste a oeste a porção meridional do que seria, a partir de 1748, a Capitania de Mato Grosso, “desmembrada da Capitania de São Paulo [...]”¹³¹, até chegar ao rio Paraguai, situando-se dentro do Pantanal Sul, onde encontraram a resistência dos guerreiros paiguá (hábeis canoeiros) e guaicuru, os índios cavaleiros. Os “[...] homens de São Paulo [...] transpuseram o Rio Paraná, rumo ao Oeste, em começos do século XVII”.¹³² Rompeu-se a tênue e imaginária linha de Tordesilhas (1494) acordada entre as coroas espanhola e portuguesa, entrando a ocidente desse limite, em terras hispânicas.

No século XVII, quando as bandeiras chegaram à região que hoje envolve o Oeste (Pantanal Sul) e o Sudoeste de Mato Grosso do Sul, os castelhanos já haviam trasladado, em 1600, a cidade de Santiago de Xerez (na língua espanhola, *Santiago de Jerez*). Primeira cidade erguida na área de influência do Pantanal, Xerez foi atacada pelos bandeirantes, que a deixaram em ruína na década de 1630.¹³³ Os integrantes das bandeiras capturavam índios e os levavam para São Paulo como escravos. Os colonos espanhóis também utilizaram a mão-de-obra escrava indígena em suas lavouras.

¹³⁰ Aglae Lima de OLIVEIRA, *Lampião, cangaço e Nordeste* p. 251-252.

¹³¹ Valmir Batista CORRÊA, *História e violência em Mato Grosso: 1817-1840*, p. 11.

¹³² Sérgio Buarque de HOLANDA, *Monções*, p. 94-95.

¹³³ Gilson Rodolfo MARTINS, Santiago de Xerez: uma problemática para a arqueologia histórica, p. 246 e 247. Nesse mesmo texto (p. 245-246), Martins ressalta que a primeira Xerez, a qual teria sido “*transladada*” para o hoje Oeste de Mato Grosso do Sul, fundada em 24 de março de 1593 pelo assuncenho Ruy Díaz de Guzmán, que estava acompanhado por cerca de 30 espanhóis, situava-se “sobre algum ponto da margem direita do baixo curso do rio Muney, hoje rio Ivinhema [...], no atual município [...] de Naviraí [Cone Sul do território sul-matogrossense]”. Mas ainda há muitas discordâncias entre arqueólogos e historiadores em relação a Santiago de Xerez. Sobre o assunto, ver, entre outras, as obras de Regina Maria A. F. Gadelha, *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, Coleção Estudos latino-americanos; v. 15) e de Maria de Fátima Costa, *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII* (São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999), principalmente as p. 44 e 45.

Não só bandeirantes e colonos espanhóis com a violência física entraram em Itatim. Para essa área vieram os jesuítas de Assunção, impondo violência espiritual aos índios guarani-itatim, atualmente considerados extintos. No século XVII (1631-1669),¹³⁴ as reduções inicianas no Itatim se estabeleceram no hoje Mato Grosso do Sul, envolvendo, entre outras áreas, parte da Planície Pantaneira. As reduções se situavam, de acordo com o padre Diego Ferrer, na Província do Itatim, que tinha “[...] como limites: a leste, a serra de Amambaí e a oeste, o rio Paraguai”.¹³⁵ Essa área pertencia ao Sudoeste do Mato Grosso pré-divisão. Na atual configuração geográfica Itatim estaria em Mato Grosso do Sul “[...] entre os rios Taquari (ao norte) e Apa (ao sul)”.¹³⁶ Esse último limite compreende a região onde Silvino Jacques e seu bando atuaram mais intensamente, nos municípios de Bela Vista, Caracol e Porto Murtinho. Em função do avanço dos bandeirantes além-Tordesilhas, essa grande área foi disputada por lusos, à época os invasores, e espanhóis. Os hispânicos se ampararam no Tratado de Tordesilhas. Portanto, dentro dos parâmetros colonizatórios de implantação da chamada “civilização europeia”, estavam os castelhanos *legalmente* naquela porção ocidental. Posteriormente com sucessivos tratados, como o de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777), os portugueses foram se consolidando em áreas da Espanha. A Coroa Portuguesa se apoiou no princípio do direito privado romano, o *uti possidetis*, que, em síntese, significa: “quem possui de fato, deve possuir de direito”. Por meio desse expediente, os lusitanos conseguiram que terras ocidentais da Coroa Espanhola, as quais os bandeirantes percorreram, se tornassem da Coroa Portuguesa.

No Brasil imperial, as regiões oeste, sudoeste (onde se situa área em que o bando de Jacques agiu de forma mais sistemática) e sul de Mato Grosso do Sul foram invadidas por tropas paraguaias durante a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai, de 1864-1870). Sob os pontos de vista diplomático e geopolítico, os litígios de fronteira com o Paraguai começaram a ser solucionados após aquele conflito que na historiografia oficial ficou mais conhecido como Guerra do Paraguai.

¹³⁴ Ver mapa à p. 243, na obra *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*, de Regina Maria A. F. Gadelha.

¹³⁵ *Apud* Regina Maria A. F. GADELHA, *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*, p. 54.

¹³⁶ Jaime CORTESÃO (org.), *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)* (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952 - manuscritos da Coleção De Angelis, v.2, p. 3), *apud* Regina Maria A. F. GADELHA, *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*, p.54. É importante ressaltar que a referência a Mato Grosso do Sul, estado que foi criado em 1977, é nossa. Portanto, atualizamos a localização dos rios Taquari e Apa, que antes da divisão ficavam no Sudoeste do Mato Grosso uno. Hoje o Apa está localizado no Sudoeste de Mato Grosso do Sul. Quanto ao rio Taquari, ele nasce no Norte de Mato Grosso do Sul e corta a Planície Pantaneira.

No século XVIII, com a corrida para extração do ouro descoberto no distante Oeste, houve um fluxo de pessoas, em sua maioria aventureiros que entraram naquela área em busca da concretização do sonho dourado. Inicialmente, na região cuiabana, o metal precioso foi encontrado nas barrancas do rio Coxipó em finais da segunda década do setecentos¹³⁷ e depois em um local hoje cortado pela avenida Tenente-Coronel Duarte, conhecida como Prainha,¹³⁸ na atual Cuiabá. Posteriormente ocorreu ocupação de áreas auríferas na região do Guaporé e, entre 1768 e 1770, em Poconé.¹³⁹ De Porto Feliz (São Paulo), “a antiga Ararituaba”,¹⁴⁰ partiam as monções, cujo trajeto predominante eram os rios. “A história das monções do Cuiabá é, de certa forma, um prolongamento da história das bandeiras paulistas, em sua expansão para o Brasil Central.”¹⁴¹ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, demorava-se de cinco a sete meses¹⁴² para chegar às minas cuiabanas. Parte da navegação ocorria no Sul do antigo Mato Grosso. Além das doenças, acidentes geográficos, intempéries da natureza, os monçoeiros temiam os índios caiapó meridional, paiaguá e guaicuru, etnias que resistiram ao avanço dos paulistas na Fronteira Oeste.

Como no restante do país, a estruturação da economia em Mato Grosso deu-se sobre os alicerces do trabalho escravo dos afros e afrodescendentes, introduzido no século XVIII, quando os portugueses iniciaram a exploração daquela imensidão de terras localizadas a ocidente de Tordesilhas, dando início ao processo de consolidação da Fronteira Oeste. O trabalho

¹³⁷ Apontam-se duas datas para o primeiro achado de ouro na região cuiabana: 1718 e 1719. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Monções* (1945), primeira reimpressão (2000) da terceira edição (1990), p. 44, Pascoal Moreira Cabral, “junto à barra do Coxipó-Mirim, encontrou, em 1718, granitos de ouro cravados pelos barrancos”, antes de Antônio Pires de Campos ter percorrido o rio Cuiabá com o intuito de aprisionar índios coxiponé. Na obra *O processo histórico de Mato Grosso* (1990), p. 11, Elizabeth Madureira Siqueira, Lourença Alves da Costa e Cathia Maria Coelho Carvalho explicam que em 1718, à procura dos coxiponé, a bandeira de Antônio Pires de Campos “atingiu o rio Coxipó”. No ano seguinte chegou a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, que, “acidentalmente, encontrou ouro nas barrancas do rio [Coxipó]”. Para o mesmo assunto, tendo como referência Joseph Barbosa de Sá (*Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*, Cuiabá: UFMT, 1975, p. 12, obra também citada por Sérgio Buarque, ABN, v. XXIII, p. 5-58, em *Monções*, p. 44 e nota 2 na mesma página), a historiadora Maria do Carmo Brazil, em *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888* (2002), p. 61, cita, a exemplo de Buarque, 1718 como o ano em que Pascoal Moreira Cabral “encontrou depósitos auríferos no leito do rio Coxipó-Mirim”.

¹³⁸ Elizabeth Madureira SIQUEIRA; Lourença Alves da COSTA; Cathia Maria Coelho CARVALHO, *O processo histórico de Mato Grosso*, p. 13.

¹³⁹ Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 77.

¹⁴⁰ Sérgio Buarque de HOLANDA, *Monções*, p. 68.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 43.

¹⁴² *Ibid.*, p. 290.

escravo assumiu importância estratégica na ocupação daquelas áreas. “[...] É circunstância essencial à introdução de negros, pois [...] os brancos sem eles em toda parte da América, e principalmente em Minas quase se pode dizer que são inúteis.”¹⁴³ Fora da concepção capitalista de salário e mais-valia, que no Brasil começou a ser pensada no XIX, o trabalho não era coisa para pessoas livres. A liberdade estava ancorada numa mentalidade da qual se excluía o trabalho.

Dentro desse princípio, as razões estruturais que levaram à introdução do trabalho escravo do/a negro/a em Mato Grosso foram as seguintes: extração do ouro; fome e doença; construção de Vila Bela da Santíssima Trindade, para ser sede da capitania; a atividade canavieira; e a exigência de que o índio não fosse escravizado.¹⁴⁴ O trabalho intenso, estropiante, aliado à insalubridade da região e à escassez de alimento, era fator que encurtava a vida útil do escravo, impondo a premência de reposição da força de trabalho cativa.¹⁴⁵

Para efetivar a fixação portuguesa além-Tordesilhas eram necessários braços escravos.

A instalação de órgãos de defesa lusitana nas áreas de fronteira com as de domínio espanhol, sobretudo os fortes de Coimbra [no atual Mato Grosso do Sul] e do Príncipe da Beira [hoje localizado em Rondônia], gerou a necessidade de ampliação da mão-de-obra, determinando a entrada considerável de trabalhadores escravizados, *boçais* e *ladinos*, na Capitania de Mato Grosso [grifos da autora].¹⁴⁶

De 1720 a 1772 foram trazidos para Mato Grosso 15,38 mil negros/as escravizados/as.¹⁴⁷ Com o incentivo da Coroa, após o rápido auge da atividade mineradora, por meio do franqueamento de terras, começaram a surgir fazendas nas cercanias de Cuiabá.

Em linhas gerais, o escravismo em Mato Grosso seguia o procedimento institucional de outras regiões do país. Porém havia singularidades. Uma delas, nas regiões das Minas, era o distanciamento do dono em relação a seu escravo. A causa desse afastamento era o temor de

¹⁴³ D. Antonio ROLIM DE MOURA, *Correspondências* (Cuiabá: Imprensa Universitária, NDIHR/UFMT, 1982, p. 122-123), *apud* Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 61.

¹⁴⁴ Edvaldo ASSIS, *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso* (Cuiabá: UFMT/Proed, 1988, p. 40), *apud* Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 73.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 40, *apud* *ibid.*, p. 73.

¹⁴⁶ Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 72.

¹⁴⁷ “UFMT/NDIHR/Mapeamento – população escrava, esboçada por ASSIS, E. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*, Cuiabá: Edições UFMT/Proed, 1988, p. 40”, *apud* Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 73.

contrair enfermidades como malária e corrução¹⁴⁸ que acometiam negros e também brancos. “Por essa e outras razões, muitos senhores preferiam manter-se distantes dos núcleos de exploração, o que gerava o descontrole relativo do sistema de feitorização e fiscalização da produção.”¹⁴⁹ Devido aos destemperos climáticos – calor, chuva, névoa, friagem –, que criavam condições propícias à infestação de bichos-de-pé, pulga, ratos e répteis peçonhentos, o longínquo Oeste brasileiro era uma das áreas mais insalubres do país naquela época. Quadro que se agrava com a escassez de alimento nas áreas de mineração.

Outro diferencial, se comparado a outras partes do Brasil (nas áreas açucareiras e cafeiras, preponderantemente), é de que a contribuição do escravismo no desenvolvimento do sistema produtivo no grande Mato Grosso não teve tanta expressividade econômica.¹⁵⁰

Ainda no setecentos começou, rapidamente, a decadência da mineração na região do atual Mato Grosso que basicamente era realizada por escravos. O esgotamento das minas fez surgir um contingente de pessoas não-escravas desocupadas. Juntaram-se a esses *livres* os escravos. Como ocorreu no restante da Colônia e depois Império, esses grupos eram totalmente expropriados e sem condições mínimas de sobrevivência. Isso reforçou ainda mais o processo de constituição das *classes perigosas*, designação usada no século XIX, durante a Revolução Industrial, quando se acumulou uma massa de desempregados – a reserva, uma super-reserva de mão-de-obra vinda do meio rural à disposição do setor fabril. A situação mais extrema dessa força de trabalho sem trabalho seriam as *classes perigosas*, ou seja, “o último resíduo da superpopulação relativa”.¹⁵¹

A exemplo do restante do Brasil, em Mato Grosso a resistência dos negros à escravidão foi marcante. As formas proeminentes de rebeldia na Fronteira Oeste foram “lentidão na realização das tarefas, incúria, obediência simulada, trato ruinoso dos animais, destruição dos

¹⁴⁸ Segundo Maria do Carmo Brazil, em *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 68, “[...] a corrução [grifo nosso], conhecida também por *maculo* ou *mal-de-bicho*,” tinha como “[...] principal característica [...] uma diarréia, acompanhada de febre contínua, inércia, forte dor na região occipital e o extremo relaxamento do esfíncter anal”.

¹⁴⁹ Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 75.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 83.

¹⁵¹ Karl MARX, *O Capital*, seção IV do capítulo XXV, tomo III, “[...] edição francesa do primeiro volume [...], traduzida por Joseph Roy e inteiramente revista pelo Autor”, *apud* Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 1-2.

instrumentos de trabalho”.¹⁵² Na extração de produtos de origem vegetal, como poaia e látex, não era frequente a utilização do escravo. O mesmo ocorria com a pecuária, atividade econômica que se desenvolveu mais intensamente nas áreas que hoje fazem parte de Mato Grosso do Sul. “Os trabalhos desenvolvidos na criação de gado reduziam-se ao campeio, à marcação, à castração e à condução de boiadas para a comercialização.”¹⁵³ Atividades extrativas vegetais e de criatório, dadas suas características extensivas, portanto de difícil aplicação da feitoria, facilitavam a fuga dos negros, ocasionando prejuízo aos seus donos, pois, além da força de trabalho, havia muito dinheiro investido na compra de escravos.¹⁵⁴ A fronteira era um componente a mais na preocupação dos escravocratas mato-grossenses diante da possibilidade levantada por Rolim de Moura (governador da capitania), em 1758, de os cativos fugirem até mesmo além-Brasil, em possessões castelhanas. “[...] Alguns escravos têm daqui fugido para missões, que nunca tornaram; mas não sei se o conservam dentro das missões, ou se estão escondidos nos matos vizinhos, ou se fugiram para o Peru.”¹⁵⁵ É importante ressaltar que, desde o século XVIII, a realeza espanhola libertou da condição de escravos “[...] os negros fugidos chegados dos domínios lusitanos”.¹⁵⁶ No oitocentos, o surgimento de estados independentes nas antigas possessões espanholas e a conseqüente abolição da escravatura nas novas nações aumentaram as fugas de escravos a países vizinhos a Mato Grosso. Reclama José de Arruda e Silva, numa correspondência à presidência da província: “Fugiram dois escravos meus para a Bolívia [...]”.¹⁵⁷

Na parte norte de Mato Grosso, principalmente em áreas que englobam a Baixada Cuiabana e o Vale do Guaporé, os/as negros/as que escapavam dos grilhões de seus senhores organizavam-se em quilombos. Um dos mais importantes foi o Quariterê, na região guaporeana, organizado na segunda metade do século XVIII, e que chegou a reunir “[...] uma popula-

¹⁵² Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 105.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 82.

¹⁵⁴ *Id.*, *ibid.*

¹⁵⁵ Antonio ROLIM DE MOURA, *Correspondências* (Cuiabá: Imprensa Universitária, NDIHR/UFMT, 1982, p. 162), *apud* Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 113.

¹⁵⁶ Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 114.

¹⁵⁷ “CARTA dirigida ao presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim em 23/03/1845. Avulsos. Lata 1851. Cuiabá. Arq. do Estado de Mato Grosso”, *apud* Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 114.

ção de 79 negros e cerca de 30 índios e mestiços”.¹⁵⁸ O quilombo situava-se “[...] nas campanhas do rio Galera, região servida por diversos pequenos rios. Os fugitivos viviam da lavoura, da caça e da pesca”.¹⁵⁹ A organização no Quariterê era distinta de outros núcleos de aquilombados. “Governava-lhe um Rei a quem sucedeu uma rainha viúva, Tereza da nação de benguela, atuava também um parlamento em que presidia o capitão-mor José Carvalho e era conselheiro da rainha um tal José Piolho.”¹⁶⁰

As revoltas de negros na Fronteira Oeste estendiam à porção meridional, hoje Mato Grosso do Sul. Numa fazenda nas proximidades do termo (limite) de Corumbá, 10 negros – entre eles José, Benedicto, Julião e Laurindo – rebelaram-se junto com os camaradas João Ignácio e André (boliviano). Eles mataram Firmiano Firmino Ferreira Candido, destacado fazendeiro da região, e seu capaz João Pedro.

Na tarde do dia 15 do corrente [janeiro, 1878] os indiciados, armados de espingardas, facas e espadas, dirigiam-se a margem esquerda do rio Paraguai (na baía do Chané), e ahi, a surpresa, desfecharam ou dispararam quatro tiros de espingarda sobre Firmiano que morreo instantaneamente, estando este deitado numa rede conversando com sua filha Gertrudes Candida Ferreira. [...]. Depois deste facto tomaram algumas espingardas que existiam na casa em que foi assassinado Firmiano, dirigiram-se [a um] lugar denominado Ipiranga – e ahi, cerca de oito horas da noite, estando dormindo o capataz João Pedro, foi igualmente pelos mesmos assassinado com três tiros.¹⁶¹

A escravatura nos moldes da Colônia e do Império teve sobrevida em Mato Grosso na produção açucareira e na extração da erva-mate nativa. Persistiu até o limiar da década de 1930, com o uso da coerção física. “Até ao ano de 1931 registrou-se a existência de escravidão de negros, índios e brancos em algumas usinas do norte que possuíam também um eficiente esquema repressivo, com guarda própria, *troncos* e casas de suplício.”¹⁶² Diferentemente de São Paulo, onde nas fazendas de café desenvolveu-se o regime de colonato, com resquícios

¹⁵⁸ Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 116.

¹⁵⁹ Id., *ibid.*

¹⁶⁰ “Cf. Felipe José Nogueira COELHO, Memórias cronológicas da Capitania de Mato Grosso, *Revista IHGB*, 2. trim., 1850”, *apud* Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p.116-117.

¹⁶¹ “MSS. Tribunal da Relação da Prov^a de Matto Grosso – 1885. Corumbá. Apelação Criminal. Appe. o juiz de direito... Tribunal do Jury Appdo. André Vasquez (camarada) de 24 de janeiro de 1878. Acervo do Arquivo do Fórum de Corumbá, MS, Cx. 1431”, *apud* Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 120.

¹⁶² Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 45.

de práticas escravistas, em Mato Grosso ainda havia pura e simplesmente a escravidão até o início do primeiro governo de Getúlio Vargas.

O banditismo rural a mando de grandes proprietários de terra proliferou nesse ambiente escravocrático mato-grossense desde a época colonial para tentar conter rebeldias dos escravos. “As notícias de crimes contra senhores e feitores e o receio de revoltas coletivas mobilizaram capangas, mercenários, capitães-do-mato e autoridades.”¹⁶³

No Brasil das oligarquias rurais, como as da cana, do café e da pecuária, houve um processo contrário ao da Inglaterra. Havia aqui, e de certa forma ainda há, um modelo agrário exportador fundamentado na grande propriedade monocultora. Portanto, a origem das *classes perigosas* em nosso país é preponderantemente rural e posteriormente expandiu para as áreas urbanas. Com o declínio da mineração, basicamente do ouro e do diamante, houve no Brasil uma brutal aceleração do processo de pauperização de uma população que não se incluía no construto da “civilização” de formato europeu. Desse terreno de exclusão brotaram-se formas violentas destinadas a garantir o domínio da aristocracia rural. Institui-se a capangagem, primogênita do jaguncismo a soldo de coronéis, do banditismo genérico e da pistolagem. As pessoas que agiam de forma violenta eram “[...] a plebe, que não possui valor próprio, e que economicamente tem uma importância secundária” que “exerce, em nossa história, a função específica de ser viveiro da capangagem senhorial”.¹⁶⁴ Assim, tornou-se fácil arrebanhar, entre os que dependiam do oligarca, “[...] grupos armados de jagunços ou capangas”.¹⁶⁵ Montou-se o que Pang chamou de “[...] *exércitos feudais particulares* [grifo nosso] [que] lutavam por questões de terras, de águas, em disputas eleitorais”.¹⁶⁶

Segundo Pang, as disputas pelos poderes políticos localizados, envolvendo clãs oligárquicos com suas milícias armadas, atingiram seu ápice entre 1850 e 1950. O coronelismo se impôs com mais intensidade. Diante da impotência do Império e, depois de 1889, da frágil República nascente, ocorreu-se uma “[...] transformação do poder privado [dos coronéis] em

¹⁶³ Maria do Carmo BRAZIL, *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, p. 119.

¹⁶⁴ Francisco José de Oliveira VIANNA, *Populações meridionais do Brasil* (4.ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938, 2º v., póstumo; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, [s.p.]), *apud* Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 111-112.

¹⁶⁵ Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 115.

¹⁶⁶ Eul-Soo PANG, *Coronelismo e oligarquias 1889-1943* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979, [s.p.]), *apud* Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 115.

poder público [...]”.¹⁶⁷ A força bélica dos chefes locais, exercida por meio da capangagem, assumira “[...] um *status* legal ou quase legal, como unidades militares”.¹⁶⁸

A relação servil entre o povo jogado à penúria e as oligarquias detentoras das vastas áreas de terras, exercendo o poder público pela força, teve sua semente plantada no início da colonização lusa, no século XVI, quando se lançou o germen do latifúndio com as capitânias hereditárias e sesmarias que resultaram numa grande concentração de terra na mão de poucos. Era “[...] a política de povoamento prescrita pela Metrópole, empenhada nas doações de terras aos nobres ou ‘homens de qualidades’”.¹⁶⁹ Somam-se a isso o processo sanguíneo de extermínio da população indígena e a escravidão.

Na segunda metade do oitocentos até os primeiros 50 anos do novecentos, em terras mato-grossenses com uma permanente fronteira colonizadora em conflito, o coronelismo prosperou com “*guerras*” entre oligarquias escudadas no banditismo. “Em Mato Grosso, (...) clãs políticos tais como os Murtinho e os Correia da Costa (Pedro Celestino)[...]”¹⁷⁰ se digladiavam e se alternavam no poder. No Sul do antigo Mato Grosso, onde atuou Jacques nos anos 1930, na área de fronteira, fatores como a Guerra do Paraguai, revoltas locais e o movimento constitucionalista de 1932 criaram condições propícias ao coronelismo amparado por bandoleiros. O conflito da Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) desorganizou ainda mais o então fraco poder do Império sobre a Fronteira Oeste. O banditismo rural na parte meridional de Mato Grosso se fortaleceu. “Nas áreas diretamente afetadas pela invasão paraguai-a, deu-se a completa desorganização dos esquemas de controle estatais na região de fronteira, no período subsequente à guerra.”¹⁷¹ Pós-Guerra do Paraguai, o banditismo rural na fronteira do Brasil com aquele país proliferou com focos de ação “às vezes perfeitamente delimitados pela concentração em algumas fazendas, ou promovendo constantes ataques aos que participavam da reconstrução de fazendas [...]”¹⁷² atingidas pelas batalhas do conflito platino.

¹⁶⁷ Eul-Soo PANG, *Coronelismo e oligarquias 1889-1943* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979, p.25, *apud* Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 115.

¹⁶⁸ Id., *ibid.*, *apud* id., *ibid.*

¹⁶⁹ Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 132.

¹⁷⁰ Eul-Soo PANG, *Coronelismo e oligarquias 1889-1943* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979, [s.p.]), *apud* Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 115.

¹⁷¹ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 189.

¹⁷² Id., *ibid.*

No campo político-econômico, a Guerra do Paraguai trouxe, no caso do *coronelismo guerreiro* – expressão usada por Corrêa para distinguir do chefismo que não utilizava armas –, novas dimensões às relações coronéis-bandidos e vice-versa, com alterações do sistema *chefista-oligárquico* do Mato Grosso meridional. Embora Cuiabá permanecesse como centro de prestígio político que irradiava a todo o estado, os velhos chefes do norte de Mato Grosso se enfraqueciam em função do “[...] assentamento de um poder político-administrativo sobre novas bases econômicas e sociais que emergiram nos fins do século XIX”.¹⁷³ Corrêa avalia que, além da incursão paraguaia, o colapso da atividade mineradora¹⁷⁴ contribuiu para que as forças nortistas entrassem em declínio enquanto referência de poder.

À política fundiária brasileira legitimada pela excludente Lei de Terras de 1850, claramente norteadas para consolidar institucionalmente o latifúndio, se insere o componente racial na abordagem de classe social. A crise do escravismo, os movimentos de resistência dos/as escravos/as em Mato Grosso, a introdução do colono imigrante nas terras brasileiras e o banditismo rural fazem parte de uma complexa formação histórica da grande propriedade, com suas relações de produção engendradas dentro de especificidades do país.

A origem e a legitimação da propriedade fundiária remontam a milênios. Não foi uma construção institucional pacífica, sem violência. Richard W. Slatta estabelece um paralelo, observando que o banditismo e sua prática de obter algo pela força ou pela ameaça é algo “[...] tão antigo quanto a propriedade privada”.¹⁷⁵ Quer a soldo do senhorio, quer guiado por seus próprios interesses, o bandido rural é ao mesmo tempo transgressor e instrumento de defesa da terra *cercada*, princípio que se cristalizou através dos tempos e trouxe para as fronteiras institucionais, no mundo contemporâneo, a determinação jurídica de que se deve respeitar a propriedade, que, salvo algumas exceções, transformou-se num forte alicerce do latifúndio na América Latina.

No contexto latino-americano, na Fronteira Oeste do Brasil, no Mato Grosso meridional, o gaúcho-sul-mato-grossense Silvino Jacques, com seu bando rural, nos anos 1930, atuou numa região que não ficou imune ao coronelismo e conseqüentemente à grande concentração de terras nas mãos de poucos.

¹⁷³ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 59.

¹⁷⁴ Id., *ibid.*

¹⁷⁵ Richard W. SLATTA, “Eric J. Hobsbawm’s Social Bandit: A Critique and Revision”, *A Contracorriente*, p. 22, disponível em <http://www.ncsu.edu/project/contracorriente/spring_04/Slatta.pdf>, acesso em 31 jul. 2008.

Na década de 1930, o Mato Grosso, como outras partes do vasto Centro-Oeste e a maioria do interior brasileiro, era preponderantemente rural, numa situação em que os camponeses não dispunham de terra para cultivo, por que elas, antes habitadas por etnias indígenas, estavam agora nas mãos de fazendeiros, em sua maioria chefes políticos locais, e grupos multinacionais, característica que em maior ou menor grau ainda ocorre no Brasil do século XXI, principalmente na Amazônia que ainda é uma fronteira, uma frente de expansão agropecuária.

A gênese do banditismo, principalmente o de matiz rural, está associada a movimentos seminais definidos como *rebeldias primitivas*,¹⁷⁶ especialmente pela literatura marxiana.

Iniciado em períodos anteriores ao desenvolvimento do capitalismo, o processo de criminalização dos movimentos, como o dos salteadores associados a camponeses, consolidou-se em prol dos que detêm a terra como um meio de produção. A propriedade estruturou-se por meio da opressão socioeconômica e política, culminando com a violência física, moral e, em boa parte dos casos, em crimes contra a vida.

No tocante à defesa da terra nos parâmetros de estruturação do capitalismo, o historiador britânico Edward Palmer Thompson, em *Senhores e caçadores: a origem da lei negra* (©1975, ©1977), referindo-se à Inglaterra do século XVIII, nos dá uma dimensão de como se construiu um sistema que se hegemonizou sobre os meios de produção. Thompson faz uma análise da Lei Negra (1723), criada sob o pretexto de punir os “negros”, pessoas acusadas de cometer delitos nas florestas inglesas, caça principalmente:

[...] a lei realmente mediava relações de classe existentes, para proveito dos dominantes; não só isso, como também [...] tornou-se um magnífico instrumento pelo qual esses dominantes podiam impor novas definições de propriedade, para proveito próprio ainda maior, como no caso da extinção legal dos vagos direitos de uso agrários e da ampliação do aumento das terras comunais.¹⁷⁷

As reflexões de Thompson nos permitem analisar de que forma se deu a instituição do sistema fundiário na Europa ocidental e em boa parte da América ibérica. No quadro europeu e mundial, a Inglaterra e a França foram as matrizes da via clássica que, segundo o historiador francês Albert Soboul, consistiu na “[...] decomposição da propriedade agrária de tipo feudal e a formação do capital industrial, [o que] leva a concluir que aí reside o essencial da transição

¹⁷⁶ Para mais detalhes, ver as obras *Bandidos (Bandits)*, traduzida por Donaldson Magalhães Garschagen (Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976) e *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX (Primitive rebels - studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th centuries)*, ©1959, traduzida por Nice Rissone (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970), ambas de Eric J. Hobsbawm.

¹⁷⁷ E. P. THOMPSON, *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*, p. 356.

do feudalismo ao capitalismo”.¹⁷⁸ Esse processo expropriatório resultou numa multidão de camponeses que passaram a ocupar áreas urbanas industriais na Inglaterra do século XIX.

No Brasil, o poder central colocou em pauta o que Bourdieu chama de “[...] discurso regionalista, [que] é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida”.¹⁷⁹ Seria um discurso regional visando a uma suposta unidade nacional, formulação típica de regimes autocráticos.

A retórica em torno do “*regional*” e do “*nacional*” se contrapõe nesse projeto de unidade. Há, nesse aspecto, ação no sentido de se buscarem os “*grandes feitos*” localizados, as epopeias descritas, narradas pelos memorialistas. “É sabido que, no Brasil, o regionalismo é forte porque as frações sociais dominantes sempre pensam o espaço regional como o próprio local da brasilidade.”¹⁸⁰ O historiador Osvaldo Zorzato aponta, de forma crítica, uma “*brasilidade*” mato-grossense como herança do bandeirantismo, em torno da qual se buscou a “*origem*” dos habitantes do Mato Grosso pré-divisão. Seria o que o historiador chama de “epopeia bandeirante”.

O Brasil pré-Vargas era dominado por uma complexa engenharia política e socioeconômica da qual o coronelismo amparado pelo cangaço dependente (Nordeste), pelo jaguncismo e pelo bandoleirismo em outras partes do Brasil exercia forte política de cunho paroquial. Uma estrutura de mando com poderes localizados constituiu o principal fundamento político extrainstitucional na Primeira República (1889-1930). Os coronéis, além da força política oriunda do voto controlado por seus cabos eleitorais, lançavam mão da coação, tendo como instrumentos “a opressão, a violência, a crueldade, [usadas para obter votos], tão usuais quanto os favores e os benefícios”.¹⁸¹

O poder oligárquico rural começou a ser minado na década de 1920. Intensificaram-se os descontentamentos com a “[...] Primeira República, definida como um sistema de poder oligárquico e fraudulento, marcado por interesses regionalistas e pela hegemonia política de

¹⁷⁸ *Apud* Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 88-89.

¹⁷⁹ Pierre BOURDIEU, *O poder simbólico*, p. 116.

¹⁸⁰ Osvaldo ZORZATO, *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*, f. 62.

¹⁸¹ Maria Isaura Pereira de QUEIROZ, O coronelismo numa interpretação sociológica, *in*: Boris FAUSTO (dir.), *O Brasil republicano*, p. 161.

São Paulo sobre o conjunto da nação”.¹⁸² O tenentismo catalisou descontentamentos de setores até então alijados de exercer influência política na condução dos destinos da República. “A essência do movimento tenentista consistiu no seu papel ligado ao processo de ascensão da burguesia brasileira, em luta contra o absoluto domínio exercido pela classe latifundiária.”¹⁸³ No campo oposto ao da burguesia, surgiu em 1922 o Partido Comunista do Brasil (PCB). Os comunistas dos anos 1920 eram seguidores das diretrizes da União Soviética. Em 1926, o militante do PCB, Octavio Brandão, publicou o livro “*Agrarismo e industrialismo* [...]”, no qual o Brasil era visto como um país cujas relações de trabalho no campo permaneciam feudais”.¹⁸⁴ A burguesia incipiente e os comunistas concordavam num ponto: o atraso das instituições nacionais, submissas a um sistema oligárquico.

Como manifestação máxima do tenentismo veio a Coluna Miguel Costa/Luís Carlos Prestes que durante dois anos e meio, até fevereiro de 1927, percorreu 12 estados brasileiros difundindo, principalmente no meio rural, ideias, à época consideradas *revolucionárias*. Além da resistência das forças repressivas do governo federal, os integrantes da Coluna foram perseguidos por jagunços e bandoleiros a mando de chefes políticos locais, os coronéis latifundiários. A respeito do poder de coação das oligarquias, Luís Carlos Prestes descreveu assim um dos episódios vividos durante aquela grande marcha: “Uma vez, em Mato Grosso, estávamos sendo perseguidos pelos jagunços de Franklin de Albuquerque, um desses fazendeiros que organizou tropas mercenárias permitidas pelo governo Bernardes.”¹⁸⁵ A mando da Presidência da República, no Nordeste deu-se a Lampião um falso posto de capitão do Exército brasileiro, para que ele e seus cangaceiros, transformados em força militar, combatessem a Coluna. Mas quando percebeu que em plena busca a Prestes e seu grupo estava sendo enganado, Virgulino mudou de ideia e desistiu da perseguição aos integrantes da marcha.¹⁸⁶

O movimento tenentista, mais a crise do modelo agrário exportador brasileiro, cujo produto principal, o café, foi inviabilizado no mercado internacional, em função da depressão econômica iniciada em 1929, foram capitalizados por Getúlio Vargas por meio da chamada *Revolução de 30*.

¹⁸² Maria Helena Rolim CAPELATO, *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, p. 43.

¹⁸³ Nelson Werneck SODRÉ, Prefácio, in: Virgílio SANTA ROSA, *O sentido do tenentismo*, p. XVII.

¹⁸⁴ Marly RODRIGUES, *O Brasil na década de 1920: os anos que mudaram tudo*, p. 43.

¹⁸⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO, 2 jul. 1978, apud Nelson Werneck SODRÉ, *A Coluna Prestes*, p. 88.

¹⁸⁶ Maria Isaura Pereira de QUEIROZ, *História do cangaço*, p. 52.

Na década de 1960, graças ao avanço dos movimentos populares urbanos, sobretudo as camadas médias e a pequena burguesia mais ativa politicamente, a produção literária e historiográfica retomou o tema *banditismo* via contribuição sociológica. O livro *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas* (obra póstuma, 1963), de Rui Facó, destaca o avanço das lutas camponesas e populares no Brasil, tendo como um dos pontos germinais o messianismo e o milenarismo. Sobre essa obra, Paulo Dantas comenta em 1963, na Revista Brasiliense:

o livro de Rui Facó [...] surge em momento oportuno, justamente agora quando estamos fechando êsse ciclo de um sertão fanático e desaparecido, o qual começa a ceder lugar ao desenvolvimento das massas camponesas [*sic!*], agrupadas em ligas ou sindicatos, já em franca evolução para uma revolução social e agrária, inevitável [...]. O sertão já não existe mais em termos de Canudos ou Juazeiro do Padre Cícero, Caldeirão ou Pau-de-Colher. Os líderes camponeses de hoje não buscam a proteção dos rosários ou dos rifles, reivindicando de peito aberto, com clarividência e lucidez, seus direitos à terra comum a todos, lutando pela sua posse, assim espancando todos os fantasmas místicos e penitentes que concorreram para o aumento do seu secular atraso e abandono.¹⁸⁷

O enfoque dado por Facó ilustra o gérmen de uma organização política contra o latifúndio e em favor da democracia a ser alcançada com as chamadas “reformas de base”. Otávio Guilherme Velho reporta a prevalência do modo *plantation*, uma das gêneses da grande propriedade, na histórica formação socioeconômica brasileira, como uma barreira à formação “[...] de uma massa de camponeses livres”, o que resultou em “[...] um campesinato submetido a um sistema de servidão [...]”¹⁸⁸

Em *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*, Facó dimensiona o avanço das lutas camponesas e populares, no Brasil e no mundo. O autor refuta formulações segundo as quais as revoltas que precederam a formação de movimentos rurais no território nacional eram de cunho meramente messiânico. Na esteira de movimentos programáticos de organização social e política de setores excluídos do direito à terra, de outros meios de produção e de usufruto de bens no mundo e mais especificamente no Brasil – Canudos (1893-1897) e Contestado (1912-1916), entre outros –, tentou-se atribuir a essas revoltas caráter exclusivamente místico, produto do fanatismo.

Em Mato Grosso no ano de 1933, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, o movimento armado do Tanque Novo (1930-1934), na região de Poconé, com características

¹⁸⁷ Paulo DANTAS, Rui Facó – “CANGACEIROS E FANÁTICOS”, *Revista Brasiliense*, n. 50, p. 111, nov.-dez. 1963.

¹⁸⁸ Otávio Guilherme VELHO, *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*, p. 137.

semelhantes a Canudos e Contestado, eclodiu e, a partir de Laurinda Lacerda Cintra, a Doninha, assumiu características políticas, atingido um misto de messianismo e milagres. “Na ocasião, os habitantes do arraial [Tanque Novo] foram perseguidos e presos por questões políticas, tendo sido apenas Doninha submetida a julgamento.”¹⁸⁹ As terras onde se fixou esse arraial, antes da invasão de colonos mineradores, eram dos índios beripoconé e guató. A consequência foi o extermínio desses indígenas naquela região.¹⁹⁰

Doninha era a nona filha dos Lacerda Cintra, que viviam em Tanque Novo. Havia uma prole numerosa na família, que “vivia modestamente da agricultura e da criação de animais, porém sem miséria”.¹⁹¹ A partir dos 22 anos de idade, já com dois filhos e esperando outro, ela

começou a ter visões de uma Santa, inicialmente chama de “MARIA DA VERDADE” e que, posteriormente, passou a se chamar “JESUS MARIA JOSÉ”. [Com essas] aparições, Doninha começou a ser solicitada, uma vez que a Santa não só lhe aconselhava sobre doenças, mas também fazia algumas previsões sobre o futuro.¹⁹²

As curas que teriam acontecido por meio de milagres provocaram deslocamento de pessoas em romarias à localidade. Isso transformou Tanque Novo que de arraial passou a ser uma “[...] pequena vila, relativamente populosa, pois muitos que procuravam Doninha, passaram a residir ali”.¹⁹³ Formou-se naquele lugar uma sociedade fundamentada na agricultura familiar. “[...] As pessoas ali reunidas iam pouco a pouco se fixando, umas comprando sítios, outras construindo casas, algumas cultivando o solo e todas procurando, no trabalho honrado do campo, no pequeno comércio e nas artes e ofícios, uma vida útil e progressista”.¹⁹⁴ Esse movimento é um dos mais claros exemplos cuja mística se mistura à política e à economia.

Movimentos como Canudos, Contestado e Tanque Novo reforçam a ideia de que eles não eram apenas manifestações místicas. Eles ultrapassaram a fronteira do que hoje chamamos de fundamentalismo religioso para assumir dimensões de luta organizada contra o lati-

¹⁸⁹ Elizabeth Madureira SIQUEIRA; Lourença Alves da COSTA; Cathia Maria Coelho CARVALHO, *O processo histórico de Mato Grosso*, p. 184.

¹⁹⁰ Id., *ibid.*

¹⁹¹ Id., *ibid.*

¹⁹² Id., *ibid.*

¹⁹³ Id., *ibid.*

¹⁹⁴ Maria de Fátima Gomes COSTA, *Tanque Novo: a dimensão política de um novo movimento religioso MT 1930-1934* (Dissertação de mestrado, 1987, UnB), [s.f.], *apud* Elizabeth Madureira SIQUEIRA; Lourença Alves da COSTA; Cathia Maria Coelho CARVALHO, *O processo histórico de Mato Grosso*, p. 184-185.

fúndio, visando a construir, no plano econômico, sociedades não-excludentes. “Acreditamos [...] que os fenômenos de misticismo ou messianismo, que se convencionou chamar de fanatismo, disseminados pelos sertões em nosso passado ainda recente, têm um fundo perfeitamente material e servem apenas de cobertura a esse fundo.”¹⁹⁵ Martins dimensiona as rebeldias do campesinato para além do pré-político, classificando-as como uma ameaça ao sistema hegemônico refletida no aparato repressor do Estado Nacional.

A intervenção militar em Canudos e no Contestado, em defesa da ordem e do regime, constituiu a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses da sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador.¹⁹⁶

2.1 CAPITAL ESTRANGEIRO NA TERRA DOS CORONÉIS

No plano econômico, a parte meridional de Mato Grosso vinha alcançando desempenho superior ao Norte do estado com a inauguração em 1914 da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, quando intensificou seu crescimento com investimentos que se inseriam no modo capitalista. A linha férrea começou a ser operacionalizada “[...] ligando o sul de Mato Grosso (até Porto Esperança), ao resto do país pelo interior”.¹⁹⁷ O trecho Porto Esperança-cidade de Corumbá da ferrovia, na fronteira Brasil-Bolívia, foi concluído na década de 1950. Um ramal da Noroeste (Campo Grande a Ponta Porã, fronteira Brasil-Paraguai) começou a funcionar em três etapas: Indubrasil no município de Campo Grande–Maracaju (1944)–Itahum/Dourados (1949)–Ponta Porã (1953).¹⁹⁸

As relações de produção com características não-capitalistas ainda marcavam a região meridional do Grande Oeste, num contexto de lenta fixação do capitalismo que se tornou mais dinâmica com a ferrovia. A maioria dos empreendimentos fundiários de capital estrangeiro se

¹⁹⁵ Rui FACÓ, *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*, p. 9-10.

¹⁹⁶ José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 1983, p. 62.

¹⁹⁷ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 146.

¹⁹⁸ ESTRADA de Ferro Noroeste do Brasil, *Wikipédia*, disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Noroeste_do_Brasil>, acesso em 30 mai. 2009.

situava em áreas localizadas estrategicamente em municípios cortados pela estrada de ferro nas regiões leste, central e oeste do Sul do antigo Mato Grosso.

Os investimentos com capital estrangeiro tinham como alvo as terras, grandes extensões de terras. Empresas de outros países passaram a investir mais intensamente em áreas na região, principalmente para criação de gado bovino. “Companhias inglesas, americanas e argentinas têm adquirido de particulares grandes e extensos campos, nos quaes estabelecem fazendas de criar, introduzindo reprodutores de raças apuradas que vão melhorando os nossos rebanhos, aperfeiçoando [a] indústria”¹⁹⁹ do saladeiro.

A estrada de ferro, diferentemente de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, trazia ao Mato Grosso não a noção que contrapunha o atrasado meio rural ao meio urbano, mas a contraposição de um latifúndio oligárquico, coronelista, atrasado e o latifúndio capitalista por excelência, que dispunha, já naquela época, de técnicas de aprimoramento genético de bovinos.

Em meados dos anos 1930 as empresas latifundiárias na porção meridional de Mato Grosso, incluindo as de capital estrangeiro e outras fazendas, possuíam vasta extensão de terra. “[...] Todas as [...] terras aproveitáveis, pastas, lavradas e de industria extractiva estão repartidas entre alguns fazendeiros e meia duzia de companhias estrangeiras, somando, somente estas, milhões de hectares.”²⁰⁰

Abaixo, lista de empreendimentos latifundiários de capital estrangeiro em municípios do Sul do antigo Mato Grosso, meados de 1930, em hectares (ha).

Fronteira Brasil-Bolívia

Corumbá

Brazil Land Cattle Packing Company	1.000.000
Fazenda Franceza	172.352
Sociedade Anonyma Rio Branco	549.159
Sun American Belge S.A.	177.060

¹⁹⁹ “MENSAGEM apresentada á Assembléa Legislativa, em 21 de maio de 1923, [por] Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do estado de Matto Grosso [grifo nosso]”, Cuyabá: Typ. Official, 1923, p. 6, *apud* Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 146.

²⁰⁰ Moura CARNEIRO, Os arrendamentos da Matte Laranjeira, 1938, p. 8, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul (APE), cml-d 058 e cml-d 414, respectivamente pastas 2 e 19.

Áreas vizinhas ao município de CorumbáAquidauana

The Brazilian Meat Company	5.000
----------------------------------	-------

Miranda

Fazenda Franceza	242.456
------------------------	---------

The Miranda Estancia Company	219.506
------------------------------------	---------

Fronteira Brasil-ParaguaiBela Vista

Matte Larangeira.....	170.000
-----------------------	---------

Ponta Porã

Matte Larangeira	300.000
------------------------	---------

Porto Murtinho

Fomento Argentino Sul-Americano	726.077
---------------------------------------	---------

Matte Larangeira	21.600
------------------------	--------

Leste do Sul de Mato Grosso – divisa com o Estado de São PauloTrês Lagoas

Brazil Land Cattle Packing Company	800.000
--	---------

The Agua Limpa Syndicate	180.000
--------------------------------	---------

The Brazilian Meat Company	311.010
----------------------------------	---------

Região Central do Sul do antigo Mato GrossoCampo Grande

Brazil Land Cattle Packing Company	200.000 ²⁰¹
--	------------------------

²⁰¹ Moura CARNEIRO, Os arrendamentos da Matte Laranjeira, 1938, p.9, APE, cml-d 058 e cml-d 414, respectivamente pastas 2 e 19.

O levantamento acima, feito em 1936, dimensiona o domínio que o capital internacional exercia em grandes extensões de terras no Mato Grosso meridional. A maior parte das propriedades estrangeiras, mais de 3,5 milhões de hectares, se localizava na fronteira e em áreas circunvizinhas ao município de Corumbá (fronteira com a Bolívia), como é caso de Aquidauana. Insistia-se na necessidade de nacionalizar as terras fronteiriças.

Na década de 1930, a eliminação do latifúndio na Fronteira Oeste a partir da reforma agrária se inseria mais na pauta de segurança nacional do que propriamente no aspecto socioeconômico. Carneiro discorreu, por exemplo, sobre a abrangência territorial da Matte Laranjeira no limite entre Brasil e Paraguai. Ele alertou para a ilegalidade cometida pela empresa explorando áreas à revelia dos setores responsáveis pela autorização de atividades econômicas naquelas terras.

Todas as terras da Matte, tanto as arrendadas como as de sua propriedade estão dentro da faixa de cem quilômetros ao longo da fronteira. A Constituição, quanto às terras públicas, em zona fronteiriça, é taxativa, subordinando a sua alienação, seja qual seja o número de hectares, à aprovação do Poder Legislativo. Assim sendo, nenhuma alienação ou concessão nessa zona, poderá ser feita sem audiência e aprovação do Conselho Superior de Segurança Nacional e do Parlamento.²⁰²

Como em outras regiões do país, a grande concentração fundiária no Mato Grosso se constituía num grande obstáculo ao desenvolvimento de políticas que propiciassem a camponesas e camponeses o acesso à terra e também pudesse garanti-la ao povo indígena. Em meados da década de 1930, a população meridional de Mato Grosso somava 250 mil pessoas. O número de donos de terra era ínfimo em relação ao número de habitantes. “Não tem talvez 2.500 proprietários de terras.”²⁰³ As propriedades resumiam-se a algo em torno 1% da população. Ponta Porã, na fronteira do Brasil com o Paraguai, era um dos exemplos, onde latifúndio atingia dimensões colossais. À época havia 40 mil habitantes naquele município cuja extensão era de 50 mil quilômetros quadrados. O número de propriedades rurais não chegava a duzentas, o que correspondia a 0,5% do povo ponta-poranense.²⁰⁴

Diferentemente da compra de terras pelo governo federal e repassá-las aos sem-terra, tal como ocorre hoje, àquela época a ideia era de que as áreas de fronteira fossem vendidas a pessoas excluídas da propriedade. “O caminho para isso é de começo a fixação do homem

²⁰² Moura CARNEIRO, Os arrendamentos da Matte Laranjeira, 1938, p. 11, APE, cml-d 058 e cml-d 414, respectivamente pastas 2 e 19.

²⁰³ Ibid., p.8.

²⁰⁴ Ibid., p.9.

pela propriedade da terra, transformando-o numa força que o Estado captará para a sua defesa. Os hectares ainda hoje arrendados á Matte, sobre a fronteira, devem ser vendidos em pequenos lotes ao povo.”²⁰⁵ Obviamente, a população indígena estava alijada dessa proposta. Prova disso foram as terras tidas como “vazias” na vastidão do Mato Grosso, que a preços irrisórios foram vendidas. O jornal *O Matogrossense*, de Campo Grande, reproduziu uma matéria do *Correio da Manhã* (10 novembro de 1954), do Rio de Janeiro, na qual se apontam os baixíssimos valores pagados pelas terras. Adquiriam-se áreas de até 500 mil ha com valores abaixo de ínfimos Cr\$ 5,00 para depois loteá-las e vendê-las a preços que variavam de 209 a um mil cruzeiros. Nos anos 1950 classificavam-se transações desse tipo como um *assalto*. Dessa forma, as terras devolutas mato-grossenses estavam sendo ocupadas de forma crescentemente audaz, “na proporção da impunidade assegurada. A distribuição continua sendo objeto de tóda a sorte de explorações”.²⁰⁶

Não bastasse a ausência de critérios sociais que permitissem o acesso do campesinato à terra e a assegurassem também às etnias indígenas, vendiam-se áreas que simplesmente não existiam, uma prática que de certa forma era incentivada pela falta de controle do Estado.

O govêrno dá o pior dos exemplos. Não dispondo de cadastro, vende, muitas vêzes, as mesmas glebas e não se responsabiliza pelo que possa acontecer. Se o comprador ludibriado verificar depois que as áreas negociadas são inexistentes, o Estado não lhe devolve as importâncias recebidas. É o maior incentivador das operações desonestas de diretores sem escrúpulo, que os há dentro e fora da jurisdição matogrossense. Tudo isso com a *garantia imaginária* das autoridades locais [grifo nosso].²⁰⁷

Não apenas os/as indígenas, mas também a população não-índia que não dispunha de dinheiro para compra terras foi cerceada de se estabelecer no campo. Se as autoridades eram ineficientes no controle das terras devolutas que eram transferidas para quem tivesse dinheiro, era eficiente quando se tratava de pessoas de baixo poder aquisitivo. “Se um pobre interessado, de boa fé, pleiteia uma área de mil hectares, paga por antecipação dois terços do valor da transação ao revendedor, acabando por ter a surpresa de saber que adquiriu o que já estava vendido aos latifundiários. Terras devolutas em Mato Grosso são hoje casos de polícia.”²⁰⁸

²⁰⁵ Moura CARNEIRO, Os arrendamentos da Matte Laranjeira, 1938, p.10, APE, cml-d 058 e cml-d 414, respectivamente pastas 2 e 19.

²⁰⁶ TERRAS de Mato Grosso, *O Matogrossense*, Campo Grande (MT), ano V, n. 1177, 18 nov. 1954, Arquivo Histórico de Campo Grande (Arca).

²⁰⁷ Id.

²⁰⁸ TERRAS de Mato Grosso, *O Matogrossense*, Campo Grande (MT), ano V, n. 1177, 18 nov. 1954, Arca.

Sem acesso à terra, camponesinato e indígenas ficaram à mercê dos latifundiários. O investimento de empresas rurais de capital estrangeiro não trouxe nenhuma melhora à situação socioeconômica de grande parte da população local. Dirigidas nos moldes de empreendimento capitalista rural, evidentemente com métodos administrativos da época, essas fazendas estrangeiras consolidaram um secular processo de adensamento do latifúndio, junto com a grande propriedade tradicional, geralmente controlada por coronéis. Tratava-se, no nosso entendimento, da imbricação de relações de produção capitalistas e não-capitalistas.

No setor ervateiro, a Matte Larangeira se incluía nessa ambiguidade. Foram conferidos poderes repressivos ao escravocrático empreendimento, considerado um “[...] império econômico e policial [...]”.²⁰⁹ “Não apenas *coronéis* e *bandidos* se estruturaram no espaço da fronteira como área de conflito em seus componentes econômico, social e político. A criação da Companhia Matte Larangeira ampliou a violência no Sul, Sul-fronteira e Sudoeste [...]”²¹⁰ do Mato Grosso uno.

A Larangeira explorava erva-mate na faixa fronteira. A companhia fez surgir naquela área formas cruéis de “*trabalho*” sob constante vigilância de capangas. O trabalhador era obrigado a carregar sobre suas costas um fardo de erva (raído), às vezes com aproximadamente 180 quilos (ver fotografia na próxima folha).²¹¹ “O raído passa uma alça forte ao redor da cabeça do mineiro [trabalhador do erval]. Ela solda a carga ao homem e evita que a espinha dorsal se parta. Ao fim de cem passos, quando o raído ‘assenta’, a alça começa a latejar, como se batesse para entrar nas paredes do crânio.”²¹²

²⁰⁹ Alcir LENHARO, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*, p. 62.

²¹⁰ Arnor da Silva RIBEIRO, *Premeditação da morte: uma chacina na fronteira sob a ótica da imprensa escrita*, f. 71.

²¹¹ “Coleção Cia Mate Larangeira/Série Fotografias/Subsérie Trabalhadores”, acervo do APE, cml 782b.

²¹² Hernâni DONATO, *Selva trágica: a gesta ervateira no suestematogrossense*, p.25.



Ainda na Fronteira Oeste, numa parte do atual Mato Grosso do Sul que engloba a região de nosso estudo sobre banditismo rural, a escravidão por dívida era um procedimento utilizado sistematicamente pela Cia. Matte Larangeira,²¹³ que da segunda metade do oitocentos até a década de 1930 explorou os ervais nativos numa vasta área a leste e a oeste da linha-limítrofe entre Brasil e Paraguai. “Os trabalhadores que contraíam dívidas com a empresa passavam longo tempo trabalhando sob regime de escravidão”.²¹⁴ A maior parte dessa mão-de-obra era formada por paraguaios. Uma vez enredado no endividamento, não restava ao trabalhador outra forma de buscar a liberdade que não fosse fugir dessas amarras. “E, a partir de então, o fugitivo era impiedosamente caçado pelo braço repressor da Cia. Matte Larangeira, que para isso possuía um esquema próprio e muito eficiente.”²¹⁵ A escravidão por dívida, no processo histórico brasileiro, foi sendo redefinida no interior do sistema capitalista sucessivamente até chegar aos nossos dias. Na Amazônia atual a escravidão por dívida e o banditismo rural (capangas, pistoleiros) fazem parte das relações de produção. No Centro-Oeste brasileiro o trabalho compulsório para pagar dívida é hoje menos frequente.

²¹³ A palavra grafada com “g” refere-se a Thomaz Larangeira, que “[...] em 1874 [...] começou a explorar a erva-mate do lado paraguaio”, in: Valmir Batista CORRÊA, *Fronteira Oeste*, p. 61. Depois, em 1882, a empresa começa a extrair erva-mate em território brasileiro, in: Moura CARNEIRO, *Os arrendamentos da Matte Larangeira*, 1938, p. 5, APE, cml-d 058 e cml-d 414, respectivamente pastas 2 e 19. Em 1902, a Matte Larangeira, passou a se chamar Larangeira, Mendes & Companhia, in: Elizabeth Madureira SIQUEIRA; Lourença Alves da COSTA; Cathia Maria Coelho CARVALHO, *O processo histórico de Mato Grosso*, p. 46. Há documentos da empresa nos quais a grafia é também com “j”: Laranjeira.

²¹⁴ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 45.

²¹⁵ *Ibid.*, p.192.

Em outro ponto da Fronteira Oeste, “na região de Guaíra [Paraná]”,²¹⁶ a Larangeira criou um tipo inusitado de controlar a mão-de-obra. Era o “*sereno*”, uma pessoa que se esmerava no estímulo aos conflitos (acusações e discórdias). Tratava-se de uma maneira de dividir os trabalhadores. “O capataz constituía autoridade incontestável; fazia uso indiscriminado da violência contra os ‘mensus’,²¹⁷ brutalizava-os com castigos físicos, submetia-os a fusilamento [*sic!*] e explorava a precoce prostituição das suas filhas [filhas dos mensus].”²¹⁸ O *fraturamento* social e político para obstaculizar qualquer esboço de organização dos trabalhadores-escravos tornou-se um dos recursos usados pela empresa ervateira.

Essa opressão de trabalhadores rurais era e ainda hoje é praticada em parte do interior do Brasil, na Amazônia por exemplo. Luís Carlos Prestes avaliava que para iniciar um movimento revolucionário era preciso, antes, lutar por questões que atingiam direta e imediatamente o trabalhador.

O Sul do antigo Mato Grosso dos anos 1930 fazia parte dessa ideia do Cavaleiro da Esperança.

Por melhores salários, por melhores condições de vida, contra as brutalidades das companhias estrangeiras, como a Mate Laranjeira, contra as obrigações feudais etc. Tais lutas, no interior de Mato Grosso, vão se transformar rapidamente em choques armados contra a polícia e os bandos reacionários.²¹⁹

O líder comunista insistia em seu apelo:

Cada um, onde estiver, onde tiver prestígio, onde puder juntar algumas armas e amigos ou companheiros, que comece imediatamente a luta contra os fazendeiros reacionários, contra os impostos, contra o imperialismo, contra a Mate Laranjeira, satisfazendo os interesses mais imediatos do povo.²²⁰

²¹⁶ Ruy Christovam WACHOWICZ, *Obrageros, mensus e colonos* (Curitiba: Editora Vicentina, 1982, p. 54-55), *apud* Alcir LENHARO, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*, p. 63.

²¹⁷ “Os mensus [*‘mensú’* na língua espanhola], uma derivação do espanhol *mensualista* [grifos nossos], eram a mão-de-obra quase absoluta empregada nos trabalhos de extração [de erva-mate e madeira].” Aluizio PALMAR, “Obrajes e mensus”, *H2Foz*, disponível em <<http://www.h2foz.com.br/obrajes-e-mensus>>, acesso em 25 jul. 2008.

²¹⁸ Ruy Christovam WACHOWICZ, *Obrageros, mensus e colonos* (Curitiba, Editora Vicentina, 1982, p. 55-56), *apud* Alcir LENHARO, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*, p. 63.

²¹⁹ “74 - CARTA de Prestes a Agrícola”, 6 de agosto de 1935, TSN, Processo n. 1, *in*: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 340.

²²⁰ Id., *in*: id., *ibid.*

Pelo lado do poder estabelecido, as autoridades mato-grossenses, indiferentes à miserabilidade da população, cobriam de louvor “[...] o papel colonizador da Matte”.²²¹ A empresa era tida como um exemplo de desenvolvimento econômico e de empreendimento capitalista. Os principais estruturadores da Matte são lembrados e laureados pela iniciativa. Abaixo dos retratos do “Snr. Francisco Mendes Gonçalves”, do “Commendador Thomaz Larangeira” e do “Dr. Francisco Murтинho” uma inscrição no estilo *civilista* dimensiona a forma pela qual eles eram tratados: “A estes trez eminentes vultos deve a Companhia Matte Larangeira S.A. sua sólida e inteligente organização.”²²² A direção da Matte se gabava de a empresa ser “a maior organização ervateira da América do Sul”. Em cinco anos, de 1928 a 1933, a Matte exportou para a Argentina uma média anual de 8,5 toneladas de erva-mate.²²³

Diante do poder econômico e político da empresa, havia uma evidente contradição do governo de Getúlio Vargas, no aspecto repressivo. Quando o Estado Nacional buscava supostamente eliminar o localismo chefista, simultaneamente deu-se apoio à Larangeira no sentido de que a própria companhia organizasse sua polícia. “O poder central apoiou as forças policiais da própria companhia, tão violenta em relação aos trabalhadores como as usinas o eram.”²²⁴ Um dos episódios no qual houve ação da força repressiva da empresa foi em 1932, quando

[...] um posseiro descendente de noruegueses, João Ortt Christiansen, [...] liderou alguns homens contra a Cia., e na impossibilidade de fazer frente ao poderio da Matte Larangeira, acabou refugiando-se no Paraguai. Seu retorno a Mato Grosso e o reinício da luta foi motivado [*sic!*] pela impiedosa perseguição e massacres de seus companheiros pelas forças repressoras mantidas pela própria empresa ervateira.²²⁵

O empreendimento de exploração da erva-mate foi lembrado em um opúsculo escrito em 1936 e publicado em 1938 como o responsável por mortes de trabalhadores rurais. “Á

²²¹ Alcir LENHARO, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*, p. 63.

²²² COLAGEM dos retratos de Francisco Mendes Gonçalves, Thomaz Larangeira e Francisco Murтинho sobre papel, folha única, APE.

²²³ INFORMAÇÕES sobre a Matte Larangeira, Campanário [fazenda localizada no Sul do antigo Mato Grosso do Sul, hoje Mato Grosso do Sul, faixa da fronteira Brasil-Paraguai], 16 de setembro de 1933, APE.

²²⁴ Alcir LENHARO, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*, p. 61.

²²⁵ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, 1995, p. 166.

memória de Baptista de Azevedo e João Ortt que a Matte Laranjeira matou.”²²⁶ Assim como em outras áreas do Brasil, a estrutura fundiária da Fronteira Oeste, nos limites Brasil-Paraguai, Sul de Mato Grosso, se caracterizou e ainda se caracteriza pela existência do latifúndio, que utilizou, e em certo grau ainda utiliza, da violência contra camponeses/as e índios/as.

A Laranjeira, apesar de sua prática escravista, à qual as instituições faziam vista grossa, tinha estímulo tributário, além de aval para exercer o monopólio sobre a exploração de erva-mate nativa.²²⁷ A fragilidade das instituições, somada ao poder de pressão de empresários e chefes paroquiais na incipiente e frágil República, criou, de fato, estados paralelos, como é caso da Laranjeira na Fronteira Oeste.

O empreendimento utilizava seu poder econômico para manipular as autoridades políticas mato-grossenses. Na Primeira República, em 1907, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso votou desfavorável à concessão de mais privilégios fundiários à Matte, mas foi favorável à petição “[...] cinco anos depois, quando um novo situacionismo havia sido criado pelos imensos poderes de suborno e compra de votos da companhia”.²²⁸

Clamava-se que o governo não mais renovasse os arrendamentos, os quais atingiram o território dos índios kaiowá/guarani, causando forte impacto a essa sociedade étnica. “Embora a mão-de-obra amplamente predominante nos ervais tenha sido a paraguaia,”²²⁹ índios trabalharam para a empresa “[...] em regiões densamente povoadas por aldeias kaiowá, tais como Caarapó, Juti, Campanário e Sassoró (Porto Sassoró) [...]. Inclusive a localização de várias Reservas indígenas demarcadas até 1928 se deve ao fato de serem acampamentos, ou locais de trabalho, da Cia Matte Laranjeiras [*sic!*]”.²³⁰ O índio Ubaldo Castelan relatou a cruel condição de trabalho imposta a seu povo pela companhia. “*Trabalhou, apanhou, mas nesse tempo quase não tem lei. Eu lembro, nesse tempo quase não tem lei* [grifo do autor].”²³¹

²²⁶ Moura CARNEIRO, Os arrendamentos da Matte Laranjeira, 1938, sem numeração de página, APE, cml-d 058 e cml-d 414, respectivamente pastas 2 e 19.

²²⁷ Valmir Batista CORRÊA, *Fronteira Oeste*, p. 68.

²²⁸ Joe FOWERAKER, *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*, p. 134.

²²⁹ Antônio BRAND, *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*, f. 62.

²³⁰ Id., *ibid.*

²³¹ *Ibid.*, f. 64.

A legislação beneficiou a empresa. “Com a República, as terras devolutas passaram para a responsabilidade das Constituições dos Estados, o que favoreceu os interesses da Cia Matte Larangeiras [*sic!*].²³²” Não só como arrendatária de uma grande extensão de áreas para extração da erva-mate, mas também como proprietária de terras destinadas à pecuária, por exemplo, a Larangeira é tida como a responsável pela destruição de aldeias indígenas.²³³

A Matte Larangeira tornou-se “[...] ‘Estado dentro de um Estado’[...]”,²³⁴ exercendo seu governo de *baraço e cutelo*. Em 1924, a receita do empreendimento ervateiro era de 30 mil contos de réis, incomparavelmente maior que o orçamento de Mato Grosso naquele ano: cinco mil contos.²³⁵ A exploração da erva-mate em terras “devolutas” do Sul de Mato Grosso, área de influência da fronteira, foi estabelecida pelo Império através do Decreto número 8799, de 9 de dezembro de 1882, que concedeu

[...] a Thomaz Larangeira permissão por 10 annos para colher matte nos herveas existentes nos limites da Província de Mato Grosso com a República do Paraguay, no perímetro comprehendido pelos morros do Rincão de Julho e as cabeceiras do Iguatemy, ou entre os rios Amambay e Verde, e pela linha que desses pontos for levada para o interior, na extensão de 40 quilômetros.²³⁶

A Larangeira transformou-se em *dona absoluta* dos ervais nativos de Mato Grosso. O monopólio foi garantido “no segundo semestre de 1891”, quando foi incorporada a Companhia Matte Larangeira²³⁷. Anteriormente, em 1890, o governo central permitiu, por meio do Decreto 520, de 23 de junho, que a empresa continuasse o extrativismo. A partir desse novo acordo, as áreas exploradas englobaram ervais localizados “desde a foz do rio Dourados no rio Brillhante e por este até a sua foz no Ivinhema, por este até a sua foz no Paraná e por este até ser encontrada a foz do Iguatemy, fechando-se a área com uma linha recta deste ponto até

²³² Antônio BRAND, *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*, f. 61.

²³³ *Ibid.*, f. 62, nota 64.

²³⁴ Joe FOWERAKER, *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*, p. 134.

²³⁵ *Id.*, *ibid.*

²³⁶ *Apud* Gilmar ARRUDA, Heródoto, *in*: Instituto Euvaldo Lodi, *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947*, p. 276.

²³⁷ Valmir Batista CORRÊA, *Fronteira Oeste*, p. 63.

a foz do Rio Dourados, no Brilhante.”²³⁸ A exclusividade da Larangeira na exploração dos ervais foi sendo cada vez mais reforçada. Depois do Decreto 520, a empresa conseguiu, por meio da Resolução 76 (13 de julho de 1894), mais uma permissão, dessa vez assinada pelo presidente de Mato Grosso, Manoel Murtinho. Essa nova concessão se estendeu das “[...] cabeceiras do ribeirão das Onças, na serra do Amambay pelo ribeirão S. João e rios Dourados, Brilhante, Ivinhema e Paraná até a serra de Maracaju e pela crista de ambas as serras até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças”.²³⁹ À exploração de ervais nativos permitida pelo Decreto 520, somaram-se as áreas definidas pela Resolução 76. A decisão tinha validade por 16 anos, a contar de junho de 1890.²⁴⁰ A extensão total era “[...] muito superior a tres milhões de hectares”.²⁴¹ Ao final do prazo pactuado, a companhia conseguiu renovar os contratos.

Havia acordos que sempre visavam a beneficiar a Matte Larangeira. Em 1926 ocorreu uma renovação a partir de modificação dos contratos de 1894 e 1895. Na década de 1890, a influência política e econômica dos Murtinho (Manoel, chefe do poder Executivo em Mato Grosso; Joaquim, ministro da Viação do presidente Prudente de Moraes) beneficiou a Matte, àquela época dirigida por Francisco Murtinho. A tríade dos irmãos Murtinho, sem dúvida, atuava para favorecer os interesses econômicos e políticos da família no Sul do Mato Grosso uno.

O governo do Estado Novo criou o Instituto Nacional do Mate (INM), cujo regulamento foi aprovado em 1938.²⁴² Antes mesmo da criação do instituto, a direção da Larangeira temia o fim de seu monopólio sobre os ervais nativos.²⁴³ Por intermédio do INM, o Estado

²³⁸ *Apud* Gilmar ARRUDA, Heródoto, *in*: Instituto Euvaldo Lodi, *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947*, p. 278.

²³⁹ *Apud* *ibid*, *in*: *ibid.*, p. 284.

²⁴⁰ *Apud* *ibid*, *in*: *id.*, *ibid.*

²⁴¹ Moura CARNEIRO, Os arrendamentos da Matte Laranjeira, p.5, 1938, APE, cml-d 058 e cml-d 414, respectivamente pastas 2 e 19.

²⁴² BRASIL, Decreto nº 3.128, de 5 de outubro de 1938, Aprova o regulamento do Instituto Nacional do Mate, *in*: *Legislação*, Câmara dos Deputados, disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3128-5-outubro-1938-348961-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em 21 fev. 2011.

²⁴³ Gilmar ARRUDA, “Heródoto”, *in*: Instituto Euvaldo Lodi, *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947*, p. 250.

Novo varguista apoiou, “concretamente, o desenvolvimento da indústria ervamateira [*sic!*] do Sul do país”,²⁴⁴ o que na prática minou a exclusividade da Matte.

Nos anos 1930, a atividade ervateira na Fronteira Oeste, no Sul de Mato Grosso, entrou em declínio, “levando à estagnação e diminuição da importância dentro da economia do Estado”.²⁴⁵ Oficialmente o prazo de concessão das áreas para extração de erva-mate havia se encerrado em 31 de dezembro 1937. Por meio de carta direcionada ao ministro das Relações Exteriores, na qual lembrava laços de amizade – “eminente amigo Dr. Oswaldo Aranha” –, o diretor da Matte, capitão Heitor Mendes Gonçalves, solicitou renovação dos arrendamentos. A proposta de assinatura de um novo contrato estava sendo analisada pela Comissão Especial do Conselho de Segurança Nacional. Em 1941, mesmo com o contrato vencido, a empresa continuava a explorar os ervais, pois, junto ao interventor do Estado Novo em Mato Grosso, Júlio Strübing Müller, obteve uma autorização. “[...] Até que seja aprovado o novo [contrato] está a Companhia trabalhando com uma prorrogação [*sic!*] por carta concedida pelo atual Interventor do Estado”.²⁴⁶

Eis um exemplo do colossal ímpeto da empresa: “Graças á colaboração dos tres irmãos [Francisco, Joaquim e Manoel Murtinho], todo o antigo municipio de Ponta Poran, em troca de anuidades irrisórias, [...], foi entregue á Companhia [...]”²⁴⁷ Em 1936 fazia mais de meio século (54 anos),²⁴⁸ que a Larangeira extraía erva-mate nativa no Mato Grosso meridional em terras “devolutas” – boa parte delas áreas indígenas – na faixa da fronteira Brasil-Paraguai.

A anulação dos *direitos* da Larangeira no Sul do antigo Mato Grosso se insere na política varguista de centralizar no Estado Nacional as ações repressivas no intuito de combater os poderes regionais. Com exceção das peculiaridades decorrentes da geopolítica, a atuação federal fez parte do mesmo procedimento adotado para combater o banditismo e o coronelismo.

²⁴⁴ Elizabeth Madureira SIQUEIRA; Lourença Alves da COSTA; Cathia Maria Coelho CARVALHO, *O processo histórico de Mato Grosso*, p. 49.

²⁴⁵ Gilmar ARRUDA, Heródoto, *in*: Instituto Euvaldo Lodi, *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947*, p. 247.

²⁴⁶ Carta do Capitão Heitor Mendes Gonçalves [diretor da Matte Larangeira], ao Dr. Oswaldo Aranha [1894-1960], Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1941, APE, cml-d 080, pasta 3. De 1938 a 1945, Aranha foi ministro das Relações Exteriores do Estado Novo.

²⁴⁷ Moura CARNEIRO, Os arrendamentos da Matte Laranjeira, p. 5, 1938, APE, cml-d 058 e cml-d 414, respectivamente pastas 2 e 19.

²⁴⁸ Id., *ibid.*

A Larangeira foi mais um forte ingrediente no banditismo rural que se reproduzia num *habitat* formado de um lado por camponeses/as e índios/as expropriados/as da terra, o que se tornou mais agravante conforme se avançou a oeste numa fronteira de conflitos e confrontos, e de outro uma minoria que tinha o principal meio de produção no Brasil da primeira metade do século XX: a terra. A região meridional de Mato Grosso era “[...] assolada por freqüentes conflitos pela posse da terra, sobretudo na fronteira com o Paraguai, onde o banditismo era uma presença marcante”.²⁴⁹ Ainda hoje em Mato Grosso do Sul, mesmo com a organização dos/as trabalhadores/as rurais e das etnias indígenas, o que resultou numa diminuição da concentração fundiária, há disputas de áreas envolvendo fazendeiros, índios e sem-terra.

2.2 A FRONTEIRA NO OESTE DO BRASIL

O latifúndio que se estruturou desde a chegada dos portugueses ao Brasil detinha em Mato Grosso, assim como no resto do país, o poder absoluto sobre a terra. No estado a grande propriedade se cristalizou na forma de grandes extensões ocupadas pelas fazendas de pecuária “dos fins do século XIX aos começos do XX”, período em que “[...] havia muita terra disponível”.²⁵⁰ A “*fronteira do gado*”, que, “quase [...] por sua própria natureza, era violenta [...]”,²⁵¹ é a expressão que mais condiz com esse contexto. Criou-se no Mato Grosso meridional uma forte oligarquia bovina. O artista plástico contemporâneo Humberto Espíndola registra em seus quadros, de forma crítica, essa economia pecuária de Mato Grosso do Sul, a qual ele denomina de *bovinocultura*.

Acreditamos que o sistema autocrático adotado pela Coroa Portuguesa para colonizar, primeiramente desconsiderando as nações indígenas e depois com a exclusão da população flutuante que veio a constituir os/as trabalhadores/as rurais sem terra, foi preponderante nas fronteiras, frentes pioneiras e de expansão, que avançaram a ocidente. Prevaleceu, com todos as suas consequências sanguíneas, a ideia de *uma conquista do Oeste*. A historiografia tradicional e conservadora trabalha com essa visão triunfalista. Uma concepção de fronteira que

²⁴⁹ Lylia da Silva Guedes GALETTI, *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, f. 240.

²⁵⁰ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006. p. 187.

²⁵¹ Silvio R. DUNCAN BARETTA; John MARKOFF, *Civilization and Barbarism: Cattle Frontiers in Latin America*, *Comparative Studies in Society and History*, v. 20, n. 4, p.587-620, 1978, *apud* Erick D. LANGER, *A violência no cotidiano da fronteira: conflitos interétnicos no chaco boliviano*, *Estudos de História*, Franca, v. 13, n. 2, p. 211, 2006.

desconsidera o outro nesse espaço de percalços que devem ser rompidos. Uma epopeia bandeirista, manifestada por Barbosa Rodrigues.

Estes povoadores primevos, a maioria vivendo no anonimato, enfrentaram dificuldades imensas, ora lutando contra animais ferozes, ora contra insetos, aves de rapina, não se falando nas tribos selvagens que *assaltavam as suas propriedades* e varavam muitos deles com suas flechas pontiagudas [grifo nosso].²⁵²

Na mentalidade europeia e brasileiro-litorânea, respectivamente “*civilizatória*” e expansionista, predominante na colônia, no Império e na República, era perfeitamente justificável desconsiderar quem e o que estava na hinterlândia. O escritor Cassiano Ricardo difundiu a ideia advinda do bandeirismo do seiscentos e do setecentos. “[...] Elementar [...], uma vez que o verbo ‘caçar’ [índios e negros] foi conjugado por todos os povos, tanto na África como na América”.²⁵³

Os posicionamentos de Barbosa Rodrigues e Cassiano Ricardo refletem a ideia turneriana de fronteira como expansão de uma frente colonizadora, de povoamento, rumo ao espaço “*ermo*”, ao *perigo desafiador*. “A concepção [do historiador estadunidense Frederick Jackson Turner – 1861-1932] de válvula de segurança parece estar permeando sua tese por meio da noção da fronteira como o *ponto de encontro entre terra povoada e terra livre*”.²⁵⁴ Era, portanto, a desconsideração dos povos indígenas.

Abrimos um parêntese para lembrar que, com mais intensidade a partir do final do século XX, há estudos que ampliaram a ideia de fronteira, assumindo dimensões antes ignoradas.

Nos últimos anos, a *fronteira deixou de ser entendida como uma linha que separa duas regiões, para converter-se num espaço socialmente construído, com características e dinâmicas próprias*. As complexas e variadas relações que se desenvolvem em tal espaço têm sido analisadas a partir da ótica social que compreende um extenso leque de manifestações, tais como as relações intra e interétnicas, os processos de mestiçagem, de etno-gênese, os intercâmbios econômicos e culturais, entre outros [grifo nosso].²⁵⁵

O redimensionamento da fronteira implica incorporação do “*ausente*”, aquele que reclama presença, inclusão. “A ausência é questionada pela memória ou pelo desejo: algo que

²⁵² J. BARBOSA RODRIGUES, *História de Mato Grosso do Sul*, p. 58.

²⁵³ Cassiano RICARDO, *Marcha para Oeste* (a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil), v. 1, p. 271.

²⁵⁴ Robert WEGNER, *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, p. 100.

²⁵⁵ Maria Aparecida de S. LOPES; Sara ORTELLI, *Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX*, *Estudos de História*, Franca, v. 13, n. 2, p. 13, 2006.

não é presente; algo que nunca foi enquanto poderia ter sido.”²⁵⁶ Isso abre a possibilidade de irmos além dos documentos, quase sempre elaborados pelos que compõem o poder hegemônico, para estudar os ausentes e as ausências da história.

Retomemos a fronteira turneriana de exclusão de quem está do outro lado, o que se constituiu num fator explicativo da colonização do extenso Oeste dos Estados Unidos – teoria que se consolidou como preponderante na criação de características que seriam reprodutivas “[...] do caráter norte-americano e de suas instituições”.²⁵⁷ Buscou-se inculcar uma forma *heroico-épica*, o desbravamento da fronteira, num “*processo civilizador*” e de *expropriação*. De acordo com Jackson Turner, nas palavras de Maria Aparecida de S. Lopes e Sara Ortelli,

o avanço contínuo da sociedade norte-americana em direção ao Oeste possibilitou que cada grupo de colonos se deparasse com condições adversas: a natureza em seu “estado selvagem” e os “povos primitivos”. [Era] a luta pela sobrevivência e pela transformação desses espaços em sociedades regidas por complexos sistemas políticos e econômicos [...].²⁵⁸

A estruturação desse Estado Nacional não comporta outro viés que não seja o triunfo “*civilizatório*”, uma gente “*superior*” sobre outra sempre vista como “*inferior*”, nesse último caso os povos indígenas, os negros escravos. “[...] A fronteira é a borda exterior da onda – o ponto de encontro entre a selvageria e a civilização.”²⁵⁹

Segundo Wegner, “[...] a idéia de evolução linear dos povos era correntemente aceita na sua época [época de Turner, século XIX principalmente], mas sua aplicação para o desenvolvimento de uma nação num espaço histórico de tempo diminuto era bem menos comum – embora, [...] não inusitada”.²⁶⁰

No Brasil, a tese do “*espaço livre*”, de Turner, teve uma readequação de acordo com o sistema de colonização. Como já destacamos aqui, nestes trópicos historicamente se formou o latifúndio, ao contrário dos Estados Unidos, cuja base se deu nos moldes da pequena e média

²⁵⁶ Cássio Eduardo Viana HISSA, *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*, p. 35.

²⁵⁷ Maria Aparecida de S. LOPES; Sara ORTELLI, *Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX, Estudos de História*, Franca, v. 13, n. 2, p. 14, 2006.

²⁵⁸ Id., *ibid.*

²⁵⁹ Frederick Jackson TURNER, *The frontier in American history*, p. 3.

²⁶⁰ Robert WEGNER, *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, p. 101.

propriedade. Guimarães chama o modelo estadunidense de “*democrático*” em contraposição ao modelo brasileiro, que ele conceitua como “*autocrático*”.²⁶¹

Mas é preciso lembrar que os dois modelos se aproximam no expediente do extermínio de índios. No Brasil, com poucos resultados em termos econômicos, usou-se o indígena como escravo. A saída encontrada pelas aristocracias rural colonial e imperial brasileiras foi a utilização do negro africano como escravo, o que também fundamentou a economia em parte dos Estados Unidos, principalmente no Sul.

O Estado Novo de Getúlio Vargas desenvolveu uma política fundiária que visava ao Oeste do Brasil, uma fronteira que deveria ser densamente povoado. Começava-se a Marcha para o Oeste, programa nacionalista de colonização executado a partir 1938. Em vez da “*terra livre*” turneriana, deveria ocorrer no ocidente brasileiro a ocupação dos “*espaços vazios*”. Em 28 de outubro de 1943, por meio do Decreto-lei nº 5941, institui-se a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no então território Federal de Ponta Porã, extinto ainda na década 1940 e sua área reincorporada ao Estado de Mato Grosso. A região era tradicionalmente habitada pelos/as índios/as kaiowá/guarani, que foram confinados/as numa área pequena. Famílias migrantes se estabeleceram na Colônia que abrangeu áreas onde atualmente estão municípios como Dourados, Fátima do Sul e Vicentina.²⁶² Inicialmente a área total destinada à implantação da colônia não deveria ser menos de 300 mil ha. A demarcação foi realizada somente em julho de 1948. Concluídos os trabalhos de agrimensura, constatou-se que área era superior à estabelecida oficialmente. Havia um excedente de 109 mil ha. Porém a colônia não ficou com 300 mil ha. Foi implantada com 267 mil ha. Os lotes foram distribuídos aos/às colonos/as que vieram de outras regiões do país. De 1943 a 1950 entregaram-se mil lotes de 30 ha cada, prioritariamente a lavradores vindos do Nordeste brasileiro,²⁶³ ou seja, foram destinadas áreas mesmo antes da demarcação em 1948.

A implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados foi extremamente danosa aos/às indígenas kaiowá/guarani. A colonização atingiu “[...] parte significativa do território

²⁶¹ Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 140 e 141.

²⁶² Lori Alice GRESSLER; Luiza Mello VASCONCELOS, *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*, p. 105.

²⁶³ Antônio BRAND, *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*, f. 75.

deste povo”.²⁶⁴ O índio Ricardo historiou oralmente o que seu pai lhe dissera sobre a frente de ocupação das terras dos kaiowá:

“Já misturou civilizado com índio pra tomar tudo. Cortaram em lote e deram uma escritura para os índios velhos – enganado, tudo enganado. Era um papel pequeno. Ficou um ano misturado, depois o Administrador chamou os índios para avisar que não pode misturar.

Ruivito, meu pai, que morava no lote 44, recebeu ordem para ir para a aldeia de Dourados. Foi assim com todos.”²⁶⁵

A povoação do Oeste brasileiro num pseudoespaço vazio – além de etnias indígenas, o Oeste, principalmente o Sul do antigo Mato Grosso, tinha uma razoável ocupação por não-índios – situa-se na política varguista de nacionalizar as fronteiras.²⁶⁶ O objetivo era eliminar tudo o que constituísse obstáculo a esse propósito. O conceito de espaço vazio formulado na era Vargas remete à fronteira como espaço do conflito. É o que Martins chama de “[...] estágio de sua história [da história das sociedades latino-americanas] em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas”.²⁶⁷ O “vazio” seria legitimado no sentido de ignorar o conflito. Nessa fronteira não haveria espaço, por exemplo, para bandoleiros, e os indígenas foram simplesmente excluídos.

No espaço meridional mato-grossense, no contexto getulista, prosseguiram-se os deslocamentos não só de sulistas mas também de migrantes vindos de outras partes do Brasil e imigrantes. “[...] Os projetos colonizadores, a partir de 1930, tornaram ainda mais complexas as contribuições e diferenças. Gentes de todas as regiões do país e imigrantes estrangeiros passaram a povoar o sul do Estado de Mato Grosso, resultando numa efervescência cultural.”²⁶⁸

Silvino Jacques fazia parte dessas gentes que começaram a compor os cenários social, cultural e micropolítico do hoje Mato Grosso do Sul. Esse movimento migratório possibilitou a configuração de uma fronteira de interações, trocas e hibridações culturais. “As identifica-

²⁶⁴ Antônio BRAND, *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra* f. 75-76.

²⁶⁵ Joana A. Fernandes SILVA, *Os Kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos*, f. 20.

²⁶⁶ Alcir LENHARO, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*, p. 66.

²⁶⁷ José de Souza MARTINS, *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*, p. 147.

²⁶⁸ Jérri Roberto MARIN, *Fronteiras e fronteiros: os intercâmbios culturais e a nacionalização da fronteira no Sul do Estado de Mato Grosso*, *Fronteiras: revista de História*, Campo Grande, v. 4/5, n. 7/9, p. 152-153, 2000/2001.

ções diferenciadas que surgem e se negociam na fronteira se vinculam a interesses das populações locais e as suas necessidades de organização social.”²⁶⁹

Nessa *multiculturalidade* excluía-se as populações indígenas. A situação de índias e índios hoje em Mato Grosso do Sul é uma trágica consequência do secular latifúndio. A *marcha de Vargas em direção ao Oeste* no século XX acelerou a expropriação dos povos nativos do antigo Mato Grosso meridional que sobreviveram, nos séculos anteriores, à investida dos bandeirantes, portugueses e espanhóis: guarani (sociedades étnicas kaiowá e ñandéva/chiripá), terena, ofayé, kadiwéu (língua guaicurú), kinikinau e guató. Os povos guarani, por exemplo, vivem em exíguas faixas de terra, na Grande Dourados e na fronteira. Mato Grosso do Sul tem uma das maiores populações indígenas do país. As terras demarcadas como indígenas são insuficientes para que esses povos consigam minimamente sobreviver.

Visando à ocupação do “espaço vazio”, o mandonismo paroquial e o banditismo, que até a década de 1920 eram praticamente instituições nos rincões afastados do poder estatal republicano, começam a ser combatidos por Vargas de forma sistemática, a partir do golpe do Estado Novo. Num estudo sobre conflitos interétnicos no chaco da Bolívia, Langer observa a fraqueza institucional dos estados nacionais latino-americanos no século XIX, o que por extensão podemos considerar em parte do século XX. “Como todos os governos da América Latina, o Estado boliviano era muito fraco na sua periferia.”²⁷⁰

O Estado Novo buscava, de maneira autoritária, fortalecer essa fronteira periférica. Dessa forma, não apenas Silvino Jacques e seu bando, mas outros grupos armados foram caçados. Oportuno lembrar aqui a afirmação de Erick D. Langer,²⁷¹ de que “a violência endêmica existe em qualquer assentamento fronteiriço, mas, os tipos de violência e sua intensidade variam no tempo e de acordo com as relações de poder na fronteira”. A forma de poder naquelas terras do Sul de Mato Grosso, de conflitos e alianças de acordo com as conveniências entre coronéis e bandidos, foi o que Vargas usou como pretexto para centralizar no Estado Nacional o poder repressivo e de controle em regiões distantes da sede do poder central.

²⁶⁹ Karla Maria MÜLLER, *Mídia e fronteira: jornais locais em Uruguaiiana-Libres e Livramento-Rivera*, 2003, [s.p.], CD-Rom.

²⁷⁰ Erick D. LANGER, A violência no cotidiano da fronteira: conflitos interétnicos no *chaco* boliviano, *Estudos de História*, Franca, v. 13, n. 2, p. 211, 2006.

²⁷¹ *Ibid.*, p. 207.

As medidas não chegaram a abalar as bases de um sistema arcaico que fazia trabalhadores e trabalhadoras cada vez mais dependentes do latifúndio espoliador que estabeleceu seu domínio desde os tempos coloniais. As engrenagens dessa máquina permaneceram intocadas. “Em contrapartida, os tenentes interventores nada mais avançaram no sentido de atingir o sistema de exploração do trabalho vigente.”²⁷²

No capítulo seguinte, abordamos as oscilações políticas de Silvino Jacques e como o governo central reagiu em relação a essas inconstâncias. Jacques, de aliado circunstancial, passa a ser inimigo do varguismo. Isso resultou em uma ferrenha perseguição àquele gaúcho-sul-mato-grossense, o que resultou em sua morte.

²⁷² Alcir LENHARO, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*, p. 62.

Capítulo II

MÚTIPLAS FORMAS: BANDITISMO, “REVOLUÇÃO”, DIVISIONISMO, REGIONALISMO...

As vicissitudes políticas e sociais de Silvino Jacques no Sul do antigo Mato Grosso na década de 1930 são estudadas neste capítulo levando em consideração as oscilações do varguismo. Assim como Getúlio Vargas, Jacques assumia posições de acordo com suas conveniências. Os dois sabiam explorar as circunstâncias. O Jacques aliado nos combates contra os constitucionalistas tornou-se inimigo do governo federal. A partir do momento em que começou a agir em torno somente de seus interesses, passando a ser um obstáculo ao poder central, o bandoleiro foi perseguido ferrenhamente.

Nos acontecimentos do Movimento Constitucionalista de 1932, procuramos dar um enfoque além-Jacques. É o caso, por exemplo, do ex-soldado cavalariano do Exército Athamaril Saldanha que combateu em terras mato-grossenses ao lado dos insurgentes. Em suas memórias do movimento paulista, Saldanha descreve o cotidiano dos revoltosos no confronto com as tropas legalistas. No ensejo do movimento dos paulistas, historiamos também o papel do general-de-brigada Bertoldo Klinger, comandante das forças constitucionalistas, apontando suas atitudes político-militares diante do movimento. Outro aspecto destacado no contexto do movimento de 1932 são as ideias divisionistas no Mato Grosso meridional.

A perseguição a Jacques e seu grupo na Fronteira Oeste, Sul do antigo Mato Grosso e a outros bandoleiros no imenso interior do Brasil caracterizou-se por uma forte política repressiva por meio da qual o Estado Nacional assumiu o “*monopólio*” da violência no intuito de manter a *ordem*.

No início da década de 1930, mesmo antes da ditadura estado-novista, os interventores receberam ordens para combater o banditismo e o mandonismo paroquiais em seus respectivos estados. Mas, se houve prisão de chefes locais, também houve *entendimentos* com esses mandonistas. O coronelismo, como em outras partes do Brasil, se apropriou das condições de miséria dos camponeses no Mato Grosso meridional para criar um exército de jagunços e capangas, além de dispor dos serviços de bandoleiros a soldo. Na Fronteira Oeste, Silvino Jac-

ques, um bandoleiro independente que agia conforme seus interesses, atuava nesse meio e mantinha relações com os chefes e com os trabalhadores rurais. Era preciso eliminá-lo.

1 REVOLTA PAULISTA NO SUL DE MATO GROSSO: O *VARGUISTA* JACQUES E O CONSTITUCIONALISTA SALDANHA

Diferentemente dos últimos meses em que viveu no Rio Grande do Sul, período no qual foi perseguido sem trégua pela polícia, Silvino Jacques, mesmo contra sua índole, procurou ter uma vida sem percalços, sossegada, em Porteiras. Naquela localidade, hoje município de Caracol, na Fronteira Oeste, Jacques vivia com sua família numa chácara¹ como simples dono de comércio, inicialmente sem atropelos, sem nomadismos. Com exceção das poucas vezes em que ia às compras, ficava a maior parte do tempo com a mulher Zanir e a filha Ildorilda.² Levava uma vida “*comum*”.

Jacques era um mutante com seus vários comportamentos. Quando estava com sua família, ele tinha vida pacata. Era um homem zeloso com as coisas domésticas. Cuidava bem da chácara.³ Fora do ambiente familiar, assumia outra personalidade e tornava-se temido na fronteira. A maioria das pessoas que conhecia o bandoleiro tinha medo de denunciá-lo. “Naquela época o cara não podia sê inimigo dele. Se entregava ele, já viu [...], já era uma briga, já era um inimigo. Assim dizia meu pai!”⁴ Até meados da década de 1930, as instituições repressoras e judiciais eram frágeis, praticamente inócuas numa região onde o povo não podia contar com a polícia, menos ainda com a justiça. Notadamente, os chefes paroquiais tinham suas próprias “*leis*”. O pai do agricultor Athaíde Godoy era contemporâneo de Jacques. Por meio da tradição oral, Athaíde herdou as histórias daqueles anos contadas pelo pai. “Meu pai nunca

¹ A casa dos Jacques não existe mais. “[...] Só restaram alguns tijolos”, relata o jornalista Cícero Moura em reportagem (Documento Brasil) sobre a vida de Silvino Jacques, na TV Guanandi, s.d. A habitação foi demolida.

² DOCUMENTO Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul, [s.d.].

³ Trecho da entrevista de Athaíde Godoy, *in*: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul, [s.d.].

⁴ Id.

falou mal dele, porque ele [Silvino Jacques] nunca prejudicou ele [pai de Athaíde].”⁵ Os Godoy acolhiam Silvino. “Chegava na casa dele [pai de Athaíde] comia, sestiava, durmia...”⁶

Herdeiro de um povo que ao longo dos tempos forjou-se pela tradição guerreira das revoltas políticas, nas quais se adotavam táticas e estratégias de guerrilha, tendo o cavalo como central nos combates em regiões de topografia plana,⁷ o temperamento de Silvino Jacques se assemelhava ao de Getúlio Vargas, seu conterrâneo, nascido em São Borja. Jacques era um “[...] homem afável que não desperdiçava palavras e que tinha preparo para enfrentar situações de grandes perigos e pressões”.⁸ Até mesmo nas ambiguidades e oscilações políticas, o ex-integrante⁹ da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, corporação na qual obteve a patente de sargento, Jacques, de acordo com as situações, incorporou diferentes lados e formas de agir.

Uma das idiossincrasias de Silvino Jacques foi sua atuação na luta bélica contra o movimento denominado Revolução Constitucionalista de 1932. A revolta foi uma resposta das oligarquias tradicionais paulistas a Getúlio Vargas, que a partir da chamada Revolução de 1930, por meio de um golpe, chegou à presidência do Brasil. Com a ascensão de Vargas ao poder central, as oligarquias mineiras e paulistas, que se impunham ao conjunto da nação, em decorrência do poder econômico obtido por meio de um modelo agroexportador, perderam força política. De modo geral, a primeira ditadura varguista, à qual se deu o nome de Governo Provisório da República, deu um duro golpe na autonomia dos estados e outros direitos estabelecidos na Constituição de 1891. Revogada pelo governo central, aquela Carta satisfazia plenamente aos interesses dos grupos oligárquicos regionais.

O Código dos Interventores, como era chamado o Decreto n. 20.348, de agosto de 1931, regulamentou o controle de Vargas “[...] sobre as interventorias federais nos estados”.¹⁰

⁵ Trecho da entrevista de Athaíde Godoy, in: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul, [s.d.].

⁶ Id.

⁷ INTRODUÇÃO, in: Gunter AXT (org.), *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*, sexta página da introdução. Na parte introdutória dessa obra não há numeração de páginas.

⁸ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 15.

⁹ Id., *ibid.*

¹⁰ A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945, Anos de Incerteza (1930-1937), No país dos tenentes, *Código dos Interventores*, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes/CodigoInterventores>>, acessado em 4 abr. 2011.

Os paulistas se opunham radicalmente “[...] aos interventores tenentistas, acusados de ‘forasteiros’ [grifo da autora]”.¹¹ O governo federal havia nomeado em São Paulo, como interventor, o tenente João Alberto Lins de Barros, mas as oligarquias e outros segmentos que tiveram seus interesses prejudicados queriam para o estado “[...] um interventor civil paulista [...]”.¹² Num clima de instabilidade política em São Paulo, o governo de João Alberto durou até julho de 1931. Mesmo com a saída dele a situação continuou instável. Cogitou-se, então, Plínio Barreto para ocupar a interventoria, indicado por João Alberto. Barreto era paulista, civil e constitucionalista. Desistiu de assumir o cargo. Ele não seria aceito pela oposição, porque era aliado do governo central. Também paulista e civil, Laudo Ferreira de Camargo foi empossado como interventor. Sem apoio do Partido Democrático (PD), que em fevereiro de 1932 rompeu com Vargas, e do Partido Republicano Paulista (PRP), renunciou ao cargo em dezembro de 1931. O PRP, ao abrigar os conservadores, uniu-se ao PD e formaram a Frente Única Paulista. Diante de uma situação de animosidade, o governo federal resolveu pôr um militar que tinha ligação com os tenentistas e, evidentemente, não era apoiado pelos constitucionalistas,¹³ o que acirrou ainda mais o embate político com os varguistas.

Com o agravamento da crise política em São Paulo, Vargas, em fevereiro de 1932, nomeou Pedro de Toledo como interventor. O Governo Provisório da República propunha “[...] novo Código Eleitoral [...] e marcava eleições para 1933 (em maio)”.¹⁴ Apesar dessas medidas, o presidente não conseguiu acalmar os opositores paulistas. Forças leais ao governo federal se confrontaram com integrantes da oposição em São Paulo. Três estudantes constitucionalistas morreram no confronto: Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo. Isso catalisou ainda mais os descontentamentos dos paulistas em relação a Vargas. Fundou-se uma *organização civil clandestina*, cuja sigla eram as iniciais das palavras que compunham os nomes dos estudantes: MMDC, que simbolicamente transformou-se numa referência para os constitucionalistas.

¹¹ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 113.

¹² Id., *ibid.*

¹³ Regina da Luz MOREIRA, *Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil, Revolução Constitucionalista de 1932*, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>, acessado em 5 abr. 2011.

¹⁴ Id.

O governo federal manteve-se relutante em se afastar dos tenentistas. Na verdade, os “tenentes” tiveram importante atuação no processo de centralização do poder decisório nas mãos do presidente. “O Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas teve no grupo dos ‘tenentes’ um dos seus principais pilares de sustentação política.”¹⁵ Até mesmo no estado gaúcho, terra natal de Getúlio Vargas, crescia a oposição aos “tenentes”.

Descontentes, paulistas começam uma guerra contra o governo federal. Irrompeu concretamente a revolta constitucionalista. Também conhecido como Revolução de 1932 ou Guerra Paulista, o 9 de julho de 1932 simboliza a data de início desse movimento deflagrado em São Paulo e que chegou ao Sul do antigo Mato Grosso, na Fronteira Oeste. De ambos os lados – constitucionalistas e legalistas – mobilizaram-se forças nos *fronts* meridionais de Mato Grosso.

No Rio Grande do Sul, o interventor José Antônio Flores da Cunha pretendia lançar-se em defesa da constitucionalização “com o apoio integral dos oficiais do Exército aquartelados no Estado”¹⁶. Apesar das pressões políticas dos revoltosos, a adesão total do oficialato do Rio Grande do Sul não aconteceu. Os impasses entre gaúchos e Governo Provisório do presidente Getúlio Vargas continuavam. Mesmo atuando do lado governista, Flores da Cunha discursava de forma titubeante e aventava possibilidade de aderir aos insurretos.

A decisão de Flores da Cunha de não se integrar às forças revoltosas seria insuficiente para evitar que os insurgentes lograssem êxito em território gaúcho. Cunha comunicou, por telegrama a Vargas, que não pretendia continuar interventor no Rio Grande do Sul, alegando que os fatos políticos ligados aos revoltos o deixariam em incômoda posição no cargo. “*Ante [à] situação tormentosa [que] acaba de me ser criada e para manter intactos meus deveres de honra, deponho nas suas mãos [o] cargo [de] Interventor Federal neste Estado [grifo do autor].*”¹⁷ A afirmação de Flores deixou Vargas preocupado. O ditador sabia que era temeroso combater os constitucionalistas da Frente Única Gaúcha (FUG) sem a permanência de Flores como interventor. Getúlio Vargas se empenhou para evitar que Cunha renunciasse ao cargo. Vargas apelou. “*Não posso aceitar renúncia. [...]. Pretendem nos apunhalar pelas costas,*

¹⁵ A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945, Anos de Incerteza (1930-1937), *No país dos tenentes*, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes>>, acessado em 4 abr. 2011.

¹⁶ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, primeira parte, p. 32, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessado em 28 fev. 2011.

¹⁷ *Apud* Blau SOUZA, 1932 A revolução da palavra empenhada, *in*: Gunter AXT (org.), *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*, p. 383.

num movimento reacionário. Não me entregarei. Tenho elementos para resistir e estou pronto para fazê-lo até sucumbir como um soldado da Revolução em defesa dos ideais que nos levaram a ela [grifo do autor].¹⁸

O apelo de Vargas foi mais eficiente. Borges de Medeiros não conseguiu fazer com que Cunha aderisse à Constitucionalista. Mesmo conjecturando renunciar ao cargo de interventor e apesar de continuar defendendo a *constitucionalização* do Brasil, Cunha assumiu as cores varguistas, o que enfraqueceu os revoltosos no Rio Grande do Sul. “*Continuarei interventor, mas se as circunstâncias motivarem o rompimento com Getúlio deixarei o governo* [...] [grifo do autor]”.¹⁹ Os getulistas fortaleceram-se politicamente. Oficialmente, Rio Grande do Sul e Minas Gerais tornaram-se estados pró-Vargas.

As históricas divergências políticas no Sul do antigo Mato Grosso, herdadas em parte do Rio Grande do Sul, norteavam posições, atitudes e conveniências, mas não foram empecilho para formação de aliança entre o maragato Silvino Jacques e o chimango Getúlio Vargas, para combater a Constitucionalista. A atuação de Jacques contra os revoltosos tinha estreita relação com a política no Rio Grande do Sul. Flores da Cunha fora acionado para *convocar* Jacques. “Silvino Jacques, através do primo Prudente d’Ornellas, que viera diretamente do Rio Grande do Sul, recebeu a convocação [de] Flores da Cunha para que [...] lutasse a favor de Vargas.”²⁰

Na região sul do Mato Grosso uno havia um bom número de gaúchos, em sua maioria alinhados a Vargas. Na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, o gaúcho Jacques ingressou nas fileiras pró-Getúlio Vargas e teve papel estratégico no combate à insurreição paulista que irrompeu Mato Grosso meridional adentro. Em terras mato-grossenses, ele comandou um “exército” legalista, no combate aos *revolucionários*, “[...] na região de Porto Murtinho”,²¹ hoje localizada no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira fluvial (rios Apa e Paraguai) com a República do Paraguai. Na luta contra os constitucionalistas, Jacques foi “[...] capitão da brigada militar [...]”.²² O capitão Krugerson Mattos historiou a ativa participação de Silvi-

¹⁸ Blau SOUZA, 1932 A revolução da palavra empenhada, in: Gunter AXT (org.), *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*, p. 384.

¹⁹ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, primeira parte, p. 32, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

²⁰ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 56.

²¹ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, 1995, p. 168.

²² Id., *ibid.*

no Jacques no combate aos insurretos. “[...] Conhecedor profundo da História Militar da Fronteira Oeste, particularmente do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado e da cidade de Bela Vista”,²³ Mattos explica que, sob ordens do governo central, Jacques comandou um contingente superior a 100 homens.²⁴

Definido no Mato Grosso meridional quem se aliou ao poder central e quem se tornou inimigo, aderindo aos constitucionalistas, no Rio Grande do Sul, com a dissidência na FUG, o grupo liderado por Flores criou o Partido Republicano Liberal (PRL).²⁵ Confirmou-se o intuito de Vargas: tornar a Frente dividida para minar qualquer tentativa de insurreição mais consistente no Rio Grande do Sul.

Em 1932, sem Flores da Cunha, restou aos constitucionalistas gaúchos a organização de distintos levantes em território sul-rio-grandense. À proporção que as revoltas foram sendo debeladas, o interventor Flores da Cunha ordenava aos *batalhões legalistas* que não permitissem que os insurretos se juntassem à minguada força constitucionalista comandada por Borges e João Batista Luzardo.²⁶ O conhecimento que Flores tinha sobre os planos dos revolucionários facilitou a atuação das forças legalistas. O racha na Frente quebrou a espinha dorsal dos constitucionalistas no Rio Grande do Sul. Os pró-constitucionalização planejaram um movimento no estado gaúcho contando com recursos da receita estadual. Aliado a isso empregariam nos *fronts* a eficiente Brigada Militar. Com Flores atuando a favor do governo federal nada disso ocorreu.

Embora, em termos gerais, a Brigada Militar tenha seguido as ordens de Flores da Cunha, Borges de Medeiros, que tinha sido presidente do Rio Grande do Sul por dois mandatos não-consecutivos, totalizando 25 anos, mantinha seu prestígio entre os integrantes daquela força ostensiva e prosseguia com muito poder frente aos brigadianos. “Não foram poucos os brigadianos que relutaram em lutar contra o antigo chefe.”²⁷ Em agosto de 1932, aos insurgentes constitucionalistas, Borges deu “instruções secretas às unidades da B.M. [Brigada Mi-

²³ CAP MATTOS, Quem sou eu, *Museu Atanásio A. Mello Filho*, disponível em <<http://www.blogger.com/profile/15249563746616140267>>, acessado em 8 mar. 2011.

²⁴ *SELVINO Jacques: a saga de um bandoleiro*, direção: Hamilton Medeiros. Documentário (34 min29s).

²⁵ Luciano Aronne de ABREU, Estado Novo, realismo e autoritarismo político, Dossiê, *Política & Sociedade*, n. 12, p. 57, nota 8, abr. 2008, disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/7640/6995>>, acesso em 18 mar. 2011.

²⁶ Blau SOUZA, 1932 A revolução da palavra empenhada, in: Gunter AXT (org.), *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*, p. 386.

²⁷ Id., in: *ibid.*, p. 384.

litar] sediadas em P. Alegre [...] com o fim de dar uma expressão prática à solidariedade da frente única riograndense ao movimento paulista”. Aos brigadianos Borges pediu para eles “retirarem-se dos quartéis, aproveitando a prontidão permanente em que se acham, e, levando todo o material bélico que pudessem conduzir, alcançarem, rapidamente a Estação de Gravathey, que antes será ocupada por uma tropa [...]”.²⁸

As instruções de Medeiros não surtiram os resultados esperados. Os constitucionalistas do Rio Grande do Sul “[...] nada puderam fazer a não ser pequenos levantes aqui e ali, mais para resguardar a honra do pacto assinado, pois de nada adiantavam”,²⁹ relatou em suas memórias o ex-soldado cavalariano do Exército Athamaril Saldanha, que no Sul de Mato Grosso ingressou nas fileiras dos revoltosos. “A força ficara com Flores da Cunha.”³⁰ No Rio de Janeiro, então distrito federal, os opositores ao Governo Provisório da República não conseguiram se sublevar.

Para os revoltosos de São Paulo, epicentro do movimento, seria conveniente que outros estados se engajassem na luta, como apontavam os acontecimentos políticos. Com exceção das forças constitucionalistas mato-grossenses, isso não ocorreu. “Tudo indicava que São Paulo não marcharia solitário contra Vargas. Mas foi o que aconteceu, salvo a participação de Mato Grosso.”³¹ A historiadora Marisa Bittar acresce que a atuação dos rebeldes mato-grossenses “foi mais importante para os destinos [da] própria história [de Mato Grosso] do que para a constitucionalização do país”.³²

Em solo mato-grossense as alianças anticonstitucionalistas colocaram no mesmo lado Silvino Jacques e Orcírio dos Santos.³³ A família Santos viria a ser na segunda metade dos anos 1930 inimiga fidalga de Jacques. Com 21 anos de idade, Orcírio apresentou-se para o

²⁸ Manuscrito “Instruções secretas às unidades da B.M. sediadas em P. Alegre”, assinado por Borges de Medeiros, reproduzido na íntegra no livro *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul* (2008), p. 376 (sem numeração), organizado pelo historiador Gunter Axt.

²⁹ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, primeira parte, p. 57, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

³⁰ Id., *ibid.*

³¹ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 113.

³² Id., *ibid.*

³³ Já falecido, Orcírio era da família Santos, à qual pertence o ex-governador de Mato Grosso do Sul por dois mandatos, de 1999 a 2006, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT. Zeca é filho de Orcírio dos Santos.

serviço militar em 1931, no 10º RCI (Regimento de Cavalaria Independente),³⁴ com sede em Bela Vista. No *front* legalista, Jacques comandava o 2º batalhão. No distrito Nossa Senhora de Fátima, conhecido como Nunca-Te-Vi, no município de Bela Vista, o getulista Orcírio ingressou no grupo de Simão Coelho. À época da Constitucionalista, o 10º RCI estava politicamente dividido entre prós e contra Getúlio Vargas.³⁵ Orcírio era um dos filhos de Alípio Felipe dos Santos.³⁶

O ex-soldado revoltoso Saldanha, um entre os muitos rebeldes que se engajaram na revolta dos paulistas em Mato Grosso relembra, em suas memórias sobre o movimento, um dos episódios que marcaram o confronto na Fronteira Oeste: a investida das forças legalistas ao 10º RCI, tomado pelos insurretos. Entre os comandantes daquela operação pró-Vargas estava o capitão Jacques. “As tropas voluntárias dos ditatoriais, sob o comando de Mário Garcia [à época prefeito de Bela Vista], Saladino Nunes e Silvino Jacques atacaram o quartel do 10.º RCI, onde contavam com simpatizantes.”³⁷ Obtiveram êxito na retomada da unidade, porém houve baixa no contingente aliado ao governo central. “Conseguiram ocupar aquela unidade mas perderam Saladino Nunes em combate.”³⁸ Ibanhes assim escreve, enfaticamente, sobre os instantes finais de Saladino:

fazendeiro e ardoroso legalista, monta a cavalo, empunha o laço e dispara pela praçoleta que separa o quartel dos montes de pedras. Os cascos do cavalo arrancam nacos de grama na disparada enquanto o cavaleiro, soltando as rédeas sobre o pescoço do animal, prepara a laçada com a pretensão de, ao se aproximar o suficiente, arrastar uma das metralhadoras. Acobertado pela escuridão da noite e pela surpresa que seu gesto causa aos atiradores, consegue chegar ao arremesso. Quando o laço alcança o alvo, uma rajada de metralhadora decepa pela cintura o cavaleiro que tomba morto ao solo, cortado ao meio.³⁹

Inicialmente, o 10º RCI apoiava os constitucionalistas, porque o general-de-brigada Bertoldo Klinger tornou-se comandante dos revoltosos. No entendimento de Ibanhes, houve desinformação dos militares daquele regimento em relação aos propósitos da “*revolução*”. Os

³⁴ O 10º RCI corresponde atualmente ao 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado (RC Mec.) – Regimento Antônio João (RAJ). A sede continua em Bela Vista.

³⁵ INFORMAÇÕES enviadas por “e-mail” pelo escritor Brígido Ibanhes, mensagem datada de 21 de março de 2011.

³⁶ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 52.

³⁷ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 89, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

³⁸ Id., *ibid.*

³⁹ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 53.

combatentes varguistas pressionaram os militares que estavam no quartel.⁴⁰ Os rebeldes resolveram se retirar da unidade verde-oliva. Ir para o país vizinho foi uma das opções. “Parte da tropa do 10º RCI homiziou-se no Paraguai, juntamente com alguns oficiais.”⁴¹

Integrantes da Coluna de Bronze atacaram o quartel do regimento, expulsando os ditatoriais que haviam dominado aquela unidade sob o comando de Silvino Jacques, Garcia e Saladino Nunes. Terminada a investida ao 10º RCI, os rebeldes voltaram suas atenções para a cidade de Porto Murtinho. A coluna reforçou seu contingente com a adesão dos civis ligados a “[...] Avelino Nogueira, Ulisses de Lima, Kiki Barbosa, Guinarte Garcia, Nestor Muzzi, Vasco Novais, Aral Moreira, Hermenegildo Lima, Laudelino Barcelos, Valdomiro Correia, Ataliba Fagundes, coronel Sancery e outros”.⁴² Fossem legalistas ou constitucionistas, em ambos os lados havia civis que pegaram em armas para, junto com os militares, respectivamente combater ou manter a *revolta* encabeçada pelos vizinhos paulistas.

Rumo a Porto Murtinho, os revoltosos acamparam perto do rio Tereré, que deságua no rio Paraguai em sua margem esquerda. Na cabeceira do Tereré foram surpreendidos pelos legalistas. Um dos caminhões da coluna transportava dois canhões. Um deles foi utilizado na defesa dos Bronze. Foi uma ideia do cabo Teófilo, para, no meio do tumulto, responder ao fogo do adversário, que atirava a esmo. Rapidamente foram tirar o canhão de cima do caminhão. Teófilo, “sem perda de tempo, juntamente com um praça, subiu no caminhão, cortaram a corda que prendia um dos canhões e este, sem a amarra, rolou e caiu da carroceria”.⁴³ A peça de artilharia caiu em posição de tiro, o que ficou mais fácil aos constitucionistas. Foi só direcionar o canhão para o inimigo e acioná-lo.⁴⁴

Depois do combate perto do Tereré, os integrantes da coluna retomaram sua missão com mais cautela, principalmente porque pelo caminho encontraram muita destruição: ponte caída, “barracos queimados e plantações pisoteadas, sinal nítido de uma debandada temerosa e rápida”.⁴⁵ Pisando sobre esses escombros, os insurgentes seguiram sua marcha, inicialmente

⁴⁰Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 52.

⁴¹ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 89, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

⁴² Ibid., segunda parte, p. 90.

⁴³ Id., ibid.

⁴⁴ Id., ibid.

⁴⁵ Id., ibid.

em direção a Porto Murtinho, que estava sobre o domínio dos legalistas, comandados por Jacques e Garcia, dois dos que chefiaram a investida ao 10º RCI. O contingente anticonstitucionalista em Porto Murtinho era integrado pelo Exército, Marinha e provisórios, incluindo combatentes gaúchos. O aumento das tropas com militares do Rio Grande do Sul⁴⁶ comprovou o grau de envolvimento de Flores da Cunha, interventor daquele estado, na luta em Mato Grosso contra os defensores da constitucionalização.

Chamados massivamente de *ditatoriais* por Saldanha, os legalistas avançavam cada vez mais ao longo da Fronteira Oeste. Impulsionados pela vitória em Bela Vista, os anticonstitucionalistas ampliaram suas tropas. Militares gaúchos como o major Americano Marques, o capitão Telmo Ribeiro, o tenente João de Paula Cabrera, Osvaldo Barbosa e Dantas foram deslocados para Mato Grosso.

Com esse reforço na fronteira, os leais ao Governo Provisório da República pretendiam somar-se aos demais na tentativa de atacar, em Ponta Porã, “[...] o 11º RCI e os voluntários constitucionalistas deixando-os imobilizados, para depois dominar toda a região e, em seguida, guardar o rio Paraná, enquanto as tropas regulares, com unidades vindas de Cuiabá, invadiriam Campo Grande”.⁴⁷ Porém, depararam-se com um grande obstáculo: a Coluna de Bronze dos revoltosos, da qual fazia parte o soldado Saldanha.⁴⁸ Sob as ordens do major Silvestre, a coluna era formada por “[...] uma Cia. do 6.º BE; uma Cia. do 18.º BC; uma Cia. de A. C. de Campo Grande, esta chefiada pelo tenente Simões”.⁴⁹ Saldanha, na segunda parte do livro *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul* (2004), relata a presença de índios guaicuru na coluna. Comandados pelo tenente Moreira, eles integravam um pelotão, “encarregados de construções de linhas telefônicas, pontes e outras obras necessárias.”⁵⁰

⁴⁶ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011., p. 89.

⁴⁷ Id., *ibid.*

⁴⁸ Id., *ibid.*

⁴⁹ Id., *ibid.*

⁵⁰ Id., *ibid.* Os *guaicuru* referidos pelo ex-soldado rebelde Athamaril Saldanha são os *kadiwéu*, que, segundo o arqueólogo Gilson Rodolfo Martins, em *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*, p. 58, segunda edição (2002), são o “único subgrupo étnico falante de uma língua Guaikuru em Mato Grosso do Sul, que [sobreviveu] ao processo de contato conflituoso com a sociedade brasileira [...]”. Hoje, de acordo com Gilson Martins, esses índios vivem numa reserva com “mais de quinhentos mil hectares [...], localizada no sudoeste do Estado, na região conhecida como Pantanal do Nabileque, no município de Porto Murtinho”, p. 58. O arqueólogo

Embora não atuasse em frentes de combate, esse grupo do Moreira tinha à sua disposição uma metralhadora pesada,⁵¹ para, caso fosse necessário, contra-atacar.

Os constitucionalistas precisavam de mais cavalos, que àquela época eram muito usados nos deslocamentos. Hoje, os cavalos são domados para a lida em fazendas pecuárias de Mato Grosso do Sul. No contexto do Movimento Constitucionalista, grande parte dos contingentes da Coluna de Bronze era formada por civis. Daí a necessidade de mais animais para os revoltosos. Então os Bronze resolveram pedir equinos aos guaicuru (kadiwéu). “Sabíamos da existência de quatrocentos cavalos em poder dos guaicurus.”⁵² Salvo na condição de eles próprios montarem os cavalos, se integrando à coluna como combatentes, além, é claro, do pelotão logístico no qual atuavam os guaicuru, esses indígenas não quiseram emprestar os equinos, porque os animais eram de extrema utilidade no cotidiano da etnia, na locomoção por exemplo. “Ficamos orgulhosos com a oferta do chefe, mas não podíamos aceitar. Mal possuíamos armamentos para nós mesmos, como faríamos para abastecer mais quatrocentos?”⁵³.

No entorno de Porto Murtinho os legalistas estavam entrincheirados. Sob fogo, os rebeldes procuravam se proteger na vegetação e responder aos tiros do inimigo. O poder bélico era desproporcional. Pendia favorável aos legalistas, apesar de os revoltosos não serem atingidos pela artilharia. “O combate continuou noite adentro até o amanhecer. Nossos dois canhões mandavam um *recado*, que o [monitor] Pernambuco respondia com canhões de verdade, de 90 mm, mas não nos atingiam [grifo do autor].”⁵⁴

Chegou o momento em que não se ouvia mais os canhões legalistas. Os tiros inimigos cessaram-se. Com cautela, foram destacados insurretos para verificar o que acontecia. Os soldados getulistas se encontravam em um navio e em chatas. Navegavam rio Paraguai acima. Alguns legalistas atravessaram para a ilha Margarita, já em território paraguaio. Parecia que

explica que os kadiwéu são “[...] herdeiros da tradição eqüestre dos Guaikuru [...]” (p. 59) da época colonial, temidos por bandeirantes, portugueses, espanhóis e outras etnias indígenas pela habilidade que tinham em cavalgar quando estavam em ação contra seus inimigos. Eram conhecidos como índios cavaleiros. Lembrando que o cavalo foi introduzido no continente americano pelos europeus. Apesar do uso que fazem do cavalo, os kadiwéu não conservam atualmente as características guerreiras dos guaicuru, em função do processo de dominação a que foram submetidos.

⁵¹ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 89, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

⁵² Ibid., segunda parte, p. 100.

⁵³ Id., ibid.

⁵⁴ Ibid., segunda parte, p. 93.

os ventos sopravam a favor dos constitucionalistas. Os revoltosos hesitavam entre efetivar a tão sonhada ocupação da cidade de Porto Murtinho ou recuar.

Havia que se ponderar sobre o risco de entrar em Porto Murtinho. Um novo confronto com os ditatoriais não estava descartado. A possibilidade de os rebeldes serem derrotados era grande.

Tínhamos que pesar a situação: o Pernambuco poderia estacionar em uma curva do rio e de lá castigar a cidade com os canhões e as tropas poderiam desembarcar, iniciando uma temida operação terra-água, quando lhes aprouvesse. Era por demais perigoso para a coluna, já que não tínhamos munição para lhes fazer frente.⁵⁵

Os rebeldes ainda se preocupavam com um avião que os rastreava, até saberem que a aeronave espiã já não representava mais perigo. Tudo indicava que o avião estava inoperante. “Acredito que o tenhamos atingido pois, dias depois, a aeronave foi vista sobre uma chata, sendo rebocada para o sul”,⁵⁶ explica Saldanha em seu livro.

Mas nem mesmo o avião fora de operação não confortava muito os rebeldes. Era preciso decidir se a Coluna de Bronze se retirava ou não de Porto Murtinho. Enfim, tomada a decisão. “O bom-senso [*sic!*] nos aconselhou a retornar a Santa Cruz, depois de recolhidos os cartuchos para a recarga em São Paulo.”⁵⁷ Assim o fizeram e ficaram no aguardo de munição, para reaproximar de Porto Murtinho.

A coluna se retirou de forma ordenada. Os militares legalistas avaliaram que os Bronze não haviam ocupado Porto Murtinho porque lhes faltou tenacidade, determinação. “[...] Acreditaram nos boatos que nos retiramos desordenadamente, abandonando a conquista para o inimigo.”⁵⁸ Segundo afirma Saldanha, autores paulistas que escreveram sobre a Constitucionalista acolheram essa versão dos aliados de Getúlio.

apesar do testemunho dos muitos que participaram da batalha, inclusive de um comandante dos ditatoriais, nossos inimigos, o major Néri da Fonseca, que declarou que realmente houve pânico em suas fileiras e até deserções e que muitos fugiram para o Paraguai, que lhes parecia mais seguro, quando se defrontaram conosco, civis e moradores testemunharam que nossa coluna voltou a Santa Cruz à espera do reforço da munição e que em São Roque se

⁵⁵ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 94. disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

⁵⁶ *Ibid.*, segunda parte p. 93.

⁵⁷ *Ibid.*, segunda parte, p. 94.

⁵⁸ *Id.*, *ibid.*

encontravam as tropas de voluntários civis que também faziam parte do nosso grupo.⁵⁹

Os combatentes da Coluna de Bronze permaneceriam na base localizada na fazenda Santa Cruz até ser reabastecidos com munição pelos paulistas. Reabastecidos, eles marchariam novamente rumo a Porto Murtinho. Enquanto isso, a tropa tinha de ser mantida em atividade, em preparação para o que Saldanha chamou de “[...] dia D, a retomada de Porto Murtinho”⁶⁰.

Neutralizar o monitor Pernambuco era prioridade. A embarcação legalista ficava ancorada perto de Porto Esperança,⁶¹ rio Paraguai, município de Corumbá, no Pantanal, acima de Porto Murtinho. O navio era um grande obstáculo aos revoltosos na pretensão de retomar Porto Murtinho.

Na fronteira assumir o controle de Porto Murtinho era estratégico para os destinos do movimento no Sul do antigo Mato Grosso. Os Bronze aguardavam ser municiados por São Paulo. A munição dos paulistas demorava chegar às mãos dos rebeldes. Esse era mais um entre os tantos problemas enfrentados pelos constitucionalistas.

Parte dos rebeldes provocava os legalistas. Os soldados do 11º RCI “arrumaram” um confronto com os getulistas. Integrantes daquele regimento haviam ocupado uma área cortada pela estrada de ferro construída pela Matte Larangeira, que à época do Movimento Constitucionalista estava abandonada. Perto da via férrea havia uma estação “[...] composta de uma residência, dois armazéns e um curral em aroeira”.⁶² A tropa do 11º RCI transferiu o controle daquele lugar à cavalaria civil de Kiki Barbosa. Os integrantes do 11º RCI viviam em querelas com as tropas legalistas, trocavam “[...] *amabilidades* com os ditatoriais [grifo do autor]”,⁶³ provocações inúteis que acabavam por atrapalhar os objetivos centrais da revolta constitucionalista.

⁵⁹ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 94, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

⁶⁰ Id., *ibid.*

⁶¹ O EMPREGO do avião na Revolução Constitucionalista de 1932, disponível em <<http://www.reservaer.com.br/biblioteca/e-books/reflexoes4/30-oempregodoaviao.html>>, acessado em 27 mar. 2011.

⁶² Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 95, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

⁶³ Id., *ibid.*

Os insurgentes mato-grossenses se agrupavam em várias frentes de combate. Na Planície Pantaneira, rebeldes atuaram no município de Corumbá – mais especificamente em Ladário⁶⁴ e Porto Esperança, localizados na área de influência da fronteira Brasil-Bolívia. Em Ladário, embora não tenham conseguido estabelecer frente, os revoltosos impediram que os legalistas dominassem o então distrito pertencente a Corumbá e mantivessem as saídas abertas, com conseqüente expansão dos domínios getulistas.

No dia 18 de agosto [de 1932], tropas constitucionalistas compostas de elementos do 6.º BE, 18.º BC e voluntários atacaram a base naval de Ladário. Os ditatoriais não tiveram por onde fugir e, protegidos por sua artilharia bem municada, acabaram encurralados no recinto da Base e lá permaneceram até o final da luta.⁶⁵

Em Porto Esperança, os legalistas tentaram, sem êxito, desembarcar fuzileiros navais do monitor Pernambuco. A Coluna de Bronze manteve o domínio sobre Porto Esperança. “Expulsamos o inimigo, e conservamos a posição até o final da guerra.”⁶⁶

Na fronteira Brasil-Paraguai, depois de ter sido dominado pelos rebeldes, o município de Porto Murtinho no Pantanal Sul estava sob controle dos legalistas. Os revoltos almejavam retomar a cidade. “Acampados em Santa Cruz e São Roque, fazíamos os últimos preparativos necessários à invasão”⁶⁷. Planejava-se retomar Porto Murtinho *em definitivo*, mesmo sabendo ser essa uma missão complexa. Entre os contingentes legalistas estabelecidos na cidade havia os gaúchos. Rememora Saldanha:

Sabíamos que Porto Murtinho estava guarnecido pelo 17.º Batalhão de Caçadores (inteiro); destacamento de Fuzileiros Navais da Base Naval de Ladário; provisórios da Brigada Militar do Rio Grande do Sul; voluntários civis, [...] e mais o monitor Pernambuco, com sua guarnição de marinheiros e artilheiros. O comandante-geral deste contingente tão eclético era o major do exército Néri da Fonseca.⁶⁸

Rebeldes do 11º RCI obrigaram voluntários legalistas a se deslocar para a margem direita do rio Iguatemi. Aos revoltosos desse regimento foi pedida a incorporação deles à Coluna de Bronze, para um possível segundo ataque a Porto Murtinho. Era necessário que os anti-

⁶⁴ Desmembrado de Corumbá, o distrito de Ladário foi elevado à categoria de município em dezembro 1953.

⁶⁵ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 99, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

⁶⁶ Id., *ibid.*

⁶⁷ Id., *ibid.*

⁶⁸ *Ibid.*, segunda parte, p. 99-100.

getulistas mantivessem a posição conquistada na área à margem esquerda do Iguatemi. Deixaram lá tropas voluntárias aliadas observando os legalistas, que não puderam atravessar o rio.⁶⁹

A parte do Sul do então Mato Grosso que fazia divisa com Minas Gerais não estava guarnecida pelos pró-constitucionalização. Mesmo não aderindo ao movimento, havia uma quase unanimidade de que Minas não arrumaria problema para os revoltosos. Os constitucionalistas foram informados sobre a invasão de integrantes da Força Pública mineira e do Exército, fiéis a Getúlio Vargas. Um batalhão seguiu para lá no intuito de evitar que os mineiros governistas dominassem a área. Através do rio Sucuriú, no hoje Nordeste sul-mato-grossense, essa tropa evitou o avanço dos legalistas. “A tropa conquistou a posição ao inimigo e a manteve até o final da guerra.”⁷⁰

Apesar das adversidades, o que é comum numa situação de guerra, os revoltosos de Mato Grosso seguiram tocando o movimento no Sul do estado. Baseados na fazenda Santa Cruz, os contingentes aguardavam o momento de ir em direção a Porto Murtinho, para tentar retomar a cidade localizada à margem esquerda do rio Paraguai. Foi quando receberam o comunicado que a revolta constitucionalista se sucumbira aos legalistas. “Chegam ordens pelo rádio, para que fôssemos para Bela Vista, já que São Paulo se rendera.”⁷¹ Quase três meses do início oficial do movimento, os rebeldes constitucionalistas se capitularam ao maior poderio bélico dos getulistas. O marco final da *revolução* de 1932 foi o mês de outubro.

Conhecedor da fronteira Brasil-Paraguai, pois lá vivia desde o final de 1929, o capitão Silvino Jacques, com sua experiência do tempo em que pertenceu à Brigada Militar do Rio Grande do Sul, habilmente com seus subordinados, soube utilizar desse conhecimento como ex-brigadiano, aliado à adoção de procedimentos semelhantes aos aplicados em movimentos político-bélicos em terras gaúchas.

Essa tropa foi fazendo ações de guerrilha porque ela teve que fazer uma retirada para Porto Murtinho e estava inferiorizada. Então foram provocando ações retardadoras na tropa [rebelde] que vinha de Campo Grande. Ao passar sobre a ponte do rio Piripucu, que hoje só restam dela os pilares, que eram de pedra, o tabuleiro em cima era de madeira [...]. Segundo as pessoas me contaram, foi o próprio Silvino quem teria queimado a ponte para retardar a ação da tropa do general Bertoldo [Bertoldo Klinger]. E conseguiram

⁶⁹ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 99, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

⁷⁰ Ibid., segunda parte, p. 98.

⁷¹ Ibid., segunda parte, p. 104.

vencer a tropa dos revoltosos. E assim, o último golpe na *Revolução* de 32 possivelmente foi na cidade de Porto Murtinho [grifo nosso].⁷²

A tática adotada por Jacques e seus comandados é apontada em Mato Grosso do Sul com uma das mais importantes operações nos combates que culminaram com a derrota dos insurgentes. Segundo o escritor Brígido Ibanhes, estudioso da vida de Jacques, mais especificamente a trajetória do bandoleiro na fronteira do Brasil com o Paraguai, há documento do Exército que comprova essa ação, “[...] que foi decisiva pra vitória do Getúlio Vargas”.⁷³

Terminada a revolta, arrefecidos os ânimos, Saldanha conheceu pessoalmente o *capitão* Jacques, seu outrora inimigo de guerra. Foi quando Saldanha era gerente de uma loja das Casas Pernambucanas em Mato Grosso, ocasião em que também conheceu “o jovem advogado dr. Veloso”,⁷⁴ amigo do Jacques. Em 1935, como veremos no terceiro capítulo, Veloso e o *capitão* da luta anticonstitucionalista em solo mato-grossense se envolveriam no movimento comunista. Na tentativa de organizar ações de esquerda no Sul de Mato Grosso, Veloso e Jacques atuaram mais para o lado de Getúlio, em detrimento da causa bolchevique.

Outro protagonista de 1932 foi o ex-soldado Hipólito Godoy, que lutou ao lado dos revoltos no Sul de Mato Grosso. À época, o ex-militar era integrante do Exército. Godoy e seu grupo lutaram contra os comandados de Jacques.

Um dia fomo fazê uma exploração [percorrer a área do conflito]. Fomo indo...[...]. Tinha um sentinela em cima da casa, qui avistô nós. Nós vimo ele quando ele se jogô di cima da casa. Aí, nós besta... O que comandava era um cabozinho, Miranda, esse que depois nós debandemo i fomo embora. Aí nós descemo dos cavalo i estendemo linha. I já veio bala de lá. Mas, óia..., bala, bala, bala..., que não tinha jeito. Aí, resorvemo de retirá.[...]. Óia, i nós montemo a cavalo i pisemo no tempo. I eles bateram atrais de nós. [...]. E eles seguiram nós bem longe, mas nós tava muito bem a cavalo que eles não arcaçaram nós.⁷⁵

Só posteriormente souberam que estavam diante do pelotão de Silvino Jacques. Terminada a revolta, o próprio Jacques disse a Godoy. “Isso depois ele contava pra mim mes-

⁷² Depoimento do capitão Krugerson Mattos, in: *SELVINO Jacques: a saga de um bandoleiro*, direção: Hamilton Medeiros. Documentário (34 min29s).

⁷³ Id.

⁷⁴ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 126, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

⁷⁵ Trecho da entrevista do ex-militar Hipólito Godoy, in: Documento Brasil, *TV Guanandi*, reportagem: Cícero Moura, Mato Grosso do Sul [s.d.].

mo...”⁷⁶ À parte os confrontos durante a revolta constitucionalista, os dois eram amigos. “Nunca tivemos inírcia nenhuma. Amigo dele.”⁷⁷

1.1 A CULPA PELA DERROTA APONTA PARA UM GENERAL

Ao fim da Constitucionalista sucederam-se os porquês da derrocada dos opositores a Vargas. Atribuiu-se parte da culpa pelo insucesso ao general Bertoldo Klinger, que a convite do general Isidoro Dias Lopes, feito por carta, aderiu à “revolução” de 1932. Dias Lopes “[...] coordenava os preparativos militares em São Paulo”,⁷⁸ visando a pôr em prática o movimento pró-constitucionalização do Brasil.

Adversário ferrenho dos “tenentes”, à época hegemônicos no Exército⁷⁹ e uma das bases de sustentação política do Governo Provisório de Vargas, o general Klinger, antes de aderir à luta constitucionalista, estava lotado na Circunscrição Militar de Mato Grosso. Adotou medidas ditatoriais ao impedir que seus subordinados se filiassem ao Clube 3 de Outubro, entidade partidária por meio da qual os tenentistas objetivavam manter e aprofundar o projeto de governo implantado pelo movimento varguista na chamada Revolução de 1930,⁸⁰ na qual Vargas adotou postura também ditatorial.

A fim de organizar o Movimento Constitucionalista entre seus comandados, com o objetivo de deflagrar a revolta em Mato Grosso, Klinger primeiramente precisava certificar-se de que os militares da sua circunscrição que ocupavam posições de chefia o seguiriam. Assim feito, ele formou seu estado-maior, integrado pelo tenente-coronel Osvaldo Vilabela e Silva, pelo capitão Alberto Salaberry e pelo primeiro-tenente Aauto Pereira de Melo.⁸¹

O antitenentista Klinger esperava um pretexto para aderir aos revoltosos paulistas. Duas nomeações de Vargas deixaram Klinger descontente: a do “[...] coronel e ex-interventor

⁷⁶ Trecho da entrevista do ex-militar Hipólito Godoy, *in*: Documento Brasil, *TV Guanandi*, reportagem: Cícero Moura, Mato Grosso do Sul [s.d.].

⁷⁷ Id.

⁷⁸ Jorge Miguel MAYER, *in*: Alzira Alves de ABREU; Israel BELOCH et al. (coord.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, v. III, p. 2937.

⁷⁹ Id., *ibid.*.

⁸⁰ Id., *ibid.*

⁸¹ Id., *ibid.*

Manuel Rabelo para o comando da Segunda Região Militar (2ª RM), sediada em São Paulo [...],⁸² e a do general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, tenentista,⁸³ como ministro da Guerra. Rabelo mantinha ligações com os “tenentes” e defendia um governo central ditatorial.

Por meio de uma mensagem telegráfica, o general Klinger se dirigiu a Manuel Rabelo. O coronel sentiu-se ofendido com as palavras do general. Segundo Rabelo, Klinger usou termos “[...] ‘hostis e provocadores’ para expressar sua apreensão [apreensão do general] quanto à possibilidade de [o coronel] vir a depor o novo governo paulista”,⁸⁴ do interventor Pedro de Toledo. Para todas as secretarias, o interventor havia nomeado integrantes da Frente Única Paulista (FUP), organização política dos revoltosos formada pelo PRP e o PD. As nomeações de Toledo aumentaram as animosidades entre legalistas e constitucionalistas.

A precipitação de Klinger não se resumiu ao telegrama remetido ao coronel Rabelo. O general também insultou o alto escalão do governo federal, por meio de um ofício que seria encaminhado ao general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, que, não havia muito tempo, fora nomeado ministro da Guerra. Afirmava Klinger que Espírito Santo Cardoso “[...] não tinha condições físicas nem mentais para assumir o cargo, além de desconhecer os problemas do Exército”.⁸⁵ Pessoas ligadas ao general Klinger aconselharam-no a não remeter o ofício. Nada demoveu Klinger. No dia 6 de julho a comunicação “[...] chegou às mãos do destinatário”.⁸⁶ O insulto resultou na “[...] reforma administrativa de Klinger no dia 8”⁸⁷ de julho de 1932. Com sua demissão, precipitou-se o início da “*revolução*” que estava sendo articulada para começar após 15 de julho e, no entanto, iniciou-se em 9 de julho de 1932, como já citamos.

O comportamento de Klinger repercutiu negativamente no Rio Grande do Sul, estado onde Borges de Medeiros e Flores da Cunha integravam a FUG, coalizão defensora da recons-

⁸² Jorge Miguel MAYER, in: Alzira Alves de ABREU; Israel BELOCH et al. (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, v. III, p. 2938.

⁸³ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 114.

⁸⁴ Jorge Miguel MAYER, in: Alzira Alves de ABREU; Israel BELOCH et al. (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, v. III, p. 2938.

⁸⁵ Id., *ibid.*

⁸⁶ Id., *ibid.*

⁸⁷ Id., *ibid.*

titucionalização do país. Porém houve um racha na Frente. Flores da Cunha decidiu não aderir ao movimento contra Vargas. O motivo foi um telegrama enviado a ele por Medeiros. Na mensagem Medeiros pediu a Cunha que não hesitasse em se integrar ao Movimento Constitucionalista. Porém, de aliado político de Medeiros, Cunha passou a ser adversário.

Diante do telegrama de Borges de Medeiros, Flores da Cunha considerou-se traído pelos antigos companheiros da Frente Única, que o procuraram com a Revolução já iniciada, após ato provocativo de [...] Klinger, sabedor de que sua demissão do Comando de Mato Grosso serviria como senha para o desencadeamento da Revolução.⁸⁸

A consequência disso, já explicada anteriormente neste capítulo, foi a permanência de Cunha como interventor do Rio Grande, portanto como aliado do governo federal. Em São Paulo os constitucionalistas, num curto espaço de tempo, controlaram a 2ª RM. Para a chefia dessa região militar foi empossado o coronel Euclides de Figueiredo.

O general Klinger tornou-se comandante das forças constitucionalistas.⁸⁹ Ele e seu estado-maior planejaram suas tropas: aproximadamente mil soldados combateriam em território mato-grossense e seriam enviados cinco mil para as frentes de batalha no Estado de São Paulo.⁹⁰ O planejamento que previa o deslocamento de soldados de Mato Grosso para os combates em São Paulo não foi cumprido.

Três dias depois do início da Constitucionalista, Klinger foi recepcionado na cidade de São Paulo com grande euforia. Mas chegou sem os soldados. Ao contrário do que pensavam os revoltosos, para os quais era imprescindível aumentar o número de combatentes no Estado de São Paulo, Klinger, ao ser questionado sobre o contingente de cinco mil militares que viriam para ações ofensivas no Sudeste do Brasil, respondeu que não precisava deslocar tropas de Mato Grosso.⁹¹ O envio de contingentes lotados em Mato Grosso não passou de uma *intenção*.

⁸⁸ Blau SOUZA, 1932 A revolução da palavra empenhada, in: Gunter AXT (org.), *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*, p. 383.

⁸⁹ Ernesto SEIDL, Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930), *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 216-217, jun. 2008, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/13.pdf>>, acesso em 2 maio 2011.

⁹⁰ Jorge Miguel MAYER, in: Alzira Alves de ABREU; Israel BELOCH et al. (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, v. III, p. 2937.

⁹¹ Jorge Miguel MAYER, in: Alzira Alves de ABREU; Israel BELOCH et al. (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, v. III, p. 2938.

Mas há quem acredite que as tropas não foram enviadas para São Paulo porque ficaram em Mato Grosso combatendo os anticonstitucionalistas,⁹² somando-se aos mil soldados que iriam atuar em solo mato-grossense. A historiadora Marisa Bittar põe em questionamento os tais cinco mil homens que estariam nos combates pró-reconstitucionalização no Estado de São Paulo. “Quem eram esses homens, onde estavam, contra o quê e favor de quê lutavam?”⁹³. O ex-soldado Saldanha relatou em *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, seu livro de memórias, a existência desses cinco mil soldados em Mato Grosso. Desse contingente, dois mil se posicionaram a favor de Vargas. De acordo com Saldanha, o grupo alinhado a Klinger “teve de enfrentar os mato-grossenses do norte, inclusive forças federais aquarteladas naquela região, que eram fiéis ao ditador.”⁹⁴ Conforme o ex-soldado, Klinger previa uma investida de tropas anticonstitucionalistas do Rio Grande do Sul em São Paulo, e o general “[...] só podia colaborar com três mil soldados e um batalhão de voluntários”.⁹⁵ Apesar disso, Saldanha refuta a afirmação segundo a qual não foram deslocados soldados de Mato Grosso para o Estado de São Paulo. Segundo ele, ao menos metade dos três mil homens foi deslocada para combater em terras paulistas. Os cerca de 1,5 mil soldados de Mato Grosso teriam contribuído bastante na luta dos “*revolucionários*”. Saldanha argumenta que a tropa enviada para São Paulo “[...] se compunha de homens aguerridos e submetidos cerca de um ano a rigorosos treinamentos, obedecendo a programa elaborado pelo general”.⁹⁶

No Sul de Mato Grosso a situação não era tão desfavorável quanto a do Norte do Estado. Saldanha defende a tese de que Klinger não conseguiu uma pessoa que fosse capaz de fazer articulações na porção norte mato-grossense em prol dos rebeldes. “Parece que o general escolhera o homem errado para seu coordenador.”⁹⁷ Porém, Saldanha não cita quem seria esse “homem errado”.

⁹² Affonso HENRIQUES, *Vargas, o maquiavélico* (São Paulo: Palácio do Livro, 1961, p. 215), *apud* Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 119.

⁹³ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 119.

⁹⁴ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, primeira parte, p. 62, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, *link* Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

⁹⁵ Id., *ibid.*

⁹⁶ *Ibid.*, p. 54.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 53.

Sem o contingente prometido de Mato Grosso, com o chefe do Executivo de Minas Gerais Olegário Maciel e o interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, enviando tropas legalistas para as frentes de combate, os constitucionalistas, em inferioridade numérica de tropas e com arsenal insuficiente, tendo até mesmo que improvisar, limitaram-se a atuar na defensiva. A força pública sul-rio-grandense teve importante participação na derrota dos constitucionalistas não apenas dentro, mas também fora do Rio Grande do Sul. “A campanha da Brigada Militar gaúcha nos campos de luta de São Paulo ou de acesso a eles foi intensa e de valor decisivo.”⁹⁸

Quanto a Olegário, o único governante estadual do país que não fora destituído por Vargas em consequência da denominada Revolução de 1930 – nos demais estados foram empossados interventores –, ele, embora no começo de 1932 fosse simpatizante à causa constitucionalista, aderiu aos legalistas. “Nesse sentido, enviou tropas mineiras para combater os rebeldes e tomou medidas punitivas contra os elementos que tentaram promover ações de apoio aos paulistas a partir do território de Minas, como os ex-presidentes Artur Bernardes e Veneslau Brás.”⁹⁹ Ampliou-se assim o isolamento dos paulistas rebeldes.

Na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, aqueles que eram pró-Movimento Constitucionalista não conseguiram se sublevar.¹⁰⁰ No plano nacional, o interventor federal no Rio de Janeiro, Ari Parreiras, participou de uma reunião de “tenentes”, na qual se deliberou por “[...] uma política enérgica e violenta contra as Frentes Únicas”,¹⁰¹ coalizões que davam sustentação política contra os legalistas.

O fracasso dos paulistas não foi imputado exclusivamente a mineiros, fluminenses e ao general Klinger. No Sul do antigo Mato Grosso, Flores da Cunha, que continuou na Interventoria do Rio Grande do Sul, foi criticado por ter-se tornado um dos principais aliados e uma das figuras-chave no combate aos revoltosos. Isso foi considerado uma traição¹⁰² que pesou negativamente sobre a Constitucionalista.

⁹⁸ Blau SOUZA, 1932 A revolução da palavra empenhada, in: Gunter AXT (org.), *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*, p. 384.

⁹⁹ A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945, *Olegário Maciel*, disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/olegario_maciel>, acesso em 13 abr. 2011.

¹⁰⁰ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, primeira parte, p. 57, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

¹⁰¹ *Ibid.*, primeira parte, p.46.

¹⁰² *Ibid.*, segunda parte, p. 97.

O movimento de 1932 foi mais um capítulo na vida do comandante das forças constitucionistas, o general Bertoldo Klinger. Polêmico, instável em suas posições ideológicas e protagonizando imbrólios políticos, sobre o *antitenentista* Klinger pairava suspeita de que ele teria ligação com os “tenentes” da Revolta Paulista, iniciada na madrugada de 5 de julho de 1924, na cidade de São Paulo. Ele foi preso sob alegação de que havia colaborado com aquele movimento da década de 1920. Klinger justificou que “essa acusação tinha certo fundamento, pois os rebeldes o haviam procurado durante a fase conspirativa do movimento e, em seguida, divulgado que contavam com sua adesão”.¹⁰³ Porém, Juarez Távora aponta em suas *Memórias* que a relação de Klinger com os tenentistas na Revolta de 1924 foi além de um mero contato. “Ele teria integrado o estado-maior do general Isidoro [Dias Lopes] [...]”,¹⁰⁴ líder do movimento de 1924, o mesmo que em 1932 foi um dos principais organizadores da Constitucionalista. Klinger seria o “colaborador imediato” de Isidoro. O movimento rebelde na capital paulista durou 23 dias. Quando Klinger foi solto, a “*revolução*” de 1924 não havia acabado completamente.¹⁰⁵

Afora sua suposta colaboração com os tenentistas no levante de 1924, o general Klinger teve seu nome relacionado a dois acontecimentos em Mato Grosso, além, é claro, do Movimento Constitucionalista: revolta de militares e repressão a camponeses. No primeiro caso, ocorrido dia 1º de março de 1932, houve uma rebelião do 18º Batalhão de Caçadores, com sede em Campo Grande. Debelada por integrantes do Grupo de Artilharia, a revolta resultou na “[...] morte de um soldado e ferimentos em outros três”.¹⁰⁶ De acordo com Klinger, o levante era integralmente de feição comunista “em inteira surpresa, pois nada transpirara nem existia qualquer pretexto de reivindicações de direitos postergados pelos superiores hierárquicos”.¹⁰⁷ No segundo caso, no mesmo ano, em abril, Klinger esteve a serviço do latifúndio. Ele usou forças federais, contingentes de Campo Grande e Bela Vista, para reprimir “[...] pequenos camponeses de Ponta Porã, Campanário e outras regiões situadas no Sul de Mato Grosso, que estavam resistindo à expansão de suas terras promovida pela Companhia Mate Laranjei-

¹⁰³ Jorge Miguel MAYER, in: Alzira Alves de ABREU; Israel BELOCH et al. (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, v. III, p. 2936.

¹⁰⁴ Id., in: id., *ibid.*

¹⁰⁵ Id., in: id., *ibid.*

¹⁰⁶ Id., in: *ibid.*, p. 2937.

¹⁰⁷ Id., in: id., *ibid.*

ras [sic!]”.¹⁰⁸ A ocupação das áreas pelos militares federais terminou em “[...] 21 de abril com a captura dos últimos posseiros rebelados”.¹⁰⁹ Em maio de 1934, o general e outros envolvidos na Constitucionalista foram anistiados. Isso não impediu que o ex-comandante das forças constitucionalistas e outras pessoas fossem espionados pelo governo Vargas. “Segundo relatórios preparados por Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal, Klinger e seus companheiros continuavam conspirando contra o governo mesmo depois da promulgação da nova Carta.”¹¹⁰

1.2 ESTADO *TEMPORÁRIO*: MEANDROS DE UMA IDEIA SEPARATISTA

No Mato Grosso meridional, o descontentamento com a derrota de 1932 tinha razões bem diferentes dos objetivos dos paulistas. A elite política emergente do Sul do antigo Mato Grosso viu na Constitucionalista a oportunidade de trazer à tona uma antiga ideia: a criação de um estado naquela região da Fronteira Oeste.

Politicamente, os divisionistas apropriaram-se do Movimento Constitucionalista para rejuvenescer a ideia de um estado fruto do desmembramento territorial de Mato Grosso. Quando a insurreição se irrompeu em São Paulo, havia uma “*latência*” em relação aos propósitos de implantação de outro estado cuja área seria a grande porção sul do antigo Mato Grosso. O surgimento do Estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1977 e implantado em 1979, como reivindicavam integrantes do escol mato-grossense-meridional, pensado segundo a doutrina geopolítica da ditadura militar instaurada em 1964 por meio de um golpe, teve suas raízes na década de 1890, passando pelas chamadas “*revoluções dos coronéis*” e pela “*revolução*” paulista de 1932.

O marco inicial do autonomismo foi 1892. A proposta era de que o Estado de Mato Grosso se mantivesse uno, porém “[...] juntando-se às Repúblicas do Prata!”.¹¹¹ Houve então

¹⁰⁸ Jorge Miguel MAYER, in: Alzira Alves de ABREU; Israel BELOCH et al. (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, v. III, p. 2937.

¹⁰⁹ Id., in: id., *ibid.*

¹¹⁰ Id., in: *ibid.*, p. 2939.

¹¹¹ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 59.

uma revolta de integrantes do 7º Distrito Militar, em Corumbá. A maior parte dos rebelados não concordava com a ideia separatista.¹¹²

A direção da Companhia Matte Larangeira viu nas contentas políticas do Sul do antigo Mato Grosso mais um meio pelo qual ela reforçaria sua influência no governo estadual. Preocupada em manter seu domínio fundiário sobre grandes extensões de terras na fronteira Brasil-Paraguai, nas quais explorava ervais nativos, a empresa, além de interferir no governo estadual, policiava os migrantes, notadamente gaúchos. “Esta vigilância da Matte, tanto no espaço ervateiro como nas esferas governamentais, visa evitar que posseiros se apropriem de grandes áreas e venham fazer-lhe concorrência na exploração da erva-mate.”¹¹³ Além temer a concorrência na exploração da erva-mate em terras arrendadas, entendemos que aquele empreendimento almejava apossar-se de áreas arrendadas a ele para expandir ainda mais seus latifúndios.

O *coronel* Bento Xavier, um outrora aliado da Matte, tornou-se notório inimigo da empresa. Gaúcho, Xavier atuara na Revolução Federalista do Rio Grande do Sul (1893-1895) e se estabelecera no Sul de Mato Grosso, região de fronteira, onde foi fazendeiro e comerciante.¹¹⁴ Em terras meridionais mato-grossenses objetivara não se envolver em beligerantes disputas políticas. Mas não se conteve e logo se transformou em mais um dos *coronéis* das “*revoluções*”¹¹⁵. “Nos ervais, Bento Xavier com seus grupos, intensificam os ataques contra a Companhia Matte Larangeira”.¹¹⁶ As investidas do *coronel* e seus subordinados tiveram como causa uma decisão dos irmãos Murtinho – Manoel, Joaquim e Francisco – que “[...] não permitiam o estabelecimento, dentro de sua área de arrendamento, de posseiros gaúchos. Porque estes gaúchos pretendiam ser proprietários e a Matte Larangeira queria fazê-los empregados”.¹¹⁷

¹¹² Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 59.

¹¹³ Alisolete Antônia dos Santos WEINGARTNER, *A formação histórica de Mato Grosso do Sul e o movimento divisionista (1889-1930)*, f. 154.

¹¹⁴ J. BARBOSA RODRIGUES, *História de Mato Grosso do Sul*, p. 145.

¹¹⁵ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 79.

¹¹⁶ Id. Alisolete Antônia dos Santos WEINGARTNER, *A formação histórica de Mato Grosso do Sul e o movimento divisionista (1889-1930)*, f. 117.

¹¹⁷ Id., *ibid.*

Em 1907, a Matte, por meio de Manoel Murtinho, opõe-se à migração de mais gaúchos/as para o Mato Grosso meridional, onde ocupavam terras devolutas adjacentes aos ervais. As famílias sul-rio-grandenses entravam nas áreas com intuito de fixar propriedade e não “[...] apenas para o corte das árvores [...]”,¹¹⁸ se retirando depois, tal como faziam os paraguaios.¹¹⁹ Obviamente, a decisão dos gaúchos de se estabelecer naquela região preocupava a companhia, não somente pelo monopólio que exercia na extração e comercialização da erva-mate, mas também pelo monopólio da empresa sobre grandes extensões de terras na faixa da fronteira entre Brasil e Paraguai, fossem áreas arrendadas, fossem áreas das quais a empresa se dizia proprietária.

A Matte dava suporte financeiro no intuito de fomentar a perseguição ao *coronel* Xavier e combater os outros chefes políticos meridionais que eram contra os *coronéis* do Norte de Mato Grosso. Alinhando ao Norte mato-grossense, para manter seus privilégios, a empresa auxiliava “[...] o governo na repressão ao movimento *divisionista* de Bento Xavier [grifo nosso]”.¹²⁰ Os nortistas, que detinham a hegemonia, também salvaguardando seus interesses políticos e econômicos, eram contra qualquer forma de autonomia da parte sul do grande território mato-grossense. Explorando os conflitos circunstanciais e conjunturais entre os chefões, a Matte “subvenciona e arma o coronel José Alves Ribeiro, para que ele reúna homens armados para que refreiem as forças *revolucionárias* de Bento Xavier [grifo nosso]”.¹²¹

Não somente a Matte atuava no sentido de minar os ditos grupos “*divisionistas*”. De maneira geral, para os detentores do poder na presidência de Mato Grosso, as “*guerras coronelistas*” funcionavam no sentido de manter o estado uno. “Qualquer vitória, nessas circunstâncias, não era vitória dos sulistas mas dos chefes hegemônicos em Cuiabá.”¹²² Era uma “*autofagia*” dos chefes políticos do Sul de Mato Grosso. Dividiam-se os rebeldes meridionais para o Norte continuar governando hegemonicamente.

A estrutura fundiária – a formação do latifúndio – se inseria no embate político entre *divisionistas* e *antidivisionistas*. Weingartner entende que nesse processo a Matte, atuava “[...]”

¹¹⁸ Alisolete Antônia dos Santos WEINGARTNER, *A formação histórica de Mato Grosso do Sul e o movimento divisionista (1889-1930)*, f. 153.

¹¹⁹ Id., *ibid.*

¹²⁰ Id., *ibid.*

¹²¹ *Ibid.*, f. 118-119.

¹²² Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 63.

como fator de manutenção da unidade estadual”.¹²³ Quanto mais distante da sede do governo estadual, melhor para aquela indústria ervateira. Não era necessário ficar perto daqueles que detinham o poder, até porque a empresa tinha em Cuiabá os que defendiam seus interesses.

O divisionismo e o antidivisionismo compunham essa complexa teia econômica, social e política. A Constitucionalista de 1932 empolgava os divisionistas. Era o momento oportuno para que uma nova elite política agisse em defesa da divisão. As cidades de Nioaque e Corumbá passaram, progressivamente, a não ser os centros nevrálgicos da política no Sul do antigo Mato Grosso. A cidade de Campo Grande passou a ser o centro politicamente influente no Mato Grosso meridional.¹²⁴ Campo Grande, desde a década de 1920, vinha se firmando como epicentro da política meridional mato-grossense. A “*revolução*” de 1932 contribuiu muito para que houvesse o “[...] deslocamento da liderança política no sul de Mato Grosso”.¹²⁵

Governador do Estado de Mato Grosso do Sul por dois mandatos, 1983-1986 e 1995-1998, Wilson Barbosa Martins, um adolescente à época da Constitucionalista, relembra a partida dos “*revolucionários*” campo-grandenses para a missão que visava a evitar que forças anticonstitucionalistas atacassem o Estado de São Paulo via território hoje sul-mato-grossense. Entre os batalhões que partiram da atual capital de Mato Grosso do Sul para evitar que os getulistas usassem o Mato Grosso meridional no combate aos paulistas, estava o Gato Preto. Esse batalhão era comandado por Henrique Barbosa Martins, pai do ex-governador Wilson Martins.¹²⁶ O adolescente Wilson Martins queria integrar-se às forças que saíram de Campo Grande. Henrique Barbosa o repreendeu. Não permitiu que o filho fosse. Reportando a Campo Grande, Wilson Martins recorda que, “atrás dos revolucionários, ficou ‘*uma grande praça revolucionária*’ [grifo da autora]”¹²⁷

Vespasiano Barbosa Martins era tio-avô de Wilson Barbosa. Antes de seguir de trem para São Paulo, para comandar a Constitucionalista, o general Bertoldo Klinger nomeara, em

¹²³ Alisolete Antônia dos Santos WEINGARTNER, *A formação histórica de Mato Grosso do Sul e o movimento divisionista (1889-1930)*, f. 151.

¹²⁴ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 123.

¹²⁵ Id., *ibid.*

¹²⁶ *Ibid.*, primeira parte, f. 121-122.

¹²⁷ *Ibid.*, primeira parte, f. 122.

Campo Grande, Vespasiano como “[...] chefe do governo revolucionário de Mato Grosso”.¹²⁸ A decisão deu margem a que divisionistas pensassem o Sul de Mato Grosso como um estado separado, cujo nome era Estado de Maracaju. Para os divisionistas, em 11 de julho de 1932, instalara-se em Campo Grande o governo estadual de Maracaju e não uma representação política dos insurgentes paulistas em Mato Grosso. À interpretação da existência de um estado no Sul de Mato Grosso, ainda que temporário, pesa o fato de que Klinger não nutria simpatia pelo divisionismo.¹²⁹ O general não *nomearia* para o governo revolucionário alguém assumidamente divisionista.

Existem obras sobre a história do Estado de Mato Grosso do Sul que interpretam a instalação do governo em Campo Grande como um ato de divisão de Mato Grosso e não apenas um “[...] *governo revolucionário de Mato Grosso* [grifo da autora]”.¹³⁰ Os autores Acyr Vaz Guimarães e Hildebrando Campestrini se inserem nessa linha interpretativa. Campestrini, por exemplo, tem o seguinte posicionamento a respeito disso: “Dentro da Revolução Constitucionalista, no dia 11 de julho de 1932, foi instalado o Estado de Maracaju, correspondendo, em linhas gerais (até porque não houve tempo para se estabelecer os limites), ao atual Estado de Mato Grosso do Sul.”¹³¹

Ao contrário de Campestrini e Vaz Guimarães, Marisa Bittar historia que não houve um estado no Sul de Mato Grosso em 1932. De acordo com suas pesquisas, a historiadora entende que não é possível apontar a existência de um governo do Estado de Maracaju. A pesquisadora analisou o livro *História de Mato Grosso do Sul*, autoria de Campestrini e Vaz Guimarães, no qual se relata a criação de um novo estado. A historiadora cita um trecho da obra, no qual os autores deixam claro que ocorreu a divisão. “*No correr da revolução, o sul de Mato Grosso desligou-se do norte, tendo o General Klinger, chefe das forças armadas revolucionárias, nomeado o médico Vespasiano Barbosa Martins para governador da nova*

¹²⁸ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 124.

¹²⁹ *Ibid.* f. 131.

¹³⁰ Rubens de MENDONÇA, *História das revoluções em Mato Grosso* (Goiânia: Rio Bonito, 1970, p. 172), *apud* Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 126.

¹³¹ Hildebrando CAMPESTRINI, *O Estado de Maracaju - 75 anos*, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 19 dez. 2007, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, *link* Artigos, acessado em 22 abr. 2011.

unidade – o Estado de Maracaju [grifo da autora].¹³² Bittar escreve que Vespasiano talvez tenha sido a “[...] primeira e mais forte expressão de um grupo de lideranças políticas que emergiu no sul de Mato Grosso no final dos anos 20 [década de 1920]”.¹³³

Nem mesmo Vespasiano Barbosa Martins, responsável pelo “*governo revolucionário*” em Mato Grosso, se referiu ao “*novo estado*” em seu manifesto. Senão, vejamos:

São Paulo levantou, mato-grossenses, o lábaro da guerra para salvar o Brasil. Nenhum mato-grossense válido pode fugir à luta redentora. Tivemos campanhas políticas memoráveis, revoluções por nobres ideais. Nenhuma, porém, teve a magnitude, a nobreza, o ideal levantado como esta, buscando atingir um governo sem lei, para dar ao povo uma Constituição, a sua lei sagrada [grifo do autor].¹³⁴

Campestrini e Vaz Guimarães, defensores da tese de que houve na década de 1930 uma unidade político-administrativa desmembrada de Mato Grosso, justificam que a ideia não se firmou porque, “*com a derrota dos constitucionalistas de São Paulo, o novo Estado ficou sem sustentação*” [grifo da autora].¹³⁵ Na mesma linha desses dois autores, Barbosa Rodrigues, com cautela em relação à “*divisão*”, dá entender que o êxito dos paulistas seria fundamental para que um novo “*estado*” se fixasse definitivamente. “A vitória, porém, sorri aos governistas. Os chefes revolucionários de Mato Grosso refugiam-se no Paraguai. Mais uma vez os sulistas viram malogradas as suas esperanças separatistas.”¹³⁶ Ou seja, no entendimento de Barbosa Rodrigues, se o movimento de São Paulo saísse vitorioso, o novo *estado* se consolidaria, mas administrativamente só funcionou durante a Constitucionalista.

Saldanha, um dos revoltosos de 1932, no Sul do antigo Mato Grosso, também se posiciona como Campestrini e Vaz Guimarães. O ex-soldado “*estabeleceu*” a linha divisória entre Mato Grosso e o Estado de Maracaju. Linha que, segundo ex-cavaliariano, foi traçada em combates contra os legalistas, tal como apregoaram Bento Xavier e Barros Cassal no início do

¹³² Hildebrando CAMPESTRINI; Acyr Vaz GUIMARÃES, *História de Mato Grosso do Sul* (3. ed. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1991, p. 127), *apud* Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 126.

¹³³ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 124.

¹³⁴ *Apud* Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 97, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

¹³⁵ Hildebrando CAMPESTRINI; Acyr Vaz GUIMARÃES, *História de Mato Grosso do Sul* (3. ed. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1991, p. 127), *apud* Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 126.

¹³⁶ J. BARBOSA RODRIGUES, *História de Mato Grosso do Sul*, p. 146.

século XX. “Para Coxim, o sul mandou reforços, sendo lá demarcados os limites entre os dois Estados pelas armas”.¹³⁷ Hoje o município de Coxim se situa no Norte do Estado de Mato Grosso do Sul.

Pelo que se pesquisou até aqui, não há prova documental a respeito da implantação do novo “estado” em 1932, segundo Marisa Bittar. “Os documentos comprovam, pois, que a ‘*causa constitucionalista*’ era mais forte que a intenção de dividir o estado [grifo da autora].”¹³⁸ Ela classifica o que foi implantado no Sul de Mato Grosso, em Campo Grande, durante a Constitucionalista, “[...] como uma forma *paralela* de poder, fruto do levante paulista, mas não o primeiro governo de Mato Grosso *dividido* [grifos da autora]”.¹³⁹ Baseada em suas pesquisas, a historiadora conclui que até 1932 não havia propriamente “um ‘*movimento divisionista*’. Idéias, desejos, manifestações esporádicas, isto sim; luta organizada para dividir, não [grifo da autora].”¹⁴⁰ A essência da revolta na parte meridional de Mato Grosso, assim como em São Paulo, era a reconstitucionalização do país. “Todo o Sul de Mato Grosso se levanta ao lado dos revolucionários, enquanto que o governo matogrossense permanece fiel ao poder central. Veladamente os sulistas aspiram e lutam pela vitória da Revolução”.¹⁴¹

O ex-soldado Saldanha explica que a causa divisionista entre os militares revoltosos do 10º RCI de Bela Vista sobrepunha-se à luta pela constitucionalização do Brasil. “O motivo principal era ainda a divisão do Estado.”¹⁴² A criação do Estado de Mato Grosso do Sul e sua implantação, respectivamente em 1977 e 1979, foram motivos de contentamento da elite separatista do Sul do antigo Mato Grosso.

Apesar de não ter sido direcionada prioritariamente à divisão do estado, a participação de mato-grossenses meridionais na Constitucionalista trouxe novas perspectivas ao divisionismo, “especialmente porque, pela primeira vez, os grupos políticos do sul agiram indepen-

¹³⁷ Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p.87, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

¹³⁸ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 131.

¹³⁹ *Ibid.*, primeira parte, f. 133.

¹⁴⁰ *Ibid.*, primeira parte, f. 123.

¹⁴¹ J. BARBOSA RODRIGUES, *História de Mato Grosso do Sul*, p. 146.

¹⁴² Athamaril SALDANHA, *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*, segunda parte, p. 86-87, disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica, acessada em 28 fev. 2011.

dentemente dos do norte, e mais, atuaram em oposição a eles”.¹⁴³ Abria-se mais um capítulo no processo histórico do Sul de Mato Grosso. Segundo Marisa Bittar, a revolta de 1932 contribuiu “muito mais para o separatismo do sul do que todos aqueles ‘movimentos’ do início do século [século XX] [grifo da autora]”.¹⁴⁴ Era uma dissociação dos ideais separatistas em relação às antigas “revoluções” dos *coronéis* da Primeira República.

É partir da década de 1930 que se começa a pensar realmente num movimento, numa organização política em defesa da criação de um novo estado desmembrado de Mato Grosso. Empolgados pela revolta constitucionalista, “universitários mato-grossenses, oriundos das elites do sul, criaram, em dezembro de 1932, no Rio de Janeiro, a *Liga Sul-Mato-Grossense* [grifo da autora]”,¹⁴⁵ com o objetivo específico de reivindicar a divisão do Estado de Mato Grosso.¹⁴⁶

O governo central se posicionou contra a criação de um estado desvinculado de Mato Grosso. Getúlio Vargas não tinha interesse algum de criar mais um estado. A visão era de que a criação de estados era um incentivo ao regionalismo político.¹⁴⁷ Ao contrário, o projeto do governo federal pautava-se pela centralização. Vargas ordenou à interventoria de Mato Grosso que fosse censurada a Liga. A polícia foi acionada para reprimir qualquer atividade divisionista no Sul do antigo Mato Grosso.¹⁴⁸ Mesmo com a censura, os defensores da divisão conseguiram elaborar “[...] um documento subdivido em duas partes, *Manifesto da mocidade do Sul de Mato Grosso ao chefe do Governo Provisório e à Assembléia Constituinte e Representação dos sulistas ao Congresso Nacional*” [grifos da autora].¹⁴⁹ Foram precedidas as argumentações junto à Assembleia Nacional Constituinte. Universitários de Mato Grosso “[...] que estudavam no Rio de Janeiro”¹⁵⁰ assinaram manifesto em outubro de 1933. Os estudantes criticavam a falta de atenção do governo de Cuiabá para com o Sul de Mato Grosso, região eco-

¹⁴³ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 137.

¹⁴⁴ Id., *ibid.*

¹⁴⁵ *Ibid.*, primeira parte, f. 162.

¹⁴⁶ Id., *ibid.*

¹⁴⁷ *Ibid.*, primeira parte, 169.

¹⁴⁸ *Ibid.*, f. 169-170.

¹⁴⁹ *Ibid.*, f. 170.

¹⁵⁰ *Ibid.*, f. 171.

nomicamente mais forte que o Centro-Norte do estado.¹⁵¹ Em 1934, num outro manifesto encaminhado a Vargas, há referência no sentido de transferir a sede do governo mato-grossense do Centro-Norte para o Sul. Também havia descontentamento em relação à representação política da parte meridional de Mato Grosso, região que tinha três ou quatro parlamentares, entre os 24 que compunham o legislativo estadual. Ainda assim, os poucos deputados do Sul, segundo os divisionistas, apenas enalteciam Cuiabá em seus discursos.¹⁵² No tocante à representação na capital federal, a disparidade era ainda maior. Nem sequer havia consulta aos sulistas.¹⁵³ A correlação de forças no embate político era extremamente desfavorável à área meridional de Mato Grosso.

Apesar do engajamento da Liga, a conjuntura política em Mato Grosso desfavorecia o Sul do estado, principalmente em função da derrota no Movimento Constitucionalista de 1932. O resultado da derrocada sulista na “*revolução*” dos paulistas trouxe, como consequência, a “[...] cassação de direitos políticos de representantes do sul pelo governo federal, entre os quais o de Vespasiano Barbosa Martins”.¹⁵⁴ Porém, com a ascensão de uma nova elite política sulista, cada vez mais ia desaparecendo o caráter ambíguo das movimentações políticas no Mato Grosso meridional. Aquelas manipulações das revoltas coronelistas no Sul em benefício do Norte praticamente não existiam mais ou se enfraqueceram. O antagonismo ficou claro.

Por meio da Liga, o governo federal tomou conhecimento oficialmente da oposição entre o Centro-Norte e o Sul de Mato Grosso. Era preferível, para os meridionais, ser subordinados ao governo varguista, contra o qual lutaram em 1932, a ser dependente de Cuiabá.¹⁵⁵ Daí, a ideia de criar um território federal no Sul do antigo Mato Grosso.

A Constituição Federal de 1934 foi promulgada. Mas, em termos separatistas, a Carta não correspondeu aos interesses dos mato-grossenses meridionais. Não foi aprovada na nova Constituição, elaborada pelo Congresso Nacional Constituinte, a proposta de instituição de

¹⁵¹ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 171 e 172.

¹⁵² *Ibid.*, f. 172.

¹⁵³ *Id.*, *ibid.*

¹⁵⁴ *Ibid.*, f. 178.

¹⁵⁵ *Ibid.*, f. 174.

um território federal ou de um estado no Sul de Mato Grosso.¹⁵⁶ Nem as 20 mil assinaturas¹⁵⁷ da população mato-grossense meridional, expressivas àquela época, sensibilizaram os constituintes.

1.3 A CURTA VIDA DE UMA CONSTITUIÇÃO: CENTRALIZAÇÃO E CONTROLE

No plano nacional, embora não tenham saído vitoriosas em 1932 sob o aspecto militar, as oligarquias paulistas, que tinham apoio de setores socioeconomicamente médios da população de São Paulo, conseguiram fazer com que Getúlio Vargas desistisse temporariamente do governo ditatorial e reativasse a comissão para redigir o anteprojeto de Constituição, obviamente em consonância com os propósitos do governo central, apesar de ter fortalecido os ideais de reconstitucionalização do Brasil.¹⁵⁸ Foram convocadas “[...] para maio de 1933 eleições para a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que se reuniria a partir de 15 de novembro [...]”¹⁵⁹ Além de elaborar uma nova constituição, os parlamentares constituintes tiveram a missão de “julgar os atos do Governo Provisório e eleger o novo presidente da República”.¹⁶⁰

A nova Constituição foi promulgada dia 16 de julho de 1934. A Constituinte elegeu Vargas como presidente. Em termos práticos, a existência da Constituição de 1934 foi efêmera. Essa Carta Magna não agradou a Vargas. O presidente “chegou a afirmar que estava disposto a ser o ‘primeiro revisor da Constituição’”.¹⁶¹ Em 10 de novembro de 1937, Vargas fe-

¹⁵⁶ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 181.

¹⁵⁷ *Ibid.*, 169.

¹⁵⁸ Regina da Luz MOREIRA, Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil, *Revolução Constitucionalista de 1932*, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>, acessado em 5 abr. 2011.

¹⁵⁹ Jorge Miguel MAYER, *in*: Alzira Alves de ABREU; Israel BELOCH et al. (coord.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, v. III, p. 2939.

¹⁶⁰ *Id.*, *in*: *id.*, *ibid.*

¹⁶¹ A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945, Anos de Incerteza (1930-1937), *Constituição de 1934*, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934>>, acessado em 4 abr. 2011.

chou o congresso e impôs uma nova carta que estabelecia forte centralização política e administrativa nas mãos do presidente. Começava a ditadura do Estado Novo.

No Sul do antigo Mato Grosso, o governo ditatorial de Vargas instituiu, pelo Decreto-lei 5.812, de 1943,¹⁶² o Território Federal de Ponta Porã, cuja capital era a cidade-sede do município de Ponta Porã. O território ocupou parte da faixa da Fronteira Oeste, englobando os municípios de Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã e Dourados, além de partes dos municípios de Miranda, Corumbá, Nioaque e Maracaju.¹⁶³ Em maio de 1944, institui-se a mudança da capital do Território de Ponta Porã para a cidade-sede do município de Maracaju.¹⁶⁴ Em meados de junho de 1946, a capital voltou a ser a cidade de Ponta Porã. O Território Federal de Ponta Porã não abrangia toda a região meridional mato-grossense, como queriam os divisionistas, até porque o motivo que levou à criação do território não era o atendimento parcial à reivindicação dos separatistas. Atendia, isso sim, aos interesses do Estado Novo. “Obedecia à lógica da integração e interiorização do país”.¹⁶⁵ Incentivava-se a ocupação do que se chamou de “*espaço vazio*”, concepção varguista já analisada no primeiro capítulo desta dissertação. Por meio do mesmo Decreto-lei criaram-se outros territórios federais: Amapá, Rio Branco, Guaporé e Iguazu. A essas unidades administrativas somava-se o Território do Acre, que já existia antes de 1943 e foi instituído como estado em 1962.¹⁶⁶

O Território do Amapá surgiu da separação de parte do Estado do Pará. Criado a partir do desmembramento do Estado do Amazonas, o Território do Rio Branco, a partir de 1962, recebe a denominação de Território de Roraima. Do desmembramento de partes dos estados do Amazonas e de Mato Grosso instituiu-se o Território do Guaporé, que em 1956 passou a se chamar Território de Rondônia. A área do Território do Iguazu era constituída de partes dos

¹⁶² BRASIL, Decreto-lei n. 5.812 de 13 de setembro de 1943, Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú, *Senado Federal*: Subsecretaria de Informações, disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=17919>>, acessado em 28 abr. 2011.

¹⁶³ BRASIL, Decreto-lei n. 6.550 de 31 de maio de 1944, Retifica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã, e do Iguassú, art. 3º, alínea d, *Dom Total*, sem numeração de página, Belo Horizonte: [s.d.], disponível em <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/21345/decreto-lei-no-6.550-de-31-de-maio-de-1944>>, acessado em 28 abr. 2011.

¹⁶⁴ Id., art. 4º.

¹⁶⁵ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 191.

¹⁶⁶ BRASIL, Lei n. 4.070 de 15 de junho de 1962, Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências, disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=87802>>, acessado em 28 abr. 2011.

estados do Paraná e Santa Catarina. Além de visar à interiorização e integração, com os territórios federais, o governo do Estado Novo, em tese, teria meios para vigiar as fronteiras, ou seja, a implementação de uma política de segurança nacional. A partir da Constituição Federal de 1988, Amapá e Roraima tornaram-se estados.¹⁶⁷ Durante a ditadura militar, o Território de Rondônia vira Estado de Rondônia, instituído em 1981.¹⁶⁸ Em setembro de 1946, os territórios de Ponta Porã e do Iguazu foram extintos. A área de Ponta Porã reincorporou-se a Mato Grosso. A do Iguazu voltou aos estados do Paraná e de Santa Catarina.¹⁶⁹ Embora efêmeros, os territórios federais de Ponta Porã e do Iguazu chegaram ter interventores.¹⁷⁰

2 DE ALIADO A INIMIGO: O JOGO POLÍTICO DO VARGUISMO

Em determinada situação, Jacques tinha como símbolo identitário o vermelho, cor do partido maragato. Tudo conforme lhe convinha. Na fronteira meridional mato-grossense, durante o combate aos constitucionalistas, o rubro representava o espírito, a disposição dos legalistas fronteiriços para atingir seus objetivos.

Os membros do grupo eram obrigados a prender um lenço vermelho no pescoço, indicativo de que o portador estava preparado para honrar a cor do seu sangue. Silvino usava o lenço espalmado por sob a axila esquerda e preso sobre o ombro direito, e escondia parte do tórax, onde carregava as armas.¹⁷¹

O tempo histórico de Silvino Jacques no Mato Grosso meridional foi coevo de convulsões políticas, uma guinada institucional no poder central, com Getúlio Vargas derrubando a Política do Café-com-Leite e ocupando a cadeira presidencial no final da década de 1920.

Ser aliado de Vargas não impediu que na segunda metade dos anos 1930 Silvino Jacques fosse perseguido pelo Estado Nacional, tornando-se um inimigo até ser morto em 1939, por uma milícia. A aliança com o varguismo era circunstancial, por interesses imediatos.

¹⁶⁷ BRASIL, *Constituição*: República Federativa do Brasil, Ato das disposições constitucionais transitórias, art. 14, p. 169, 1988.

¹⁶⁸ BRASIL, Lei Complementar n. 41 de 22 de dezembro de 1981, Cria o Estado de Rondônia, e dá outras providências, disponível em <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/1981/41.htm>>, acesso em 27 abr. 2011.

¹⁶⁹ BRASIL, *Constituição*, Ato das disposições constitucionais transitórias, art. 8º, sem numeração de página, Rio de Janeiro: Mesa da Assembleia Constituinte, 1946, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>, acessado em 27 abr. 2011.

¹⁷⁰ Marisa BITTAR, *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, primeira parte, f. 191.

¹⁷¹ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 58.

O desarmamento e o extermínio de grupos armados que atuavam de forma independente ou a mando de oligarquias que detinham o poder político-econômico no Brasil transformaram-se em uma das principais linhas de atuação do governo durante o Estado Novo (1937-1945). Getúlio Vargas discursava sobre a política sistemática “de combate ao banditismo”, colocando “[...] a prêmio a cabeça de Lampião e dos principais cangaceiros.”¹⁷² Sob ordem federal, mesmo antes da ditadura estado-novista, governos prepostos no Nordeste brasileiro começaram a perseguir os bandidos rurais dois anos depois do golpe de 1930, de acordo com os propósitos varguistas.

Em 1932, os interventores da Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, liderados pelo interventor baiano Juracy Magalhães, lançaram a *Campanha de Combate ao Banditismo* [...]. Além disso, os chefes militares resolveram evacuar a área sertaneja em que atuavam os cangaceiros, obrigando os camponeses a ficarem na sede dos municípios, só podendo visitar suas casas e propriedades munidos de salvos-condutos fornecidos pela polícia [grifo do autor].¹⁷³

Outras medidas foram adotadas no sentido de liquidar ou pelo menos amainar o poder de fogo dos bandidos sertanejos, mais especificamente os cangaceiros que não obedeciam prioritariamente a um chefe político local. Essa medida não ficou restrita aos bandoleiros “*independentes*”. Houve desarme de jagunços que eram ordenados pelos mandões e até prisão dos coronéis, não faltando *entendimentos* com o sistema repressivo oficial. “Poderosos coronéis, como Horácio de Matos, foram presos, enquanto outros, como Franklin Albuquerque, chegaram a acordos com os interventores e se comprometeram a desarmar seus homens em troca da promessa de que não seriam perseguidos.”¹⁷⁴ Quando saiu da cadeia, Horácio de Matos foi assassinado.¹⁷⁵ Embora mediante uma forma de consenso com os mandões paroquiais, o Estado Nacional tomava, assim, as primeiras medidas no sentido de assumir o monopólio da violência em nome da *ordem*.

Enquanto isso, Silvino Jacques expandia suas ações. As mortes atribuídas a ele, ou sob suas ordens, não se circunscreveram somente à Fronteira Oeste no Rio Grande do Sul e no Sul do antigo Mato Grosso. Ele se afastou da faixa fronteira, chegando até Minas Gerais. Lá, nos anos 1930, teria matado um policial em Araguari. A polícia mineira conseguiu fotos de

¹⁷² Carlos Alberto DÓRIA, *O cangaço* (São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 76), *apud* Alcir LENHARO, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*, p.62.

¹⁷³ Carlos Alberto DÓRIA, *O cangaço*, p. 76.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 92.

¹⁷⁵ *Id.*, *ibid.*

Jacques (ver abaixo), que inicialmente foram apontadas como sendo de outra pessoa. Mas, pela fisionomia, identificou-se que era Jacques. Numa breve descrição da imagem chegou-se à conclusão de que a “reprodução fotográfica que o tenente Euclides de Souza Leite, como delegado especial de Araguay (Minas), enviou como sendo Pedro (seção) de Santana em 1937 [...] não é sinão do bandido Silvino Jacques em 1937, o verdadeiro assassino do delegado de Araguay, tenente Leoncio Ferreira da Costa.”¹⁷⁶



Autoria desconhecida – Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte, polícia
Silvino Jacques, fotografado entre 1930 e 1937 (período provável)

Em outra foto, também obtida pela polícia de Minas, Silvino Jacques está com bigode.



Autoria desconhecida – Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte, polícia
*“Fotografia do bandido Silvino Jacques em 1930” (reprodução fotográfica)*¹⁷⁷

¹⁷⁶ MINAS GERAIS, Arquivo Público Mineiro (APM), disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31351>, acessado em 24 out. 2010.

¹⁷⁷ MINAS GERAIS, Arquivo Público Mineiro (APM), disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31350>, acessado em 24 out. 2010.

A condição fundiária do Mato Grosso meridional permitiu o surgimento do banditismo rural que tinha como uma de suas características atuar a mando de coronéis. Aquela região fez parte da grande Fronteira Oeste. Por esse espaço transitava o migrante fugitivo do Rio Grande do Sul Silvino Jacques, que, conforme seus interesses, mantinha ligação com o latifúndio que fazia as vezes de coiteiro do bandoleiro.

Uma dessas situações foi quando o acusaram de matar um militar. Após combater o Movimento Constitucionalista de 1932, Jacques foi a Ponta Porã (limite Brasil-Paraguai, Sul de Mato Grosso) para participar

de uma conferência de políticos e autoridades que tinha como objetivo a criação de uma corporação policial nos moldes da Brigada Militar rio-grandense, e que servisse mui particularmente também à defesa da fronteira brasileira, grande preocupação do então Presidente Getúlio Vargas”.¹⁷⁸

O que seria um encontro para discutir segurança nacional e segurança pública converteu-se num caso de polícia envolvendo assassinato. O tenente Cândido Prates chamara Jacques “[...] de ‘*capitãozinho de macega*’, isto é, sem qualificação [grifo do autor]”¹⁷⁹. O bandoleiro, que comandaria temporariamente, na fase de formação, a brigada, não gostou do deboche e no confronto matou Prates. Anteriormente proscrito por cometer crimes no Rio Grande do Sul, Jacques teve de sair às pressas de Ponta Porã para outra parte da fronteira, na região de Porteiras, onde morava. Ficou protegido na fazenda Cervo, de seu amigo Afonso Loureiro.¹⁸⁰

Com a morte do tenente, Silvino Jacques de aliado tornou-se um procurado pelo governo Vargas, assim como seus seguidores. Em agosto de 1933, o Ministério da Justiça e Negócios Internos determinou “providencias necessarias no sentido de serem presos e extraditados os indivíduos Silvino Jacques e Argemiro Leão, pronunciados pelas justiças da comarca de Ponta Porã, por terem assassinado Candido Barbosa Pratt e refugiados no Paraguai.”¹⁸¹ Cada vez mais o Estado Nacional dava a entender que queria exterminar Jacques.

¹⁷⁸ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*, 1997, p. 92.

¹⁷⁹ Id., *ibid.*

¹⁸⁰ Id., *ibid.*

¹⁸¹ OF. RESERVADO do Ministério da Justiça e Negócios Internos ao Interventor Federal de Mato Grosso, Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1933, Cx. 1933, ArMT, *apud* Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, 1995, p. 168.

No rol dos perseguidores do bandoleiro e seus subordinados incluiu-se o jovem oficial do Exército, Nelson Werneck Sodré, nomeado para Mato Grosso, Quartel-General de Campo Grande, na segunda metade dos anos 1930. A missão de Werneck Sodré e outros militares era complexa porque “Silvino Jaques conhecia como ninguém o terreno em que operava; não tendo interesse algum em chocar-se com tropa federal, esquivava-se ao combate, escapando por trilhas que só ele conhecia.”¹⁸² Logo, tinha-se que impedir, por meio do bloqueio de locais de acesso, que o bandoleiro e seus comandados circulassem a norte da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e na área fronteira ao Paraguai, delimitada pelo rio Apa. Para ter acesso às “[...] passagens marcadas pelo curso do rio Paraguai, os bandoleiros teriam de transpor a serra da Bodoquena”.¹⁸³ Porém a Bodoquena “[...] era pontilhada, e justamente nas regiões de fácil transposição, pelas aldeias de índios guaicurus [kadiwéus]”¹⁸⁴. Para superar esse obstáculo era preciso envolver os indígenas na missão. “Precisávamos deles, agora: foi trazido ao Quartel-General o chefe Joaquim Matchu”.¹⁸⁵ O índio disse que ia colaborar, mas com duas condições: “exigiu vistoso uniforme, que lhe foi dado, e o título de «capitão».”¹⁸⁶ Tudo acordado, sem problemas. Não foi bem assim. Silvino Jacques não chegou a representar um problema para os demais da etnia e seu “capitão”. Mas, ao invés de aliados na busca ao bandoleiro, os índios foram considerados mais um obstáculo ao Exército. “Os guaicurus, vivendo praticamente na miséria, atacaram *bolichos* pelos caminhos, retiraram gêneros e mandaram pôr tudo «na conta do Governo» [grifo do autor].”¹⁸⁷ Além desse imprevisto, das condições ambientais e de relevo, a ineficiência logística e o despreparo para a missão conspiravam contra a tropa. Na 9ª Região Militar, responsável por Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, área da extensa Fronteira Oeste, havia poucos recursos, o que colocava o Exército em desvantagem em relação aos bandoleiros.

A tropa estava exausta, desacostumada à vida áspera de campanha, de movimento constante, alimentando-se mal, a cavalaria emagrecera, já não suportava os deslocamentos «em polegadas»; enquanto os perseguidos renovavam os cavalos, repetidamente e conduziavam outros de reserva, os nossos viam-se em dificuldades para isso.¹⁸⁸

¹⁸² Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 171.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 172.

¹⁸⁴ *Id.*, *ibid.*

¹⁸⁵ *Id.*, *ibid.*

¹⁸⁶ *Id.*, *ibid.*

¹⁸⁷ *Id.*, *ibid.*

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 173.

Além do estratégico apoio dos coiteiros, os bandidos equestres contavam com a cumplicidade da geografia do planalto e da planície. “Os bandoleiros, com o conhecimento que tinham do terreno, escapavam ao cerco, percorriam caminhos imprevisos, em região francamente permeável, escapavam quando tudo indicava que se haviam metido em beco sem saída.”¹⁸⁹

Feitas direto ao Quartel-General, as queixas sobre as pilhagens de Jacques eram frequentes. Furtar animais de criação era uma das especialidades do bandoleiro. A política do bando não se orientava por uma perspectiva robin-hoodiana. Ao contrário, tinha um fim comercial, com os aliados dos bandidos tirando proveito. Subtraía-se “[...] gado de pequenos proprietários e pequenos criadores para vendê-lo a baixo preço a uns quantos latifundiários, os seus coiteiros”.¹⁹⁰ Porém, o latifúndio não-alinhado estava no rol de saques do bando de Jacques. Um fazendeiro foi ao Exército reclamar que suas terras¹⁹¹ foram assaltadas. Jacques tinha uma lógica própria que certamente não era a do ladrão nobre propugnado por Hobsbawm.

A chefia do estado-maior de um improvisado comando de operações procurou se adequar à rústica realidade daquele meio físico em que transitavam com desenvoltura Jacques e outros bandidos rurais. Formaram-se “grupos de destacamentos, todos dotados de mobilidade, ao mesmo tempo em que previu a ocupação de determinados pontos, tidos como de passagem obrigatória ou passíveis de servir aos bandoleiros”.¹⁹² Parte do contingente era cavalaria, deslocada de regimentos da área de fronteira. O restante era transportado em caminhões do Esquadrão de Trem.¹⁹³

Mas comandados e oficiais não estavam treinados para tão perigosa campanha numa região que envolvia parte do Pantanal, que era considerado de natureza hostil aos de fora, “pestilento”, no dizer de Taunay.¹⁹⁴ No destacamento próximo ao rio Taboco, “à beira do Pantanal”, recorda Sodré, a penúria tomava conta dos militares, ao ponto de se falar até mesmo

¹⁸⁹ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 173.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 170.

¹⁹¹ *Id.*, *ibid.*,

¹⁹² *Ibid.*, p. 171.

¹⁹³ *Id.*, *ibid.*

¹⁹⁴ Alfredo d’Escragnolle TAUNAY (Visconde de Taunay), *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*, p. 32.

em deserção. Oficial ainda moço, o comandante daquele grupo, foi até a sede da fazenda The Miranda Estancia Company Limited, empreendimento inglês,¹⁹⁵ telefonou para Sodré e se queixou: “não tinha mais condições de agüentar-se naquele posto, a tropa estava em estado miserável, os soldados falavam em desertar, entravam em exaustão, começavam a adoecer”.¹⁹⁶ Não eram Jacques e seu bando que molestavam os militares federais no Taboco, “mas o mosquito: atacava aos milhões, mordida freneticamente, deixava loucas as criaturas”.¹⁹⁷ O também jovem Sodré não duvidava do que lhe falava o oficial. “Eu sabia que ele estava dizendo a verdade; o homem não suporta a vida no pantanal, ao ar livre, sem mosquiteiro.”¹⁹⁸ A solução seria bater em retirada para a Miranda Estância, “onde os ingleses haviam estabelecido condições de conforto”.¹⁹⁹ Levou-se tal ideia para apreciação do general, que furioso disse não e advertiu que, se o tenente se retraísse do destacamento com seus comandados, seria esperado a bala.²⁰⁰

Pelo temor que se tinha dele e/ou pelos concertos políticos de acordo com suas conveniências, Silvino Jacques interagiu no meio rural buscando apoio de pessoas, às quais, direta ou indiretamente, ele beneficiava com seus assaltos e outros crimes a mando. “Os coiteiros não apenas o acolhiam, mas supriam-no e forneciam-lhe as informações de que necessitava.”²⁰¹ Decidiu-se mexer com os senhores que davam guarida a Jacques. Prendê-los! “Bateram em Miranda e foram recolhidos à cadeia local – de chão batido, teto sem forro – alguns desses coiteiros.”²⁰² Preocupada com a prisão, a filha de um desses *coronéis* resolveu acompanhar o pai. Havia sido “educada em colégio de freiras, numa grande cidade, moça bonita e

¹⁹⁵ The Miranda Estancia Company Limited foi fundada na segunda década do século XX, no Pantanal, localizada na região da qual faz parte o município de Miranda (atualmente no Oeste do Estado de Mato Grosso do Sul), naquela época área sudoeste de Mato Grosso. A partir do decreto de nacionalização assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 3 de janeiro de 1952, a razão social tornou-se Miranda Estância S/A Agro Pecuária. A empresa se expandiu para além do antigo Mato Grosso, e, em 1984, foi dividida em outras propriedades. Cf. Cezar BENEVIDES; Nanci LEONZO, *Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense* (2.ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2001, principalmente as páginas xiv – Apresentação e agradecimentos –, 23, 133 e 134).

¹⁹⁶ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 174.

¹⁹⁷ Id., *ibid.*

¹⁹⁸ Id., *ibid.*

¹⁹⁹ Id., *ibid.*

²⁰⁰ Id., *ibid.*

²⁰¹ *Ibid.*, p. 171.

²⁰² *Ibid.*, p. 174.

com as prendas costumeiras: resolvera não abandonar o pai, providenciando tudo o que ele precisava, fornecendo-lhe alimentação. Penalizou-me a sorte da moça, mas nada me foi possível fazer em seu favor”.²⁰³

Faltava ainda prender Joselito,²⁰⁴ um dos mais influentes politicamente naquela região, “proprietário da Fazenda do Taboco, no município de Aquidauana”,²⁰⁵ vizinho a Miranda. O Batalhão de Engenharia, alojado na cidade de Aquidauana, deveria cumprir tão espinhosa tarefa. Tão espinhosa porque “o comandante local [...] não queria indispor-se com o homem, ponderava, fazia toda sorte de manobras para não cumprir a ordem, protelava a execução.”²⁰⁶ O comandante foi pressionado a cumprir o que fora determinado. O general criticou o relutante militar na presença dos oficiais. Sem demora resolveu-se formar um destacamento, cuja missão era entrar na fazenda e vasculhar o imóvel. Joselito prometeu resistência, mas “[...] recebera o capitão-comandante do destacamento, negara qualquer ligação com os bandidos ou que tivesse armas federais”.²⁰⁷ O que não convenceu o Exército. “Foi dada a primeira batida, sem resultado; na segunda, começaram a aparecer as armas que estavam escondidas em sacos de mantimentos, no depósito da estância; o armamento era muito e variado, compreendendo até fuzis-metralhadoras.”²⁰⁸ Joselito foi detido e levado para o quartel em Aquidauana. “Nem a sua provada culpa eximiu-o de tratamento melhor do que o recebido pelos outros estancieiros.”²⁰⁹

Porque envolvia chefes políticos locais com ligações no poder central, a guarida a Silvino Jacques constituía-se numa melindrosa situação política. O trabalho do Exército evidenciou o poder de fogo dos chefões paroquiais. “As batidas revelaram que os proprietários estavam fortemente armados; o armamento arrolado, numeroso e variado, foi recolhido ao depósito de material bélico, em Campo Grande, sendo a relação publicada em boletim. Tudo isso

²⁰³ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo*: memórias de um soldado, p. 174.

²⁰⁴ O *Joselito* mencionado por Werneck Sodré é o mesmo *Zelito* (José Alves Ribeiro Filho) que consta no livro *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, segunda edição (2006), p. 175, do historiador Valmir Batista Corrêa. Esse faz uma citação direta do *Jornal do Commercio*, Campo Grande, 21/12/1938, segundo o qual Zelito é dono da “fazenda ‘Taboco’”. O nome da propriedade referida por Sodré, Fazenda do Taboco, confere com o do texto do jornal.

²⁰⁵ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo*: memórias de um soldado, p. 174.

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 175.

²⁰⁷ *Id.*, *ibid.*

²⁰⁸ *Id.*, *ibid.*

²⁰⁹ *Id.* *ibid.*

mostrava o latifúndio por dentro, com as suas terríveis mazelas”,²¹⁰ situação que se repetia em outras partes do país.

Bulir com os mandões rurais significava mexer com costas quentes, pessoas com conexões no poder federal.

Era gente importante, de situação econômica, política e social destacada, com relações entre os poderosos do Estado Novo, e especialmente com Dutra, Ministro da Guerra, e Filinto Müller, chefe de Polícia, personalidades centrais do regime, responsáveis pelo aparelho de repressão e de terror então instalado e que vinha fazendo misérias, levando a tortura e a morte aos lares.²¹¹

Era jogar pedra em casa de marimbondo, pessoas de grosso calibre. Para complicar mais, os soldados atiraram num fazendeiro que se negara “[...] a abrir a porta quando o comandante pretendia interpellá-lo”.²¹² Levaram o ferido para o Hospital Militar em Campo Grande, para que recebesse melhor assistência médica. O episódio catalisou descontentamentos com a atuação dos militares na caçava a Silvino Jacques. Mais que isso: serviu de pretexto para que se criticasse o envolvimento do Exército no combate à violência cotidiana. “[...] Surgiram comentários desfavoráveis: a tropa federal não tinha de se envolver na repressão ao crime comum.”²¹³ Bravatas que vislumbravam um *proposital desconhecimento* da política nacional de repressão. Na segunda metade dos anos 1930, mesmo que de forma um tanto quanto ambígua, o combate ao banditismo rural virou caso de segurança nacional.

Criou-se com isso toda uma situação de insegurança que ainda perdura em Mato Grosso do Sul, hoje em função do tráfico de droga, nas regiões de Coronel Sapucaia e Ponta Porã, ambas na fronteira Brasil-Paraguai e da disputa pela terra envolvendo etnias indígenas, latifundiários e camponeses sem-terra em toda a faixa fronteira de Mato Grosso do Sul, ao Sul do Pantanal.

Segundo o tenente Ramon Lopes, que em 1935 “[...] se apresentou ao Décimo Regimento de Cavalaria Mecanizado²¹⁴ como voluntário para ingressar no Exército”,²¹⁵ o medo

²¹⁰ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 175.

²¹¹ Id., *ibid.*

²¹² Id., *ibid.*

²¹³ *Ibid.*, p. 176.

²¹⁴ À época, o 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado – Regimento Antônio João (10º RC Mec - RAJ), com sede em Bela Vista, denominava-se 10º Regimento de Cavalaria Independente (10º RCI).

²¹⁵ Trecho da entrevista de Ramon Lopes, *in*: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul, [s.d.].

prevalecia e fazia com que os fazendeiros ajudassem o bandoleiro. “O que dizem..., eu não sei, pra mim ele nunca pediu, que ele pedia dinheiro para os fazendeiros e cavalo [...]. Os fazendeiros que dava cavalo e dinheiro pra ele, dava de medo. Ele com a turma [bando] grande...”²¹⁶

De fato, os latifundiários da fronteira que não fossem *aliados* de Silvino Jacques eram potenciais inimigos dele. Foi o que ocorreu com o fazendeiro Thióphilo Leite, tio do aposentado e pecuarista Sidney Nunes Leite. Thióphilo foi ameaçado por Jacques. Sidney leu uma carta que o bandoleiro mandou para Thióphilo. Amarelada e desgastada pelo tempo, a missiva do bandoleiro era enfática: ele ameaçava atear fogo na casa do tio de Sidney. O gaúcho Jacques cobrou o dinheiro que Thióphilo lhe prometera. Num estilo *cortês*, Jacques inicia seu recado: “Sr. Thióphilo Leite, saudações.”²¹⁷ Sidney prossegue na leitura da correspondência:

Lembre-se que tinhas marcado prazo certo para me dar os dez contos! Não tenho nada mais que esperar, não sou criança para ir em tapiação e para evitar pior consequência entre nós te proponho o seguinte, me mandas [...] (5\$000) [*sic!*] [...], sem falta. Procurarei em tua casa ou aqui no teu irmão Bento. E se eu não encontrar essa importância, [...] você conte-me com teu maior inimigo e tua casa virará em *sinsa*, [...] ando mal e preciso castigar alguém para exemplo de outros.

Vou esperar sem falta. Pense bem no que falamos em tua fazenda [...].²¹⁸

O chefismo paroquial que o gaúcho Jacques insultava era o mesmo que lhe dava sustentáculo. No dia do confronto que resultou na sua morte, Jacques e seu bando iam pegar dinheiro de um fazendeiro. “[...] Ele tinha compromisso de vim pegá 20 conto aí no Pulador [fazenda Pulador] do Pompílio Miranda, que o véio Ângelo [...] mandava pra ele. Ângelo [...], dono da fazenda Tereré.”²¹⁹ Silvino Jacques foi morto um dia antes de pegar o dinheiro.

²¹⁶ Trecho da entrevista de Ramon Lopes, *in*: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul, [s.d.].

²¹⁷ *SELVINO Jacques: a saga de um bandoleiro*, direção: Hamilton Medeiros, Documentário (34 min29s).

²¹⁸ Carta reproduzida no documentário *SELVINO Jacques: a saga de um bandoleiro*, direção: Hamilton Medeiros (34min29s).

²¹⁹ Trecho do depoimento de Orcírio dos Santos ao escritor Brígido Ibanhes, [s.l. e s.d.], *in*: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul [s.d.].

3 CONTROLE GEOPOLÍTICO

Mais que a preocupação com a segurança, a eliminação de *bandidos* em várias partes do Brasil se inseria num contexto em que o Estado Nacional autoritário procurava exercer a repressão e controlar o espaço geopolítico, principalmente no que se referia a regiões limítrofes com outros países, como é caso do Grande Oeste. A ordem era caçar Silvino Jacques, seu bando e outros bandoleiros, que, àquela altura, segunda metade dos anos 1930, tornaram-se uma ameaça aos objetivos centralizadores de Vargas.

O interventor do Estado Novo em Mato Grosso, Julio Strübling Müller, mantinha o ditador informado. “Decidido o Estado a pôr termo aquela situação anormal, organizou a Delegacia Especial do Sul, com sede em Aquidauana. Auxiliada por dois grupos de civis contratados e pelo pelotão de Cavalaria da Força Policial, a Delegacia iniciou forte ação contra Silvino Jacques e seu bando, em abril de 1939.”²²⁰

Tratava-se de uma “*limpeza de terreno*”, para abrir caminho à política de colonização Marcha para o Oeste, que fazia parte da simbologia de ocupar o “*espaço vazio*”. O regime varguista, com algumas características fascistas não-assumidas publicamente, implantava sua política colonizadora no sentido de expandir e ocupar o território.

Era preciso eliminar obstáculos. O combate aos comunistas e a outras tendências contrárias ao regime inseria-se no projeto varguista, cuja meta era manter a “*lei*” e a “*ordem*” eliminando os “inimigos” do Estado.

Da mesma forma que Lampião, Silvino Jacques e outros bandoleiros que de maneira direta e/ou indireta, nas mais variadas regiões do Brasil, respaldavam o coronelismo, foram eliminados pelo Estado Novo.

Em Mato Grosso, as forças repressoras estavam desacreditadas em seu trabalho no sentido de perseguir e tirar de circulação os *proscritos rurais*. “O governo estadual mantinha um esquadrão da Polícia Militar na zona conflagrada, em perseguição aos bandoleiros, sem jamais os alcançar.”²²¹ Werneck Sodré não se surpreendia com a intensidade dos apelos que as pessoas, em sua maioria donos de terra, faziam à força nacional verde-oliva, que suposta-

²²⁰ RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente da Republica pelo Bel. Julio Strübling Muller, Interventor Federal de Mato Grosso, 1939-1940, *apud* Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 209.

²²¹ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 170.

mente teria meios de pôr um ponto final às incursões de Silvino Jacques. “Ali, só o Exército tinha condições de proporcionar garantias e só o Exército merecia confiança.”²²²

Essa expectativa não se confirmou. Parte do Exército também caiu em descrença. No caso de Silvino Jacques, os militares, tanto os estaduais quanto os federais, não conseguiram executar os princípios centralizadores das seguranças pública e nacional. O desconhecimento do Exército sobre como e em que condições atuava a polícia era patente, ao ponto de o esquadrão da PM na região das operações ser confundido com os bandoleiros. “Ao vê-los, o general gritou: – É o bando de Silvino Jaques. Atirem!”²²³ Fuzis apontados, preparados para abrir fogo. Não fosse o alerta do vaqueano que conduzia os militares do Exército, a tragédia estaria consumada. “– Não atirem! É a Polícia do Estado.”²²⁴ Fazia meses que a força estadual estava naquela área – Oeste e Sudoeste do atual Mato Grosso do Sul – numa inócua busca ao bando. Tal era a situação do esquadrão da polícia, aos trapos, que esteticamente foi comparado ao bando de Jacques.

Não tinha o aspecto exterior de tropa regular; tudo nele era idêntico ao bando perseguido: as fardas estavam dilaceradas, as coberturas variavam de homem a homem, traziam cintos de munição cruzando o peito, como os bandoleiros e, como estes, puxavam cavalos de reserva. Teríamos sido massacrados se o vaqueano não nos advertisse.²²⁵

Como que numa réplica aos comentários de que a PM era tolerante com os “caçados”, o tenente que comandava o grupo de policiais foi logo ao assunto e expressou a solidariedade de seu esquadrão para com o Exército. “Apresentou-se; fez longo relatório do que vinha acontecendo; protestou lealdade, impugnando as acusações de acomodação com o chefe bandoleiro, informou que este deveria estar cruzando aquela zona, aconselhou cautela e ofereceu escolta, que o general recusou.”²²⁶ Uma demonstração de que o Exército não estava disposto a pelo menos dar ouvidos às autoridades estaduais, cujo poder nada mais era do que uma extensão do Estado Novo.

Os oficiais verde-oliva estavam percorrendo os destacamentos para fazer inspeções e erguer o moral dos soldados. Num veículo adequado à rusticidade da região, a peregrinação do jovem Werneck Sodré, do general Pessoa, do vaqueano e do capitão, que era chefe do es-

²²² Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo*: memórias de um soldado, p. 170.

²²³ *Ibid.*, p. 176.

²²⁴ *Id.*, *ibid.*

²²⁵ *Ibid.*, p. 177.

²²⁶ *Id.*, *ibid.*

tado-maior das operações de busca a Jacques, fazia-se o complicado périplo. Sobre o piso do carro de campanha, fuzis e munição, além da que estava guardada em outra parte do veículo. Era imperioso que permanecessem “[...] de revólver à mão, todo o tempo: íamos percorrer, em viatura isolada, a zona em que os bandoleiros dominavam”.²²⁷ Mesmo com o vaqueano, a situação ia ficando difícil à medida que os quatro avançavam ao sul da linha férrea.

Entre os obstáculos naturais nas visitas às tropas estava o rio Ariranha. Num dos passos do rio – os passos funcionam como portas estreitas que permitem a passagem de pessoas a pé e veículos, por exemplo –, o grupo foi tomado por uma cisma. Saber as condições desses pontos, se propícias ou não à travessia, “é indispensável aos que cruzam à região”.²²⁸ O Ariranha não era estranho a Sodré, embora persistisse dúvida, porque há muito não percorria aquela área. Chovera na véspera. Não era possível saber com certeza se “daria passagem ao carro, ou não”.²²⁹ Isso martelava na cabeça de Sodré quando despontou um cavaleiro, sozinho, “inconfundível no largo poncho *puytã* que portava, mancha vermelha destacando-se no verde da paisagem”.²³⁰ Não! Não era Silvino Jacques! O general pensou que o homem a cavalo, sendo íntimo daquele meio, pudesse informar sobre as condições de acessibilidade do passo. O jovem Sodré era cético em relação à possibilidade de conseguir da conversa com o cavaleiro uma descrição sobre aquela passagem no que se referia ao volume de água. “O viajante da campanha sabe muito bem que não deve confiar em informações desse tipo; os nossos habitantes do campo são extremamente desconfiados, fechados, só se abrindo em situação e com pessoas em quem confiem.”²³¹ Àquela época, a tendência dos que viviam naquelas paragens era responder de forma a não contrariar a pergunta, prolongando as indagações. “Se alguém indaga: «O passo está dando passagem?» respondem: «Está, sim senhor». Se a pergunta é formulada: «O passo não está dando passagem?» respondem: «Não está, não senhor»”.²³² O veículo cruzava com o cavaleiro. Antes que Sodré falasse alguma coisa, o amistoso general interpelou o homem.

– O passo do Ariranha não está dando passagem, meu amigo?

²²⁷ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 176.

²²⁸ *Ibid.*, p. 177.

²²⁹ *Id.*, *ibid.*

²³⁰ *Ibid.*, p. 177-178.

²³¹ *Ibid.*, p. 178.

²³² *Id.*, *ibid.*

Como era de esperar, e diante de militares armados, o peão respondeu:

– Não está, não senhor.”²³³

De nada adiantou a ponderação de Sodré, que não acreditou na informação do cavaleiro. Foi voto vencido. Lá seguiram os militares rumo a outro passo do Ariranha, “provavelmente de condições piores”.²³⁴ Começava a escurecer e não chegaram a outro passo do rio. Se já estava complicado na claridade do dia, então o que imaginar na escuridão? Prosseguir no período noturno seria temeroso. Corriam o risco de que os bandoleiros se orientassem pelos faróis do veículo e localizassem os quatro. Além da sede e da pouca alimentação, a constatação: não sabiam onde estavam.

Distribuí a ração que trazíamos e a água, pouca, que restava. Dividimos a noite em quartos de ronda [períodos de vigia], como se faz nos quartéis: o primeiro caberia ao general; o último, ao capitão; o do meio, a mim. O motorista estava isento, pelo cansaço da função. Os mosquitos não permitiam o repouso e o calor era intenso. Foi a primeira vez, creio, que um general deu serviço de sentinela com o fuzil na mão.²³⁵

No dia seguinte, após uma noite de incerteza, retomou-se a jornada não menos incerta. “Já não estávamos certos do caminho ou do rumo; andávamos, parávamos, descíamos, em busca de orientação.”²³⁶ Só tinham uma certeza: a tarde e outra noite que se avizinhava. Sem uma definição de exatamente onde estavam, a gasolina era pouca. Anoitece novamente. Repetem-se

noite, calor, sentinela, mosquitos aos milhões: se tirávamos a roupa, começavam a devorar-nos, não havia mãos suficientes para espantá-los; se nos vestíamos, era o calor que atormentava. E, acima de tudo, a terrível sede, que a última refeição contribuía para agravar, a deliciosa paçoca comida às pressas no Bonito

Foi-me indiferente tirar outra vez o segundo quarto de sentinela, o mais detestado sempre porque a vítima tem o sono interrompido, mal o concilia, e volta a repousar, sabendo que será acordado logo depois. Não importava o quarto, ninguém dormia.²³⁷

Qualquer ruído soava como perigo. Na carência de água, vinham à mente “[...] cerveja gelada, garrafa suando, marulho de espuma quando despejada no copo, ou sombreados arroi-

²³³ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 178.

²³⁴ Id., *ibid.*

²³⁵ *Ibid.*, p. 179.

²³⁶ Id., *ibid.*

²³⁷ *Ibid.*, p.179-180.

os, água correndo sobre pedra, ou banhos de rio, junto a corredeiras e cascatas”.²³⁸ A sede de Sodré precipitava iniciativas desesperadoras, emergenciais na madrugada, como transferir água ainda quente do radiador do carro para “[...] um galão de óleo vazio, único recipiente de que dispúnhamos”.²³⁹ A intenção era deixar a água esfriar ao ar livre, para depois tomá-la. Ideia que não deu certo, porque a água, além de se misturar ao resíduo do óleo, não esfriou; ficou morna. A madrugada se finda e pensa-se uma nova forma de enganar a sede. “Começava a surgir a claridade do dia, na fimbria do nascente; deitei-me e lambi a erva do chão, molhada de orvalho.”²⁴⁰

Só se deram conta de onde estavam quando atingiram a região na qual está localizado Jardim, que se tornou município em 1953, no hoje Sudoeste de Mato Grosso do Sul, já bem distante da ferrovia, que ficou lá pela região de Miranda, no Pantanal. Depararam-se com um grande buraco, apontado na carta geográfica que o grupo carregava consigo. Werneck Sodré descreve o *buracão* em suas memórias. “Tratava-se de algo absolutamente insólito: enorme cratera redonda, com cerca de cinquenta metros de diâmetro, de profundidade estimada em oitenta ou cem, paredes verticais.”²⁴¹ Pela descrição feita, Sodré e os outros três estavam no local hoje conhecido como Buraco das Araras,²⁴² no município de Jardim. Tiveram a preocupação de não ser tragados pelo mesmo destino de muitos bovinos que, sem direção, teriam caído naquele abismo. “Respiramos, aliviados de ter escapado à sorte do gado perdido que acabava servindo de alimento aos corvos.”²⁴³ Relatos orais, histórias contadas, migradas, transformadas de geração a geração, dão conta de que ali não havia apenas ossadas de animais. Forças de segurança pública, bandoleiros, entre eles Jacques, fazendeiros, naquela região de influência da fronteira Brasil-Paraguai, teriam o *buracão*, que atualmente é ponto turístico, como lugar propício para jogar os corpos humanos. Lenda ou não, descreve-se que

nas profundezas do Buracão das Araras, na estrada que, saindo de Jardim, segue para a cidade de Porto Murtinho, jazem os restos mortais de quateiros que foram executados por autoridades ou por justiceiros, e que tiveram seus

²³⁸ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 180.

²³⁹ Id., *ibid.*

²⁴⁰ Id., *ibid.*

²⁴¹ *Ibid.*, p. 181.

²⁴² Werneck Sodré, no livro *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, segunda edição (1986), p. 183-184, lembra que descreveu o buraco ao geógrafo Pierre Monbeig, que conjecturou ser a cratera resultante da “[...] queda de algum meteorito, ali sepultado”.

²⁴³ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 181.

corpos jogados no buracão, onde descansam hoje sob o olhar complacente do turista. Diz-se que o próprio Silvino Jacques se servia muito do buracão...²⁴⁴

O fato é que no grande buraco existia muito lixo e entulho. O local passou por uma limpeza na década de 1990.²⁴⁵ O buracão, que na década de 1930 possibilitou ao grupo se localizar – “estávamos, para orientação, procurando o rio Perdido”²⁴⁶ –, fez reavivar um dos episódios da Guerra do Paraguai: a Retira da Laguna. Na mente do oficial Werneck Sodré reproduzia-se a narrativa de Taunay. “Aquele era, precisamente, a região percorrida pela coluna do coronel Camisão [Carlos de Moraes Camisão], levada pelo guia Lopes rumo à sua estância do Jardim.”²⁴⁷ A lembrança historia trágica situação: os combatentes que estavam com cólera, em sua maioria cativos,²⁴⁸ foram deixados num capão perto do Perdido.

Os paraguaios apelidaram o local de *Cambarácem*, que significa *negro chorou*: a maior parte dos enfermos era negra como, de resto, a maior parte dos soldados da coluna – a maior parte dos que participaram da guerra do Paraguai, que recaiu sobre os escravos, como um fardo a mais, agravando o infortúnio deles [grifos do autor].²⁴⁹

Nas águas do rio Perdido saciaram exageradamente a sede. “Quatro homens de língua ressequida deitaram-se no chão, sorvendo-as furiosamente. Foi tal a ânsia com que nos pusemos a ingerir água que, descansando para tomar fôlego, e voltando a beber, nos estendemos depois, à margem, como que inchados.”²⁵⁰ Assim se encerrou a jornada de inspeções aos destacamentos. Era chegado o momento de voltar à cidade de Campo Grande, com a certeza de que, daquela forma, seria impossível capturar ou eliminar Jacques e seu bando. Até o retorno dos quatro foi complicado, para um Exército sem recursos. Em Nioaque, cansados e estropiados, esperavam um avião que os levaria a Campo Grande. A aeronave fora pedida por telégrafo. Esperavam, sem êxito.

²⁴⁴ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 35-36.

²⁴⁵ O PASSEIO, História, A descoberta, *Buraco das Araras Ecoturismo*, disponível em <<http://buracodasaras.tur.br/historia.php>>, acessado em 15 dez. 2009.

²⁴⁶ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 181.

²⁴⁷ Id., *ibid.*

²⁴⁸ Não apenas escravos “soldados” e soldados não-escravos morreram de cólera na Guerra do Paraguai. Os coronéis Camisão e Juvêncio, além do guia Lopes, também ficaram coléricos e, em consequência, faleceram. Cf. Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado* (2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 182).

²⁴⁹ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 182.

²⁵⁰ Id., *ibid.*

No mesmo carro, tivemos de percorrer, apesar de nosso estado lastimável, a longa distância que nos separava de Campo Grande, passando por Bolicho Seco, e chegando à aquela cidade altas horas da noite, como pessoas salvas de consideráveis riscos; esqueléticos, barbados, sujos, parecíamos foragidos da prisão.²⁵¹

A penosa viagem aos destacamentos martelou na cabeça do general Pessoa. Era preciso refletir sobre as operações de busca a Jacques e seu bando. Decidido o que fazer. Iriam conversar com a “corte”, o governo federal, no Rio de Janeiro. O chefe-maior, Getúlio Vargas, recebeu Pessoa e Sodré em audiência. O presidente fumava “[...] um charuto e andava de um lado para outro, na sala de despachos”.²⁵² Sorrindo, Vargas foi direto ao assunto. “– Então, general, vamos à sua odisséia em Mato Grosso.”²⁵³ Pessoa expôs a dramática situação do Exército no Sul de Mato Grosso. A força terrestre não conseguira cumprir sua tarefa naquela região: tirar de circulação Jacques e seu grupo.

Da parte de Vargas, “nada de compromisso ou de promessa”,²⁵⁴ ou mesmo uma atitude que sinalizasse com a possibilidade de mais dinheiro para a missão. “O general devia ter paciência, logo que fosse possível receberia os recursos”²⁵⁵, o dinheiro extra que não veio. “Não foi remetido à 9ª Região Militar um centil além do previsto no orçamento de rotina.”²⁵⁶ Tornou-se difícil manter todos os soldados na zona militarizada, que hoje corresponde a uma faixa do Pantanal e ao Sudoeste de Mato Grosso do Sul. “A campanha entrou em ritmo vegetativo. Parte da tropa voltou aos quartéis. O latifúndio, matriz do banditismo, vencera mais uma vez.”²⁵⁷

O mais próximo que o Exército comandado por Pessoa chegou dos bandoleiros foi quando um dos destacamentos encontrou “a amante de Silvino Jaques e a do «capitão» Heim [Vitor Heyn], paraguaio de origem alemã, um de seus lugares-tenentes, e três bandoleiros, dois dos quais argentinos, missioneiros”.²⁵⁸ Foram levados para Miranda, no Pantanal, por onde passava a ferrovia. A prisão ficava num desvio da estação da cidade. Era um vagão-gaiola,

²⁵¹ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 184.

²⁵² *Ibid.*, p. 185.

²⁵³ *Id.*, *ibid.*

²⁵⁴ *Id.*, *ibid.*

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 186.

²⁵⁶ *Id.*, *ibid.*

²⁵⁷ *Id.*, *ibid.*

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 173.

usado habitualmente para transportar gado, agora transformado em cadeia. “Era verão e a água lhes era fornecida aos poucos, na esperança de que falassem. À noite, eram interrogados sucessivas vezes, horas a fio. Não falavam coisa com coisa. Esse espetáculo, que me repugnaria hoje, deixava-me indiferente àquele tempo; não me dizia respeito.”²⁵⁹ Os militares não conseguiram arrancar informações substanciais dos homens. “As mulheres contaram algo de aproveitável, mas os homens fecharam-se em irreduzível mutismo.”²⁶⁰ Corrêa, em seu livro *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, cita o Jornal do Commercio, Campo Grande, 21 de dezembro de 1938, no qual consta a prisão de três bandoleiros ligados a Silvino Jacques: Julio Paredes, argentino; e os irmãos Vieira, de Bela Vista. Os bandidos capturados estavam com vestimentas típicas do bando: bombacha, chapéu boiadeiro e lenço vermelho.²⁶¹

3.1 MILÍCIAS À BUSCA DE JACQUES

Com o fracasso do Exército e da polícia, milícias, conhecidas como *capturas*, em sua maioria formadas por civis, instauraram uma busca implacável a Silvino Jacques e seus subordinados na Fronteira Oeste do Brasil.

Deduziu-se, com base em ações anteriores, que as forças repressoras oficiais seriam incapazes de exterminar esses bandoleiros, embora na segunda metade dos anos 1930, principalmente a partir de 1937, além da atuação da Polícia Militar, houvesse ordens superiores determinando empenho do Exército brasileiro na fronteira e que mantivesse o comando informado sobre o que estava sendo realizado no sentido de reprimir Jacques e seu bando. O tenente-coronel Paulo do Nascimento Silva informou ao primeiro-tenente Canello Santiago: “Tenho em meu poder as suas comunicações ultimamente enviadas dando-me conta de tudo quanto ahi se passa.”²⁶² Descontente com o comportamento dos soldados do destacamento, a falta de perseverança na perseguição ao bandoleiro, Nascimento Silva ordenou a Canello que mandasse, para que fossem punidos, os nomes dos militares que largaram a operação que es-

²⁵⁹ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 173-174.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 173.

²⁶¹ *Apud* Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 175.

²⁶² COMUNICADO do tenente-coronel Paulo do Nascimento Silva ao Snr. 1º Ten. Canello Santiago, *Doc. 03*, Bela Vista, em 6 de fevereiro de 1937, folha única.

tava no encalço de Jacques. Num tom quase diplomático e até mesmo com certa ironia, o tenente-coronel admitiu ao subordinado:

Penso, porem, que os seus múltiplos affazeres fizeram com que *se esquecesse* de me mandar os nomes dos soldados que lhe abandonaram na acção que empenhou com [contra] o grupo do bandoleiro Sylvino. Insisto em conhecer estes nomes, pois semelhante falta não poderá ficar sem merecido castigo. Desejo igualmente que me informe que notícias tem desse mesmo bandoleiro [grifo nosso].²⁶³

Sendo um caso avaliado pelo governo central como de segurança nacional, surgiu dúvida sobre de que lado estava parte do Exército brasileiro na região de Bela Vista e Vila de Porteiras (atual cidade de Caracol) e Porto Murtinho. O tenente Ramon Lopes põe sob suspeita as medidas tomadas por Getúlio Vargas para tirar Silvino Jacques de circulação. “[...] Que ele tinha proteção de Getúlio, tinha!”²⁶⁴ Aliava-se a essa hipótese o bom trânsito que Jacques tinha dentro da unidade do Exército naquela área. Ex-militar que lutou ao lado dos revoltosos do Movimento Constitucionalista de 1932, desencadeado a partir de São Paulo, Hipólito Godoy, que servia o Exército naquela época, também duvida da disposição de setores dessa força em por fim às atividades do proscrito Silvino Jacques.

Acredita-se que Jacques tinha *costas largas*. A tese é de que o terceiro-tenente José Canello Santiago, que em fevereiro de 1937, como vimos anteriormente, foi advertido pelo seu superior por ter “*esquecido*” de informar o nome dos soldados que não quiseram continuar na operação de busca ao bandido e seus bandoleiros, estava envolvido no caso. “Um dia até o Canello chegô lá em casa, né, com um pelotão... Aí falô pra mim – ele falava meio grosso –: ‘o Servino não apareceu por aqui?’ Falei: ‘Não! Não apareceu...!’”²⁶⁵ Falava-se na fronteira que Canello fazia de conta que perseguia Jacques. “Diz u povo que vorta i meia eles combinavam um lugar aí pra se encontrar i conversá. Era pá dispistá. Eram gaúcho, né, amigos, decerto desde lá do Rio Grande, né. Mas o Canello era peixe dele [Silvino Jacques].”²⁶⁶

Com essa suspeita pairando sobre o Exército, a família Santos formou um grupo para ir à caça de Silvino Jacques e seus companheiros. O interesse do clã em ir atrás do bandoleiro envolvia também questões relativas a um acerto de conta, uma vingança pelo assassinato de

²⁶³ COMUNICADO do tenente-coronel Paulo do Nascimento Silva ao Snr. 1º Ten. Canello Santiago, *Doc. 03*, Bella Vista, em 6 de fevereiro de 1937, folha única.

²⁶⁴ Trecho da entrevista do tenente Ramon Lopes, *in*: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul [s.d.].

²⁶⁵ Trecho da entrevista do ex-militar Hipólito Godoy, *in*: Documento Brasil, *TV Guanandi*, reportagem: Cícero Moura, Mato Grosso do Sul [s.d.].

²⁶⁶ Id.

Manoelito Coelho, cunhado de Orcírio dos Santos. Jacques teria se envolvido no homicídio, ocorrido em dezembro de 1935. Três homens, entre eles Adão e Silvino Jacques teriam matado Manoelito,²⁶⁷ o que provocou a fúria dos Santos. Orcírio, Arancíbio, Horacio, Dinarte, Tito e Raul, os filhos mais velhos de Alípio dos Santos, o patriarca do clã e sogro de Manoelito, “[...] só queriam uma coisa no mundo: vingar a morte covarde do cunhado”.²⁶⁸ Mas havia outra preocupação típica do chefismo local, característica não só de Mato Grosso como de outros estados da incipiente República: a política. “[...] A morte do Manoelito, do jeito que ocorreu, desestabilizava o poder político da família na região”.²⁶⁹ Era essa força política localizada que Vargas procurou eliminar, principalmente nos anos do Estado Novo. Mas isso era uma estratégia do Estado Novo no sentido de controlar e fazer acordo com o coronelismo, em vez de eliminá-lo. Prova disso é que, após ter a milícia dos Santos atuado na ilegalidade, ela foi legalizada para matar Silvino Jacques.

Os Santos ficaram à espreita e se prepararam para confrontar com Jacques e seus bandoleiros. Organiza-se uma captura. A milícia chefiada por Orcírio dos Santos tinha um sentido pontual: liquidar Jacques e desmantelar seu bando. A captura começou atuando na ilegalidade. Apesar de agir fora dos marcos regulatórios das instituições, os Santos possuíam armas de grosso calibre. No Paraguai mantinham armamentos como fuzis e uma metralhadora pesada checo-eslovaca. “Algumas das armas eram alugadas do exército paraguaio e eles [os Santos] eram obrigados a deixá-las guardadas na Comissaria de Toldo-kuê, quando atravessavam a fronteira para o Paraguai. Não lhes era permitido circular com armas no Paraguai, e agora também no Brasil.”²⁷⁰

No lado brasileiro o Exército saiu no encalço da milícia dos Santos. O primeiro-tenente Canello, que antes fora reprimido por não seguir com firmeza o rastro do bandoleiro Jacques, recebe ordem para perseguir a captura. Já no item I da ordem determinou-se que pelotões seguissem para as regiões de Porteiras, São Carlos e Margarida para “[...] fazer repressão ao banditismo ultimamente aparecido nestas regiões”.²⁷¹ No item II, o tenente-coronel

²⁶⁷ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 124-125.

²⁶⁸ *Ibid.*, p.126.

²⁶⁹ *Id.*, *ibid.*

²⁷⁰ *Ibid.*, p.158.

²⁷¹ MINISTÉRIO da Guerra, 9ª Região Militar, Destacamento de Oeste, 10º R.C.I., Ordem do tenente-coronel José Barreto ao primeiro-tenente José Canello Santiago, Bella Vista (Matto Grosso), *Doc. 04*, f. 1, 14 de abril de 1938.

José Barreto, se referindo à milícia particular, ordena: “Deveis prender os indivíduos Pedro Coelho, Tito Coelho, Orsório [Orcírio] dos Santos, Horacio dos Santos e Castulo Condado e seus cúmplices.”²⁷²

Ordenou-se a apreensão de armas que fossem achadas nas propriedades rurais ou casas de pessoas ligadas ao grupo de Orcírio dos Santos. “Deveis apreender todo armamento de guerra, encontrado nas fazendas ou residencia dos indivíduos constante [*sic!*] no item II.”²⁷³ Também houve controle de trânsito em Pirapucu. A determinação de José Barreto, de 14 de abril de 1938, era de que até o dia seguinte, às 8 horas, não deixasse “[...] passar ninguém, [naquele local], sem ordem escripta deste Comando, na qual deverá constar a hora da permissão de passagem”.²⁷⁴ Mandou-se que permanecessem na região da fazenda Margarida até segunda ordem.²⁷⁵

Sem resposta convincente do governo federal, um conjunto de forças políticas da Fronteira Oeste, não-alinhadas a interesses de coronéis que se apoiavam nas ações de Jacques e seu bando, tomou providências para que o grupo de Orcírio obtivesse autorização institucional para procurar Jacques.

O prefeito de Bela Vista, o Sr. João Antônio José Maria Caporossi, mais conhecido como Seu Nenê Caporossi, e demais autoridades civis fizeram finalmente um abaixo-assinado e o encaminharam ao *governador do Estado*, em Cuiabá, indicando e pedindo a nomeação do Orcírio dos Santos para chefiar uma captura para perseguir oficialmente o bandoleiro Silvino Jacques [grifo nosso].²⁷⁶

O pedido não só foi aceito como também foi determinado “[...] que não era nem para prender o homem, simplesmente eliminá-lo da face da terra”.²⁷⁷ Orcírio foi assim revestido de autoridade policial para eliminar Jacques. A nomeação aconteceu dia 3 de maio de 1939. Oficializado, o chefe da captura assegurou “[...] que não levaria mais do que quinze dias para

²⁷² MINISTÉRIO da Guerra, 9ª Região Militar, Destacamento de Oeste, 10º R.C.I., Ordem do tenente-coronel José Barreto ao primeiro-tenente José Canello Santiago, Bella Vista (Matto Grosso), *Doc. 04*, f. 1, 14 de abril de 1938

²⁷³ Id.

²⁷⁴ Id., f. 1-2.

²⁷⁵ Id., f.1.

²⁷⁶ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*, 1997, p. 246.

²⁷⁷ Id. *ibid.*

acabar em definitivo com o bandoleiro”.²⁷⁸ Além da captura chefiada por Orcírio, outra foi montada para perseguir Jacques,²⁷⁹ comandada pelo tenente Rodrigo Peixoto. Mas a que conseguiu encontrar o bando e matar o bandoleiro foi a de Orcírio dos Santos, formada por seus parentes e outras pessoas de confiança ligadas a ele. Conforme garantiu, findos os 15 dias, terminado aquele prazo estabelecido por Orcírio dos Santos, encerrava-se no dia 19 de maio de 1939 a vida de Silvino Jacques. Partira de Orcírio o tiro que acertara o “bicho” Jacques, que estava acompanhado de seu bando.

Eles eram nove! [...] Nove correndo na nossa frente! Nós éramos déis [...] Eles entraram num banhado, saíram caindo dos cavalo. E eu entrei atrás. Aí, quando chegaram num cerco [cerca] de taquara, num rancho [...], todo mundo saiu do cavalo e esse um ficou a cavalo. Eu achei que era mulher. Ficou atirando na gente de revólver, de torcido. [...] Larguei a rédea em cima da cabeça do arreio [do cavalo] e atirei de pontaria. [...] Foi atirá e o bicho caiu. Pegou bem [...] no sovaco da direita, saiu aqui na esquerda. Saiu até pulmão. Caiu!²⁸⁰

Quanto foi encontrado pela captura de Orcírio, o bando, conforme matéria publicada no Jornal do Commercio (Campo Grande, Sul do antigo Mato Grosso), datada de 30 de maio de 1939, cavalgava “[...] na invernadinha do Triunfo, perto do ribeirão Prata”.²⁸¹ A milícia “empurrou” Silvino Jacques e seu grupo em direção à fazenda Aurora.²⁸²

Jacques não teve morte instantânea. Foi recolhido por integrantes do bando. “[...] Quando ele caiu, dois atropelou e pegou ele debaixo do braço e arrastaram pro corgo que ficava pertinho.”²⁸³ Entrincheirados, Jacques ferido e os bandoleiros travaram um intenso tiroteio com o grupo de Orcírio, na região da fazenda Aurora, localizada na área que faz parte da faixa de fronteira Brasil-Paraguai, no Sul do velho Mato Grosso.²⁸⁴ Três bandoleiros correram

²⁷⁸ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*, 1997, p. 246.

²⁷⁹ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, 1995, p. 170.

²⁸⁰ Trecho do depoimento de Orcírio dos Santos ao escritor Brígido Ibanhes, [s.l. e s.d.], in: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul [s.d.].

²⁸¹ *Apud* Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 209.

²⁸² *Apud*, id., *ibid.*

²⁸³ Trecho do depoimento de Orcírio dos Santos ao escritor Brígido Ibanhes, [s.l. e s.d.], in: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul [s.d.].

²⁸⁴ Latifúndio, a Aurora resultou de uma gleba de terras, na qual se radicara Bento Xavier da Silva. Gaúcho de Santana do Livramento, era considerado “O Terceiro Líder Divisionista” de Mato Grosso. Ele liderou o “[...] movimento revolucionário-divisionista, a que deu o nome de ‘Revolução da Paz’”, ocorrida em 1907, in: Galeria dos patriarcas das famílias belavistenses, *Museu Atanásio A. Mello Filho*, disponível em <<http://retiradalaguna.blogspot.com/2009/09/historico-do-museu-genealogico-atanasio.html>>, acesso em

em direção a uma mangueira de aroeira. “Atrincheraram lá e de lá [...] faziam fogo na gente.”²⁸⁵ Com armas pesadas – fuzis e metralhadora, entre outras –, o grupo de Orcírio respondia ao fogo dos bandoleiros. “A captura tentou desalojá-lo [Silvino Jacques], sendo nesse momento (atingido) o destemido metralhador Horacio [dos] Santos [...]”.²⁸⁶ Irmão de Orcírio, Horacio foi atingido na cabeça por um tiro de mosquetão, agonizou e faleceu. Baleado, Silvino Jacques não resistiu ao tiro que o acertara. Morreu! “O cadáver de Silvino Jacques apresentava tres ferimentos produzidos por bala de fuzil.”²⁸⁷

Aos Santos da época de Silvino Jacques, falar que o mataram não bastava. O avô de Zeca do PT, Alípio dos Santos, fizera uma encomenda. “Tiramo as duas oreia”²⁸⁸ do bandoleiro. As orelhas seriam mais uma prova, um atestado da morte do bandoleiro e uma forma de mostrar o poder local que ele desafiara.

A milícia de Orcírio, após a fuzilaria, retirou-se da Aurora para se reabastecer de munição na cidade de Bela Vista. Retornando ao local do confronto, encontraram o cadáver do bandoleiro. “Sem a liderança de Silvino, e seus homens sendo perseguidos e reprimidos, o bando dispersou-se, jamais retornando a atuar na região sul fronteira mato-grossense.”²⁸⁹ O número de pessoas que integravam o bando de Jacques – em sua maioria formado por gaúchos – era instável, mas havia aqueles mais perenes, fiéis ao bandoleiro, tais

[...] como Cireno de Góes Falcão, conhecido como ‘Codô’; Domingos da Costa Leite Falcão, de apenas 14 anos; Adão Jacques; Nicacio e seu irmão Amâncio; Ramão, Nicodemus dos Santos; Antonio Paim; Tertuliano Gomes, conhecido como ‘Gaúcho’; Esperidião Ramos; Henrique; Augustinho; Bruno; ‘Farofa’; ‘Trovão’; Manuel, conhecido como ‘Maneco’; o capitão para-

6 mar. 2011. O fazendeiro tornou-se um dos chefes paroquiais nos confrontos coronelistas do Sul do antigo Mato Grosso. Essas refregas eram chamadas de “revolução”. No livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, quinta edição (2007), p. 235-236, Brígido Ibanhes relembra que Bento Xavier se endividou com a compra de armas no Paraguai para o grupo que o seguiu em suas movimentações político-bélicas. Xavier teve de entregar a fazenda como forma de pagamento das dívidas.

²⁸⁵ Trecho do depoimento de Orcírio dos Santos ao escritor Brígido Ibanhes, [s.l. e s.d.], in: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul [s.d.].

²⁸⁶ “FOI identificado o cadáver do famoso bandoleiro Sylvino Jacques! A eficiente campanha de repressão aos cangaceiros”, *Jornal do Commercio*, Campo Grande, 30/05/1939, apud Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, 1995, p.170-171.

²⁸⁷ Id., apud *ibid.*, p.171.

²⁸⁸ Trecho do depoimento de Orcírio dos Santos ao escritor Brígido Ibanhes, [s.l. e s.d.], in: Cícero MOURA, Documento Brasil, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul [s.d.].

²⁸⁹ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, 1995, p. 171.

guaio Vitor Heyn; Realindo Gomes, conhecido como ‘Preto’; Wando; Feliciano; e Valdemar de Melo.²⁹⁰

Almerinda de Góes Falcão, a Raída, e Elódia Charão, ambas concubinas de Silvino Jacques, atuaram no bando. Ao contrário de Elódia, a outra companheira de Jacques, Raída foi mais duradora no grupo. Raptada por Jacques, Elodia ficou curto tempo entre os bandoleiros. As duas “vestiam-se como os demais elementos do bando e portavam armas”.²⁹¹ Raída estava com o grupo no momento “do último combate do bando na fazenda Aurora”,²⁹² conforme recordou Codô. Do relacionamento com Elódia nasceu Euclides Jacques Charão. Com Raída, Silvino teve um filho e uma filha, respectivamente Garibaldi e Juracy Jacques. Do casamento com Jandira Pinheiro (Zanir) nasceu Ildorilda Jacques Perrupato. Na *Décima gaúcha*, obra poética na qual relata suas fugas da polícia do Rio Grande do Sul, Silvino Jacques “sugeri” a existência de outro filho. Há versos em que, num tom melancólico, ele faz referência a uma criança:

Recém senti saudades
De minha esposa e filhinho
O qual deixei com três meses
Um esperto garotinho.
[...]
De minha esposa e filhinho
Bem triste há muito não sei
[...]
Pensando em meus pais
E minha esposa e filhinho [...].²⁹³

Chefiada por Orcírio dos Santos, a captura que eliminou Jacques era formada por Arancíbio, Dinarte, Raul, Horácio, Alcides Fernandes, Antônio Garcia, Lito Ferreira, Fortu Sorrilha, Cantalício Larrea, Nasário Pereira (também conhecido como Tatu), Antônio Cuenga, Emperi Cuenga, Luchi Pukú, Justo Cândia e Erón (sargento da polícia).²⁹⁴ Um dos integrantes da captura, o paraguaio Nasário Pereira, um egresso da Guerra do Chaco (1932-1935), confronto entre Paraguai e Bolívia, disse, num sotaque *trilingue* (espanhol, guarani e português), que, particularmente, tinha descontentamento em relação a Jacques. Segundo o ex-combatente

²⁹⁰ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 207-208.

²⁹¹ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 208. Ver também nota 65, na mesma página.

²⁹² Id., *ibid.*

²⁹³ Silvino JACQUES, *Décima gaúcha*, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, respectivamente páginas 18, 20 e 24.

²⁹⁴ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 222.

do Chaco,²⁹⁵ o bandoleiro tinha aversão aos paraguaios. “[...] Ele [Jacques] não gostava do paraguai. Achava o paraguai i matava. [...]. Acha aí um paraguai, cruzando aí, já atropela i mata!”²⁹⁶ Além do seu Nasário, outros paraguaios perseguiram Jacques e seu bando.

De maneira mítica, esperando que seu pai chegasse, para melhorar a situação financeira da família, a filha de Silvino, Ildorilda Jacques Perrupato, busca em sua memória a forma pela qual soube da morte do pai. Ildorilda teve uma *percepção*, como se Silvino estivesse chegando.

[...] Minha avó falou assim: “Minha filha, vai lá na cozinha e traz aquela bacia para nós pôr a linguiça.” Estávamos matando um porco, fazendo a linguiça... E, quando eu abro a porta [...], o papai atrás da porta. Dei um grito: “Mãe, o pai chegou!”. [...]. Quando eu falei “mãe, o pai chegou”, sumiu a visão dele. Naquela hora, mamãe já desmaiou... Já sabia que tinham matado ele. No outro dia já chegou a notícia. Horrível, né?! Esperando meu pai pra gente mudar de vida. E aconteceu essa tragédia. Foi duro demais!²⁹⁷

Na chácara onde os Jacques moravam, no atual município de Caracol (Mato Grosso do Sul), segundo conta o agricultor Athaide Godoy, ocorria à noite, na madrugada, uma *coisa estranha, misteriosa*. Perto de uma árvore surgia do solo um fogo. “[...] Levantava um fogo bonito pra cima, um fogo meio verde, meio verdeado [...]. Ia pra cima [...]; baixava de novo. [...]. Vimo várias vezes, eu e minha esposa. [...]. Bem verde! Coisa mais linda!”²⁹⁸ proseia seu Athaide. Várias pessoas teriam visto o fogo. As memórias do agricultor situam-se tanto no místico quanto no real. O místico se expressa no fato de o fogo ser intangível e numa possível relação do fenômeno com Silvino Jacques, depois de sua morte. “Um troço desse, você chega, ele some [...]. Você não pode encostar nele. Chegou pertinho, ele apaga.”²⁹⁹ O real se situa na dúvida sobre o porquê do surgimento do fenômeno. “A gente não sabe o que é, né! [...] Pode até ser alguma coisa que ele [Silvino Jacques] deixou aí.”³⁰⁰ O fogo citado pelo agricul-

²⁹⁵ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 202.

²⁹⁶ Trecho da entrevista de Nasário Pereira, o Tatu, *in*: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul, [s.d.].

²⁹⁷ *SELVINO Jacques: a saga de um bandoleiro*, direção: Hamilton Medeiros. Documentário (34 min29s).

²⁹⁸ Trecho da entrevista de Athaide Godoy, *in*: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul, [s.d.].

²⁹⁹ Id.

³⁰⁰ Id. O fogo descrito por Athaide Godoy se assemelha ao *fogo-fátuo*, também conhecido como *boitatá*, fenômeno descrito no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001), de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, página 1363, como uma “luz que aparece à noite, ger. [geralmente] emanada de terrenos pantanosos ou de sepulturas, e que é atribuída à combustão de gases provenientes da decomposição de matérias orgânicas”. Ainda,

tor Athaíde não tem relação com o corpo de Silvino, que foi sepultado em outro local, nos campos da fazenda Aurora, região onde o bandoleiro foi morto, entre Porto Murtinho e o atual município de Jardim.

O desmantelamento de bandos como o de Jacques, nos anos 1930, com mais força durante o Estado Novo, não eliminou por completo a estrutura do chefismo local que, na maioria das vezes, utilizava dos serviços de bandidos, bandoleiros, capangas e jagunços. Em território mato-grossense isso é notório.

Após 1937, o *banditismo* passou a ser energeticamente reprimido pela polícia do Estado Novo e foi considerado extinto pelo DEIP [Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda] no ano de 1943. Porém, durante longo tempo ainda, o estado de Mato Grosso seria conhecido como o *império dos bandidos*, pelas dimensões que assumiu este fenômeno no cotidiano da região [grifos do autor].³⁰¹

O Deip de Mato Grosso acatou com fidelidade a linha político-ideológica do varguismo com uma cosmética que abafou a violência dos grupos mandonistas regionais, exercida por meio do banditismo dependente e do banditismo independente – esse último agindo a soldo e guiado pela conveniência. Era uma maneira de o governo usar seu mote político, “[...] dentro do espírito de manutenção da ordem e da segurança a qualquer custo”.³⁰²

O coronelismo se readequou à nova política do Estado Nacional. Já não era mais exercido à revelia das instituições, como o foi até o final dos anos 1920 e parte da década de 1930, mas, agora, com o consentimento do aparato estatal.

O ponto nevrálgico inicial da nova etapa – a etapa do fortalecimento do poder central – é sem dúvida a Revolução de 1930; e temos a impressão que, a partir dessa data, embora não podendo prescindir ainda do apoio dos coronéis, não é mais o governo que acaba se acomodando com estes, mas são estes que, muitas vezes, se vêem coagidos a compor com o governo, o qual mostra ter assim adquirido consistência.³⁰³

Ainda sobre o poder local, o coronelismo sempre esteve associado ao latifúndio, criando uma colaboração de mão dupla. “Assim como a estrutura agrária ainda vigente contribui

de acordo com o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, página 479, boitatá é um “mito indígena simbolizado por uma cobra de fogo ou de luz com dois grandes olhos, ou por um touro que lança fogo pelas ventas”.

³⁰¹ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 20. O Deip era o correspondente estadual, mais que isso, uma espécie de filial do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado em 1939, pelo governo central.

³⁰² *Ibid.*, p. 213.

³⁰³ Maria Isaura Pereira de QUEIROZ, *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (São Paulo: Alfa-Omega, 1976, página não-mencionada), *apud* Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 117.

para a subsistência do ‘coronelismo’, também o ‘coronelismo’ concorre para a manutenção dessa mesma estrutura.”³⁰⁴

No próximo e último capítulo, estudamos diferentes formulações sobre os bandidos, suas relações socioeconômicas e políticas, como eles são pensados pelas teorias. Vamos analisar Silvino Jacques e outras pessoas que trilharam caminhos fora dos padrões sociais e institucionais de suas épocas. As atitudes de Silvino Jacques no contexto do movimento comunista de 1935 também estão contempladas na próxima seção.

³⁰⁴ Victor Nunes LEAL, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil*, p. 257.

Capítulo III

TEMPOS E CONTEXTOS: REBELDIA PRIMITIVA E AÇÃO POLÍTICA

As dimensões pelas quais Silvino Jacques transitou e a relação do banditismo com o contexto social e econômico, analisadas neste último capítulo, nos permitiram entender as possíveis causas do comportamento violento de gente como Jacques, Lampião e Antônio Dó. De forma alguma as atitudes dessas pessoas podem ser pensadas de forma maniqueísta. Sob o prisma de formulações epistemológicas em relação ao *banditismo social* – uma polêmica conceituação de Eric J. Hobsbawm –, estudamos pontos de vista em sua maioria contrários ao que formulou o historiador inglês. Reformulações, revisões, emendas e contestações de estudiosos do tema como Anton Blok, Norberto Ferreras, Richard Slatta, Peter Singelmann, Billy Jaynes Chandler, Linda Lewin, Pat O’Malley, Richard White, Paul J. Vanderwood, Giannes Kolio-poulos e Paul Sant Cassia, além das críticas de David Pryce-Jones, são aqui discutidas. No caso do cangaço, as observações de Maria Isaura Pereira de Queiroz são avaliadas nesta seção.

A compreensão e o entendimento das relações de produção historicamente construídas no meio rural brasileiro são igualmente necessários neste capítulo, porque nelas há componentes que nos possibilitam estudar o banditismo, não de forma isolada, mas em conexão com as práticas sociais e políticas em seus tempos históricos. Estudos do sociólogo José de Souza Martins são importantes nesse sentido.

O contexto no qual viveu Silvino Jacques se insere no tempo histórico considerado por Hobsbawm como o dos rebeldes primitivos, cuja forma de expressão ainda não constituía organizações modernas, sendo representada como típica da fase de pré-organização política, em meios que se caracterizavam como capitalistas inconclusos.

A vida controversa de Jacques no Rio Grande do Sul e no Sul de Mato Grosso não se encaixa perfeitamente em esquemas pré-formulados, tais como banditismo social, banditismo antissocial, banditismo político e banditismo revolucionário. Isso fez com que ele se tornasse, juntamente com seu bando, um “*camaleão*”: ora bandoleiro mercenário, agindo a soldo, ora atuando como legalista no combate aos constitucionalistas (1932), ora supostamente revolucionário e guerrilheiro, além de justiceiro e suspeito de conspirações políticas.

Incluimos neste capítulo as articulações com Jacques na tentativa de criar, na Fronteira Oeste em 1935, uma célula revolucionária do movimento comandado pela Internacional Comunista, por meio da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Brasil. Como de resto em todo o país, a iniciativa foi infrutífera no Sul do antigo Mato Grosso.

1 BANDITISMO SOCIAL: UM DILEMA EPISTÊMICO?

Fora do ambiente socioeconômico nordestino, outras regiões não ficaram imunes à ação dos bandos, numa luta sanguinária que envolvia o latifúndio e seu poder político sustentado a *baraço e cutelo*.¹ Obviamente na Fronteira Oeste do Brasil, na área que hoje abrange Mato Grosso do Sul, limítrofe ao Paraguai, as injustiças sociais geradas pelo poder latifundiário ocorreram e ocorrem numa escala diferente do Nordeste semiárido, mas nem por isso deixam de ser importantes para o/a historiador/a. O banditismo rural de Jacques no Oeste brasileiro assumia matiz diferenciado do Nordeste.

Silvino Jacques nasceu com uma predestinação de representar na sua época o cidadão que era obrigado a fazer uso do seu revólver para sobreviver no banditismo, a serviço de fazendeiros interessados, uns em expandir as fronteiras das suas estâncias transformando-as em latifúndios, e outros se enriquecer fácil arrebanhando gado roubado.²

Essa afirmação do escritor Brígido Ibanhes, no seu livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*, define Jacques como um mercenário, um jagunço que, com seu bando, vivia a soldo de coronéis, latifundiários que na década de 1930 no Sul de Mato Grosso prosperavam se beneficiando do abigeato.

A caracterização do bandido e do bandoleiro, que conflui no termo “banditismo”, ocorreu por meio de um processo histórico. Em *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, Valmir Batista Corrêa historia a violência no Mato Grosso pós-imperial. “O período correspondente ao início da República em Mato Grosso teve como características básicas o domínio dos *coronéis* através da luta armada, a existência de um povo literalmente armado na

¹ Essa expressão foi tirada do título da parte 1 – “Terra de baraço e cutelo” –, p. 23, da obra *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943* (1995), do historiador Valmir Batista Corrêa. De acordo com Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), p. 398, *baraço e cutelo* significa “poder do senhor feudal de mandar enforcar, degolar, decepar membros etc. [No sentido figurado,] poder absoluto e discricionário; arbitrariedade.”

² Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*, 1997, p.13.

região e um banditismo sem limites.”³ Nesse ambiente construíram-se as interfaces sociais. Silvino Jacques se inseria nessa construção e representação desse intrigado espaço.

Sob a ótica da História Social, essas ações, ao contrário do que se propagou no Estado Nacional e entre setores hegemônicos do capital, não tinham o messianismo como fim. Havia nesses protestos intenções de alterar estruturas ou, no mínimo, mitigar situações de penúria socioeconômica. Essas rebeldias se diferenciavam de outras no sentido de que se apoderavam de práticas místico-religiosas para protestar contra as injustiças da ordem vigente. Predominantemente rurais, esses grupos são chamados de milenaristas porque não tinham organicidade e programa, tal como entendemos atualmente, mas acreditavam que um dia a situação mudaria. Inserem-se nessa categoria movimentos como o dos lazzarettistas (a partir de 1875), no Sudoeste da Toscana (Itália), encabeçado pelo messias Davide Lazzaretti (1834-1878),⁴ a Guerra de Canudos (1896-1897), liderada por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, e a Guerra do Contestado, ocorridos em tempos históricos não-capitalistas que sobreviviam dentro do capitalismo.

O “banditismo rural” no Brasil foi gestado desde a época colonial, com a divisão da terra em grandes latifúndios e a necessidade de jagunços para protegê-los. As razões e a pulsão violenta de homens como Silvino Jacques, Antônio Dó, Antônio Silvino, Lampião e Corisco se inserem nos contextos históricos da Colônia, Império e República, respectivamente com a gênese do latifúndio, sua consolidação e a força política do paroquialismo dos coronéis.

Nesse ambiente oligárquico Silvino Jacques, Antônio Silvino, Lampião, Corisco e outros rebeldes foram considerados como a base de modelos na construção da identidade nacional conservadora e ligada a um modo de vida rural pré-moderno: “pessoas violentas lutando contra o irreversível avanço da modernidade, identificadas com os valores patriarcais tradicionais e associadas à liberdade absoluta do bom selvagem.”⁵ Agindo de acordo com o que lhes convinha em situações pontuais, esses bandoleiros independentes negociavam com os chefes locais, que, evidentemente, também tinham seus interesses. Especificamente no Nordeste brasileiro, Antônio Silvino, Lampião e Corisco “[...] realmente conseguiram se impor à estrutura sócio-econômica [*sic!*] e política vigente, por um período de tempo mais ou menos

³ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, 1995, p. 175.

⁴ Eric J. HOBBSBAWM, *Rebeldes primitivos: estudos sôbre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, p.86 e p. 87.

⁵ Norberto O. FERRERAS, Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina, in: *História*, São Paulo, Franca, v. 22, n. 2, p.211-212, 2003, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a12v22n2.pdf>>, acesso em 21 mai. 2009.

largo. Sucederam-se de 1900 até 1940”.⁶ Em defesa de seus interesses não havia piedade e nem o agir-por-agir.

Assim, as atividades de Lampião nunca eram gratuitas. Tinham sempre uma finalidade: ou obter meios para poder prosseguir na sua vida, exigindo pagamento de “impostos” de fazendeiros e comerciantes. [...] Torturava, saqueava e degolava tanto pobres quanto ricos, eram violentadas mocinhas, mulheres e até velhas, humilhavam-se autoridades, fazendeiros e também si-tiantes, vaqueiros e moradores.⁷

Os coronéis do Sertão nordestino aproveitaram a miséria da maioria da população daquela região e criaram um cangaço a soldo para proteger seus latifúndios. Numa de suas crônicas reunidas no *Viventes das Alagoas* (1962), publicado postumamente, Graciliano Ramos elege o Nordeste como cenário onde vivem os seus personagens e aponta a penúria das famílias sertanejas. O autor revela algo que vai muito além de um simples devaneio ou ficção pelo mundo dos excluídos e abandonados à própria sorte. Seu trabalho apresenta um espaço negligenciado pelo resto do Brasil, onde vivem nordestinos sertanejos, castigados pela aridez inclemente e pelas condições miseráveis da região.

Do meio das caatingas, da terra sulcada pela seca e da secular concentração fundiária, brotou a miserabilidade de homens, mulheres e crianças, desgraças humanas usadas habilmente pelos chefes locais. Surgiu então o que a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz chamou de “o cangaço subordinado aos fazendeiros”, que teve como marco os “[...] primeiros tempos de ocupação do Sertão, [quando] os chefes de grandes famílias, que se dispunham a penetrar naqueles páramos desconhecidos, contratavam bandos de homens armados para defender os seus e mais a criação contra ataques de índios”.⁸ No Império,⁹ conservadores e liberais lutavam entre si pelo poder, formando bandos de jagunços e capangas. As brigas violentas se constituíam da seguinte forma: liberais no poder, conservadores inimigos; conservadores no mando político, liberais inimigos.

Nessas disputas paroquiais envolvendo liberais, liberais históricos e conservadores, os partidos, se é que poderiam assim ser chamados, não tinham organicidade programática. A forma *sui generis* da política no período imperial é explicada pelo Conde d’Eu ao seu mestre, Jules Gauthier. “No Brasil, as eleições se fazem de um modo muito diverso do que na França,

⁶ Maria Isaura Pereira de QUEIROZ, *História do cangaço*, p. 41.

⁷ *Ibid.*, p. 48.

⁸ *Ibid.*, p. 23.

⁹ *Ibid.*, p. 24.

ou melhor, constituem simples mascarada que já não ilude a ninguém.”¹⁰ Nesse imbróglio, alheio aos violentos embates entre oligarquias regionais, o imperador D. Pedro II “impunha” sua vontade. Ainda hoje, a maioria dos partidos brasileiros é mero instrumento da conveniência eleitoreira dos que buscam se alojar no poder.

Os antagonismos dos poderes localizados foram uma das consequências do fortalecimento do sistema oligárquico coronelista na frágil República brasileira implantada a partir de 1889. “Dentro deste quadro de oligarquias e de desenvolvimento das forças policiais é que começaram a aparecer bandos, cuja ligação com os chefes políticos locais assumiu nova forma. A antiga sujeição era substituída pela independência e pela autonomia.”¹¹ É nesse contexto que surge o cangaço independente que teve como ápice os bandos chefiados por Antônio Silvino, Lampião e Corisco.

O universo do gaúcho-sul-mato-grossense “Silvino Helmiro [Hermiro] Jacques, que usa assinar Silvino Jacques”,¹² pelo qual passou Guimarães Rosa anos depois do combate no qual morrera aquele “matador de gente”, era um daqueles espaços e tempos históricos nos quais viveram os chamados *rebeldes primitivos* que, fora dos esquemas convencionais de organização social e política, provocaram agitações e, no caso dos bandoleiros, mataram, saquearam, roubaram. Eram os tempos históricos de “[...] sociedades pré-capitalistas ou imperfeitamente capitalistas”.¹³

Pelas terras mato-grossenses meridionais, agora sul-mato-grossenses, de múltiplas fronteiras culturais e desproporcionais pesos político-socioeconômicos, transita a lupa deste estudo no qual se insere o fenômeno do banditismo e das rebeldias sociais, num período marcado pela derrocada das antigas oligarquias mineiras e paulistas no controle da política nacional, além da redução do poderio político do coronelismo, da tentativa de eliminação do cangaço no Nordeste e de outros grupos que usaram a força, ligados ou não ao paroquialismo, em várias regiões do Brasil.

¹⁰ Apud Sérgio Buarque de HOLANDA, II. O Brasil monárquico. 5. Do Império à República, in: _____ (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, 1985, t. II, v. 5, p. 189.

¹¹ Maria Isaura Pereira de QUEIROZ, *História do cangaço*, p. 26.

¹² BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Biblioteca Nacional, Direitos Autorais, folha 215 do livro n. 18, registrados sob o n. 25.325, 16 dez. 1980.

¹³ Eric J. Hobsbawm, *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, p. 12.

Da mesma forma que em diversos estados do Brasil, o Mato Grosso não ficou alheio e a esse fenômeno que, devido à localização geográfica – na Fronteira Oeste –, diferenciava-se de outras regiões do país. Nesse sentido, o banditismo fronteiriço se mistura à geopolítica internacional, numa região de muitos conflitos, confrontos e tensões.

Consideramos esse aspecto altamente importante no desenvolvimento da tensão existente entre práticas políticas autoritárias e a questão social, que tem como ponto de partida Silvino Jacques, que viveu, na década de 1930, anos conturbados e autoritários da história do Brasil, numa fronteira onde se ligam ingredientes de internacionalidade, nacionalidade e regionalidade.

A forte tendência rural na sociedade brasileira, assim como nos demais países da América Latina, ensejou o florescimento de fenômenos sociais considerados como banditismo rural nos mais remotos recantos do país. Embora essa temática tenha sido introduzida na História Social pelo referencial de Eric Hobsbawm na década de 1960, a literatura nacional do século XX já fazia alusões às ações individuais ou coletivas de determinados tipos rurais que se rebelavam contra a miséria ou contra o poder público corrompido. Literatos do século XIX como Franklin Távora, autor de *O Cabeleira* (1876), elegeram a rebeldia primitiva como objeto de sua abordagem. Na literatura nordestina, José Américo de Almeida escreveu *Coiteiros* em 1935, competindo naquela época com José Lins do Rego, que em 1937 publicou *Pedra bonita* e em 1953 *Cangaceiros*, obras que formaram o denominado Ciclo do Cangaço. A contribuição literária sobre o tema alcançou seu ápice com a publicação de *Grande Sertão: veredas*, rebento monumental de Guimarães Rosa, em 1956.

As ebulições sociais rurais, entre elas ações de bandoleiros e bandos, despertaram mais sistematicamente a atenção de estudiosos a partir do tema *bandido social*. “O *banditismo social* [grifo nosso] não tem quase organização [no sentido difundido por comunistas e socialistas] e ideologia e não se adapta de forma alguma aos movimentos sociais modernos.”¹⁴ O bandoleirismo de características rurais no sentido genérico, abarcando os matizes sociais, antissociais, políticos e outras variantes, não sobrevive no contexto capitalista marcado pela tecnologia, no qual as relações de produção se fundamentam no trabalho assalariado, na mais-valia, crescendo-se a reserva de mão-de-obra e, atualmente, a eliminação de postos de trabalho.

¹⁴ Eric J. HOBBSAWM, *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, p. 16.

No meio rural, as condições que se caracterizam como feudais, semif feudais e/ou capitalistas inconclusas são essenciais para que possa existir o tipo de bandido aqui analisado. Temos as relações de produção como necessárias nessa consideração a respeito do banditismo. Sobre o processo histórico no meio agrário brasileiro, o sociólogo José de Souza Martins prefere, na fase pós-escravismo, não pensar em relações feudais, semif feudais ou capitalistas incompletas. “A determinação histórica do capital não destrói a renda nem preserva o seu caráter pré-capitalista – transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada.”¹⁵ O fim oficializado do trabalho escravo não resultou na definição de “[...] um regime de trabalho assalariado nos cafezais. Da mesma forma, esse processo não recuperou relações de produção *pré-capitalistas*”.¹⁶

Essa análise aplicada a um universo mais abrangente, no qual se gestaram os conflitos e confrontos, os antagonismos de classes, possibilita-nos inserir o banditismo social nessa metamorfose de práticas capitalistas resultantes de relações não-capitalistas. Martins refuta a ideia evolucionista “[...] entre autores marxistas, mas não só entre eles, de que os movimentos camponeses tendem a se constituir em movimentos pré-políticos”¹⁷, privilegiando uma interpretação *histórica linear* do movimento camponês.

A partir do caso brasileiro, concretamente, tal perspectiva ordena os diferentes movimentos da seguinte maneira: messianismo, como aconteceu em Canudos e no Contestado [a luta pela terra em uma região que era reivindicada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina]; banditismo social [...]; associativismo e sindicalismo, como aconteceu com as Ligas Camponesas e com os sindicatos de trabalhadores rurais.¹⁸

Não se levaria em consideração as vicissitudes, seus devires, suas contradições, seus avanços e recuos, “[...] desigualdade dos ritmos de desenvolvimento histórico, sobretudo a desigualdade entre as relações sociais e a interpretação dessas relações por aqueles que as vivem”.¹⁹ O banditismo pensado por Hobsbawm como “[...] uma forma primitiva de protesto

¹⁵ José de Souza MARTINS, *O cativo da terra*, 1990, p. 3.

¹⁶ Id. *ibid.*

¹⁷ José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 1983, p. 27.

¹⁸ Id., *ibid.*

¹⁹ “Cf. Karl MARX, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política*, volumen I, trad. Pedro Scaron, Siglo Veintiuno Argentina Editores S.A., Buenos Aires, 1971, p. 30-31; Karl MARX, *El Capital - Crítica de la Economía Política*, trad. Wenceslao Roces, Fondo de Cultura Económica, México, 1959, tomo II, p. 37; Henri Lefebvre, *Pour-Connaître la Pensée de Lenine*, (Bordas, Paris, 1957, p. 206-248)”, *apud* José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 1983, p. 28.

social organizado”²⁰ não é, no caso Brasil, uma forma standardizada, linearizada, romantizada. O bandido social não estaria extinto porque, explica Martins, os alicerces sociais que o sustentam praticamente não se alteraram. Exemplo disso seria o cangaço. “O jagunço reaparece, agora como bandido isolado, como arma de aluguel, a serviço de fazendeiros e políticos, nas disputas pelo poder e nas disputas pela terra, no Paraná, na Amazônia, no Nordeste, no Centro-Oeste.”²¹ Essa última região foi onde atuou Silvino Jacques, mais especificamente na fronteira ocidental.

Hobsbawm não trabalha essas singularidades em sua formulação. O historiador suscitou polêmicas, principalmente no mundo acadêmico ligado à pesquisa em história e sociologia. As críticas mais usuais foram de que Hobsbawm apoiou-se em fontes literárias que reforçaram a tradição oral das populações rurais de criar mitos sobre os bandidos oriundos de suas aldeias e comunidades, além de caracterizar “o *banditismo social* [como] um fenômeno universal e virtualmente imutável”.²² A proposição hobsbawmiana consistiria na perspectiva de que o banditismo social valeria para qualquer parte do mundo, mas desde que tivesse características “pré-políticas” (formas de protestos exógenas aos padrões contemporâneos de organização sociopolítica) em tempos históricos com perfil pré-capitalista ou com o capitalismo ainda em fase de consolidação no que se refere a seus princípios liberais de política, economia e arcabouço jurídico de legitimação. O que nos transparece nesse embate epistêmico é de que em Martins, no caso brasileiro, diferentemente de Hobsbawm, não é possível falar em “pré-capitalismo” no sentido de algo pretérito, que não existe mais no capitalismo. Ao pensar as relações sociais no Brasil, resultantes da crise do escravismo nas propriedades cafeeiras – século XIX, preponderante na segunda metade, e no XX até 1930 – e canavieira, Martins vislumbra o engendramento, dentro do capitalismo, de relações de produção não-capitalistas: no caso estudado por ele, o colonato, um sistema de renda, ou seja, não existia uma relação puramente assalariada, tal como era de se esperar no capitalismo.

As relações de produção e suas interfaces sociopolíticas se constituem em um dos elementos cruciais que nos insere no universo crítico-interpretativo da visão do campesinato

²⁰ Eric J. HOBSBAWM, *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, p. 25.

²¹ José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 1983, p. 28-29.

²² Eric J. HOBSBAWM, *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, p.16.

sobre o banditismo social no meio rural. A crítica seminal ao bandido social partiu de Anton Blok, em 1972, que chegou à conclusão de que “o tipo de fontes utilizadas [por Hobsbawm] leva implícita uma avaliação positiva do fenômeno, romantizado pelos camponeses e por alguns pesquisadores”.²³ Sucederam-se a Blok revisões, refutações e complementações sobre esse tema, realizadas por pesquisadores como Peter Singelmann, em 1975; Billy Jaynes Chandler, 1978; Linda Lewin e Pat O’Malley, em 1979; Richard White, em 1981; e Paul J. Vanderwood, 1982.

Em 1987, lançou-se a coletânea de ensaios *Bandidos: the varieties of Latin American banditry*, livro editado por Richard W. Slatta. A partir de estudo comparativo, analisando os escritos de outros pesquisadores incluídos nessa obra que tiveram como ponto de reflexão fontes de arquivos oficiais (instituições policiais, por exemplo) dos séculos XIX e XX, no Brasil, México, Cuba, Venezuela, Colômbia, Bolívia e Argentina, Slatta refutou o bandido social hobsbawmiano. “A maioria dos bandidos latino-americanos parece situar-se em algum lugar entre o ladrão nobre e o ‘ignóbil’ ou criminoso comum.”²⁴

No Brasil o banditismo social é um assunto que, assim como no restante da América Latina, desafia os métodos tradicionais de pesquisa, por falta de documentos fora dos marcos dos organismos repressores e regulatórios. Diante dessa realidade, as fontes orais tornam-se fundamentais para se resgatar o *mundo* em que viveram e qual o significado dessas pessoas em seus lócus. Muitos desses bandoleiros sobrevivem por meio da tradição oral, que contribuiu para que essas pessoas que desafiaram o poder e a repressão do Estado Nacional fossem vistas sob uma ótica oposta à dos documentos de arquivo elaborados pelos representantes da autoridade.

O modelo de justiceiro e herói dos oprimidos, pela tradição oral que se criou em torno do cangaceiro das caatingas nordestinas, por exemplo, é colocado em xeque pela historiadora dos Estados Unidos Linda Lewin, segundo a qual, o homem do cangaço está sujeito às “[...] diferentes configurações de autoridade e dependência impostas por estruturas locais do patronato.”²⁵ A observação da historiadora corresponde, em parte, ao contexto sócio-histórico

²³ Norberto O. FERRERAS, Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina, in: *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 217, 2003, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a12v22n2.pdf>>, acesso em 21 mai. 2009.

²⁴ Richard W. SLATTA, Conclusion: Banditry in Latin America, in: _____ (ed.), *Bandidos: the varieties of Latin American banditry*, p. 198.

²⁵ Linda LEWIN, The Oligarchical Limitations of Social Banditry in Brazil: The Case of the “Good” Thief Antônio Silvino, in: Richard W. SLATTA (ed.), *Bandidos: the varieties of Latin American banditry*, p. 70.

do cangaceirismo, pois a análise que aponta o cangaceiro como serviçal de coronéis²⁶ não pode ser vista como absoluta. Não podemos nos esquecer de que havia dois tipos de cangaço: o dependente e o independente. De acordo com a socióloga Maria Isaura, os cangaceiros das caatingas surgiram como “[...] resposta à miséria, o que evidencia no fato de que desapareciam, quando a chegada das chuvas reinstalava o modo de vida habitual”.²⁷ Há a ressalva de que, nesse trecho de *História do cangaço* (1982), a socióloga refere-se ao cangaço independente e não àquele subordinado aos fazendeiros, o cangaço dependente. O cangaceiro Antônio Silvino (Manoel Baptista de Moraes), personagem histórico do estudo de caso de Linda Lewin, e Lampião não se encaixam na categoria de “empregado” dos chefes político-oligárquicos do Nordeste, tal como dá a entender a historiadora estadunidense. A exemplo de Lampião, Antônio Silvino configura-se, entre o cangaço independente, como uma das exceções, porque conseguiu se estabelecer sem levar em conta períodos de seca e de chuva.

Nesse aspecto, em situações ambientais, sociais e culturais diferentes, acrescentamos à nossa consideração o banditismo em contextos fora do Nordeste. Silvino Jacques, da mesma forma que outros considerados fora-da-lei no Sul de Mato Grosso e em outras partes do país, cujas atividades de pilhagem, roubo e morte são contemporâneas às de Lampião, num período que vai de 1929 a 1938, ano em que morreu esse cangaceiro numa emboscada, é um dos que figuram *nesses mundos*. No caso do Sul do antigo Mato Grosso, o aspecto socioeconômico, agravado no Nordeste pelas condições ambientais, não impunha a miséria de forma tão contundente, como ocorreu e ocorre com os povos do semiárido.

Uma das diferenças entre o cangaço independente e os bandoleiros do Sul de Mato Grosso, nesse caso, o bando de Silvino Jacques, é o fato de que no Oeste brasileiro se vivia, na primeira metade do século XX, situação social diferente da que existia e ainda existe no semiárido nordestino. No Sul do então Mato Grosso, parte fronteira ao Paraguai, o qual recebeu uma leva de migrantes do Sul do Brasil naquele período, houve uma ocupação não caracterizada pela presença de famílias em situação de completa miséria. O próprio Silvino Jacques se estabeleceu na região como comerciante, o que se pressupõe que ele tinha, pelo menos, relativa estabilidade financeira.

²⁶ Segundo Antônio HOUAISS e Mauro de Salles VILLAR, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001, p. 842, o termo “coronel”, conforme usado neste texto, refere-se a um “indivíduo, geralmente proprietário rural, ocasionalmente um burocrata, comerciante ou profissional liberal do interior do país, que controla o poder político, social e econômico da região.”

²⁷ Maria Isaura Pereira de QUEIROZ, *História do cangaço*, p. 13.

Porém, nas formas de se relacionarem com as sociedades nas quais viveram, entre Silvino Jacques, Antônio Silvino e Virgulino Lampião não há apenas assimetrias. Esses bandoleiros tinham algo em comum: atuando de forma independente e de acordo com seus interesses, suas conveniências, eles se aliavam e prestavam seus trabalhos a coronéis sem serem subalternos desses chefes paroquiais. Apesar dessas circunstâncias, nos é permitido enxergar cangaceiros e bandoleiros como sujeitos políticos, no sentido de que eles negociavam com as forças detentoras de poder e influência.

Desse modo, a ideia de Slatta é de que haja outra designação para os bandoleiros em questão: o *banditismo social* de Hobsbawm seria substituído por “[...] *bandidos nas guerrilhas* ou *banditismo político* [grifos nossos]”.²⁸ A partir desse ponto de vista, Slatta acredita ser “[...] impossível falar de Banditismo Social na América Latina”.²⁹ Ele se referencia em Blok para chegar a essa conclusão. De acordo com Ferreras, o posicionamento de Blok se apoia na seguinte premissa: “as relações existentes entre os bandidos e as elites rurais regionais dificultam, decididamente, a possibilidade de que o bandido se torne um herói popular ou um defensor dos pobres.”³⁰ Como qualquer outro ser humano, só que de maneira mais complexa, porque está fora da lei que legitima a posse de bens e meios de produção de setores que detêm a hegemonia, o bandido estabelece sua rede de contatos sociais.

O pensamento de Hobsbawm, criticado por Blok, Slatta, Ferreras e outros pesquisadores do assunto, não desconsidera o relacionamento que o bandoleiro mantém com a sociedade.

Embora o banditismo político proposto por Slatta não seja, na essência, o banditismo social formulado por Hobsbawm, esse confronto histórico e sociológico sobre banditismos dependente e independente não deve ser desvinculado desse universo semântico que nomeia relações concretas. O bandoleiro Silvino Jacques, central neste nosso estudo, é importante para analisar essa questão.

Acreditamos que os posicionamentos contrários e outras formulações a respeito do banditismo social e a existência de situações em que alguns bandoleiros tiveram atitudes sociais e/ou revolucionárias levaram Ferreras a concluir que atualmente “[...] a História Social

²⁸ Norberto O. FERRERAS, Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina, in: *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 219, 2003, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a12v22n2.pdf>>, acesso em 21 mai. 2009.

²⁹ *Ibid.*, p. 219.

³⁰ *Id.*, *ibid.*

parece ter privilegiado as abordagens empíricas e deixado a teoria de lado”.³¹ cremos que, a respeito do banditismo social, o pensamento de Hobsbawm continua sendo uma teoria que impulsiona o debate e a pesquisa dentro da História e da Sociologia.

Diferentemente de pessoas que no Sertão nordestino atuavam como cangaceiros independentes para conquistar com a pilhagem formas de sobrevivência deles e de suas famílias – com exceção de cangaceiros como Lampião, Antônio Silvino e seus bandos que agiam pereneamente como *profissionais do crime* e jagunços remunerados por coronéis-latifundiários –, o fato de Silvino Jacques ter condições de vida razoáveis leva a uma reflexão teórica sobre a gênese da violência. Distintas correntes históricas, sociológicas e filosóficas têm explicações díspares para as práticas violentas.

A interpretação marxista é de que a criminalidade tem sua raiz fincada na estrutura: as condições socioeconômicas das diferentes civilizações em distintos contextos históricos, associadas à desorganização dos expropriados, isso já entrando no campo político. A partir de Friedrich Engels, surgiu a tese de que “[...] a criminalidade não apenas tem suas origens nos horrores da miséria das vilas operárias, como mantém uma relação inversa com a amplitude, o poderio e os sucessos do movimento político da classe trabalhadora contra o capitalismo”.³² As ações criminosas seriam, assim, consequência da falta de consciência de setores da classe trabalhadora explorados e desarticulados, que se mantinham fora da organização política do operariado.

Sob a ótica da História Social, a criminalidade resultaria de uma relação entre classes sociais. Essa corrente de estudo do crime se estruturou de forma processual a partir do século XVIII, na Inglaterra.³³ Tal abordagem encontra ressonância igualmente marxista nas causas do surgimento das chamadas *classes perigosas*.³⁴ Assim passou a ser chamada uma multidão de pessoas que saíra do meio rural para “viver” em condições subumanas nas cidades inglesas

³¹ Norberto O. FERRERAS, Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina, in: *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 220, 2003, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a12v22n2.pdf>>, acesso em 21 mai. 2009.

³² Peter LINEBAUGH, Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII, in: Paulo Sérgio PINHEIRO (org.), *Crime, violência e poder*, p. 105.

³³ Cláudio Alves TEIXEIRA, *Violência e poder em Mato Grosso do Sul: a problemática das “execuções sumárias” nos crimes contra vida na região de Dourados e fronteira com o Paraguai (1989-1997)*, f. 26.

³⁴ Conforme Alberto Passos Guimarães, no livro *As classes perigosas: banditismo urbano e rural* (1982), p. 1, “a expressão *classes perigosas* (*dangerous classes*), no sentido de um conjunto social formado à margem da sociedade civil, surgiu na primeira metade do século XIX, num período em que a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva, segundo a acepção de Marx, atingia proporções extremas na Inglaterra, quando esse país vivia a fase ‘juvenil’ da Revolução Industrial.”

no século XIX, em plena Revolução Industrial. Dessa penúria emergiu o que se denominou, marxianamente, “*lumpemproletariado*”, que se constitui de uma camada trabalhadora flutuante, sem consciência de sua condição de explorada. “[...] No texto original do *Manifesto comunista* [...]”, Karl Marx e Friedrich Engels classificam “o lumpemproletariado, [como] produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade, [que] pode, às vezes, ser *arrastado* ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições o predis põem mais a vender-se à reação [grifo nosso]”.³⁵

O banditismo estudado nesta dissertação não “*habita*” esse contexto do lumpemproletariado. O tempo histórico de Silvino Jacques se situa preponderantemente no mundo rural, pré-industrial, mesclado por cidadezinhas e vilarejos com pequenas atividades mercantis e de serviço. Também não era Jacques um camponês rebelde. Ele transitava em diversos meios: de brigadiano, passando por ações mercenárias, pistoleiro, combatente contra o movimento constitucionalista de 1932, tentativa de organizar guerrilha camponesa no Sul de Mato Grosso, no movimento comunista de 1935, às atividades de retratista e comerciante. Era um camaleão que agia conforme seus interesses. Atuava como “profissional” do crime, das ilicitudes e até como justiceiro, sob o argumento de defender os indefesos – motivações econômicas e sociais. Era a *Justiça do 44*, a metáfora do revólver calibre 44.

Silvino Jacques se aproximaria de um ponto de vista alternativo, mas que também nega o modelo de Hobsbawm e aponta o banditismo social como “[...] inteiramente ficcional”. Essa via é sugerida por Billy Jaynes Chandler: “os bandidos sociais [cangaceiros brasileiros, por exemplo] são simplesmente aqueles que resultaram de condições que fazem o banditismo mais provável”, isto é, de um contexto temporal específico (final do oitocentos e primeira metade do novecentos) que “[...] de forma alguma glorifica bandidos ou justifica suas *carreiras criminosas* [grifo nosso].”³⁶ Jacques seria então produto de um contexto histórico que entrelaça bandidos e chefes políticos locais que tiravam proveito para ampliar seu domínio sob populações pobres ou extremamente pobres, miseráveis.

Além dos já citados neste capítulo, há outros críticos que têm colocado objeções em relação ao bandido social – entre eles Giannes Koliopoulos e Paul Sant Cassia. Os dois afirmam que Hobsbawm se baseou, entre suas fontes, em poemas e baladas para justificar a existência do bandido social. Na Grécia, segundo Koliopoulos, no século XIX, os tipos de bandi-

³⁵ *Apud* Alberto Passos GUIMARÃES, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, p. 7.

³⁶ Billy Jaynes CHANDLER, *Brazilian Cangaceiros as Social Bandits: A critical Appraisal*, in: Richard W. SLATTA (ed.), *Bandidos: the varieties of Latin American banditry*, p. 109.

dos das baladas ““não corresponderam aos verdadeiros fora-da-lei””.³⁷ Paul Sant Cassia argumenta que na região mediterrânea “os bandidos são geralmente romantizados posteriormente através da retórica nacionalista e dos textos que circulam [...] dando a eles permanência e potência que transcendem seus domínios localizados e a natureza transitória”.³⁸ Observações como as de Koliopoulos e Sant Cassia têm merecido atenção de Hobsbawm, que na edição revista do livro *Bandits*, de 1981, admitiu como bem-vindas as críticas ao “[...]‘bandido nobre’ e outros estereótipos”.³⁹ O historiador acrescenta que “em nenhum caso podemos inferir a realidade específica de qualquer ‘bandido social’ meramente a partir do ‘mito’ que se desenvolveu em torno dele. Em todos os casos precisamos de prova imparcial de suas ações”.⁴⁰

O próprio Hobsbawm reconhece não ser o bandido social uma formulação, na prática, estável. O historiador aponta situações em que o bandido ora é comum, ora é social. “Um homem pode ser um bandido social em suas montanhas natais e um simples ladrão na planície.”⁴¹ Embora seja necessária a diferenciação, torna-se complexo “radiografar” o bandido que encarnaria Robin Hood, aquele que roubava dos ricos para ajudar os pobres. Robin Hood, segundo Hobsbawm, “[...] nunca existiu de fato [...]”, mas é um mito que “[...] não pode morrer [...]”.⁴² Hood seria símbolo do “[...] ‘ladrão nobre’ tradicional [que] representa uma forma extremamente primitiva de protesto social, talvez a mais primitiva que existe”.⁴³

³⁷ Apud Richard W. SLATTA, “Eric J. Hobsbawm’s Social Bandit: A Critique and Revision”, *A Contracorriente*, p. 23, 2004, disponível em <http://www.ncsu.edu/project/acontracorriente/spring_04/Slatta.pdf>, acesso em 31 jul. 2008.

³⁸ Paul Sant CASSIA, “Banditry, Myth, and Terror in Cyprus and Other Mediterranean Societies”, *Comparative Studies in Society and History*, 35:4 (Oct. 1993):774, apud Richard W. SLATTA, “Eric J. Hobsbawm’s Social Bandit: A Critique and Revision”, *A Contracorriente*, p. 23-24, 2004, disponível em <http://www.ncsu.edu/project/acontracorriente/spring_04/Slatta.pdf>, acessado em 31 jul. 2008.

³⁹ Eric J. HOBSBAWM, *Bandits*, 1981, p. 142, apud Richard W. SLATTA, “Eric J. Hobsbawm’s Social Bandit: A Critique and Revision”, *A Contracorriente*, p. 24, 2004, disponível em <http://www.ncsu.edu/project/acontracorriente/spring_04/Slatta.pdf>, acessado em 31 jul. 2008.

⁴⁰ Id., *ibid.*, apud id., *ibid.*

⁴¹ E. J. HOBSBAWM, *Bandidos*, p. 11.

⁴² *Ibid.*, p. 53.

⁴³ *Ibid.*, p. 52.

O banditismo latino-americano faz parte da releitura do *bandido social* de Hobsbawm. Estudiosos, baseados em prova de arquivo, “[...] revisaram, contestaram e retificaram o modelo de bandido social”.⁴⁴ Segundo Chandler,

o principal problema é que sua definição [a de Hobsbawm] de um bandido social parece ser invertida. Apoia-se não tanto nas reais proezas dos bandidos, mas no que os povos pensaram que eles eram, ou, mais precariamente, como eles [bandoleiros] foram relatados por baladeiros e por outros contadores de histórias populares, até gerações posteriores.⁴⁵

Eric J. Hobsbawm, segundo Christopher Birkbeck, “[...] não está perguntando se todos os bandidos são sociais, mas como o banditismo social contribui para a mudança política”.⁴⁶

O cangaceiro Lampião é um dos bandoleiros inseridos no debate sobre o bandido social. Ao contrário de Jacques, o banditismo era a única atividade econômica de Virgulino, que dizia ser o cangaço “[...] ‘um meio de vida’.” Numa entrevista ao jornal O Ceará, em 1926, questionado sobre por que não deixava de ser bandido, começou a responder ao repórter com uma pergunta: “Se o senhor estiver em um negócio e for se dando bem com ele, pensará porventura em abandoná-lo?”. O jornalista teria respondido “[...] que certamente não.” Então Lampião disse: “Pois é exatamente o meu caso; porque vou me dando bem com este negócio, ainda não pensei em abandoná-lo.”⁴⁷

O cangaço dava as sobras de seus saques e roubos. Pelo que se pesquisou até agora sobre o assunto,

a distribuição de bens entre os pobres, que aliás se fazia muito raramente, orientava-se por uma perspectiva que nada tinha de igualitária. Não eram divididos com os necessitados os produtos dos assaltos, muito pelo contrário; os grandes cangaceiros, como Antônio Silvino e Lampião, dividiam entre os chefes de seu bando as “notas grandes”, davam aos seus cabras o que lhes haviam prometido e em seguida literalmente atiravam aos pobres, que por acaso estivessem por perto, notas miúdas e moedas.⁴⁸

⁴⁴ Richard W. SLATTA, “Eric J. Hobsbawm’s Social Bandit: A Critique and Revision”, in: *A Contracorriente*, p. 24, 2004, disponível em <http://www.ncsu.edu/project/acontracorriente/spring_04/Slatta.pdf>, acessado em: 31 jul. 2008.

⁴⁵ Bill CHANDLER, *the Bandit King*, p. 241, *apud* Richard W. SLATTA, “Eric J. Hobsbawm’s Social Bandit: A Critique and Revision”, in: *A Contracorriente*, p. 24, 2004, disponível em <http://www.ncsu.edu/project/acontracorriente/spring_04/Slatta.pdf>, acessado em 31 jul. 2008.

⁴⁶ Christopher BIRKBECK, Latin American Banditry as Peasant Resistance: A Dead-End Trail?, in: *Latin American Research Review*, v. 26, n. 1, p. 156, 1991.

⁴⁷ Maria Isaura Pereira de QUEIROZ, *História do cangaço*, p. 62.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 65.

No que se refere ao cangaceiro Antônio Silvino, há discordância sobre essa análise. O bandoleiro teria imposto a seu bando a conduta de não maltratar segmentos da classe trabalhadora, como o campesinato e outras pessoas que dependiam da venda de sua força de trabalho para sobreviver, além de doar produtos e numerário obtidos nos assaltos que faziam a propriedades rurais e a estabelecimentos comerciais. “Atacava fazendas e casas de comércio, promovia o saque e muitas vezes distribuía o que arrecadava entre os pobres, inclusive dinheiro. Era temido e admirado.”⁴⁹ Conforme Martins, é possível que Antônio Silvino seja o cangaceiro que mais caracterize historicamente o “[...] banditismo rural brasileiro”.⁵⁰ Antônio seria um bandido robin-hoodiano. Roubava dos ricos para dar aos excluídos.

Virgulino Lampião, que atuou mais de 19 anos como bandoleiro, período considerado longo para um bandido sob constante perseguição, não se incluiria, clara e totalmente, no rol dos bandoleiros *altruístas*, embora fizesse suas vezes de bandido social. Interferia nas relações patrão-empregado em favor dos trabalhadores. Da tradição oral do sertanejo veio um fato segundo o qual o paraibano Miguel Teixeira não alimentava adequadamente as pessoas que trabalhavam para ele. Nas refeições não havia carne. Os trabalhadores comiam feijão puro, mesmo diante de queijo e manteiga, expostos sobre um jirau. A situação teria revoltado Lampião, que “cortou o jirau, mandou buscar rapadura e deu ordem para os homens encherem a barriga dizendo: – Come mundica, aproveita”.⁵¹ O cangaceiro ainda “levou 32 libras esterlinas do fazendeiro [...] e gritou: – Cabra safado, queres enriquecer à custa da miséria dêsses homens?”⁵²

As vicissitudes políticas de Lampião possibilitavam ao cangaceiro ter como estratégico negociar com os poderes localizados para prosseguir no cangaço. Entre os meios usados para que sua vontade fosse aceita estava a coerção. Em Pernambuco, “coronelões austeros empalideciam ante a sua figura nos pátios das casas-grandes. Humilhava senhores idosos, respeitáveis”.⁵³ Lampião mantinha contatos estreitos com chefões que tinham força política.

⁴⁹ Severino BARBOSA, *Antônio Silvino, o Rifle de Ouro* (Recife: 1977, *passim*), *apud* José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 1981, p. 60.

⁵⁰ José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 1981, p. 59.

⁵¹ Aglae Lima de OLIVEIRA, *Lampião, cangaço e Nordeste*, p. 427.

⁵² *Id.*, *ibid.*

⁵³ *Ibid.*, p. 212.

Nas conversações, pedidos para que o cangaceiro tirasse de circulação “inimigos rancorosos”. No mato, as reuniões de Lampião com os oligarcas ocorriam regadas a vinho Constantino e cerveja.⁵⁴ Ainda em terras pernambucanas, o chefe do cangaço era protetor de encarcerados. Soltava-os das prisões.⁵⁵

Uma vez traçados seus objetivos, para atingi-los Lampião não diferenciava classes sociais e poder localizado. No período 1928-1932, em seus ataques no sertão da Bahia, ele e seus chefiados agiam com frieza e indistinção. “As caatingas baianas ficaram reduzidas a extrema miséria. A cabroeira seguia sua marcha batida, matando e roubando. Indiferentes à miséria do povo sofrido, subiam e desciam serras, serrotes e chapadas.”⁵⁶ Em Queimadas os cangaceiros mataram “[...] os trabalhadores da estrada de rodagem que liga Carro Quebrado a Chorochó e Barro Vermelho”.⁵⁷ Um sertão tórrido ou mais cangaço eram as certezas do povo das caatingas no passar dos tempos. “Os anos se sucediam. Os sertanejos diziam uns aos outros: – ‘Êsse será o ano de sêca ou de cangaceiros’.”⁵⁸ Lampião também mexeu com *gente grande*. Ateou fogo no latifúndio do coronel Joaquim José de Santana e amputou as mãos do fazendeiro baiano, que tinha 80 anos de idade.⁵⁹ Perturbou o coronel Petronilo, após desentendimentos com esse chefe local. Encurralou e pôs fogo no gado do pecuarista. Lampião e seus cangaceiros assistiam ao desespero dos animais em chama. “[...] Pilheriavam e divertiam-se indiferentes ao prejuízo incalculável”.⁶⁰ Resquícios da nobreza não ficaram incólumes às atividades de Lampião. Nas Alagoas assaltou a casa da baronesa de Água Branca, Joana de Siqueira Tôrres, “em mais de 100 contos de réis”.⁶¹

Os cangaceiros viviam sob ferrenha perseguição das forças oficiais. Os soldados eram chamados de “macacos” pelos cabras. Essa denominação teria surgido porque, ao verem os bandidos, os integrantes das forças policiais saíam aos pulos.⁶² A polícia torturava coiteiros,

⁵⁴ Aglae Lima de OLIVEIRA, *Lampião, cangaço e Nordeste*, p. 212.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 213.

⁵⁶ *Ibid.* p. 246.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 253.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 240.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 247.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 243.

⁶¹ *Ibid.*, p. 231-232.

⁶² *Ibid.*, p. 156.

para fazer com que eles confessassem onde estavam os bandoleiros. Cangaceiros presos eram assassinados por soldados.⁶³ A degola fazia parte desse ritual. Cabeças de bandoleiros como Lampião, Caixa de Fósforo, Quinta-Feira, Elétrico e Mergulhão foram decepadas. Cristino Gomes da Silva Cleto, conhecido como Alemão, Diabo Louro, Louro de Fogo ou, mais notoriamente, Corisco, chefe de um subgrupo de Lampião, foi morto a bala, enterrado e seu corpo exumado para que fossem decepados cabeça e braço direito e levados para o Instituto Nina Rodrigues, na capital baiana, Salvador.⁶⁴ Degolar cangaceiros e outros tipos de bandoleiros no Nordeste tornou-se tão habitual que o deputado federal Áureo Mello apresentou, no dia 24 de maio de 1965, o projeto de lei n. 2.867, que, além do sepultamento das cabeças de Lampião e Maria Bonita, expostas no Instituto Nina Rodrigues, propunha, em seu artigo 3º, proibir, “[...] em todo o território nacional, a exibição de órgãos do corpo humano de pessoas mortas, com objetivo lucrativos [*sic!*], ou mesmo científico, cabendo punição de 5 a 10 anos de reclusão ao responsável ou aos responsáveis pela transgressão desta Lei”.⁶⁵

Abrindo um hiato, a prática da degola no Brasil não foi exclusividade do Nordeste do cangaço. No Estado do Rio Grande do Sul, durante a Revolução Federalista (1893-1895), no Capão do Boi Preto e no rio Negro, houve decapitações. No rio Negro, estimou-se em 500 decapitados, número que, segundo cálculos dotados de mais realismo, baixou para em torno de 30, “todos provisórios castilhistas [...]”.⁶⁶ Conforme Soares, no Boi Preto foram degoladas 370 pessoas,⁶⁷ “[...] revolucionários de Ubaldino Machado”.⁶⁸ A degola do Boi Preto teria sido uma reação à do rio Negro.⁶⁹

Retomando o contexto nordestino, a degola também era praticada pelo cangaço. Em 1930 na Bahia, o bando de Lampião confrontou com uma tropa comanda pelo tenente Gemi-

⁶³ Aglae Lima de OLIVEIRA, *Lampião, cangaço e Nordeste*, p. 244 e 383.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 359.

⁶⁵ *Apud* Aglae Lima de OLIVEIRA, *Lampião, cangaço e Nordeste*, p. 377.

⁶⁶ Tarcísio A. Costa TABORDA, O combate do Rio Negro (*Correio do Sul*, Bagé, 28 jan. 1979), *apud* Gunter AXT, A Revolução Federalista 1893-1895: guerra civil brasileira, *in*: Gunter AXT (org.), *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*, p. 243.

⁶⁷ Mozart Pereira SOARES, A Revolução Federalista de 1893 e a degola do Boi Preto (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*, Porto Alegre, n. 135, p. 47-50, 2000), *apud* Gunter AXT, A Revolução Federalista 1893-1895, Guerra Civil Brasileira, *in*: _____ (org.), *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*, p. 243.

⁶⁸ Gunter AXT, A Revolução Federalista 1893-1895, Guerra Civil Brasileira, *in*: _____ (org.), *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*, p. 242.

⁶⁹ *Id.*, *ibid.*, *in*: *id.*, *ibid.*

niano. A fuzilaria resultou na morte do tenente e dos soldados Arnaldo, Cláudio e Argemiro. Os cangaceiros degolaram Geminiano.⁷⁰

O aspecto corpóreo e a etnia dos cangaceiros de Lampião eram variados. “O bando compunha-se de homens altos, baixos, alguns gordos, magros, alvos, ruivos, louros, caboclos, mulatos e negros.”⁷¹ Embora fossem “aceitos”, os afrodescendentes, que formam boa parte do contingente de trabalhadores rurais pobres, sofriam preconceito racial quando passavam a fazer parte do bando. “A raça negra, para muitos, é nociva ao meio. Os cangaceiros admitiam o ‘sará’, como tipo perigoso.”⁷² Entre os afrodescendentes que atuaram no bando estavam Mariano da Silva (Azulão), Manuel Marcelino (Bom de Veras), Miguel Inácio dos Santos (Casca Grossa); Aleixo (José Baiano) e Mariano. A crueldade no trato de suas vítimas, independente de serem ricas ou pobres, era uma das principais características de Lampião e seus cabras, seja qual fosse a etnia e/ou raça. Há casos em que o componente racial fez parte das descrições diretas feitas a cangaceiros negros. Entre os adjetivos pelos quais foi descrito Bom de Veras estava o de ser “[...] um negro malvado [...]”.⁷³ Mariano era apontado como “[...] um negro agressivo [...]”.⁷⁴ Nas superstições de Lampião e seu bando também existia, entre os componentes negativos, o povo negro.

Haveria mortes, desgostos e sérios aborrecimentos, se sonhasse com galinhas depenadas, carne verde, toucinho, menino nôvo, dentes, alfinêtes, agulhas, *negro*, água suja, lixo, carvão, roupa suja, santos em imagens, sangue, safadeza, cemitério, sapatos, pessoas mortas, lama, casa velha, vestidos de côr e estampado, m^oças experimentando roupas [grifo nosso].⁷⁵

No bando de Lampião existiam entre 17 e 20 cangaceiras. Entre elas Dadá, Maria Déia (Maria Bonita), Enedina, Inacinha, Maria dos Santos (Mariquinha) e Lídia, conhecida como Baronesa.⁷⁶ Maria Bonita, companheira de Lampião, foi a primeira mulher do bando. Entrou para o cangaço em 1931. Juntamente com Lampião, ela e Enedina estavam entre os 11 cangaceiros eliminados na fazenda Angicos, município de Poço Redondo, no Estado de Sergipe, em 1938, cujas cabeças foram decepadas.

⁷⁰ Aglae Lima de OLIVEIRA, *Lampião, cangaço e Nordeste*, p. 248.

⁷¹ *Ibid.*, p. 157.

⁷² *Ibid.*, p. 158.

⁷³ *Ibid.*, p. 165.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 171.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 118.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 268 e 269.

Nas incursões, as mulheres que não pertenciam ao bando não tinham um tratamento uniforme por parte dos cangaceiros. As profissionais do sexo, chamadas de raparigas no Nordeste, estavam entre as mais violentadas. Isaías Vieira, o Zabelê, um ex-cangaceiro, recordou que “Lampião dizia: – Respeite as moça e as muié casada. Com as rapariga faça o que dé no pensá”.⁷⁷ No bando, o cangaceiro José Baiano era um dos que mais praticava crueldades com o sexo feminino. Baiano ferrava mulheres com as iniciais do nome dele: JB. Com o ferro de marcar animais bem aquecido em brasas, pressionava-o no rosto de suas vítimas, que gritavam e se debatiam como bovinos e cavalos. Mulheres como Balbina da Silva e Maria Marques traziam nos rostos essas marcas extremas de maus-tratos.⁷⁸

No Sudeste brasileiro, um caso que destoa dos outros bandoleiros, Silvino Jacques e Lampião, por exemplo, em alguns aspectos, é Antônio Antunes de França, o Antônio Dó, lavrador, jagunço, bandoleiro e justiceiro que, após chegar da Bahia, teve como área de ação, por 16 anos, o Noroeste de Minas Gerais, estado onde foi assassinado em 1929, já em idade avançada. A singularidade em relação ao que era comum entre outros bandoleiros constituía-se no fato de que naquela região, de ausência efetiva dos poderes repressor e judiciário oficiais, Dó “instituiu” seu próprio aparato de coerção e justiça no meio rural. “Executava vinganças, partilhas e decidia sobre os direitos de propriedades de homens que dificilmente teriam acesso a um processo judiciário legítimo e imparcial [...]”.⁷⁹ Ele era o “juiz”, resguardado pela força da arma.

As práticas solidárias do banditismo existiram em diferentes épocas e formas no Brasil. O bandido Floro Gomes Novaes, “[...] assassinado em 1971, envolvido numa longa luta de família [...]”,⁸⁰ é um desses casos. Ele “[...] se pôs ao lado de camponeses de Pernambuco ameaçados por seu coiteiro”.⁸¹ Numa insurreição ocorrida em 1957, no Sudoeste paranaense, bandidos da fronteira apoiaram camponeses. Pedro Santin, um desses proscritos, liderou

⁷⁷ Aglae Lima de OLIVEIRA, *Lampião, cangaço e Nordeste*, p. 421.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 239.

⁷⁹ Marcela Telles Elian de LIMA, *Pelas margens do São Francisco: a trajetória histórica e ficcional de Antônio Dó*, f. 26.

⁸⁰ José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 1983, p. 29.

⁸¹ José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 1983, p. 29. De acordo com Martins, nota 10, p. 29, “cf. Ricardo Kotscho, ‘Garanhuns – uma cidade convive com o medo’, *O Estado de S. Paulo*, 13 de abril de 1975, p. 34; ‘O Nordeste crê que só bala estanca o ódio’, *O Estado de S. Paulo*, 2 de julho de 1972, p. 96; ‘Fuga de dois pistoleiros revive cangaço em Alagoas’, *Folha de S. Paulo*, 8 de novembro de 1965, p. 5”.

[...] mais de vinte bandoleiros para vingar a honra da filha de um camponês, seu compadre, que havia sido violada pelos jagunços que, a serviço da companhia de terras, desejavam expulsar os lavradores”.⁸² No México, caso semelhante ocorreu com José Doroteo Arango, que ficou conhecido como Pancho Villa, o general da Revolução Mexicana, cujo período mais intenso foi de 1910 até a década de 1920. Ele não se omitia diante de injustiças e atos violentos cometidos por oligarquias rurais, pondo-se a agir, como no caso da defesa da “[...] honra de uma mãe violada [...]”.⁸³ Villa “constitui a exceção em sociedades em que os senhores e seus asseclas fazem o que querem com as moças aldeãs”.⁸⁴

No Brasil, casos como o de Santin e seus bandoleiros levam Martins a concluir que o banditismo social não ocorre apenas em condições *pré-políticas*, no sentido em que Hobsbawm usa esse termo. Martins lembra uma insurreição no Paraná, que era “[...] política e não pré-política [...]”.⁸⁵ Entendemos essa observação não como o tempo linear, convencional, cronológico, mas em sua dimensão histórica.

A característica pré-política não se configura como algo necessariamente antes do movimento político. O camponês Antônio Joaquim Medeiros, o Chapéu de Couro, assumiu esses dois papéis. Primeiramente, na ação política. Atuando com João Severino da Silva, integrante das Ligas Camponesas, Chapéu de Couro foi um dos que lideraram trabalhadores rurais de Pernambuco durante o primeiro governo de Miguel Arraes (1962-1964). Com o início da ditadura militar em 1964 e perseguição aos camponeses do Nordeste, ele se torna cangaceiro. Chapéu de Couro e seu bando, ainda naquele ano, assaltaram “[...] vários engenhos de açúcar e [escaparam] de vários cercos da polícia”.⁸⁶

Exemplos como os de Antônio Dó, Floro Gomes Novaes, Pedro Santin, Pancho Villa e Silvino Jacques não nos permitem considerar na totalidade críticas como a de David Pryce-Jones, que se coloca contra as formulações do marxista Hobsbawm. Apesar de considerar as interpretações hobsbawmianas em relação aos fora-da-lei como originais contribuições ao

⁸² Joseph Wallace FOWERAKER, *The Frontier in the South-West of Paraná, from 1940* (B. Phil. thesis, Oxford, 1971, p. 51-52), *apud* José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 1983, p. 29.

⁸³ E. J. HOBSBAWM, *Bandidos*, p. 30.

⁸⁴ Id., *ibid.*

⁸⁵ José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 1983, p. 29.

⁸⁶ *Ibid.*, 1981, p. 29.

tema, Pryce-Jones explica que há uma inclinação de Hobsbawm em resgatar os bandoleiros “[...] da obscuridade, não por motivos próprios dessas pessoas ligadas ao banditismo, mas como precursores da revolução comunista”.⁸⁷ Há certa dose de exagero na observação de Pryce-Jones. Em seu livro *Bandidos*, edição original de 1969, o próprio Hobsbawm deixa dúvida sobre o peso da influência dos *bandoleiros tidos como revolucionários*. “[...] A contribuição dos bandidos para as revoluções modernas foi ambígua, duvidosa e breve”.⁸⁸ Isso mostra que a alegação de Pryce-Jones não faz sentido, pelos menos em sua integralidade.

Mesmo nos tempos da rebeldia primitiva, havia ideias de uma atuação política mais consistente. Exemplo disso foi Luís Carlos Prestes. Em meados 1935, na fase de organização para os levantes comunistas de 1935, ele propunha a organização do campesinato, operariado (que praticamente não existia em Mato Grosso) e braçais do meio rural, para superar a espoliação e a submissão aos ditames das oligarquias. “Organização das massas camponesas: É indispensável que em Mato Grosso a ANL faça o possível para organizar os trabalhadores do campo, operários e camponeses. As organizações podem ser ligas camponesas, comitês da Aliança, comitês locais contra a fome etc.”⁸⁹ Essa proposta de organização nos moldes dos comunistas é o que pode ser interpretado como uma tentativa de ultrapassar a fase *pré-política, primitiva*, de esparsas rebeldias dos setores oprimidos.

Nesse locus de opressão e de tentativas de organizar os trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais, no caso mato-grossense, vivia Silvino Jacques. Tido como bandoleiro independente, que agia de acordo com suas conveniências, portanto não se encaixava na situação de total dependência dos coronéis, Jacques, entre outras atividades, prestava serviços do tipo que hoje chamamos de *pistolagem* para latifundiários na fronteira.

Na região de Porteiras, em 1931, recebeu de seu Mário Mendes, proprietário da fazenda Margarida, antigo reduto da Cia. Mate Laranjeira [*sic!*], onde se praticava escravidão branca, a incumbência de eliminar quatro paraguaios, pois o rico fazendeiro mantinha a nefanda tradição da antiga empresa. [Jacques] conseguiu executar três, mas o [peão] Servián escapou.⁹⁰

⁸⁷ David PRYCE-JONES, “Eric Hobsbawm: lying to the credulous”, *The New Criterion*, v. 21, Jan. 2003, disponível em <<http://www.newcriterion.com/articles.cfm/hobsbawm-prycejones-1824>>, apenas o primeiro parágrafo - acessado em 21 out. 2009. A íntegra do artigo está disponível para assinantes ou mediante compra individual.

⁸⁸ E. J. HOBSBAWM, *Bandidos*, p. 107.

⁸⁹ “74 - CARTA de Prestes a Agrícola”, 6 de agosto de 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade*: memória do movimento comunista de 1935, p. 339.

⁹⁰ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 104, e nota 84, na mesma página.

Porém havia exceção numa época (década de 1930) em que os fazendeiros de Mato Grosso e do resto do Brasil, além de impiedosos, não eram inclinados a atos assistencialistas para com os excluídos da terra. O latifundiário Godofredo Gonçalves, identificado no *Informe Mato Grosso* como neto de Bento Gonçalves, era dado a *ajudar* os famélicos. “Ele é fazendeiro desses que mata gado para suprir a fome de muitos que estão na extrema miséria.”⁹¹

Esse foi um caso solitário naquele ambiente de hostilidade social, política e econômica em que atuou Jacques, um proscrito do Rio Grande do Sul que começou a se fixar no final da década de 1920, no Sul de Mato Grosso, fronteira Brasil-Paraguai, onde, após atividades intermediárias para sobreviver, estabeleceu-se em Caracol, como afirmamos anteriormente.

Pela atividade de comércio e outras ocupações, que faziam com que ele e sua família não vivessem em situação paupérrima, o banditismo rural de Jacques se diferia daquele praticado por jagunços e capangas, a maioria a serviço de coronéis beligerantes. O bandoleiro não seguia ordens diretas de chefes locais.

A reconstrução da personalidade e atitudes desse gaúcho sul-mato-grossense, por meio da representação, foi e está sendo marcada por muitas controvérsias. Silvino Jacques, em seus versos autobiográficos, atribui seu ingresso no mundo da proscricção a algo que não se insere em questões socioeconômicas, mas sim nas providências que não têm ligação com atitudes planejadas para um determinado fim. Ele se coloca como vítima da fatalidade. Um *acaso* que o levaria em seu meio social a ser definido como um homem sem escrúpulos com a vida do outro. Especificamente no caso de Jacques, entrar na condição de fora-da-lei não seria uma opção. Ao contrário, seria uma imposição de forças atávicas que escapavam à sua vontade.

Sempre fui perseguido
 Por um ruim triste destino
 Até chegar ao ponto
 De ser um homem ferino.
 E meu nome ser comentado
 Com fama de assassino.⁹²

Em sua trova retórica, o bandoleiro se apossa da mística para reforçar o argumento da fatalidade de seu destino.

Um feiticeiro me disse:
 Escute senhor Sylvino
 Pelos olhos eu conheço
 Vai ser ruim o seu destino

⁹¹ “23 - INFORME Mato Grosso”, novembro de 1935, TSN, Processo n. 1, *in*: Marly de Almeida Gomes VI-ANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 114.

⁹² Silvino JACQUES, Décima gaúcha, *in*: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 15.

Parece que ele sabia
Que eu ia ser assassino.⁹³

O recurso literário para fixar na história a trajetória de bandido foi usado por Silvino Jacques como uma confissão à posteridade, o que contribuiu para a construção de uma aura mitológica em sua vida de fora-da-lei, confundindo-se o facínora com o herói ou mesmo anti-herói. Assim como a poética gauchesca foi apropriada na escrita de Jacques e depois propagada oralmente pela gente de seu tempo, migrada por meio de sucessivas gerações, as baladas buscaram retratar, sem muitos contornos de generosidade, “[...] os bandoleiros catalães dos séculos XVI e XVII”.⁹⁴ A literatura também pode apontar o bandoleiro como fonte de inspiração aos fracos e oprimidos, os *pequenos* “despossuídos” de poder. O cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva é assim poetizado por Zabelê:

Por onde Lampião anda,
Minhoca fica valente,
Macaco briga com onça
E o carneiro não amansa.⁹⁵

O protesto contra o aparato repressivo oficial e os ricos, um manifesto à maneira do banditismo social teorizado por Hobsbawm, é uma forma de mostrar que a coação institucional – o que Silvino Jacques classifica como “*os bandidos do poder*” – violenta e criminaliza os excluídos. Jacques dá a entender que não é um homem traiçoeiro. Diz ser injustiçado, pois matou para sobreviver.

Tantos bandidos que matam
Vilmente de emboscada
E como são do governo
Saem dando risada.
E outros por terem dinheiro
Não lhes acontece nada.

E quando é um homem pobre
Que mata sendo agredido
Tem que ligeiro fugir
Por ver-se perseguido.
E ainda muitos comentam
Matou por ser bandido.⁹⁶

Há nos versos acima certa “*ponderação*” a respeito da justeza de matar sob certas circunstâncias. É o que Hobsbawm chama de “a moderação ao matar e agir com violência, [que]

⁹³ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 15.

⁹⁴ E. J. HOBSBAWM, *Bandidos*, p. 58.

⁹⁵ *Apud* E. J. HOBSBAWM, *Bandidos*, p. 55.

⁹⁶ Silvino JACQUES, Décima gaúcha, in: Theodorico de Góes FALCÃO, *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*, p. 21.

faz parte da imagem do bandido social. Não há razão para esperarmos que, como grupo, ajam [os bandidos sociais] de conformidade com os padrões morais [...]”.⁹⁷ Rompe-se com uma *ética* estabelecida por padrões de conduta social cristalizados pelas instituições.

O conteúdo das trovas de Silvino Jacques, no que diz respeito ao aspecto social, de *vítima* do sistema, se aproxima dos versos de Hernández, inspirados na cultura do *gaucho*.

El anda siempre juyendo,
siempre pobre y perseguido;
no tiene cueva ni nido,
como si fuera maldito;
porque el ser gaucho ... ¡barajo!
el ser gaucho es un delito.⁹⁸

O poeta Walmir Ayala faz uma livre tradução da estrofe acima:

Vai ele sempre fugindo,
Sempre pobre e perseguido,
Sem ter pouso nem guarida,
Como se fosse um maldito;
Pois ser gaúcho – caramba!
Ser gaúcho é um delito.⁹⁹

Entendemos que Silvino Jacques, além de não se situar em suas práticas de bandoleiro totalmente dentro das fronteiras capitalistas, com suas regras que legitimam a repressão estatal, se inseria numa capacidade discursiva que se equipara à sua habilidade de usar da força bélica para fazer valer seus interesses. Jacques não faz parte daquele banditismo em que “a propaganda da ação substitui a propaganda da palavra”.¹⁰⁰ A ele servia tanto a ação pela força material, a arma em seu sentido denotativo, como, a julgar por suas trovas, a força da palavra.

Sob o aspecto histórico e sociológico, a conduta desse bandoleiro suscita diferentes análises sobre seus propósitos. O escritor Brígido Ibanhes, que nasceu na fronteira, no Sul de Mato Grosso, onde o controverso Silvino Jacques agiu, faz uma observação sobre os distintos ângulos, a partir dos quais o bandoleiro com características rurais foi olhado por seus contemporâneos e como isso foi passando e se transformando, sendo ressignificado, por meio de sucessivas gerações, misturando mito e história. “Muitas são as lendas e as façanhas atribuídas ao cidadão Silvino Jacques. Muitos o acusam de barbaridades, terrorismo, e muitos têm-no

⁹⁷ E. J. HOBSBAWM, *Bandidos*, p. 54.

⁹⁸ José HERNÁNDEZ, *Martín Fierro*, 1994, p. 47.

⁹⁹ *Ibid.*, 1991, p. 49.

¹⁰⁰ E. J. HOBSBAWM, *Bandidos*, p. 114.

como um homem idealista, justiceiro, magnânimo e romântico. Na verdade, ele foi um pouco de tudo isso, um boêmio terrorista, um autêntico bandoleiro.”¹⁰¹

Esse “autêntico bandoleiro” é analisado segundo a tese do bandido social de Hobsbawm, na condição de “[...] integrante da sociedade rural [...]”,¹⁰² na qual transitavam os proscritos, perseguidos pelas instituições de repressão e de justiça do Estado Nacional, além de ter que lidar com as oligarquias fundiárias. Porém esses homens foram vistos de outra forma. Eram “[...] considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da Justiça, talvez até mesmo como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e apoiados”.¹⁰³ Corrêa observa que esse “é o caso, por exemplo, de Silvino Jacques”.¹⁰⁴

2 ALIANÇAS TÁTICAS: COITEIROS, RELAÇÕES, LEVANTE COMUNISTA, CONSPIRAÇÃO E INTERESSES

Os bandoleiros têm seus coiteiros, seus protetores. Estabelecem seus pontos de apoio e de contato financeiro, por meio dos quais conseguem escapar, embora não perenemente, de seus inimigos, de seus perseguidores. Jacques se utilizava bem desses grupos, não sem acordar e acomodar interesses dos que se dispunham a ajudar o bandoleiro e seus comandados.

O Jacques dispunha de uma curriola [*sic!*] de espiões e alcagüetas, em destaque o Joquinha, o Luciano Loubet e o Argemiro Leão. Seus protetores eram os Loureiro, os Miranda, os Mendes, os Jacques de Bonito, entre outros, como o Felipe Balbuena, e o tenente Cancela [Cancello] que lhe dava fuga nas encenações de confrontos [grifo nosso].¹⁰⁵

Outros bandoleiros, mesmo os que impunham ações revolucionárias, em níveis mais engajados do que Silvino Jacques, esse que foi contatado para formar na fronteira uma força guerrilheira durante o movimento comunista de 1935, procederam de forma semelhante. Segundo Hobsbawm, “tal como Pancho Villa, eles [bandidos] têm de contar com pelo menos um fazendeiro amigo do outro lado das montanhas, que comprará, ou providenciará vender, cabe-

¹⁰¹ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*, 1997, p.13.

¹⁰² Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 183.

¹⁰³ E. J. HOBSBAWM, *Bandidos*, p. 11.

¹⁰⁴ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, nota 5, p. 184.

¹⁰⁵ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 168.

ças de gado sem fazer perguntas embaraçosas”.¹⁰⁶ As “montanhas” e as “cabeças de gado” são metáforas para explicar que os bandidos, nos espaços primitivos não-capitalistas ou concomitantemente feudais e capitalistas, encontravam comércio para os produtos de suas pilhagens.

Se o *bandido* historicizado não chega a ser um revolucionário na acepção contemporânea da palavra e se não tem uma prática social intensa em seu meio, pelo menos há situações em que se propuseram a convencê-lo a entrar para o mundo das tentativas de mudar sistemas, regimes políticos. Silvino Jacques foi, através de um intermediário – supostamente conhecido como Agrícola –, contatado pelo líder comunista Luís Carlos Prestes/ANL (Aliança Nacional Libertadora). O propósito era montar uma célula revolucionária do Levante Comunista de 1935, chamado pela historiografia oficial de Intentona Comunista,¹⁰⁷ no Sul do antigo Mato Grosso.

Fundada oficialmente em março de 1935, a ANL se incluía numa abrangente atividade de organização comunista na América Latina. Além das articulações em território brasileiro, Prestes mantinha-se atualizado e intercambiava informações com as esquerdas chilena, uruguaia e argentina. O líder comunista fora a Montevideu e “enviou orientações para a organização da Aliança Nacional Libertadora [...]”¹⁰⁸. Porque o Partido Comunista do Brasil (PCB) estava clandestino desde 1927, ANL era o meio pelo qual se militarizava legalmente. O intuito era dotar a Aliança de amplos poderes, obedecendo às diretrizes do Komintern (Internacional Comunista – IC).¹⁰⁹ Porém, em meados de 1935, Vargas ensejou manifestações para determinar, de acordo com a Lei de Segurança Nacional, a ilegalidade da ANL.¹¹⁰ A decisão do go-

¹⁰⁶ E. J. HOBSBAWM, *Bandidos*, p. 83.

¹⁰⁷ A historiadora Zilda Márcia Gricoli Iokoi, em seu livro *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 382, publicado em 2004, prefere não usar o termo *intentona* para a Revolução de 1935. A pesquisadora observa que esse “[...] movimento se fez devido às ações das frentes amplas nos diferentes países do Cone Sul e que acrescentou valor na luta empreendida pelos comunistas uruguaio e chilenos. Ela [a Revolução de 1935] não pode ser considerada nem quartelada, nem mesmo intentona, já que de fato sua preparação atendia planos estratégicos mais amplos suplantados por traições e infiltrações, partindo das ações da luta de classes daquele período. Desse modo, ela não deve ser entendida como uma derrota, mas como revolução inconclusa rumo à utopia libertária”.

¹⁰⁸ Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 117.

¹⁰⁹ Id., *ibid.*

¹¹⁰ A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945, Anos de Incerteza (1930-1937), *Aliança Nacional Libertadora*, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL>>, acesso em 8 maio 2011.

verno central transformou-se num obstáculo à propagação dos ideais revolucionários para a população brasileira.

No plano institucional havia uma preocupação do governo brasileiro com o avanço do movimento comunista internacional na América do Sul. Para uma atuação mais abrangente das forças repressoras, as diplomacias se empenhavam no sentido de promover ações conjuntas que envolviam Brasil, Argentina, Paraguai e Chile. Inicialmente os governos desses países direcionaram as atenções à Bolívia e Uruguai. “O primeiro, pelo forte movimento operário dos mineiros de cobre e, o segundo, pelo fato de ele ter sido o primeiro país da América a reconhecer o governo revolucionário da Rússia.”¹¹¹

Existia uma inter-relação entre os movimentos sob a batuta da Internacional, que, na região sul-americana, com a queda do governo chileno do general Carlos Ibáñez, em 1931, passou a dar mais importância às ações políticas no Chile do que no Uruguai. Com Ibáñez destituído, uma junta governativa assumiu a presidência do Chile, propiciando mais liberdade de organização aos movimentos políticos e sociais, explica a historiadora Zilda Iokoi, a partir da análise de texto do periódico chileno *El Mercurio*.¹¹² Não por muito tempo. De acordo com Iokoi, *El Mercurio* apoiou o golpe do general D’Ávila em 1932. O jornal avaliava que D’Ávila “[...] impediria, finalmente, a entrega pacífica do país aos comunistas”.¹¹³

A clandestinidade da ANL no Brasil possibilitou que integrantes do PCB, partido que permaneceu na ilegalidade até 1945, e tenentistas se fortalecessem na Aliança com objetivo de pôr em prática uma revolta armada para derrubar o governo Vargas. Tomaram-se iniciativas no sentido de tornarem realidade as ações bélicas. Seguindo as diretrizes da IC, Prestes, intensificou os contatos com potenciais revolucionários em várias regiões brasileiras.

Na Fronteira Oeste, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), já havia alertado o governo de Mato Grosso sobre a existência de movimento de orientação marxista na parte meridional. A informação fora repassada pela diplomacia brasileira na Argentina, no final da década de 1920. “A nossa Embaixada em Buenos Aires informou [...] confidencialmente da

¹¹¹ Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 102.

¹¹² CUARENTA y cinco mil dólares para el movimiento comunista que se preparaba, *El Mercurio*, 10 sept. 1932, *apud* Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 111.

¹¹³ Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 111.

existencia de um *comitê* de obreiros communistas que está agindo ao sul de Matto-Grosso.”¹¹⁴ Semanticamente, o ofício encaminhado ao presidente do estado, Annibal Toledo, por meio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, não expressava hipótese ou possibilidade, mas sim uma *certeza* – “está agindo” – de que pessoas ligadas a tendências de esquerda estavam atuando na região de fronteira do Mato Grosso meridional.

Porém não havia uma certeza da chancelaria sobre o local irradiador do *movimento*; apenas conjecturas. “O centro da actividade revolucionaria desse grupo não se sabe ao certo onde está localizado, havendo suspeitas de que sua séde seja em Campanario ou em Guayra, e que algo se passa na região do alto Paraná.”¹¹⁵ Hoje localizada no município de Laguna Carapã,¹¹⁶ no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, faixa da fronteira Brasil-Paraguai, a fazenda Campanário pertenceu à Matte Larangeira. A partir de 1918 passou a ser sede da companhia. No início da década de 1930, houve conflitos fundiários na fazenda envolvendo camponeses e a empresa. Mas é pouco provável que lá tenha existido um *quartel-general* comunista, porque a Matte mantinha forças repressivas naquela área com anuência de autoridades. Em Guayra, atual município de Guaíra, no Estado do Paraná, também havia uma forte atuação da companhia. O Alto Paraná, citado genericamente como provável região dos ativistas de esquerda, é uma extensa área de influência de uma rede hidrográfica localizada acima da cidade de Guaíra, cujo Paraná é o rio principal, abrangendo os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, além do Distrito Federal.

Não foi somente a mensagem confidencial de 24 de julho de 1930, com cópia de ofício das Relações Exteriores, esse do dia 19 de julho de 1930, que chegou à presidência de Mato Grosso. Com data anterior à comunicação do MRE, foi levado ao conhecimento da presidência do estado outro documento elaborado pelo Ministério da Marinha com o *status de reservado*. Essas informações datadas de 2 de julho de 1930 também foram encaminhadas por meio de ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 15 de julho de 1930. Nesse comunicado apontavam-se nomes de pessoas que estariam envolvidas na organização de atividades comunistas em Corumbá e Ladário, hoje cidades localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira Brasil-Bolívia, priorizando marinheiros da Flotilha. Entre os acu-

¹¹⁴ Cópia – Ministério da Relações Exteriores, Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1930, PA/352. Reservado, in Of. do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao Presidente Annibal Toledo, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1930, ArMT, *apud* Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 162.

¹¹⁵ Id., *apud* id., *ibid.*

¹¹⁶ Laguna Carapã (ex-povoado) foi anexado como distrito ao município de Ponta Porã em 1958. Em 1992, Laguna Carapã tornou-se município.

sados foi citado “o Capitão Tenente Francisco Lucas Gomes Paulino, [tido como] um sincero entusiasta da causa comunista e um ardente propagandista de suas idéas. Exercendo aqui as funções de pintor está sempre cercado de gente de pior especie e de estrangeiros, notadamente bolivianos e paraguayos”.¹¹⁷

As entidades laborais refutaram as afirmações do governo central sobre o trânsito de ideias esquerdistas. Os líderes sindicais diziam que esse era um mote para tentar justificar a repressão que os trabalhadores em Corumbá sofriam quando reivindicavam questões pontuais, como melhores salários e condições dignas de trabalho.

Qualquer atitude dos humildes trabalhadores visando melhoria para a sua situação, inspirava logo, de imediato, um grito que era assim como uma senha, mediante a qual se desencadeavam contra os oprimidos, todas as iras e todos os recursos de pesada opressão policial! Esse grito que consistia na exploradíssima palavra “COMUNISTAS!...” nós o ouvimos envergonhados ate, diante da insensatez que condempnava [*sic!*], mas produziu os seus efeitos desejados: prisões, deportações, ameaças e truculências as mais injustas, as mais revoltantes.¹¹⁸

Na cidade de Corumbá, mesmo com a queda de sua influência política, social e econômica no Sul de Mato Grosso após a inauguração da ferrovia em 1914, estabeleceram-se, via fluvial, relações com o mundo, partindo do oceano Atlântico, navegando pelos rios da Prata, Uruguai, Paraná e Paraguai. Tal influência deu mais consistência política às atividades sindicais dos trabalhadores do “[...] setor dos transportes fluviais no estado”.¹¹⁹ Evidentemente, os marinheiros tinham contato com várias ideias que não eram próprias de seu meio, por exemplo, princípios anarquistas e comunistas, oriundos principalmente da Argentina.

Já antes da década de 1930, o ambiente portuário da Bacia Platina propiciou a inserção de práticas políticas existentes no Paraguai, Argentina e Uruguai que foram se adequando ao meio sindical dos trabalhadores fluviais.

As capitais destas repúblicas tinham em seus portos, no início do século XX, um movimento operário forte e aguerrido, de influência anarquista especialmente, e socialista. O contato dos marítimos sul-mato-grossenses com outros portos platinos teria trazido influências de correntes ideológicas predominan-

¹¹⁷ Cópia n. 309 – Reservado – Ministerio da Marinha – Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso, em 2 de julho de 1930, in Of. do Ministério da Justiça e Negocios Interiores ao Presidente Annibal Toledo, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1930, ArMT, *apud* Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 162.

¹¹⁸ Of. ao Interventor do Estado [Antônio Mena Gonçalves] assinado pelos presidentes da Sociedade União dos Foguistas, da União dos Taifeiros e da Sociedade Marinheiros Unidos, Corumbá, 18 de março de 1931, ArMT, *apud* Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 163.

¹¹⁹ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 161.

tes no movimento operário daqueles países, mas que se adaptaram à realidade local.¹²⁰

À parte as possíveis atividades *esquerdistas* entre os portuários de Corumbá, a passagem da Coluna Miguel Costa/Luís Carlos Prestes, que se tornou conhecida como Coluna Prestes, por Mato Grosso em meados da década de 1920, foi referência para uma posterior tentativa comunista no Sul do Estado, notadamente na fronteira Brasil-Paraguai. A formação de uma célula guerrilheira na Fronteira Oeste se incluía na agenda revolucionária mundial da IC na primeira metade dos anos 1930.

Mesmo sem condições objetivas, em função da falta de inserção em setores tidos potencialmente como capazes de abrir caminhos para uma revolução bolchevique e com uma avaliação que não correspondia à realidade conjuntural e estrutural do Brasil, a ANL tentou colocar em prática uma agenda revolucionária.

Não obstante tivesse um chefismo localista de características beligerantes vivendo um processo de decadência em fins da década de 1920,¹²¹ devido ao baque sofrido pelo *coronelismo*, cujas bases foram minadas pelo surgimento de novas oligarquias políticas, o Sul de Mato Grosso do decênio de 1930, assim como outras regiões interiores, compunha-se de situação sobre a qual se imbricavam práticas capitalistas e outras incompletamente capitalistas. É nesse quadro político que Prestes e a ANL incluíram a parte meridional do estado na pauta revolucionária.

Em 1935, depois de muitos contratemplos, chegou à Fronteira Oeste representante de Prestes/ANL, identificado como Agrícola. No município de Bela Vista, ele procurou Silvino Jacques, que, por sua vez, manteve contato com seu primo Argemiro Leão. Jacques foi receptivo ao programa revolucionário de Prestes. O enviado expôs as razões que o levaram a Mato Grosso. O bandoleiro se comprometeu a realizar um “[...] trabalho de organização das guerrilhas, baseando-se no programa e no nome de Prestes, que por si só é uma bandeira para os camponeses de Mato Grosso”.¹²² Ainda na fronteira Brasil-Paraguai, no município de Ponta Porã, por onde passou quando retornava a Campo Grande, Agrícola entrou em contato com Alcides Loureiro. Segundo o emissário da Aliança, Loureiro assumiu o compromisso de se

¹²⁰ Vitor Wagner Neto de OLIVEIRA, *Movimento operário no Sul de Mato Grosso: avanços e recuos dos trabalhadores no Rio Paraguai – 1917-1926*, f. 158.

¹²¹ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 163.

¹²² “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 113.

empenhar no movimento comunista. O fronteiro chegou à conclusão de “[...] não haver mais outra saída para o caso brasileiro”¹²³ que não fosse por meio da ruptura.

Ao chegar a Campo Grande, Agrícola notou um clima de insegurança, o que lhe forçou a agir com cautela. “[...] Tive que me refugiar, em virtude do ambiente muito carregado, oficiais com suas residências sob vigilância, muros pintados com as nossas palavras de ordem”.¹²⁴ Outra pessoa da ANL, Rádio de Queirós Maia,¹²⁵ sargento do Exército lotado no Rio de Janeiro e integrante do Partido Comunista do Brasil, atuava no Sul de Mato Grosso junto com Agrícola.¹²⁶ Esse companheiro de Agrícola estava sob constante vigia dos militares leais ao governo federal. Porém os dois conseguiram se reunir. “Consertamos vários assuntos, inclusive o dia do levante dos camponeses, que se efetuará a 24/09/35.”¹²⁷

Chegou o dia marcado para iniciar a insurreição na fronteira. Surpreendentemente, Silvino Jacques comunicara com as pessoas mobilizadas para a guerrilha pedindo o desmantelamento dos grupos.

A 30 [de setembro de 1935], pela madrugada, me pus na estrada via Porteira, chegando à tarde, quando já havia *ligações* de Silvino para vários grupos em grupos diferentes [*sic!*], onde um dos grupos era chefiado por Argemiro [...]. Li a ligação e verifiquei então que Silvino pedia que se dissolvesse o pessoal sem alarido [grifo nosso].¹²⁸

Imediatamente o homem de confiança da ANL pôe-se a escrever no verso de um boletim, explicando “[...] que não era propriamente um fracasso, pois era questão de esperar um pouco.”¹²⁹ Argemiro Leão já tinha se posicionado para o guarnecimento na área do rio Perdido, na estrada para o município de Porto Murtinho.

Repentinamente, de figuras estratégicas para o andamento da guerrilha, Jacques e Argemiro são responsabilizados pelo fracasso do movimento. No local em que estava, no rio Perdido, Argemiro recebeu aviso do representante designado por Prestes e ligação de Jacques.

¹²³ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 113

¹²⁴ Id., in: *ibid.*, p. 113-114.

¹²⁵ Id., in: *ibid.*, p. 114, inclusive nota 1 dessa página.

¹²⁶ Eronildo Barbosa da SILVA, *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso: 1920/1980*, p. 81-82.

¹²⁷ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 114.

¹²⁸ Id., in: *ibid.*, p. 115.

¹²⁹ Id., in: *id.*, *ibid.*

Como se observou no parágrafo anterior deste capítulo, o aviso estava escrito no verso de um boletim nacional sobre a revolução. Numa atitude que poderia ser vista como patética – *ou seria um simples erro?* –, Argemiro leu o boletim ao invés de ler o comunicado escrito “nas costas” do boletim. Ao ler o texto frontal, Argemiro se deparou com a seguinte aclamação: “[...] com o nome de Prestes por um governo popular nacional revolucionário”. Os revolucionários teriam *supostamente* se empolgado. Entendendo “[...] ter se desencadeado o movimento geral, viraram as suas armas para cima e começaram a disparar, vivendo Luís Carlos Prestes”.¹³⁰ A falha teria sido a leitura do texto errado. Os estampidos soaram como mais uma informação às instituições repressoras na Fronteira Oeste. Em Campo Grande, forças getulistas estavam atentas às atitudes de militares potencialmente simpáticos à causa revolucionária da esquerda.

A precipitação seria um dos motivos pelos quais o “*projeto*” revolucionário não foi posto em plena ação. Antes do suspeito comportamento de Jacques, a direção aliancista dera a entender que aquele momento, final de setembro de 1935, não era propício à eclosão da revolta. Um telegrama mandado do Rio para o Mato Grosso meridional “deixava [...] transparecer que não iniciasse algo naquela ocasião”.¹³¹ Essa avaliação estava correta, porém, diante de toda uma mobilização de rebeldes, Agrícola “achava impossível qualquer ordem de suspender o movimento”.¹³² O suposto início de atividades guerrilheiras na fronteira foi uma confirmação do prognóstico de naufrágio da insurreição comunista no Brasil. A tentativa de revolta em Mato Grosso ocorreu em descompasso à orientação da Internacional, segundo a qual o movimento deveria ocorrer “entre o final de dezembro de 1935 e princípio de 1936”¹³³ simultaneamente em todo o país, e a prioridade na ação seria dada aos militares. Isso colocaria o operariado nacional a reboque.¹³⁴

Os contatos para se formar uma célula revolucionária na Fronteira Oeste reforçaram o que o governo de Vargas já sabia sobre o planejamento de atividades rebeldes em território brasileiro sob a batuta de Moscou. A chancelaria brasileira reunia informações sobre o projeto

¹³⁰ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 115.

¹³¹ Id., in: *ibid.*, p. 114.

¹³² Id., in: *id.*, *ibid.*

¹³³ William WAACK, *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, p. 174.

¹³⁴ Id., *ibid.*

revolucionário que abrangeria países latino-americanos. A diplomacia tinha informações sobre articulações bolcheviques nos trópicos. Desde a década de 1920, a movimentação comunista vinha sendo rastreada pelo Ministério das Relações Exteriores. Já em 1922, a representação diplomática do Brasil em Copenhague, capital da Dinamarca, obtinha informações sobre as atividades da III Internacional que visavam à América do Sul.¹³⁵ O poder central no Brasil montou um histórico das articulações internacionais dos comunistas, ordenadas a partir do Komintern.

Depois da derrota do levante na Fronteira Oeste em seu nascedouro, não mais foi possível conter o ímpeto na região nordeste do Brasil. Apressou-se a deflagração pública da revolução que vinha sendo arquitetada nos bastidores da ANL para iniciar em fins de 1935 e começo de 1936. De acordo com o que fora aprovado em 1934 na fase de organização, na União Soviética, pretendia-se iniciar o movimento pelo Nordeste¹³⁶ e só depois deflagrá-lo no Sudeste, mais especificamente no Rio de Janeiro, então capital federal. Mas houve, conforme citamos anteriormente neste capítulo, uma demasiada e intencional pressa em Mato Grosso.

Na fase de formação dos grupos que seriam a força revolucionária na fronteira, outro personagem entra para o rol de contratempo e atitudes dúbias naquela região mato-grossense: o advogado Arthur Moreira Veloso, o Dr. Veloso. Ele argumentava que os revolucionários não deveriam, inicialmente, *acender a pólvora* e sim aguardar um subterfúgio para começar a luta que, assim como outros estados, integraria Mato Grosso à revolução. Paralelo a isso, aumentava-se ainda mais a suspeita de que o advogado fosse um contrarrevolucionário. “[...] Veloso [...] não é partidário de nós sermos os primeiros a acender o pavio (coisa de intelectuais, com pouquíssimas exceções)”.¹³⁷

Com o fantasma da conspiração anti-insurreição rondando a região, o plano de operacionalizar uma célula guerrilheira no Sul de Mato Grosso naufragou em problemas ocasionados por falha de comunicação – o que gerou, espontaneamente ou não, uma contracomunicação –, erros táticos e de mobilização, além da falta de preparo ou uma premeditação daqueles que seriam dois dos principais cabeças do movimento: Silvino Jacques e Argemiro Leão. O enviado e autor do *Informe Mato Grosso* definiu como inoperante o Comitê Revolucionário

¹³⁵ Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 106.

¹³⁶ William WAACK, *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, p. 59.

¹³⁷ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 115.

em Mato Grosso, integrado pelo comerciário César Teles, o militar Tito Marian e pelo ferroviário Gomes de Souza. Ignorou-se, então, o comitê, “dado à sua flagrante passividade, por isso não lhe dei o trabalho [sic] procurá-lo”.¹³⁸ A avaliação incorreta sobre a possibilidade de o levante na fronteira se consolidar como parte da *revolução*, cuja finalidade era combater e eliminar as oligarquias, o imperialismo, o autoritarismo e depor Vargas, fez a insurreição sucumbir às forças repressoras varguistas. O projeto da Internacional Comunista não objetivava revolução para implantar um governo popular nacional no Brasil. Tratava-se da expansão de programa revolucionário mundial num tempo de indefinições e de pouca reflexão teórica sobre os caminhos do devir. Porém, nos documentos sobre o levante de 1935, há a designação *Governo Popular Nacional Revolucionário*.¹³⁹ Havia também uma ideia mirabolante defendida pelo secretário-geral do PCB Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, no jornal *Classe Operária*, edição de 11 de março 1935: a “[...] formação das ‘Repúblicas Soviéticas do Brasil’”.¹⁴⁰ A sugestão caiu como bomba. O Komintern interpretou que esse tipo de proposta assustaria os aliados da ANL.¹⁴¹

Em Mato Grosso, Agrícola foi acusado de ser traiçoeiro pelas pessoas que ele teria convencido a pegar nas armas pela revolução. Um portador a serviço de Silvino Jacques convidou o enviado a ir à fazenda Santa Maria. O articulador dos comunistas antevia que seria preso ao chegar à fazenda. “Compreendi logo que se tratava de uma cilada para mim, porém, como a minha confiança era inabalável, acedi ao convite, isto é, a 1/10/35.”¹⁴² De fato se concretizou a previsão. “Fui logo desarmado e preso e com nota de traidor.”¹⁴³ A situação ficou parecida com aquela do poema *Quadrilha*,¹⁴⁴ de Carlos Drummond de Andrade: Silvino Jacques, Argemiro Leão e seus comandados suspeitavam de Agrícola que suspeitava do tal Dr. Veloso que era amigo de Silvino.

¹³⁸ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 114.

¹³⁹ “7 - O GOVERNO Popular Nacional Revolucionário e as tarefas do Partido”, documento do CC do PCB sobre as resoluções do Plenum do CC de maio de 1935, TSN, Processo n. 66, v. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 43-54.

¹⁴⁰ William WAACK, *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, p. 122.

¹⁴¹ Id., *ibid.*

¹⁴² “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 115.

¹⁴³ Id., in: *id.*, *ibid.*

¹⁴⁴ Carlos Drummond de ANDRADE, *Quadrilha*, in: _____, *Antologia poética*, p. 146.

Uma carta chegaria do Rio de Janeiro, avisaram por um telegrama. A correspondência deveria ser entregue em Mato Grosso até 27 de setembro de 1935, mas inexplicavelmente não chegou a seu destino. Um veículo no qual viria a missiva chegou dois dias depois, no dia 29 à tarde, mas sem a carta. A correspondência conteria instruções sobre quais os rumos que as pessoas que aderiram ao movimento deveriam seguir na fronteira Brasil-Paraguai, região de Bela Vista, atualmente Sudoeste de Mato Grosso do Sul.

Antes de receber o referido telegrama comunicando sobre a carta, o enviado dos comunistas manteve um segundo contato pessoal com Silvino Jacques, em Porteiras, vila fronteiriça ao Paraguai. Naquele dia 29 de setembro de 1935, também à tarde, chegara a Bela Vista “[...] um portador do Silvino, comunicando ao Dr. Veloso, pessoa de sua confiança [de confiança do bandoleiro], que no dia seguinte, 30, ele [Silvino] já estaria em campo com os camponeses em armas e que [...] esperava [Veloso], conforme seu compromisso”.¹⁴⁵ De acordo com o que fora concertado, entre o final de setembro e a primeira semana de outubro haveria de iniciar a guerrilha em Mato Grosso.

Agrícola ficou na cidade de Bela Vista à espera da carta. “Eu não queria fazer a comunicação e nem deixar [Veloso] incumbido de apanhar a carta tão logo chegasse e, por conseguinte, o meu fracasso”.¹⁴⁶ A carta “*misteriosamente*” não foi entregue ao destinatário: Agrícola, o emissário das lideranças nacionais da ANL na fronteira.

Isso engrossou o caldo de motivos que levaram à prisão de Agrícola na região de Porteiras. Ele foi encaminhado à cidade de Bela Vista, onde ficou incomunicável numa cela. O prisioneiro político prestou “[...] declarações ao Tenente Caio Noronha de Miranda, tipo de policial inteligente para preparar laçadas para que eu caísse”.¹⁴⁷ Bem preparado para enfrentar as armadilhas discursivas, o insurreto não teve dificuldade para criar respostas fictícias que, de tão “*convincentes*”, classificaram-no como inocente. Não conseguiram tirar nada dele que acrescentasse ao muito que o governo federal até então sabia sobre levantes em outros estados.

Disse-lhes que estava fazendo propaganda dos camponeses (sem falar no movimento), sua condição de trabalho etc., etc. pertencia à ANL, porém não estava a seu serviço e que pessoa minha conhecida da sede da Aliança, com

¹⁴⁵ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade*: memória do movimento comunista de 1935, p. 114.

¹⁴⁶ Id., in: *ibid.*, p. 115.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 116.

quem conversávamos e sem saber o seu nome, me propôs fazer esse trabalho e eu aceitei.¹⁴⁸

Houve, por parte de Agrícola, o cuidado de tirar e cifrar parte dos textos dos boletins apreendidos, por uma questão de segurança dos líderes comunistas. “Dos citados detalhes, havia um parágrafo nº 8 que eu havia suprimido e cifrado somente para o meu uso e era aquele que recomenda que não se fale em nome da ANL e nem do PC [Partido Comunista] no começo da luta e somente que obedecem [*sic!*] às ordens de Prestes.”¹⁴⁹

O preso foi escoltado para Aquidauana, Sul de Mato Grosso, hoje Oeste de Mato Grosso do Sul, onde foi “[...] recolhido ao xadrez do Batalhão de Sapadores [...]”.¹⁵⁰ Em Aquidauana, manteve contato com um militar do PCB, o capitão Antônio Rollemberg. Esse encontraria uma forma de propiciar fuga quando o prisioneiro fosse embarcado para Campo Grande, hoje capital de Mato Grosso do Sul. A exemplo de Bela Vista, o plano de escapar dos militares não deu certo, nem em Aquidauana, nem em Campo Grande.

O périplo forçado de Agrícola em território mato-grossense terminou em Campo Grande, onde continuou na condição de prisioneiro, sempre incomunicável, e foi inquirido pelo coronel Glicério, chefe do EM (Estado-Maior) da região. Perguntado para “[...] quem estava trabalhando naquela zona [Fronteira Oeste]”,¹⁵¹ disse o mesmo que dissera em Bela Vista. As forças repressivas do Estado Nacional queriam que o prisioneiro confessasse que tinha contatos em Mato Grosso, insistindo que “[...] não era possível que [...] tivesse tão importante missão e não [se] ligar em Campo Grande com ninguém. [Agrícola respondeu] que nada tinha a ver com C. Grande”.¹⁵² No informe elaborado pelo próprio *enviado*, ele cita *Estênio* como uma das pessoas com as quais havia mantido contato no dia seguinte (12-08-1935) ao que chegou a Mato Grosso. O insurgente foi indagado a respeito de Estênio. Disse não conhecer essa pessoa. Suspeitaram que Estênio fosse o próprio Agrícola, o que não foi confirmado pelo emissário: “[...] nas minhas atividades [...], eu disse [...] que era conhecido pelo

¹⁴⁸ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, *in*: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 116.

¹⁴⁹ Id., *in*: id., *ibid.*

¹⁵⁰ Id., *in*: id., *ibid.*

¹⁵¹ Id., *in*: *ibid.*, p. 117.

¹⁵² Id., *in*: id., *ibid.*

meu nome e que estava no meio de pessoas todas minhas conhecidas, por isto era desnecessário usar nomes de quem quer que seja e jamais de pessoa que não conhecia”.¹⁵³

Agrícola não foi a Mato Grosso sozinho. Ele escreve da seguinte forma num trecho do *Informe Mato Grosso*: “A 19 [de agosto de 1935] nos separamos [grifo nosso] e fui com destino a Bela Vista [...]”¹⁵⁴ Em outra parte do informe, o enviado deixa claro que havia outra pessoa com ele. “Combinei com o *Rádio* que qualquer assunto que surgisse, se entender comigo, que o fizesse assinado com o nome de C. Rev. (por tática).”¹⁵⁵ Pelo interrogatório, Agrícola concluiu, dada a “[...] inépcia do Cel. Glicério, [seu inquiridor...]”, que, além dele [prisioneiro], existia outro “[...] elemento fazendo o trabalho de camponeses e tem andado até pelo Chaco, de nome Álvaro Pessoa; conheço-o e acho que seu caráter tem muito a desejar e, no entanto, pode ser que ele esteja a esse serviço aqui no Rio”.¹⁵⁶ Álvaro era amigo do capitão Medeiros da ANL.

O governo federal tinha como certa, desde o começo dos anos 1930, a entrada de pessoas da esquerda de outros países por Mato Grosso para organizar movimentos libertários no Brasil. É possível que a referência de Agrícola sobre as atividades de Álvaro Pessoa no Chaco faça parte do plano de ação guerrilheira que envolveria intercâmbio com militantes da Argentina. O embaixador Lucillo Bueno manifestava seu descontentamento com o controle da Fronteira Oeste, que era considerado ineficiente, “[...] uma vez que os revolucionários de Corrientes, muitos anarquistas de Buenos Aires ou comunistas de diferentes matizes, entravam escandalosamente livres em Mato Grosso”.¹⁵⁷ À parte a desconfiança de Agrícola em relação a Pessoa, geográfica e estrategicamente não era tão complicado, uma vez que a porção leste da

¹⁵³ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade*: memória do movimento comunista de 1935, p. 117.

¹⁵⁴ Id., in: *ibid.*, p. 113.

¹⁵⁵ Id., in: *ibid.*, p. 114.

¹⁵⁶ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade*: memória do movimento comunista de 1935, p. 117. “O Chaco (do quechua *chaku*: território de caça) é uma região de aproximadamente 1.280.000 km² e compreende partes dos territórios paraguaio, boliviano, argentino e brasileiro (ao sul do Pantanal)”, *Wikipédia*, disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Chaco>>, acesso em 19 mai. 2009.

¹⁵⁷ “AHI – lata 145 – maço 2.712, documento s/nº”, apud Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência*: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975), p. 107.

região chaquenha na Argentina¹⁵⁸ se estende até o rio Paraná, nos limites da Província de Corrientes com a Província do Chaco e o Norte da Província de Santa Fé.

Terminadas as indagações de Glicério – o inquirido o considerava um militar inepto –, Agrícola foi levado ao EME (Estado Maior do Exército). Foi classificado como severamente perigoso. Uma pessoa que ele descreveu no informe como “[...] o galináceo Pantaleão [...]” negou-se a vê-lo. Ordenou Pantaleão que o marxista fosse se “[...] apresentar ao chefe de polícia [...]”, recebendo o “carimbo” de “[...] preso como comunista, acusado de subverter a ordem em Mato Grosso”.¹⁵⁹

O insurreto comunista ficou preso “[...] na cela do 1º RC [Regimento de Cavalaria] e depois [foi] para o xadrez da Polícia Central [...], continuando sempre incomunicável”. Foi então levado ao gabinete de S. Braga, que lhe aconselhou a largar suas atividades revolucionárias. Indagado sobre para onde queria ir, respondeu que desejava permanecer no Rio de Janeiro. A cadeia era no segundo andar do prédio, onde estava “[...] todo o material da Aliança que fora apreendido por ocasião do seu fechamento”.¹⁶⁰

Os tortuosos percursos pelo aparelho repressivo do governo Vargas puseram o destino do insurreto nas mãos do mato-grossense Filinto Müller, aquele que chefiava a política de Vargas e que antes disso integrara, na década de 1920, a Coluna Miguel Costa/Luís Carlos Prestes, chegando a ser capitão, e foi expulso por sugestão de Prestes. O Cavaleiro da Esperança acusara Filinto de covarde.

Sob a chefia de Filinto, a Polícia de Vargas tornou-se, durante o Estado Novo, um dos mais violentos aparatos de repressão e tortura na história dos regimes autoritários implantados no Brasil. Por sua postura violenta e pelo fato de ser um dos “[...] mais direitistas [...]”¹⁶¹ do Estado Novo, Vargas viu-se obrigado a tirar Filinto da chefia de polícia.

Durante a passagem de Agrícola pelo aparelho repressor estatal, o chefe da Polícia do regime varguista passaria a ser homem-chave nesse caso. “[...] Minha companheira havia con-

¹⁵⁸ A área do Chaco na Argentina abrange as províncias de Formosa e do Chaco, a maior parte do território da Província de Santiago del Estero, uma pequena faixa no extremo nordeste de Tucumán, além do Norte e do Leste das províncias de Santa Fé e de Salta, respectivamente.

¹⁵⁹ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 117.

¹⁶⁰ Id., in: id., *ibid.*

¹⁶¹ Maria Helena Rolim CAPELATO, *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, p. 136.

seguido uma carta do PE para o Filinto, pedindo minha liberdade [...]”.¹⁶² Seria uma dessas ironias da história: um aliancista nas mãos de um direitista com fama de torturador. A correspondência chegou às mãos de Filinto que, de forma inesperada, disse “[...] que não era necessário carta de ninguém e que ele Filinto me conhecia bastante e que iria me soltar, depois de ‘me dar uns conselhos’”.¹⁶³ O chefe de polícia argumentou que não foi ele que ordenou a prisão do militante da Aliança. Para Filinto, Agrícola “[...] nada tinha feito”¹⁶⁴ que merecesse ficar na prisão.

O ato de Filinto parecia ser algo insano para um homem responsável por prender os ditos “subversivos”. Mas não era bem assim. O chefe de polícia havia decidido não prender “[...] o pessoal da ‘velha guarda’”,¹⁶⁵ à qual pertenceria Agrícola. Mesmo com a afirmação do tenente Sousa, um colega revolucionário, de que não seria processado, o aliancista foi cético.

O homem ligado a Prestes e a ANL, que tentara organizar atividades militantes em solo mato-grossense, concluiu seu périplo – ou seria uma Via Sacra? – com vida, o que lhe possibilitou elaborar na cidade do Rio de Janeiro o *Informe Mato Grosso*, do início de novembro de 1935. Encerrou o documento enaltecendo a forma supostamente cordial pela qual foi tratado no Rio após conversa com Filinto. “[...] Fui prestar declarações a Frota Aguiar, o qual me tratou com o máximo de consideração e só mandando me perguntar o que estava nas acusações e não saindo daí [...]”.¹⁶⁶

Mas há algo de intrigado, porque o procedimento adotado em relação a Agrícola em Campo Grande e no Rio de Janeiro não correspondeu ao que o tenente Caio Noronha de Miranda, que interrogou o emissário de Prestes em Bela Vista, havia dito. O militar insistia que, se Agrícola não colaborasse entregando outros integrantes do movimento na Fronteira Oeste, seria submetido a sevícias. Mesmo considerando-o inocente, de certa forma ironizando o interrogado, Caio fez um *terrorismo psicológico*. “O indigno tenente sempre fez questão de me qualificar de comunista, assim como avisando-me que, em vista da minha atitude de não denunciar ninguém, eu seria bastante torturado em Campo Grande, aqui no Rio e depois na Co-

¹⁶² “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 117.

¹⁶³ Id., in: id., ibid.

¹⁶⁴ Id., in: id., ibid.

¹⁶⁵ Id., in: id., ibid.

¹⁶⁶ Id., in: id., ibid.

lônia.”¹⁶⁷ A tortura profetizada não teria acontecido em nenhum dos locais por onde passou o enviado de Prestes quando estava preso. Se ocorreu, foi omitida do *Informe Mato Grosso*. A suposição de Agrícola foi de que Noronha tentaria uma subida na hierarquia militar caso conseguisse alguma delação. “Queria talvez, aquele famigerado, ganhar merecimento com indignidade da minha parte.”¹⁶⁸ Uma suposição um tanto quanto descabida.

Acreditamos que as razões de Filinto em relação a Agrícola também iam além de um simples argumento de que o enviado da ANL a Mato Grosso era da “velha guarda”. O próprio Agrícola via essa justificativa como uma encenação, algo imponderável: “[...] naturalmente, haveria de acreditar nessas ilusões”.¹⁶⁹

Levando-se em consideração que Filinto tinha sido execrado do movimento, o chefe de polícia não tinha, pelo menos aparentemente, motivos plausíveis para liberar justamente um dos homens de confiança de Prestes. Poderia ter havido nos bastidores uma colaboração de Agrícola no sentido de interromper o avanço das ideias revolucionárias dos comunistas na década de 1930? Essa conjectura é pouco provável, porque se tratava de um momento em que o Estado Nacional ainda não tinha recrudescido a repressão no país. Por outro lado, o governo central, já antes da prisão de Agrícola, reunia informações que possibilitassem aniquilar ações revolucionárias.

Vale lembrar que o levante guerrilheiro no Sul de Mato Grosso estava planejado para iniciar em 24 de setembro de 1935, mas foi adiado porque Silvino Jacques se dizia doente no vilarejo onde morava: Porteira, à época pertencente ao município de Bela Vista. “[...] Encontrei-o acamado, portanto impossibilitado de nós marcharmos o dia referido [...]”¹⁷⁰. Estabeleceu-se o dia 30 de setembro para o início do levante na fronteira, antes da sublevação militar em Natal (Rio Grande do Norte) e da tomada de quartéis em Recife (Pernambuco), respectivamente nos dias 23 e 24 de novembro daquele ano.¹⁷¹ No Rio de Janeiro, cidade onde as

¹⁶⁷ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 116.

¹⁶⁸ Id., in: id., *ibid.*

¹⁶⁹ Id., in: *ibid.*, p. 117.

¹⁷⁰ Id., in: *ibid.* 1935, p. 114.

¹⁷¹ Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 118.

mensagens de Prestes tinham forte eco, o levante militar no 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha,¹⁷² pró-revolução, também iniciou-se naquele novembro.

Avaliava-se que a conjuntura internacional era favorável às ações armadas no Rio Grande do Norte e no Pernambuco. Já na prisão, Miranda (secretário-geral do PCB) fez a *leitura* de que as revoltas no Nordeste não eram provocações de Getúlio Vargas, no sentido de que a antecipação tornaria mais fácil aniquilar a revolução. “As evidências históricas demonstrariam, muito mais tarde, que ele [Miranda] tinha razão: pelo menos o levante em Natal foi ‘espontâneo’, até para o partido local”¹⁷³, apesar de Prestes considerar próxima a eclosão do movimento no Brasil. O levante de 27 de novembro de 1935 teve uma diferença em relação aos do Nordeste e à tentativa no Sul de Mato Grosso. Segundo Waack, as revoltas em Natal e Recife não tiveram a ordenação da Internacional, ao contrário do levante no Rio, “este sim, executado diretamente sob as ordens e com a participação de enviados do Komintern”.¹⁷⁴ Antes da revolta na capital federal, havia dúvida sobre as atividades revolucionárias, se tinham realmente sido iniciadas ou eram quarteladas isoladas. “Os debates foram longos, até se concluir que [...] era de fato o início da revolução e que seria necessário indicar a necessidade do levante no Rio de Janeiro.”¹⁷⁵ Prestes redigiu, então, “[...] uma nota marcando o seu início [o início da revolução], com o objetivo de acompanhar o processo desencadeado no nordeste”.¹⁷⁶

O Cavaleiro da Esperança não teria lido o alerta de que ainda não havia chegado a hora da revolução. No Rio de Janeiro, mesmo com a nota de Prestes, existia certa apreensão quanto ao que fazer, como recorda Gutman, à época tenente no 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha, que aderiu às ideias revolucionárias encabeçadas por Prestes através da ANL. “A coisa foi se passando, e não se sabia o que estava acontecendo. Sabia que havia um levante [...] mas ninguém disse nada. Eu estava esperando os acontecimentos. Depois, soubemos que

¹⁷² Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 118

¹⁷³ William WAACK, *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, p. 217.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 216.

¹⁷⁵ Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 118.

¹⁷⁶ *Id.*, *ibid.*

havia um levante no Recife. [...]”¹⁷⁷ Esses precipitações, esperas e assimetrias de atitudes contribuíram para que a revolução naufragasse.

O triunfalismo subiu à cabeça de Prestes, o que o impediu de fazer uma análise mais realista da conjuntura social, política e econômica no Brasil dos anos 1930. A Internacional criticou o que considerou uma

[...] posição equivocada do próprio Partido Comunista, que não confiava em seus “elementos proletários” e não soubera entender certos reagrupamentos. “Um deles é o papel inovador da Coluna Prestes [...] Achar que a Coluna Prestes faria desta vez uma revolução, conduzindo a pequena burguesia, seria bobagem. Prestes vacila em suas simpatias, e o partido não soube como levá-lo a assumir uma posição.”¹⁷⁸

Proposital ou não, superestimou-se a capacidade de organização e mobilização no Brasil. Sobrou otimismo e faltou ceticismo no quadro político socioeconômico do país pintado pela liderança do movimento. As atitudes do alemão Arthur Ernst Ewert, chefe do Bureau do Komintern, exemplificam a megalomania, o excesso de confiança nos contatos fora do *mundo* comunista e uma ingênua visão da realidade brasileira. A parte das informações sobre o Brasil repassadas por Ewert a Moscou era muito visionária. Exemplos: a crença de que o prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, que tinha posições ambíguas, apoiava os planos da Internacional endereçados à ANL; a qualificação de movimentos grevistas como um avanço nas movimentações de massa; e a existência de força guerrilheira no Nordeste brasileiro.¹⁷⁹ No Centro-Oeste brasileiro, Sul de Mato Grosso, crer em Silvino Jacques sem nenhuma ressalva foi também um erro.

O panorama traçado pela IC com base em dados vindos do Brasil demonstrava uma desconexão com o que realmente vinha ocorrendo no país. Amleto Locatelli, um enviado de Moscou para atuar como instrutor militar no Nordeste, espantou-se ao constatar que a situação no Brasil era, de forma negativa, bem diferente da que fora passada a ele.

Para começar, onde estava a Aliança Nacional Libertadora, que teria, segundo o chefe da Internacional, [Dimitri Sacharovich Manuilski], mais de 1 milhão de membros? Prestes reduziu um pouco o número, situando-o em torno

¹⁷⁷ “ENTREVISTA com o Sr. José Gutman, Rio de Janeiro, em 31/1/1996”, in: Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 118.

¹⁷⁸ William WAACK, *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, p. 31.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 200.

de 800 mil, mas na semana e meia que havia passado no Rio Amleto não notara o menor sinal dessa que deveria ser uma gigantesca frente popular.¹⁸⁰

A tudo isso se somou a falta de *profissionalismo revolucionário*, manifesta no Cavaleiro da Esperança. “Prestes vinha dando provas de perigoso amadorismo na montagem de sua rede desde antes de sair de Moscou”.¹⁸¹ Tanto Prestes como Ewert tinham hábito de guardar documentos¹⁸² comprometedores, o que era um risco para a segurança dos dois e, consequente, para a causa revolucionária.

No Sul do antigo Mato Grosso, Agrícola, Rádio, Jacques e Argemiro inseriam-se nesse emaranhado de atos desconexos dos homens da revolução e da tentativa de se criar frentes revolucionárias em todo o Brasil. Para o escritor Brígido Ibanhes, o primeiro a publicar livro sobre Silvino Jacques, o próprio bandoleiro torturou Agrícola. O grupo ligado a Jacques colocara sobre os ombros do emissário toda a culpa pelo fracasso do movimento da ANL na Fronteira Oeste.

Agrícola [...], ruivão, descendente de alemães, era apenas um *estafeta*, mas que serviria de bode expiatório. Prenderam o mensageiro e o amarraram pelos pés e pelas mãos. Silvino, na presença dos *camaradas* [grifos nossos], desceu-lhe o berrenque [pequeno chicote]. O homem tentava falar, gritar, sem entender o que estava acontecendo, mas as bordoadas o deixavam grogue e acabou sem forças até para piscar os olhos. Não foi uma surra *diaraque* [de mentirinha].¹⁸³

Mas Agrícola não era apenas um homem de recados em terras mato-grossenses. Apesar de não ter atingido os objetivos pelos quais a ANL o mandara à fronteira, ele era tido como incorruptível. Em tese, mesmo sobre pressão, tortura ou ameaça de tortura não confessaria ao aparato repressivo de Vargas os planos da ANL no Sul de Mato Grosso. Cremos que o emissário tinha nítida consciência de seus propósitos político e ideológico. Do contrário, não iria correr risco simplesmente para ser um *mensageiro*. Uma reflexão sobre o início da correspondência que Prestes escreveu a Agrícola deixa subentendido o preparo do emissário para a missão. “Informado de que continuas disposto à luta e que concordas mesmo de ir até Mato

¹⁸⁰ William WAACK, *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935* p. 174.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 256.

¹⁸² *Id.*, *ibid.*

¹⁸³ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 102 e nota de rodapé na mesma página.

Grosso mobilizar os nossos amigos para a luta, hoje dirigida em todo o Brasil pela ANL, apresso-me a escrever-te estas linhas.”¹⁸⁴

Logo depois, no mesmo texto, um pedido mostra que o enviado e o Cavaleiro da Esperança conheciam as mesmas pessoas no território mato-grossense com as quais mantiveram contato durante a marcha da Coluna Miguel Costa/Luís Carlos Prestes por aquele estado.

Peço-te que transmitas a todos os companheiros da Coluna o meu mais afetuoso e saudoso abraço e a todos os meus amigos e admiradores a esperança que alimento de que estejam prontos para as lutas que se avizinham e que, nas fileiras da ANL, já se estejam efetivamente organizando.¹⁸⁵

Chama atenção, nesse sentido, a referência de rodapé do historiador Valmir Baptista Corrêa, na segunda edição (2006) do livro *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*. O historiador conjectura que a pessoa enviada a Mato Grosso seja o tenente Agrícola Baptista,¹⁸⁶ que integrou a Coluna nos anos 1920 como “[...] ajudante de ordens de Prestes [...]”. Talvez isso explique o pedido de Prestes para que o emissário militante transmita “a todos os companheiros da Coluna”, em Mato Grosso, “afetuoso e saudoso abraço” (grifos nossos). Barbosa da Silva aponta Agrícola como sendo Ruivão Agrícola, um “estudante morador em São Paulo”, enviado pelo PCB ao então Sul de Mato Grosso para auxiliar José Duarte no trabalho de contatos visando à revolução. Junto com Agrícola foi mandado Rádio Maia. Ambos eram “[...] jovens comunistas [...]”.¹⁸⁷ No que se refere à Agrícola, a hipótese de Corrêa é a mais provável, porque, conforme mencionado no parágrafo anterior e neste, na Carta de Prestes a Agrícola há referências que sugerem a participação de Agrícola na Coluna Prestes. No tocante a Maia, tudo indica que a informação esteja correta. Anteriormente neste capítulo, citamos Rádio de Queirós Maia junto com Agrícola.

Independente de quem teriam sido Agrícola e Rádio Maia, é certo que Silvino Jacques não tinha histórico de militante político. Não era um *companheiro da Coluna*. A descrição do escritor Ibanhes referente ao espancamento que Agrícola sofreu de Silvino Jacques, após ter sido amarrado pelos “*camaradas*”, suscita uma inferência: a possibilidade de que o enviado da ANL tenha sido torturado. No *Informe*, Agrícola dá uma versão sobre o porquê de sua fuga não ter sido tentada na fronteira. “O meu plano [...] era o de escapar, porém não me foi

¹⁸⁴ “74 - CARTA de Prestes a Agrícola”, 6 ago. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 339.

¹⁸⁵ Id., in: id., *ibid.*

¹⁸⁶ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, nota 60, p. 206.

¹⁸⁷ Eronildo Barbosa da SILVA, *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso: 1920/1980*, p. 81.

possível, dado a estar com um pé muito inchado, como consequência de um tombo de um caminhão, na serra do Limoeiro, próximo de B. Vista.”¹⁸⁸ O emissário dos comunistas do Rio de Janeiro repete o motivo pelo qual não executara o que havia sido arquitetado para ele lograr a liberdade em Aquidauana ou em Campo Grande, mas com o acréscimo de que sofrera por tudo que lhe ocorrera antes em função de seu encarceramento na fronteira. Estava com “[...] o pé direito muito inchado, como também [esta é a novidade] muito fraco pelo *passadio* e a *infamérrima cela do 10 RCD de B.Vista* [grifos nossos]”¹⁸⁹. Por quais agruras passou Agrícola antes e durante sua prisão na fazenda Santa Maria em Porteiras e sua posterior escolta até a cidade de Bela Vista? O que ocorrera na prisão do 10º RCD? O que acontecera na *infamérrima cela*? Se não foi vítima de tortura física no sentido clássico, sofrera tortura psicológica e outros maus tratos. Afinal, o prisioneiro se queixa de um “*fraco passadio*”, ou seja, uma comida ruim, como é habitual ainda hoje no sistema prisional brasileiro.

O malogro do levante comunista em terras mato-grossenses, os contratempos e as dúvidas sobre a eficiência do contato político dos comunistas com o bandoleiro Silvino Jacques mostram o quanto a Fronteira Oeste foi uma incógnita, uma histórica equação que exigia formas singulares de atitudes. Não bastasse a perseguição oficial, Agrícola, mesmo ideológica e politicamente bem preparado, era um forasteiro, estranho àquele meio social e político que, em certas circunstâncias, até hoje vê com certo receio os de fora. Os que vivem na área rural daquela região, os mais tradicionais, os *antigos* principalmente, ao *deconfiarem*, como dizem os paraguaios e os “*brasilguaios*”, de um estranho, tratam logo de misturar o guarani ao espanhol e ao português, para que o adventício não entenda o que estão falando – criam neologismos de uma “*nova língua*”, com códigos fechados, restritos àquela fronteira cultural.

E Silvino Jacques, que possivelmente teria torturado o enviado da ANL, como ficou nessa situação? Agrícola descreve, em seu informe elaborado após o fracasso do levante guerrilheiro na Fronteira, o momento de sua prisão (prisão de Agrícola), naquele 1º de outubro de 1935, ocasião em que estavam presentes, entre outras pessoas, Jacques e Argemiro Leão.

Quando foi alta noite, Silvino e Argemiro fizeram retirar a sentinela à vista e fecharam a porta e me falaram sobre o motivo da minha prisão, justificando [a razão] para desfazer todo aquele movimento, que aliás foi grande, [pois] esperava-se para mais de 400 camponeses em armas até o dia 3/10.¹⁹⁰

¹⁸⁸ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 116.

¹⁸⁹ Id., in: id., *ibid.*

¹⁹⁰ Id., in: *ibid.*, p. 115.

Presume-se então que Agrícola confiava nos dois, principalmente em Jacques. Contrariamente a essa suposta confiança, todos os acontecimentos que desembocaram na derrota do levante antes mesmo que ele fosse totalmente iniciado deixam dúvidas, suspeitas e enchem de obscuridade as razões que levaram Jacques, Leão e outros a prender o aliancista, que foi entregue ao Exército. A tese deles era de que Agrícola conseguiria fugir durante a escolta. Ora, que certeza teriam Jacques e Leão sobre o sucesso da fuga do prisioneiro, o que de fato não ocorreu, nem na fronteira, nem durante o transporte para Aquidauana, nem na escolta de Aquidauana para Campo Grande, quanto menos de Campo Grande para o Rio de Janeiro?

O próprio prisioneiro, posteriormente autor do *Informe Mato Grosso*, não acreditou muito no que lhe dissera Jacques e Leão, deixando claro que não havia *sim* ou *não*, isto é, não tinha duas ou mais opções. Restava-lhe apenas concordar. “Aceitei o alvitre porque não havia outro meio”.¹⁹¹ Naquela situação, Jacques e Leão teriam dito “[...] que aguardavam pronunciamento de outros para eles saírem também”.¹⁹² Em seu informe, Agrícola deixa subentendido, num tom crítico, que Jacques teria agido como um contrarrevolucionário ao entregá-lo [Agrícola] ao Exército junto com o material de agitação, ou seja, não seria uma estratégia para salvar o movimento e o enviado de Prestes/ANL, mas uma delação. “Sua denúncia [a denúncia de Jacques] contra mim foi me entregando ao Dest. como comunista e entregando ao Conte do Dest. [*sic!*] os boletins de apelos aos soldados que levei daqui [do Rio de Janeiro], referentes às organizações de camponeses e guerrilhas.”¹⁹³ Nesse caso, Jacques seria aliado de Vargas como o foi combatendo os constitucionistas em 1932. No informe, não há referência sobre o que aconteceu com Silvino Jacques e Argemiro Leão após o fracasso do movimento, se eles foram presos ou não. Obscuro também era o *portador de Silvino* que no dia 29 de setembro de 1935 chegara à cidade de Bela Vista para se comunicar com o Dr. Veloso.

Devido à sua atuação como anticonstitucionalista em 1932, quando foi “nomeado” capitão por Getúlio Vargas e comandou um pelotão, Silvino Jacques tinha prestígio na unidade do Exército instalada em Bela Vista, na fronteira, o que ajuda a entender o fato de o bandleiro não ter sido preso pelas forças que reprimiram o movimento comunista de 1935. Jacques circulava com desenvoltura no ambiente militar. “Antes mesmo de receber a ‘nomeação’ [grifo nosso] de capitão, ele já tinha acesso a todas as dependências do quartel. Amigo íntimo de

¹⁹¹ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 115.

¹⁹² Id., in: id., *ibid.*

¹⁹³ Id., in: *ibid.*, p. 116.

oficiais e praças, Silvino costumava tomar cafezinho, tereré, ou jogar conversa fora durante horas dentro da unidade”¹⁹⁴, no 10º Regimento de Cavalaria Independente (RCI). O tenente Ramon Lopes era cunhado de Orcírio dos Santos. Como vimos no capítulo II, Orcírio, pai do ex-governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, foi o chefe da captura que matou Jacques. Lopes relata, num depoimento que o jornalista Cícero Moura qualificou de “*imparcial*”, o comportamento de Jacques, que o militar considerava como um *homem bom* antes de se dedicar quase que exclusivamente ao banditismo. “Ele era boa gente. Tinha amizade. Andava bem a cavalo [...], porque naquele tempo não tinha carro.”¹⁹⁵

No rol das amizades do bandoleiro estava o Dr. Veloso, que “[...] era unha e carne com o delegado e com o Jacques, gatos do mesmo balaio”,¹⁹⁶ no dizer do escritor Brígido Ibanhes. O comportamento de Veloso não era merecedor de credibilidade por parte de Agrícola. No *Informe Mato Grosso* há duas alusões diretas de desconfiança em relação ao “*doutor*”. Na primeira, o emissário manifesta: “Ora, esse Veloso jamais me mereceu confiança, entretanto estava representando o Silvino, na cidade de Bela Vista, para esses assuntos.”¹⁹⁷ A segunda alusão é quando se afirma que o portador de Silvino Jacques teria de falar com Agrícola, mas não o fez. Agrícola conjecturou essa postura do informante de Jacques como uma possível intervenção, “talvez sabotagem do próprio Veloso”,¹⁹⁸ que possivelmente estaria executando atividades de contrainformação para desmantelar o movimento. Colocou-se esse “*doutor*” como figura central no colapso da organização das células guerrilheiras na Fronteira Oeste. O *ruído* na comunicação indignou o enviado. Mesmo pondo Veloso como responsável pelas *desinformações*, a outra tese de Agrícola foi de que a *suposta falha* de Jacques e Leão, no que se refere ao momento propício para início da guerrilha, se justificava pela “[...] falta de comunicação, em tempo, da minha parte [...]”¹⁹⁹.

Mas Agrícola continuou a acusar o Dr. Veloso, agora indiretamente. Embora tivesse informado ao articulador sobre a chegada do “*portador de Silvino*” a Bela Vista, Veloso não

¹⁹⁴ DOCUMENTO Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul, [s.d.].

¹⁹⁵ Id.

¹⁹⁶ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*, 1997, p. 125.

¹⁹⁷ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, *in*: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 114.

¹⁹⁸ Id., *in*: *ibid.*, p. 115.

¹⁹⁹ Id., *in*: *id.*, *ibid.*

conseguiu apagar a cisma que pairava sobre ele (Veloso). O comportamento de Veloso justificava o agouro. Veloso deveria avisar “[...] ao *portador* [grifo nosso] que não saísse sem falar [...]”²⁰⁰ com o enviado. Agrícola escreveu uma carta datada de 26 de setembro de 1935, na qual se comunicava a Silvino que não deflagrasse o movimento rebelde armado no dia 30, como tinha sido combinado após ser descartada a primeira data: 24 de setembro. O tal *portador*, que estranhamente não quisera falar com o representante de Prestes/ANL, teria entregado a correspondência ao bandoleiro no dia 29.

O oposto de Veloso acontecia em relação a Silvino Jacques. Mesmo depois do movimento abortado, via-se em Jacques potencial para liderar uma guerrilha camponesa na Fronteira Oeste. Agrícola expressou essa sua credulidade no gaúcho-sul-mato-grossense e em outras duas pessoas. “Lembro ao camarada que não subestime[m] [*sic!*] a zona de Bela Vista. Se for possível, mandar uma carta do camarada P. [Prestes] ao Godofredo Gonçalves [neto de Bento Gonçalves], Argemiro Leão e *Silvino Jacques* [grifo nosso].”²⁰¹ Ligado a Jacques, Argemiro Leão já era um conhecido de Agrícola, desde a “*Revolução*” de 1924. Godofredo Gonçalves era um típico fazendeiro naquele Sul de Mato Grosso da década de 1930, de uma gigantesca concentração de terras nas mãos de poucos, num espaço de fronteira marcado por tempos históricos não-capitalistas dentro do capitalismo, mas também com empreendimentos fundiários diretamente capitalistas. Agrícola acreditava que o latifundiário Godofredo poderia ser um revolucionário, porque, segundo o emissário, o proprietário de terras era homem “de uma firmeza de caráter inabalável, com tendências comunistas, porém um pouco atrasado”, o que para ser corrigido bastaria “[...] apenas um elemento nosso passar um mês com ele para que ele aja conscientemente”.²⁰² O autor do informe demonstra cuidados para que nem Jacques, nem Leão e Godofredo se sintam desmerecidos: “[...] é preciso que se dirija aos três, a fim de que nenhum deles fique ferido no amor próprio”.²⁰³

A contestável liderança de Silvino Jacques num suposto planejamento do levante de 1935, que, como aconteceu em outras regiões brasileiras, fracassou em Mato Grosso, fez surgir muitas dúvidas. Entre elas esta: por que Silvino Jacques, tido como um “*afilhado político*” do presidente Getúlio, iria conspirar contra o “*padrinho*”? O bandoleiro teve papel-chave na

²⁰⁰ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 114.

²⁰¹ Id., in: *ibid.*, p. 113.

²⁰² Id., in: *ibid.*, p. 114.

²⁰³ Id., in: *ibid.*, p. 113.

derrota dos constitucionalistas na fronteira em 1932. Nem por isso deixou de ser perseguido pelo poder central após o término da revolta encabeçada pelos paulistas e antes do movimento de 1935. A exemplo de Silvino, as decisões de Vargas norteavam-se pelo pragmatismo extremo. Não tem sentido a explicação de que seria “ingenuidade” crer que Jacques fosse um *revolucionário*, tendo em vista que ele “era um misto de comerciante e ‘fazendeiro’ [aspas simples e grifo nossos], [que], porém, nas horas vagas, costumava cometer assassinatos a pedido dos coronéis da fronteira”.²⁰⁴ Jacques tinha seus interesses. Para o bandoleiro-comerciante não havia nenhum problema ser aliado e depois agir contrariamente a Vargas, ou vice-versa.

A prisão de Silvino Jacques no Rio Grande do Sul, em meados do decênio de 1930, ilustra bem que nem ele nem Getúlio Vargas eram definitivos em suas decisões. Após controversa atuação no projeto da revolução comunista mundial, Jacques foi à cidade de São Paulo fazer compras, o que não era um hábito naquele tempo, pois caixeiros-viajantes iam à fronteira vender diversos produtos.²⁰⁵

De São Paulo, Jacques resolveu visitar a esposa Jandira Pinheiro (Zanir), que naquele momento estava no Rio Grande do Sul. Amigo de Silvino, seu Atanásio de Almeida Mello contou que de Mato Grosso informaram a polícia gaúcha de que o comerciante estava se deslocando para o Rio Grande. “Mi disse ele que o pessoal daqui telegrafou pra polícia lá, avisou a polícia que ele ia pra lá.”²⁰⁶ Ficou fácil capturar o bandoleiro. Silvino foi condenado a mais de 20 anos de reclusão. Essa foi a segunda vez que o bandoleiro foi preso. A primeira também foi no estado sul-rio-grandense, quando fugiu e foi para o Sul do antigo Mato Grosso.

O cárcere de Silvino Jacques não tinha relação com contatos que os revolucionários de 1935 tiveram com ele no Sul do antigo Mato Grosso. Lá no Rio Grande pesava sobre ele as ações criminosas que tivera praticado antes de chegar à região centro-oeste do Brasil, no final da década de 1920.

Da penitenciária, Jacques escreveu uma carta-poesia à Almerinda de Góes Falcão, a Raída, uma de suas concubinas. Os versos eram de tom lamuriento, “*eivado*” pela saudade. Morando no sítio dos pais, no então distrito de Bonito,²⁰⁷ município de Miranda, hoje Sudoes-

²⁰⁴ Eronildo Barbosa da SILVA, *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso: 1920/1980*, p. 82.

²⁰⁵ Trecho da entrevista de Atanásio de Almeida Mello, *in*: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul, [s.d.].

²⁰⁶ Id.

²⁰⁷ Em 1948, o distrito de Bonito foi elevado a município homônimo, cuja instalação foi em 1949.

te de Mato Grosso do Sul, Raída se engravidara de Jacques. Garibaldi estava prestes a nascer quando ela recebeu a correspondência enviada da Casa de Correção em Porto Alegre.

Minha querida Almerinda,
 Que triste foi o nosso amor,
 Tão longe sem ver-te, querida flor;
 No peito sinto saudades,
 No coração sinto a dor.

Que hora infeliz que de ti me apartei,
 Gozando dos teus carinhos
 Ausente nunca pensei,
 Eu sou um ente sem vida,
 Tu és uma flor que matei.

Mas peço que te conformes
 Que eu também estou sozinho,
 Como um pássaro engaiolado,
 Sem conforto e sem ninho;
 Mas tenho esperança de um dia dar-te carinho.

Sinto saudade de ti, querida,
 Saudade do beijo teu,
 Saudade do teu abraço,
 Saudade que não morreu.²⁰⁸

O preso não se esqueceu de escrever outra carta-poesia, dessa vez à sua esposa de *direito*, Zanir, citando Ildorilda (Ilda), a filha do casal. Jacques tinha certeza de que não ficaria na cadeia por muito tempo. Num tom romântico e melancólico, manifestou:

Ó! Minha esposa querida
 Que sentes também a dor!
 E sofres também saudades,
 De nossas horas de amor.
 Onde junto à querida Ilda
 Em nosso jardim de flores.

Mas tenho fé em Deus
 Que aqui não ficarei
 Que dentro de pouco tempo,
 De liberdade gosarei:
 E contar-te-ei um dia sorrindo
 As maguas que aqui passei.²⁰⁹

A profecia de Jacques, de que em breve estaria em liberdade, confirmou-se. Lá no Rio Grande ele tinha pessoas influentes de seu lado. Foi uma fuga sem percalços. Ele teria dito que não estava bem de saúde. “O pessoal arrumô pra ele ir no médico i foi dois acompanhan-

²⁰⁸ *Apud* Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 84-85.

²⁰⁹ CARTA-POESIA escrita por Silvino Jacques, quando ele estava preso na Casa de Correção, e remetida à esposa Jandira Pinheiro (Zanir), Porto Alegre, 14-11-35 [1935].

do..., dois polícia [...] acompanhando ele.”²¹⁰ Tudo fora planejado. Durante seu traslado para o “*médico*”, Jacques fugiu. “Dicerto já era combinado, né!. Ele me contô assim. Mas ele não contô que era combinado.”²¹¹

O fato é que Silvino, como todo bandoleiro que transita em vários meios, por uma questão de sobrevivência, guiava-se mais pelo próprio interesse e de seu bando do que por qualquer motivação ideológica. Assim agiu quando lutou contra os constitucionalistas a favor de Getúlio Vargas. O presidente soube habilidosamente usar essas *propositais inconstâncias* do bandoleiro. Em 1935, Jacques *estava “comunista”*, virando-se contra Vargas. O bandoleiro se incluía naquele leque de pretextos que foram usados para implantação do ditatorial Estado Novo em 1937.

Retomando o movimento comunista de 1935, problemas de comunicação, desconfiança, além da falta de planejamento tático e estratégico, pintaram com cores vivas o insucesso do levante da ANL em Mato Grosso. Agrícola tinha preparo político-ideológico, mas faltava-lhe conhecimento sobre os *labirintos* socioeconômicos, as relações de poder na região. Não tinha acesso direto aos camponeses. Precisava de intermediários como Silvino Jacques e Veloso, sobre os quais pesavam dúvidas no que se refere ao preparo para lidar com assuntos dessa envergadura e a suspeitas de traição. Com o movimento indo a pique naquela parte ocidental do Brasil, o que aconteceria depois em outras partes do país, “[...] todo mundo virou a casa para salvar os pêlos, como é muito comum entre os políticos. Assim fracassou a Intentona Comunista nos cerrados daquela região”.²¹² No plano nacional, Vargas explorou bem essas vicissitudes.

Para Agrícola, o camaleônico Silvino Jacques seria um “*insuspeitável bandido social*”. Mais que isso: um bandido com características daqueles que viveram em tempos históricos não-capitalistas ou incompletamente capitalistas, que se enquadrava perfeitamente no primitivismo descrito por Hobsbawm. Visando ao fracassado levante de setembro em Mato Grosso, Jacques teria abandonado tudo para seguir o caminho revolucionário. “Convém salientar que Silvino”, explicou o emissário, “teve grande prejuízo, dando quase toda a sua mer-

²¹⁰ Trecho da entrevista de Atanásio de Almeida Mello, *in*: Documento Brasil, reportagem: Cícero Moura, *TV Guanandi*, Mato Grosso do Sul, [s.d.].

²¹¹ Id.

²¹² Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 103.

cadoria para as famílias de camponeses que iriam nos acompanhar, [...] para [...] estar completamente livre para o movimento.”²¹³

Prestes buscou se referenciar na Coluna para organizar o levante comunista no Oeste. Na carta enviada a Agrícola em 6 de agosto de 1935, o Cavaleiro da Esperança orienta o futuro articulador da ANL em Mato Grosso no sentido de que nesse estado procure os “companheiros da Coluna”, na expectativa de que eles aderissem à insurreição revolucionária. Prestes alimentava a esperança de que os marchantes da década de 1920 se sensibilizassem com sua aclamação. Queria que “[...] seus *antigos camaradas* [grifo nosso]” revivessem “[...] a ‘Coluna Invicta’”.²¹⁴ Mas havia um distanciamento político-ideológico entre o tenentismo e os levantes de 1935. Os tenentes eram reformistas. Não eram revolucionários. O movimento tenentista propunha reformas na Velha República dominada pelas oligarquias coronelistas – cujas relações no interior do país, engendradas dentro do capitalismo, não eram propriamente capitalistas – e teve apoio da incipiente burguesia nacional. As propostas da ANL/Prestes em meados da década de 1930 objetivavam a implantação de um *governo revolucionário*, no sentido marxista-leninista da expressão, ou seja, apontavam para mudanças estruturais.

A historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna e o historiador Nelson Werneck Sodré defendem a “[...] tese [de] que os levantes foram a última manifestação dos movimentos tenentistas no Brasil”²¹⁵, o que, de certa forma perde um pouco do matiz ideológico exclusivamente comunista do movimento.

Pela influência do tenentismo, cogita-se que não houve tanta radicalidade dos militares rebeldes do Brasil, se comparado a seus pares em outros países da América Latina. Em relação aos antecedentes da agenda revolucionária de 1935, a historiadora Zilda Márcia Gricoli Iokoi analisa que antes da Coluna Prestes as propostas dos tenentistas eram reformistas. A partir da Coluna houve a incorporação de outras ideias. “No imaginário popular, o cavaleiro da esperança somou-se às referências de muitas lutas sociais”.²¹⁶

²¹³ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 115-116.

²¹⁴ Marly de Almeida Gomes VIANNA, Introdução, in: _____ (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 21.

²¹⁵ Marly de Almeida Gomes VIANNA, Introdução, in: _____ (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p.19.

²¹⁶ Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 120.

A interpretação mais comum aos levantes brasileiros de 1935 é de que foram determinação de Moscou a Prestes e demais comunistas brasileiros. Os pontos de vista discordantes apontam que não havia uma orientação da IC para que se realizasse movimento armado na década de 1930 no Brasil. Entre os que defendem essa tese está “Fernando Moraes, [que], em *Olga*, mostra como ‘a IC relutou em apoiar a insurreição, apesar do triunfalismo de *Miranda*’, o então secretário-geral [do PCB]”.²¹⁷ Miranda seria um espião do regime varguista. Suas informações possibilitariam que o governo de Vargas se inteirasse sobre os “[...] planos para a insurreição”.²¹⁸ A historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna sustenta que essa observação do brasilianista R. H. Chilcote é absurda.²¹⁹ Informante ou não-informante do governo, Miranda teve atuação controversa no movimento de 1935. O dirigente comunista agiu de forma a colocar em ameaça outros militantes e os planos da revolução. Detido no final de 1935, Miranda “passou a comportar-se na polícia com extremo exibicionismo, enfrentando os agentes policiais com discursos exagerados, prejudicando seus companheiros, detalhando nomes, tarefas e objetivos”.²²⁰ Zilda Iokoi aponta que as insurreições encabeçadas pela ANL no Brasil se inseriam num contexto em que extrapolava as fronteiras do país. “O programa internacional da revolução priorizava a América Latina”.²²¹ De acordo com Iokoi,

entre 1933 e 1935, o MRE [Ministério das Relações Exteriores] recebia sistematicamente notícias dos confrontos comunistas no Chile, Peru, Argentina e, em dezembro de 1935, recebeu um amplo relatório no qual foram sistematizados os levantes e a ação da Internacional Comunista.²²²

No entendimento de Marly Vianna, há ambiguidades na documentação do PCB sobre a insurreição.

Apesar de reconhecerem a inoportunidade dos levantes, afirmam que eles não foram um ‘erro’, pois teriam evitado o desenvolvimento do fascismo no

²¹⁷ A primeira edição de *Olga* é de 1985, mas a citada por Marly de Almeida Gomes Vianna, na introdução do livro *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 18, é de 1993.

²¹⁸ Ronald H. CHILCOTE, *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972* (Rio de Janeiro: Graal, 1982, nota 59, p. 79), *apud* Marly de Almeida Gomes VIANNA, Introdução, in: _____(org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p.16.

²¹⁹ Marly de Almeida Gomes VIANNA, Introdução, in: _____(org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p.16.

²²⁰ Zilda Márcia Gricoli IOKOI, *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, p. 124.

²²¹ *Ibid.*, p. 120.

²²² *Id.*, *ibid.*

país, tese que carece de comprovação. Há também muitos comunistas que condenam os levantes, responsabilizando Luís Carlos Prestes.²²³

A avaliação de que não houve uma *leitura* conjuntural consistente sobre o Brasil, no sentido de se buscar a situação mais adequada para iniciar os levantes, ganhou força não só dentro do PCB – embora o partido tenha sido ambíguo em suas avaliações –, mas também fora dos domínios comunistas. O Komintern criou um *receituário* uniforme, válido para todos os países que eram analisados como *semicoloniais*, entre eles Brasil e China, nações que evidentemente tinham situações bastante diferentes uma em relação à outra. Uma dos erros da *cartilha de Moscou* foi a subestimação do poder de reação dos aparatos de controle oficiais nos países tidos como *semicoloniais*. “O governo ‘nacional’ de um país semicolonial, segundo a experiência chinesa, dispunha de poder apenas nominal. Era incapaz de impor sua vontade a todo o território e lutar contra insurreições regionais.”²²⁴ No caso brasileiro, as derrotas rebeldes no Nordeste e Centro-Oeste provaram que não havia minimamente condições que possibilitassem êxito aos revolucionários.

Acredita-se, no tocante a Mato Grosso, que o bandoleiro Silvino Jacques e “[...] Prestes superestimaram o apoio militar e popular à revolução”.²²⁵ Esse posicionamento se choca com o do comunista camponês Gregório Bezerra. No livro autobiográfico *Memórias: segunda parte: 1946-1969* (1980), Bezerra lembra o movimento comunista em solo mato-grossense, apontando Jacques como líder. “Em Mato Grosso, desenvolveu-se uma luta guerrilheira, comandada por Silvino Jacques, que conseguiu resistir durante vários meses, graças à sua mobilidade.”²²⁶ Marly Vianna vê com ressalva essa obra. De acordo com a historiadora, Bezerra não adotou “[...] uma postura crítica [...]”²²⁷ em relação aos levantes e tentativas de levantes comunistas ocorridos em 1935. Mas há de se considerar, em relação à resistência de Silvino Jacques e seus comandados, relatada por Bezerra, que ocorreram ações com características guerrilheiras, mesmo que em Mato Grosso a insurreição tenha-se resumido a poucos e precipitados atos iniciais.

²²³ Marly de Almeida Gomes VIANNA, Introdução, in: _____ (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p.19.

²²⁴ William WAACK, *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, p. 54.

²²⁵ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 102.

²²⁶ Gregório BEZERRA, *Memórias: segunda parte: 1946-1969*, p. 226.

²²⁷ Marly de Almeida Gomes VIANNA, Introdução, in: _____ (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p.19.

O momento de Silvino Jacques como *bandido social espontâneo* também se coloca sob suspeita, porque ele, após o fracasso do levante fronteiriço, começou a cobrar ressarcimento da perda que tivera doando alimentos ao campesinato que iria entrar no movimento revolucionário. E mais: visando ao movimento, Jacques vendera “[...] uma boiada com prejuízo de sua parte”.²²⁸ Começou a falar mais alto o pequeno comerciante e pequeno pecuarista, *meio capitalista*, e começou a silenciar o bandoleiro-revolucionário (ou *antirrevolucionário*?). Na fazenda Santa Maria, ele não poderia dispensar os *revolucionários* “[...] sem achar um meio de ser reembolsado pelos prejuízos da *bóia*, *‘jakarú’*, que distribuiu de graça esse tempo todo [grifo do autor]”.²²⁹ Ainda nessa versão pós-fracasso do movimento, o bandoleiro, para *liberar* os integrantes do grupo, teria listado o que eles lhe deviam e advertiu que pagassem as dívidas. “Silvino relacionou o que cada um lhe devia e dispersou o agrupamento, alertando para que não deixassem de pagá-lo.”²³⁰

No trabalho de mobilização para o movimento revolucionário em Mato Grosso, usou-se como argumento um forte mote, que era uma das antigas reivindicações das oligarquias da parte meridional mato-grossense: a luta pela criação de um novo estado naquela região, que, à época, era a mais desenvolvida do Mato Grosso, cujos coronéis, além de se divergirem, viviam em constantes conflitos políticos e confrontos beligerantes. De fato, o divisionismo era um forte apelo no Mato Grosso, por isso usado como pretexto para organização de guerrilha no Sul do território mato-grossense.

Em 1935, quando se planejava organizar uma célula guerrilheira da Revolução de 1935 na fronteira Brasil-Paraguai, antes de ser colocado sob suspeita de conspirar contra essa insurreição marxista, Silvino Jacques, para conseguir adesão ao movimento, propagou que a articulação que estava fazendo na região era para desencadear luta armada pela criação de um estado no Sul de Mato Grosso. Com esse argumento os cabeças da organização da guerrilha conseguiram, inicialmente, adesão de alguns integrantes da família Santos²³¹ e outras pessoas ligadas a ela. Como vimos no capítulo II, havia ideias de grupos que viviam no Sul do antigo

²²⁸ “23 - INFORME Mato Grosso”, nov. 1935, TSN, Processo n. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 115.

²²⁹ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*, 1997, p. 113.

²³⁰ Id., *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 102.

²³¹ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 205.

Mato Grosso em defesa da separação da imensa área mato-grossense, para criação de um estado meridional.

Conforme relata Orcírio dos Santos,

Silvino Jacques e Argemiro Leão receberam um contato do Rio, um alemão de nome Agrícola. Era elemento de ligação dos comunistas. Silvino começou arrebanhar homens armados, entre eles eu e Alcides [Fernandes da Silva], para atacar Porto Murtinho. Segundo Silvino Jacques, a missão era dividir o estado. Chegaram a fazer prisioneiros num lugar chamado Recreio.²³²

Orcírio integrou-se ao movimento, acreditando que fosse uma luta pela divisão de Mato Grosso. Quando soube que estava aderindo a uma guerrilha comunista, Orcírio saiu do grupo, junto com seus irmãos e amigos.²³³

Passados a euforia e o colapso do movimento encabeçado pela ANL, os Santos se tornariam inimigos encarniçados de Silvino Jacques, porque ele matou um integrante do clã.²³⁴

As atividades de Jacques como bandoleiro tornaram-se mais intensas e aterrorizadoras após a frustrada tentativa de se estruturar uma célula guerrilheira da ANL na Fronteira Oeste. Entre as várias interpretações que se cristalizaram através dos tempos sobre Jacques, dizia-se que ele tencionava, com a adesão à guerrilha, construir um poder político. Como o movimento morreu em seu nascedouro, Jacques e seu bando dedicaram-se com mais afinco ao banditismo. “Restava o caminho do poder ilegal, pela força e pela opressão, bem ao estilo dos caudilhos.”²³⁵ De acordo com o historiador Valmir Batista Corrêa, o capitão, como era conhecido o bandoleiro em função de ter lutado contra os revoltosos do movimento constitucionalista de 1932, na região de Porto Murtinho, “[...] só adquiriu grande repercussão por volta dos anos 1935/1936”.²³⁶

As considerações sobre Silvino Jacques como um homem que se chocava contra uma estrutura econômica rural que se assemelhava à do México de Pancho Villa são mais veementes num estudo de Maria de Lourdes Gonçalves de Ibanhes, embora ela reconheça que Jacques não *era* propriamente um revolucionário e sim *estava* revolucionário – ou seja, houve

²³² 1979, BELA VISTA: depoimento de Orcírio dos Santos, *apud* Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 206.

²³³ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p 100-101.

²³⁴ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 205.

²³⁵ Brígido IBANHES, *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*, 2007, p. 103.

²³⁶ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 205.

um momento de revolucionário em sua vida, no movimento comunista de 1935. “Por um tempo, troca a vida de bandido pela farda da revolução.”²³⁷ Segundo a pesquisadora, Jacques foi além do *estar um homem a serviço da revolução*. Maria de Lourdes observa, em suas considerações finais, que,

mais que um revolucionário, [ele] foi um ideólogo, pois, ao aderir à Intentona Comunista, contra o governo de seu padrinho Getúlio Vargas, e empregar tudo que tinha em prol do movimento, age como líder e não como um ativista qualquer. [...] Ninguém se desfaz de tudo, se não acreditar no ideal pelo qual está lutando.²³⁸

Mas há discordância. O bandoleiro, revolucionário, chofer, comerciante, criador de gado, retratista etc., segundo o escritor Brígido Ibanhes, após o fracasso do levante comunista, pediu ressarcimento de tudo o que foi “dado” aos camponeses que se ingressariam na guerrilha.

Hobsbawm nos sugere uma via para entender os matizes sociais do banditismo em espaços ditos *primitivos*, no sentido oposto ao de organização e de movimentos que nos é apresentado no mundo contemporâneo inserido no modo capitalista.

A fonte básica de bandidos, e talvez a mais importante, se encontra naquelas formas de economia ou de meio-ambiente [*sic!*] rural onde a procura de mão-de-obra é relativamente pequena, ou que são demasiado pobres para empregar todos seus homens aptos; em outras palavras, na população rural excedente.²³⁹

O quadro apresentado pelo historiador inglês nos possibilita, no caso de Mato Grosso, mais especificamente o Sul do antigo estado, dimensionar como surgia o banditismo no final do século XIX e no XX (principalmente nas três primeiras décadas desse), como consequência da grande propriedade pecuária que não exigia um grande contingente de peões para a lida com o gado. Essa população dispunha unicamente de seu trabalho como meio de sobrevivência. Essas pessoas estavam sujeitas a condicionantes do coronel pecuarista. Eram o que Corrêa denomina “[...] *batalhão de reserva* nas lutas coronelistas [grifo do autor]”.²⁴⁰ A pessoa obrigava-se a aderir, então,

[...] ao latifúndio como jagunço, capanga e bandido à disposição de um grande senhor de terras, ou caía no mundo do crime por sua própria conta e risco. No primeiro caso, o bandido tinha a proteção do latifundiário coiteiro

²³⁷ Maria de Lourdes Gonçalves de IBANHES, *Silvino Jacques: entre fronteiras reais e imaginadas*, f. 118.

²³⁸ Id., *ibid.*

²³⁹ E. J. HOBBSAWM, *Bandidos*, p. 25.

²⁴⁰ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 187.

e no segundo, podia ser eventualmente perseguido por capturas organizadas pelos próprios fazendeiros.²⁴¹

Se permanecesse no meio rural não havia outra escolha a essas pessoas em situação de pobreza. Com a ferrovia Noroeste e um relativo desenvolvimento de áreas urbanas, alimentava-se o sonho de conseguir vida melhor em cidades e vilas do Sul de Mato Grosso. Parte dessa gente que desconhecia qualquer forma de organização política camponesa para resistir ao poder coronelista de cunho feudal e ao avanço do capitalismo fundiário se retirou para esses núcleos urbanos, que igualmente não davam muita esperança em termos de melhores condições de vida. Os que diretamente viviam à mercê do truculento poder dos grandes proprietários e lograram êxito em se desenredar dele também migraram para um meio urbano²⁴² sem muita perspectiva. Da família lingüística dos guerreiros guaicuru, índios kadiwéu com armas de fogo também teriam sido cooptados, segundo Corrêa, para prestar “[...] serviço [nas] revoluções coronelistas”²⁴³ no Mato Grosso meridional.

Algo semelhante ocorria no Sertão nordestino. O vaqueiro era o portador de mensagens, encomendas e dinheiro nas relações de Lampião com coronéis que traficavam armas para abastecer o bando. Quanto à munição, os bandoleiros guardavam em sigilo quem a fornecia.²⁴⁴ Descobrir quem vendia munição ao bando, com a intermediação e transporte de coiteiros e rastejadores, não era tarefa fácil, quase impossível. Daí as suposições. Grosso modo, Lampião teria dito que pagava 25 mil réis por um pente de balas (5 balas). “Os fazendeiros e viajantes representantes de firmas nas capitais levavam caixotes de munição para Virgulino, que lhes dava um salvo-conduto para atravessarem livremente as caatingas”.²⁴⁵ O municionamento de cangaceiros dava uma dinâmica diferenciada ao comércio nos sertões do Nordeste.

Com o dinheiro provindo de assaltos, de extorsões a chefes localistas, de coações a fazendeiros e doações de aliados (coronéis coiteiros ou não-coiteiros), o cangaço movimentava a economia nas caatingas por meio de pagamentos a pessoas “empregadas” dos cangaceiros e dos soldos dos próprios bandoleiros. Para as pessoas pobres das caatingas ser coiteiro, além

²⁴¹ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*, 2006, p. 187.

²⁴² *Ibid.*, p.148-149.

²⁴³ *Ibid.*, p. 117.

²⁴⁴ Aglae Lima de OLIVEIRA, *Lampião, cangaço e Nordeste*, p. 318.

²⁴⁵ *Ibid.*, 113.

de obter um ganho para sobreviver, era uma forma de se autoprotegerem²⁴⁶ da violência. Gente como os rastejadores prestava seus serviços tanto para os bandidos quanto para as volantes montadas para perseguir o cangaço. Especialistas em seguir rastros, em encontrar pistas, pegadas de bandoleiros ou de policiais e com agudo senso de percepção, sentidos bastante apurados, os profissionais do rastejamento recebiam, em meados década de 1930, uma diária de quatro mil-réis.²⁴⁷ Uma soma em dinheiro foi definida especificamente para tirar Lampião de circulação. Quem conseguisse capturar ou matar o bandoleiro receberia 10 contos de réis, oferecidos pela polícia da Bahia.²⁴⁸ Evidentemente, ninguém fora dos domínios das forças repressoras atingiu tal meta.

²⁴⁶ Aglae Lima de OLIVEIRA, *Lampião, cangaço e Nordeste*, p. 256.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 298 e 299.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 244.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos *mundos* de Silvino Jacques cabiam múltiplos comportamentos e atitudes, incluindo tumultuada e ambígua atuação no movimento comunista de 1935. Antes de se tornar inoportuno ao varguismo, chocando com os interesses centralizadores do Estado Nacional, combateu em 1932, na fronteira Brasil-Paraguai, os rebeldes constitucionistas. Naqueles anos 1930 no Sul de Mato Grosso (atual Estado de Mato Grosso do Sul), numa faixa da Fronteira Oeste, o bandoleiro, comerciante, retratista, brigadiano e legalista com razoável instrução escolar para sua época, soube como poucos lidar com as forças políticas paroquiais, entre essas os coronéis, seja pela imposição da violência, seja por meio de arranjos com facções desse poder localizado.

Jacques foi um dos exemplos mais contundentes da assertiva hobsbawmiano, segundo a qual, os bandidos estão em constantes trocas e interações nas sociedades. Embora Hobsbawm tenha estudado apenas os que ele chama de rebeldes primitivos, que atuavam em épocas e espaços não-inseridos na dinâmica capitalista, a análise do historiador britânico pode perfeitamente ser adaptada ao banditismo contemporâneo, que tem conseguido com eficiência interagir no mundo do capital.

Se por um lado concordamos com a afirmativa de que os bandidos não são marginais, no sentido de que não estão à margem dos contextos político-socioeconômicos, por outro temos ressalvas em relação ao *bandido social* teorizado por Hobsbawm. A conclusão à que chegamos é de que seria precipitado, impróprio, interpretar, linear e exclusivamente Silvino Jacques como bandoleiro social.

Na década de 1930, quando Jacques e outros bandoleiros interagiam, respectivamente no Mato Grosso fronteira e em outras partes do Brasil, o governo de Vargas tentava minar os poderes localizados e ao mesmo tempo negociar com os chefões paroquiais.

A nacionalização das fronteiras e o fortalecimento do poder central faziam parte do programa do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Essa política punha o Estado Nacional como ordenador da sociedade, mantenedor da ordem, ao mesmo tempo em que se difundia a ideia de que os cidadãos e as cidadãs se subordinassem às instituições do Estado Novo, que fossem obedientes a elas.

As políticas localistas num ambiente marcadamente rural, sustentadas por uma articulação de interesses que envolvia coronéis e bandoleiros, precisavam ser controladas por um poder central forte. O objetivo era frear os mandonistas locais que, quando não dispunham de jagunços a soldo, se aproximavam de bandidos independentes, com os quais negociavam dinheiro ou algum tipo de proteção política, o que permitia a esses bandoleiros autônomos atuar com desenvoltura em regiões como a Fronteira Oeste e o Sertão nordestino. Mas, como em toda relação de poder e domínio, essas alianças táticas não agradavam a todos os grupos envolvidos nesse emaranhado de interesses. Era nessas “*trincheiras*” erguidas nas disputas pelo poder regional que Silvino Jacques e seu bando buscavam retaguarda para suas ações.

No aspecto bélico, o bandoleiro adotou a mesma prática dos chamados “*coronéis das revoluções*” que atuaram no Sul do antigo Mato Grosso, principalmente na última década do século XIX e nos dois primeiros decênios do XX. Pelas armas, Jacques impunha seus interesses. Chefes locais e fazendeiros que não o ajudassem tornavam-se inimigos dele. Mas tudo dependia das circunstâncias. Assim, Jacques mantinha sua independência. Vargas sabia disso e, para colocar em prática sua política centralizadora nos anos 1930 até meados da década de 1940, Vargas precisava subordinar ao Estado Nacional os mandões locais, fazer com que respeitassem e temessem as instituições, concomitante a uma política de extermínio de bandoleiros que representavam grandes obstáculos ao controle de situações locais por meio da ditadura. Isso aconteceu com mais intensidade no Estado Novo, que procurou monopolizar a repressão e conseqüentemente institucionalizar a violência como um importante mote na negociação com as oligarquias rurais. Nesse processo, era preciso eliminar ou pelo menos controlar o banditismo, fosse ele assalariado de coronéis, fosse ele autônomo. Era preciso deter os jagunços que eram mão-de-obra direta de latifundiários a partir de acordos feitos com os coronéis. Com o poder central fortalecido, Vargas conseguiu, com certo êxito, colocar o Estado como controlador dos chefes paroquiais. O governo federal tinha ciência de que, para se estabilizar politicamente, não podia dispensar o respaldo dos coronéis. Assumiram-se, então, as iniciativas políticas, fazendo com que os poderes localizados atuassem em favor do poder central.

Mas ainda restavam os bandoleiros independentes e seus comandados. Porque não era controlado pelos coronéis, para o varguismo era mais difícil neutralizar a ação do banditismo autônomo. A saída mais óbvia foi caçar esses grupos e seus chefes. As forças repressoras federais e estaduais, estas sob as rédeas dos interventores, tiveram, como aliadas, facções políticas cujos bandoleiros independentes constituíam obstáculo a seus interesses. Durante o Estado Novo foram extirpados ou desarticulados bandos a partir da eliminação de seus chefes. Casos emblemáticos disso foram Silvino Jacques na Fronteira Oeste, morto por uma milícia particular, Lampião, Maria Bonita, Enedina e outros bandoleiros no Nordeste brasileiro eliminados por uma força repressora oficial.

O caso Silvino Jacques não era algo meramente policial, de repressão ao crime. A política localista entrava como forte ingrediente nesse campo de contradições. Para desatar esse nó só mesmo os que detinham força política na região. O poder paroquial que Vargas aparentemente abominava foi o mais atuante, tanto a favor quanto contra os bandoleiros. Tanto assim que Jacques foi eliminado por uma milícia local preponderantemente civil, composta por pessoas que conheciam muito bem essa dinâmica da política localista naquela parte da Fronteira Oeste. No Brasil republicano, com mais intensidade até a década de 1920 e passando a serem mais combatidos pelo governo federal a partir dos anos 1930, os poderes localizados eram próprios de um meio que ainda não se inseria totalmente no capitalismo. Emblemático nesse sentido é a análise de Werneck Sodré que, de certa forma, aponta as razões da inoperância do aparelho repressivo estatal no combate a Silvino Jacques, que transitava com desenvoltura naquele mundo político-regional-fronteiriço.

Havia razões políticas que afetavam a ação das autoridades civis, embora o regime do Estado Novo tivesse acabado com os partidos e com as eleições: velhos adversários não se perdoavam e o regime não acabara com as desavenças antigas. No fundo, evidentemente, estavam as condições peculiares a uma sociedade em que predominavam relações feudais. O banditismo, como acontece sempre nelas, simbolizava à superfície, apenas, as razões profundas; derivava de uma fonte que a autoridade estabelecida não tinha como estancar, desde que sua missão consistia justamente em mantê-la.¹

Com a superação daquela fase que Hobsbawm chama de *rebeldia primitiva*, a organização de movimentos de trabalhadores rurais faz da disputa pela terra uma luta social, política e econômica contra o oligopólio fundiário. Primeiramente com as ligas camponesas que se estruturaram a partir da década de 1930 e se estabeleceram até o golpe militar de 1964 como o principal movimento em prol da reforma agrária. Na década de 1980 surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, além de suas posteriores dissidências, contribuiu

¹ Nelson Werneck SODRÉ, *Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*, p. 170.

para estimular outras entidades na pressão pela democratização do acesso à terra que existiam antes dele, como as federações estaduais de trabalhadores na agricultura. Na última década do novecentos, criou-se a Via Campesina, uma organização internacional de camponeses que reúne os mais variados segmentos que lutam pela terra e por condições de produzir.

Hoje a rebeldia camponesa é canalizada de forma orgânica para fazer frente à organização e poderio econômico-político de grupos e pessoas, proprietários de grandes extensões de terra. Ferreras, por exemplo, avalia que os pesquisadores têm reduzido, desde meados dos anos 1990, o interesse pelo estudo do banditismo social.

Em compensação, cresceram os estudos sobre o setor rural, ou as formas em que se manifestou a insatisfação camponesa. No Brasil, a atuação do *Movimento dos Sem Terra (MST)* ajudou a mudar a maneira como os camponeses eram apresentados, e a historiografia está começando a privilegiar as formas coletivas de ação, ao invés das práticas individuais [grifo do autor].²

Creemos que em qualquer estudo sobre as condições atuais dos movimentos de matiz rural deve-se buscar entender como se deu, em cada sociedade, as temporalidades históricas, isto é, as rebeldias, os banditismos etc. que desembocaram num contexto capitalista de organização política dos camponeses. Nesse aspecto, é fundamental que se debata o banditismo social.

Além das relações díspares entre oligarquias e trabalhadores rurais, sempre em benefício dos coronéis, existia o banditismo que se germinou na Colônia e no Império. Nesse aspecto, em *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943* (1995), Valmir Batista Corrêa história a violência no Mato Grosso da última década do século XIX, principalmente no espaço fronteiriço, incluindo a fronteira no sentido geopolítico. “O período correspondente ao início da República em Mato Grosso teve como características básicas o domínio dos *coronéis* através da luta armada, a existência de um povo literalmente armado na região e um banditismo sem limites [grifo do autor].”³

Ao se buscar o entendimento e a compreensão dessa população armada entramos em dimensões da fronteira multi e intercultural que assumiu matizes que extrapolaram a fronteira geopolítica – essa definida artificialmente pelas leis e tratados diplomáticos do Estado Nacional.

² Norberto O. FERRERAS, Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina, *História* (São Paulo), v.22, n.2, Franca, p. 223, 2003, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a12v22n2.pdf>>, acesso em 21 mai. 2009.

³ Valmir Batista CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*, 1995, p.175.

Por meio desse mosaico, o regional sofreu transformações, adequações identitárias, ocupando formas de poder nem sempre fáceis de compreender. Nesse sentido,

a procura dos critérios «objectivos» de identidade «regional» ou «étnica» não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objecto de *representações mentais* [...] de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores [grifos do autor].⁴

A região pensada se insere nas análises simbólicas do sociólogo francês Pierre Bourdieu, segundo o qual o regional deve ser visto num espectro de relações institucionais e poder dos movimentos tradicionalistas, passando pelo ficcional dos romancistas regionais e chegando às disputas paroquiais.

Esse espaço social “*regional*” se formula no conjunto das pessoas que o compõem. O poder, analisa a filósofa Hannah Arendt,⁵ se constitui como tal na ação do grupo, ou seja, “[...] passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação, e portanto precede toda e qualquer constituição formal da esfera pública e as várias formas de governo, isto é, as várias formas possíveis de organização da esfera pública”.

Numa tentativa de controlar e até acabar com essa ação do poder anterior à instituição estatal, o governo central perseguiu não apenas Silvino Jacques e seu bando, mas também outros grupos armados.

O componente fronteiriço foi, desde os períodos colonial, imperial e depois republicano, equação política de difícil resolução no Oeste. Com o Paraguai, os litígios de fronteira persistiram até o último quartel do oitocentos e começaram a ser solucionados pós-Guerra da Tríplice Aliança.

Iniciado o Estado Novo ditatorial em 1937, era preciso legitimar o poder centralizador de Vargas. Isso significa que o ditador teria que liquidar ou controlar os poderes dos coronéis. A força política desse chefismo localizado se exercia por meio de uma simbiose com o banditismo rural, que dava proteção aos mandões e em troca os bandoleiros gozavam de liberdade para suas ações violentas.

⁴ Pierre BOURDIEU, *O poder simbólico*, p. 112.

⁵ Hannah ARENDT, *A condição humana*, p. 211-212.

É nesse contexto que devemos entender por que a perseguição a bandoleiros e bandos como os de Silvino Jacques e os de Lampião tornou-se necessária para o fortalecimento do governo estado-novista de Vargas. Assim se processou um sistema doutrinário por meio do qual se avalizava a eliminação de bandoleiros – ação que tentava golpear de maneira consistente o coronelismo. No nosso entendimento, Getúlio Vargas, que, ao adotar o populismo, assumiu o simbolismo de *Pai dos Pobres*, não incluía em seu rol das principais preocupações a liquidação do banditismo rural porque a população das regiões onde os bandos atuavam viviam sob constante perigo e intimidação. Ao contrário, a finalidade era concentrar a violência na máquina repressiva estatal e com isso reforçar o poder político autoritário.

FONTES

Audiovisual

DOCUMENTO Brasil. *TV Guanandi*. Mato Grosso do Sul, [s.d.]. Produção: Jornalismo da TV Guanandi. Chefia de produção: Moacir Carvalho. Reportagem: Cícero Moura. Chefia de reportagem: Carlos Martins. Direção de jornalismo: Jorge Góes. Apresentação: Jorge Góes. Imagens: Carlos Azuaga. Edição de imagens: Edilson Santério e Adriano Toledo. Auxiliar-técnico: Emílio Fleitas. Câmera de Estúdio: Arli Ferreira. Arte: Paulo Mosca. Iluminação: Dirceu Afonso. Operador de VT: Vilmar Trentini. Gerência operacional: Tião Santana. (Cópia da reportagem gravada em DVD).

*SELVINO*¹ *Jacques*: a saga de um bandoleiro. Direção: Hamilton Medeiros. Assistente de direção: Sabrina Xavier. Produção executiva: Pepe Faviere. Produção MS: Sabrina Xavier e Fabiane Rezek. Produção SP: Renzo Vasquez. Roteiro: Maranhão Viegas. Pesquisa bibliográfica: Brígido IBANHES, [*Silvino Jacques*:] *o último dos bandoleiros, [o mito gaúcho sulmatogrossense*. 3. ed. Campo Grande: UFMS, 1997]. Trilha sonora: Marcos Romera e Claudio Abuchaim. Fotografia: Márcio Padilha. Apresentação: Celso Lagos. Locução de carta: Aral Cardoso. Câmera: Maurício Macêdo e Valmir Barros. Imagens de arquivo: Arquivo TVE-MS, Banco Imagens VBC e “Almas do Brasil”- Joel Leão. Montagem e finalização: Dênio Vilanova. Áudio: Buzz. Estúdio de áudio: Master Case - CG e Estúdio Angels - SP. Abertura: Aureliano Coimbra, 2006. 1 Filme (34 min29s), DVD wide-screen, color. Documentário sobre Silvino Jacques.

Datilografado

BRASIL. Exército. Comunicado do tenente-coronel Paulo do Nascimento Silva ao sr.1º ten. Canello Santiago. *Doc. 03*, Bella Vista, em 6 de fevereiro de 1937, folha única. Cópia. O tenente-coronel Paulo do Nascimento Silva pede que sejam enviados ao comando os nomes dos soldados que abandonaram a operação de busca ao “[...] grupo do bandoleiro Sylvino” – o pedido tinha como principal finalidade punir os desertores, aplicar-lhes “[...] merecido castigo” (ver ANEXO M, f. 263).

¹ No título do filme, a primeira palavra do nome do bandoleiro está grafada como “*Selvino*”, mas na certidão de nascimento consta *Silvino*.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Biblioteca Nacional. Direitos Autorais. *Décima Gaúcha*, autor: Silvino Helmiro [Hermiro] Jacques. Folha 215 do livro n. 18, registro sob o n. 25.325, 16 dez. 1980, folha única. Cópia (ver ANEXO D, f. 222).

CARTA do Capitão Heitor Mendes Gonçalves, [da Matte Laranjeira], ao Dr. Osvaldo Aranha [que entre outros cargos, foi ministro das Relações Exteriores de Getúlio Vargas], Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1941, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul (APE), cml-d 080, pasta 3 (ver ANEXO S, f. 279).

INFORMAÇÕES sobre a Matte Laranjeira. Campanário [fazenda localizada no Sul de Mato Grosso do Sul, faixa da fronteira Brasil-Paraguai], 16 de setembro de 1933. APE (ver ANEXO Q, f. 277).

Fotografia

COLAGEM dos retratos de Francisco Mendes Gonçalves, Thomaz Laranjeira e Francisco Murtinho sobre papel. Folha única. APE (ver ANEXO P, f. 276).

“COLEÇÃO Cia Mate Laranjeira/Série Fotografias/Subsérie Trabalhadores”, acervo do APE, cml 782b (ver ANEXO R, f. 278).

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31350> Acesso em: 24 out. 2010 (ver ANEXO K, f. 260).

_____. Arquivo Público Mineiro (APM). Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31351> Acesso em: 24 out. 2010 (ver ANEXO K, f. 261).

Impresso

CARNEIRO, Moura. *Os arrendamentos da Matte Laranjeira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas de A NOTA, 1938. APE, cml-d 058 e cml-d 414, respectivamente pastas 2 e 19 (ver ANEXO O, f. 266).

O GOVERNO Popular Nacional Revolucionário e as tarefas do Partido, documento do CC do PCB sobre as resoluções do Plenum do CC de maio de 1935, TSN, Processo n. 66, v. 1, in: Marly de Almeida Gomes VIANNA (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, p. 43-54 (ver ANEXO H, f. 241).

VIANNA, Marly de Almeida Gomes (org.). *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. São Carlos: EdUFSCar, 1995. (Publicações Históricas n. 92, Arquivo Nacional) – coletânea na qual há os seguintes documentos relacionados a este estudo: 23 – *Informe Mato Grosso* (nov. 1935, TSN, Processo n. 1), p.113-117, segundo o qual Silvino Jacques (comerciante) teria dado “[...] quase toda a sua mercadoria para as famílias dos camponeses [...]” (p.115) (ver ANEXO I, f. 253) que integrariam um movimento guerrilheiro na Fronteira Oeste, junto com o próprio Silvino; e 74 – *Carta de Prestes a Agrícola* (6 ago. 1935, TSN, Processo n.1), p.339-340, pedindo “[...] aos revolucionários de Mato Gros-

so [...]” para se organizarem com armas e combater “[...] os fazendeiros reacionários, contra os impostos, contra o imperialismo [...], satisfazendo os interesses mais imediatos do povo” (p.340)(ver ANEXO J, f. 258).

Internet

CARTA-POESIA escrita por Silvino Jacques, quando ele estava preso na Casa de Correção, e remetida à esposa Jandira Pinheiro (Zanir), Porto Alegre, 14-11-35 [1935] (ver ANEXO L, f.262)

INFORMAÇÕES enviadas por “e-mail” pelo escritor Brígido Ibanhes. Mensagem datada de 21 de março de 2011 (ver ANEXO F, f. 239).

RIO GRANDE DO SUL. Comarca de São Borja. Extinto Cartório do Itaroquém. Certidão de Miguel Jacques. Livro de Registros de Nascimentos A-8, folhas 121 [*sic!*], sob número 239, expedita em 16 mar. 2009. In: *Silvino Jacques, o Mito*: o afilhado de Getulio Vargas que marcou uma época. Cópia disponível em: <<http://www.selvinojacques.com/migueljacques.htm>> Acesso em: 28 out. 2010 (ver ANEXO C, f. 221).

_____. Comarca de São Borja. Extinto Cartório do Itaroquém. Certidão de Silvino Hermiro Jacques. Livro de Registros de Nascimentos A-7, folhas 154 [*sic!*], sob número 154, expedita em 16 mar. 2009. In: *Silvino Jacques, o Mito*: o afilhado de Getulio Vargas que marcou uma época. Cópia disponível em: <<http://www.selvinojacques.com/certidosilvinojacques.htm>> Acesso em: 28 out. 2010. (ver ANEXO B, f. 220).

Manuscrito

BRASIL. Ministério da Guerra. 9ª Região Militar. Destacamento de Oeste. 10º R.C.I. Ordem ao primeiro-tenente José Cancelo Santiago. *Doc 04*, Bella Vista (Mato Grosso), 14 de abril de 1938. Cópia. Determina-se a “[...] reprehensão ao banditismo ultimamente aparecido nestas regiões [da Fronteira Oeste]” (ver ANEXO N, f. 264).

MEDEIROS, Borges de. “Instruções secretas às unidades da B.M. sediadas em P. Alegre”, manuscrito, reproduzido literalmente. In: SOUZA, Blau. 1932. A revolução da palavra empenhada, artigo publicado na obra *As guerras dos gaúchos*: história dos conflitos do Rio Grande do Sul (Porto Alegre: Nova Prova, 2008), p. 376, organizada por Gunter Axt (ver ANEXO G, f. 240).

RIO GRANDE DO SUL. São Borja. Terceiro Distrito de Camaquã. *Livro de Registros de Nascimentos*, número A-7. Registro do nascimento de Silvino Jacques, folha 154 sob o número 194, 18 dez.1908. Cópia escaneada (ver ANEXO A, f. 219).

BIBLIOGRAFIA

A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945. Anos de Incerteza (1930-1937). *Aliança Nacional Libertadora*. Rio de Janeiro; São Paulo: CPDOC | FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL>> Acesso em: 8 maio 2011.

_____. No país dos tenentes. *Código dos Interventores*. Rio de Janeiro; São Paulo: CPDOC | FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes/CodigoInterventores>> Acesso em: 4 abr. 2011.

_____. *Constituição de 1934*. Rio de Janeiro; São Paulo: CPDOC - FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934>> Acesso em: 4 abr. 2011.

_____. Anos de Incerteza (1930-1937). *No país dos tenentes*. Rio de Janeiro; São Paulo: CPDOC - FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes>> Acesso em: 4 abr. 2011.

_____. *Olegário Maciel*. Rio de Janeiro; São Paulo: CPDOC - FGV, [s.d.]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/olegario_maciel> Acesso em: 13 abr. 2011.

ABREU, Luciano Aronne de. Estado Novo, realismo e autoritarismo político. Dossiê. *Política & Sociedade*, n. 12, p. 49-66, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/7640/6995>> Acesso em: 18 mar. 2011.

ALMEIDA, José Américo de. *Coiteiros*. São Paulo: Cia Ed. Nac., 1935.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Quadrilha. In: _____. *Antologia poética* (©1988). 47.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 146.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Traduzido por Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Tradução de: *The human condition*.

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dirs.). *A História nova*. Traduzido por Eduardo Brandão. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. Tradução de: *La nouvelle histoire*, ©1978.

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*: 1883-1947. Campo Grande (MS): 1986. p. 195-310.

AXT, Gunter. A Revolução Federalista 1893-1895. Guerra civil brasileira. In: _____ (org.). *As guerras dos gaúchos*: história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 224-247.

BARBOSA RODRIGUES, J. *História de Mato Grosso do Sul*. 2.ed. São Paulo: Editora do Escritor, 1993.

BENEVIDES, Cezar; LEONZO, Nanci. *Miranda Estância*: ingleses, peões e caçadores no Pantanal mato-grossense. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo*. Campinas: Unicamp, 1998. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*: segunda parte: 1946-1969. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Coleção Retratos do Brasil, volume 130).

BIRKBECK, Christopher. Latin American Banditry as Peasant Resistance: A Dead-End Trail?. *Latin American Research Review*, v. 26, n.1, p.156-160, 1991.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul*: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997). São Paulo: USP, 1997. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história* ou *O ofício de historiador*. Traduzido por André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Tradução de: *Apologie pour l'histoire*, ou, *Métier d'historien*.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária*: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Traduzido por Fernando Tomaz (português de Portugal). 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Tradução de: *Le pouvoir symbolique*, ©1989.

BRAND, Antônio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*: os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre: PUCRS, 1997. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

BRASIL. *Constituição*. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Art. 8º, sem numeração de página. Rio de Janeiro: Mesa da Assembleia Constituinte, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o46.htm> Acesso em: 27 abr. 2011.

BRASIL. *Constituição*: República Federativa do Brasil. Ato das disposições constitucionais transitórias, art. 14. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto nº 3.128, de 5 de outubro de 1938. Aprova o regulamento do Instituto Nacional do Mate. In: *Legislação*. Brasília (DF): Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3128-5-outubro-1938-348961-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 21 fev. 2011.

_____. Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. *Senado Federal*: Subsecretaria de Informações. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=17919>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

_____. Decreto-lei n. 6.550, de 31 de maio de 1944. Retifica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã, e do Iguassú. *Dom Total*, sem numeração de página, Belo Horizonte: [s.d]. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/21345/decreto-lei-no-6.550-de-31-de-maio-de-1944>> Acesso em: 28 abr. 2011.

_____. Lei n. 4.070, de 15 de junho de 1962. Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências. Brasília: *Senado Federal* - Subsecretaria de Informações, 1962. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=87802>> Acesso em: 28 abr. 2011.

_____. Lei Complementar n. 41, de 22 de dezembro de 1981. *Cria o Estado de Rondônia e dá outras providências*. Brasília, 1981. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/1981/41.htm>>. Acesso em 27 abr. 2011.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira negra*: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888. Passo Fundo: UPF, 2002. (Malungo; 3).

CAMPESTRINI, Hildebrando. O Estado de Maracaju - 75 anos. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 19 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br>>, *link* Artigos. Acessado em: 22 abr. 2011.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*: a polícia da era Vargas. Brasília: Edunb, 1993.

CAP MATTOS. Quem sou eu. *Museu Atanásio A. Mello Filho*. Disponível em: <<http://www.blogger.com/profile/15249563746616140267>> Acesso em: 8 mar. 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998. (Coleção Textos do Tempo).

CARACOL – Mato Grosso do Sul – MS: histórico. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/caracol.pdf>> Acesso em: 6 fev. 2011

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____ (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 14ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 375-399.

CHACO. *Wikipédia*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Chaco>> Acesso em: 19 mai. 2009.

CHANDLER, Billy Jaynes. Brazilian *cangaceiros* as social bandits: a critical appraisal. In: SLATTA, Richard W. (ed.). *Bandidos: the varieties of Latin American banditry*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1987. p. 97-112. (Contributions in Criminology and Penology, number 14).

CORREIA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995.

_____. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)*. 2.ed., revista e atualizada. Campo Grande: UFMS, 2006.

_____. *Fronteira Oeste*. Campo Grande: UFMS, 1999. (Fontes Novas. Ciências Humanas).

_____. *História e violência em Mato Grosso: 1817-1840*. Campo Grande: UFMS, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Unesp, 1999. (Biblioteca Básica).

COSTA, Maria de Fátima. *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

DANTAS, Paulo. Rui Facó – “CANGACEIROS E FANÁTICOS”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 50, p. 111-113, nov.-dez. 1963.

DONATO, Hernâni. *Selva trágica: a gesta ervateira no suestematogrossense*. São Paulo: Autores Reunidos, 1959. (Coleção Romances de Agora, v.3).

DÓRIA, Carlos Alberto. *O cangaço*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História).

DORNELLES, Sejanos. *Os últimos bandoleiros a cavalo*. Caxias do Sul: EducS, 1991.

ESTRADA de Ferro Noroeste do Brasil. *Wikipédia*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Noroeste_do_Brasil> Acesso em: 30 mai. 2009.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas* (©1963). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FERRERAS, Norberto O. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina. *História*, São Paulo, v.22, n.2, p.211-226, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a12v22n2.pdf>> Acesso em: 21 maio 2009.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Traduzido por Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Biblioteca de Ciências Sociais). Tradução de: *The struggle for land (A political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day)*, ©1981.

GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Estudos latino-americanos; v. 15).

GALERIA dos patriarcas das famílias belavistenses. *Museu Atanásio A. Mello Filho*. Disponível em: <<http://retiradalaguna.blogspot.com/2009/09/historico-do-museu-genealogico-atanasio.html>> Acesso em: 6 mar. 2011.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo: USP, 2000. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello. *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. Dourados (MS): L. Gressler, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. (Biblioteca de Ciências Sociais; v. n. 11).

HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Livre tradução e prefácio de Walmir Ayala. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991. (Universidade de Bolso).

_____. *Martín Fierro*. Barcelona: RBA, 1994. (Historia de la Literatura; 48).

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Humanitas).

HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. Traduzido por Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. Tradução de: *Bandits*, ©1969.

_____. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Traduzido por Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais). Tradução de: *Primitive rebels: studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th centuries*, ©1959.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3.ed., 1ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. II. O Brasil monárquico. 5. Do Império à República. _____ (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4.ed. São Paulo: Difel, 1985. t. II, v.5.

HORSLEY, Richard A.; HANSON, John S. *Bandidos, profetas e messias: movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995. (Bíblia e sociologia).

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBANHES, Brígido. *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*. Campo Grande: Alvorada, 1986.

_____. *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*. 2.ed. São Paulo: Scortecci, 1995.

_____. Brígido. *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*. 3.ed. Campo Grande: UFMS, 1997.

_____. *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros, o mito gaúcho sul-matogrossense*. 4.ed. Dourados (MS): Edição Independente, 2003.

_____. *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*. 5.ed. Dourados (MS): Dinâmica, 2007.

IBANHES, Maria de Lourdes Gonçalves de. *Silvino Jacques: entre fronteiras reais e imaginadas*. Três Lagoas: UFMS, 2008. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Três Lagoas, 2008.

INTRODUÇÃO. In: AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo: Humanitas; Itajaí: Univali, 2004.

JACQUES, Silvino. Décima gaúcha. In: FALCÃO, Theodorico de Góes. *Crônicas históricas do município de Bonito: trinta anos de emancipação política*. [s.l]: [s.ed.], 1978. p.15-30 (ver ANEXO E, f. 223).

LAMPIÃO - Robin Hood da Caatinga ou Líder Sanguinário?. In: *Leões e Cordeiros*, 3 mar. 2009. Disponível em: <http://bethccruz.blogspot.com/2009_03_01_archive.html> Acesso em: 15 jul. 2009.

LANGER, Erick D. A violência no cotidiano da fronteira: conflitos interétnicos no *chaco* boliviano. In: Dossiê - Fronteiras Americanas: entre interações e conflitos (séculos XVIII-XX) *Estudos de História*, Franca, v.13, n.2, p.207-230, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Traduzido por Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5.ed. Campinas: Unicamp, 2003. Tradução de: *Storia e memoria* (©1977, 1978, 1979, 1980, 1981 e 1982).

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, Série 1ª – Volume 2).

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1986. (Série Pesquisas).

LEWIN, Linda. The oligarchical limitations of social banditry in Brazil: the case of the “good” thief Antônio Silvino. In: SLATTA, Richard W. (ed.). *Bandidos: the varieties of Latin American banditry*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1987. p. 67-96. (Contributions in Criminology and Penology, number 14).

LIMA, Astúrio Monteiro de. *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*. São Paulo: Soma, 1978.

LIMA, Marcela Telles Elian de. *Pelas margens do São Francisco: a trajetória histórica e ficcional de Antônio Dó*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Dissertação (História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

LINEBAUGH, Peter. Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.101-141.

LOPES, Maria Aparecida de S.; ORTELLI, Sara. Fronteiras americanas: entre interações e conflitos (séculos XVIII-XX). In: Dossiê Fronteiras Americanas: entre interações e conflitos (séculos XVIII-XX). *Estudos de História*, Franca, v. 13, n. 2, p.13-29, 2006.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.40, n.2, p.183-221, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v40n2/3235.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2006.

MARIN, Jerri Roberto. Fronteiras e fronteiriços: os intercâmbios culturais e a nacionalização da fronteira no Sul do Estado de Mato Grosso. *Fronteiras: revista de História*, Campo Grande, UFMS, v. 4/5, n. 7/9, p. 151-182, 2000/2001.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. 2.ed., ampl. e rev. Campo Grande: UFMS, 2002.

_____. Santiago de Xerez: uma problemática para a arqueologia histórica. *Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia*, v. XLII, p. 243-265, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O cativo da terra*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1990. (Ciências Sociais, 16).

_____. *O cativo da terra*. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1998. (Ciências Sociais, 16).

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, Carlos. *El Capital: crítica de la economía política*. Traducido por Wenceslao Roces. 3.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. Tomo I, libro primero: *El proceso de producción del capital*. (Clásicos de Economía). Traducción de: *Das Kapital*, ©1867.

MATO GROSSO DO SUL: imigração e cultura regional. *GeoMundo*. Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/mato-grosso-do-sul-50122.htm>> Acesso em: 23 nov. 2010.

MAYER, Jorge Miguel. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. v. III, p. 2935-2939.

MOREIRA, Regina da Luz. Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. *Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro e São Paulo: CPDOC-FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>> Acesso em: 5 abr. 2011.

MÜLLER, Karla Maria. *Mídia e fronteira*: jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera. São Leopoldo: Unisinos, 2003. Tese (Doutorado), Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. CD-Rom.

O EMPREGO do avião na Revolução Constitucionalista de 1932. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/biblioteca/e-books/reflexoes4/30-oempregodoaviao.html>> Acesso em: 27 mar. 2011.

O PASSEIO. História. A descoberta. *Buraco das Araras Ecoturismo*. Disponível em: <<http://buracodasararas.tur.br/historia.php>> Acesso em: 15 dez. 2009.

OLIVEIRA, Aglae Lima de. *Lampião, cangaço e Nordeste*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1970.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Movimento operário no Sul de Mato Grosso*: avanços e recuos dos trabalhadores no rio Paraguai - 1917-1926. Porto Alegre: PUCRS, 2000. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em História - Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

PALMAR, Aluizio. Obrajes e mensus. *H2Foz*. Disponível em: <<http://www.h2foz.com.br/obrajes-e-mensus>>, Acesso em: 25 jul. 2008.

PRYCE-JONES, David. Eric Hobsbawm: lying to the credulous. *The New Criterion*, Jan., 2003. Disponível em: <<http://www.newcriterion.com/articles.cfm/hobsbawm-prycejones-1824>> Acesso em: 21 out. 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do cangaço*. 2.ed. São Paulo: Global, 1986. (Coleção História Popular; 11).

_____. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1975. p.153-190.(História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1).

_____. *Os cangaceiros*. Traduzido por Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Duas Cidades, 1977. Tradução de: *Os cangaceiros, les bandits d'honneur brésiliens* (1968).

REGO, José Lins do. *Cangaceiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *Pedra bonita* (©1937). 13.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

RIBEIRO, Arnor da Silva. *Premeditação da morte*: uma chacina na fronteira sob a ótica da imprensa escrita. Aquidauana: UFMS, 2006. Monografia (Especialização em História Regional), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Aquidauana, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil (©1995). 2.ed., 16ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil (©1995). 2.ed., 18ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste* (a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil). 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970. v.1. (Coleção Documentos Brasileiros).

RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920: os anos que mudaram tudo*. São Paulo: Ática, 1997. (Série Princípios).

ROSA, João Guimarães. *Ave, palavra*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. *Grande Sertão: veredas* (©1956). 20.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SAHLINS, Marshall David. *Ilhas de História*. Traduzido por Bárbara Sette; revisão técnica, Márcia Bandeira de Mello Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Antropologia Social). Tradução de: *Islands of history*, ©1985.

SALDANHA, Athamaril. *História e estórias da Revolução de 1932 em Mato Grosso do Sul*. Atualização, revisão e diagramação: H. Campestrini. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1994. Obra dividida em duas partes. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br>>, link Biblioteca Eletrônica. Acesso em: 28 fev. 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (História &... reflexões, 10).

SÃO BORJA. Rio Grande do Sul – RS. *Histórico*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/saoborja.pdf>> Acesso em: 25 out. 2010.

SCHWARTZ, Joan M. “Records of simple truth and precision”: photography, archives, and the illusion of control. *Archivaria*, Ottawa, Ont. (Canada), v. 50, p. 1-40, 2000.

SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 199-220, jun. 2008. (Dossiê Elites Políticas). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/13.pdf>> Acesso em: 2 maio 2011.

SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso: 1920/1980*. Campo Grande: Uniderp, 2005.

SILVA, Joana A. Fernandes. *Os Kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos*. Campinas: Unicamp, 1982. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1982.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. 3.ed. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

SLATTA, Richard W. Conclusion: banditry in Latin America. In: _____ (ed.). *Bandidos: the varieties of Latin American banditry*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1987. p.191-199. (Contributions in Criminology and Penology, number 14).

SLATTA, Richard W. Eric J. Hobsbawm’s Social Bandit: A Critique and Revision. *A Contracorriente*, p.22-30, 2004. Disponível em: <http://www.ncsu.edu/project/acontracorriente/spring_04/Slatta.pdf> Acesso em: 31 jul. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Retratos do Brasil, v.125).

SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Tenentismo ao Estado Novo*: memórias de um soldado. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Prefácio. In: SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do tenentismo*. 3.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p.XV-XX.(Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, Série 1ª. História, v.7).

SOUZA, Blau. 1932 A revolução da palavra empenhada. In: AXT, Gunter (org.). *As guerras dos gaúchos*: história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 376-391.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle (Visconde de Taunay). *A Retira da Laguna*: episódio da Guerra do Paraguai. Traduzido por Affonso de E. Taunay. 15.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1959. Tradução da quinta edição francesa.

TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira* (©1876). São Paulo: Martin Claret, 2003.

TEIXEIRA, Cláudio Alves. *Violência e poder em Mato Grosso do Sul*: a problemática das “Execuções Sumárias” nos crimes contra vida na região de Dourados e fronteira com o Paraguai (1989-1997). Dourados: UFMS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Dourados, 2002.

TERRAS de Mato Grosso. *O Matogrossense*, Campo Grande (MT), ano V, n. 1177, primeira página, 18 nov. 1954. Arquivo Histórico de Campo Grande (Arca).

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*: a origem da lei negra. Traduzido por Denise Bottmann. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Oficinas da História, v.7). Tradução de: *Whigs and hunters: the origin of the Black Act* (©1975, ©1977).

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. Arizona: The Arizona Board of Regents, 1986 (c1947). (Primeira edição: 1920).

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da *fronteira em movimento*. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1976. (Corpo e Alma do Brasil).

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Introdução. In: _____ (org.). *Pão, terra e liberdade*: memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Universidade Federal São Carlos, 1995. p. 15-21. (Publicações Históricas n. 92, Arquivo Nacional.).

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987. (Estudos históricos).

WAACK, William. *Camaradas*: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2000. (Humanitas).

WEINGARTNER, Alisolette Antônia dos Santos. *A formação histórica de Mato Grosso do Sul e o movimento divisionista (1889-1930)*. Porto Alegre: PUCRS, 1993. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade*: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). São Paulo: USP, 1998. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

ANEXOS

ANEXO A

Registro de nascimento de Silvino Jacques

(Livro A-7, folha 154, sob número 194)

N.º 194 e foi declarado de idade em 7 de Setembro de
 anno de mil novecentos e vinte e sete.
 Terceiro districto de Bragança e de um
 município de São Paulo, Estado de São Paulo,
 de do Sul, em meu cartório municipal
 e Cidadão João Pedro Jacques, residente
 neste districto e em presença dos
 n.ºs ab.ºs assignados, declarou:
 Que no dia docto de Setembro do
 anno de mil novecentos e vinte e sete
 em sua residência nasceu uma cri-
 ança do sexo masculino a qual deu-
 se o nome de Silvino Thomaz Jacque-
 que e filha legítima dele declarante
 e de sua mulher Maria Alves de São
 e Anna Jacques, esta e elle declaran-
 te maiores deste Estado, residentes
 neste districto, a quem eu, o juiz, e
 declaro mais que os dois pais
 são de nome Silvino José de Almeida
 Jacques e José Bernardes Silva Jacques e
 matrona José Euclides de São Anna
 e Bernardes Pereira de São Thomaz, e
 que os dois pais e a mãe de referid. Silvino
 e Bernardes e Antonio de São Paulo, sendo
 residente no município de Bragança
 e Silva Rodrigues de Andrade, de profissão
 domestica, residentes neste districto de
 que para constar foram o presente
 termo que foi lido e achou conforme e
 assignou com as testemunhas Jacin-
 thina de Andrade e Amotico J. de Car-
 dos e outros residentes neste distri-
 cto. O presente assente foi lido e
 em seguida do adital, publicado
 por ordem do juiz districtal deste
 districto, Celedino Soares e outros
 que Rodrigues de São Paulo, de cinco
 de Andrade, assessor do Registo civil
 e assessor e assignou. O Escreva do Re-
 gisto, Amotico Rodrigues de Andrade.
 Lendo Pedro Jacques

ANEXO B

Certidão de Silvino Jacques**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais
Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos
Protestos de Títulos Cambiais

e
Centro de Registros de Veículos Automotores - CRVA
COMARCA DE SÃO BORJA

LOIVIA MARIA WELFER – Oficial Designada

EXTINTO CARTÓRIO DO ITAROQUEM**C E R T I D ã O**

CERTIFICO que, se acha registrado neste Ofício, no livro de Registros de Nascimentos de número A-7, folhas 154, sob número 194, o nascimento de **Silvino Hermiro Jacques**, do sexo masculino, que nasceu às horas ignoradas, do dia dezessete de fevereiro de um mil novecentos e seis (17/02/1906), em casa de residência, sendo filho de Leão Pedro Jacques e de Maxima de Sant'Anna Jacques, naturais deste Estado e residentes neste distrito. São avós paternos: João de Almeida Jacques e Josephina da Silva Jacques, e avós maternos: João Paulo de Sant'Anna e Braulina Pereira de Sant'Anna. O assento foi lavrado em dezoito de dezembro de um mil novecentos e oito (18/12/1908). No extinto cartório do itaroquem neste município. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 16 de março de 2009.

Loivia Maria Welfer
 Loivia Maria Welfer
 OFICIAL DESIGNADA




Selo:0584.03.0800017.01374
 0584.01.0800017.00602
 RS:17,80

ANEXO C

Certidão de Miguel Jacques, irmão de Silvino Jacques

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais
Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos
Protestos de Títulos Cambiais
 e
Centro de Registros de Veículos Automotores - CRVA
COMARCA DE SÃO BORJA

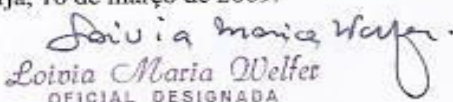
LOIVIA MARIA WELFER – Oficial Designada

EXTINTO CARTÓRIO DO ITAROQUEM

CERTIDÃO

CERTIFICO que, se acha registrado neste Ofício, no livro de Registros de Nascimentos de número A-8, folhas 121, sob número 239, o nascimento de **Miguel Jacques**, do sexo masculino, que nasceu às 08:00 horas, do dia oito de novembro de um mil novecentos e oito (08/11/1908), em casa de residência, neste distrito, sendo filho de Leão Pedro Jacques e de Maxima Sant'Anna Jacques, naturais deste Estado e residentes neste distrito. São avós paternos: João de Almeida Jacques e Josephina da Silva Jacques, e avós maternos: João Paulo de Sant'Anna e Braulina Pereira de Sant'Anna. O assento foi lavrado em vinte e um de novembro de um mil novecentos e nove (21/11/1909). No extinto cartório do itaroquem neste município. O referido é verdade. Dou fé.

São Borja, 16 de março de 2009.




Loivia Maria Welfer
OFICIAL DESIGNADA

REGISTRO CIVIL
LOIVIA M. WELFER
 Oficial Designada
 São Borja - RS

Selo:0584.03.0800017.01375
 058401.0800017.00603
 R\$:17,80 LG

ANEXO D

Direitos autorais


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 BIBLIOTECA NACIONAL

VISTO
 Plínio Doyle Silva
 Diretor da B. N.

DIREITOS AUTORAIS

Certifico que a folhas 215 do livro n.º 18 foi registrada sob o n.º 25 325 a seguinte obra:

AUTOR: SILVINO HELMIRO JACQUES, que usa assinar
SILVINO JACQUES

TÍTULO: "DECIMA GAÚCHA"

CARACTERÍSTICAS: Obra literária com 20 páginas, mimeografada particularmente em 1980 - São Paulo - SP.

OBSERVAÇÕES: O registro foi requerido por ILDORILDA JACQUES PERRUPATO (filha e única herdeira) através de sua procuradora
Os 4 documentos que formam o processo estão arquivados no Serviço de Direitos Autorais - B.N.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 19 80

AMFV/
 MVP/
 Impresso para registro de direitos autorais Mod. DME 1093

CHEFE DA SEÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS
 GILBERTO LOPES
 Chefe Substituto da SDA
 Matrícula 1.939.631

Décima gaúcha de Sylvino Jacques

Trágico destino de Jacques e Ornellas, escrito em versos gaúchos e bem rimados, contando a verdade do fato de um gaúcho predestinado.

Ofereço ao meu João Candido Rodrigues
Indio de minha confiança.
O teu nome, meu caro amigo,
Eu sempre trago na lembrança
De um dia ver-te e abraçar-te.
Eu tenho sempre esperança
Abraçar tua esposa e filhos
Essas belinhas crianças.

X Vou contar uma história,
Que muitos devem saber,
Mas contada por quem não viu
É justo não devem crer.
E para que todos saibam
Bem certo vou escrever.

X Meu nome eu nunca neguei
E não pretendo negar:
Me chamo Sylvino Jacques
E nunca procuro o mal.
Ele é quem me procura
E sempre há de me encontrar.

X Sempre fui perseguido
Por um ruim triste destino
Até chegar ao ponto
De ser um homem ferino.
E meu nome ser comentado
Com fama de assassino.

X Essa triste sorte, de longe
De longe vem seguindo,
Pois creio que é o meu destino
Que anda me perseguindo
Embora cheio de máguas,
Eu mostro-me sempre rindo.

X Sou natural da fronteira.
Do Rio Grande estimado.
Criei-me como um gaúcho
De pingo bem encilhado,
Sempre alegre e altaneiro,
Sem maldizer meu estado.

X Fui nascido nas campinas.
Do Sul cheio de flores,
Foi onde vi prazeres
E que conheci amores
E conheci também tristezas
E golpes cheios de dores.

Família
X Sou filho de Leão Pedro Jacques,
Indio velho pobretão,
Mas sempre fez grande empenho,
Para dar-me educação.
Mas me faltou a memória
E uma boa inclinação.

X Mas isso já é destino
Que desde o berço nos vem.
Quem nasce para ser sem sorte,
Estuda e nunca é ninguém.
Mas espero mudar de sina
E ser um dia gente também.

X Um feiticeiro me disse:
Escute senhor Sylvino
Pelos olhos eu conheço
Vai ser ruim o seu destino
Parece que ele sabia
Que eu ia ser assassino.

X Tinha eu 15 anos
Quando o colégio deixei.
Gauchadas e proezas
Foi o que eu adorei
E com essa mesma idade
A pelear eu principiei.

X A peleia mais falada
De todas que me envolvi
É a que vou contar agora.
Bem certo tudo que vi
A cousa passou da farra
Mas contudo sempre me ri..

X Eu e Prudente de Ornellas
E meu tio José Sant'Ana
Tomamos uma cerveja
Em casa de gente mundana
Mas isso na maior paz
Pois a sorte sempre engana.

X Muita gente se achava
Nessa triste ocasião
Homens de toda a idade
Acompanhavam a diversão
Muitos pares dançavam
Pois era um grande salão.

X A patrulha do Exército
Na frente estava um dia
E nas portas do fundo.
Gente também se via:
Eram guardas da polícia,
Que o local guarnecia.

X Revólver bom sempre tive
Ainda mais nessa ocasião
Eu era guarda fiscal
Tinha minha obrigação
Assim como Prudente d' Ornellas
Que esperava nomeação.

X Eu disse aos meus companheiros,
Mas isso de brincadeira
Que no forro daquele prédio
Eu ia abrir uma goteira
Depois do furo aberto
Aí que foi a porqueira.

X A Patrulha ignorante
Tentou me desarmar,
Com modos tão agressivos
Que eu não pude aturar.
Nisso recebi um tiro.
Vi-me obrigado a atirar.

X O cabo caiu no chão.
Com dois balaços que eu dei.
As praças nos atiraram,
Que sorte nossa não sei,
Naquele trocar de balas
Mais um polícia matei.

X Dali saímos para fora
Querendo nos escapar
É o resto da polícia
E a patrulha militar
E também alguns paisanos
Tentaram nos agarrar.

X Quando me vi cercado
Entre muitos inimigos,
Comecei a queimar cartucho
Sem reconhecer o perigo
Numa praça linda e verdejante
Sem nenhum capim para abrigo

X Umás cinco quadras brigamos
Com essa gente corajosa.
Com tiros de nossas armas
E um pouco da minha proza
Começaram a fugir.
Como quem pisa em brasa.

~~Antes de terminar o caso
Vou contar a minha dor:
Saudades de minha esposa e filhos
Que é para mim encantador,
Saudades de Paes e irmãos
Nos quais tenho tanto amor.~~

X Resumo do conflito
Que nessa vila se deu,
Sabino José de Almeida
Que era cabo morreu
E José Gomercindo Fernandes
Também desapareceu

X Era onze e meia da noite
Do dia vinte bem sei
De junho e vinte e nove
Quando a matar principiei
E junto a meus companheiros
Em rumo certo tomei.

MATEU
cabo.
e +
um policial.

nomes
dos
mortos

X Prudente meu caro amigo
 Já ia um tanto ferido
 Mas disposto sempre a brigar
 Em caso for agredido
 Alegre sempre cantando
 Mostrando-me divertido.

X As duas da madrugada
 Num bosque escuro entrei
 E para chegar numa vila
 Um rumo certo tomei
 Naquele bosque assombroso
 Toda noite caminhei.

X Antes de clarear o dia
 Nós todos muito cansados,
 Seis léguas e tanto
 Já tínhamos caminhado
 Deitamos todos no mato,
 Para descansar um bocado.

X Daí continuamos
 A subir montes do sertão
 E chegamos numa casa
 Para tomar informação
 Onde tinha uma venda
 Para comprar munição.

X Dali saímos informados
 Direito a um comerciante
 Caminhando bem depressa.
 Para chegar num instante.
 Bala para os revólveres
 Ali compramos bastante.

X As duas horas da tarde
 Em Comandai cheguei.
 Fui em casa de um amigo
 O qual nunca esquecerei.
 Avisou-me de uma escolta,
 Ligeiro rumo tomei.

X Era o Sub-Delegado
 Que de mim teve notícia
 E reuniu ligeiro um grupo
 Para aumentar a polícia
 De fazer-me perseguição,
 Isso não tinha preguiça.

X Fizemos uma cruzada
 A eles todos enganamos.
 Passei um rio a nado
 Em outros municípios chegamos
 E depois de cair a noite
 Nossa viagem continuamos.

X Às dez horas da noite
 Em uma casa cheguei
 Com bons modos e paciência
 Um auto eu arrumei
 Mas fomos atacados:
 De auto pouco viajei.

X Ao chegar numa vila,
 Denominada Campina,
 De um grupo bem armado
 Quando vi estava em cima.
 Mas dessa gente coitados
 Foi trista sua sina.

X Continha o grupo vinte e seis
 Todos com armas na mão
 Gritaram com grande arrojão.
 Que se entregassem na prisão.
 Nem bem parou o auto,
 De pé estive no chão.

X Primeiro tiro que dei
 Foi no Sub-Intendente
 Um tal Crescêncio Boguedulta
 O qual caiu de repente
 Com um balaço no coração,
 Pois é morte que não sente

X Cerrou bonitas descargas
 Todas contra nossas vidas.
 Meu tio caiu baleado
 Mas levantou em seguida
 Dando tiros espaçados
 Fazendo por nossa vida.

X Um tal José Cardoso *foi mat*
 Moço novo e gauchão.
 Esse deu só dois tiros
 E nisso caiu no chão
 E o Ornellas gritou:
 Terminou-se um valentão.

X Nisto gritou a polícia:
Amigos estou ferido
Devemos nos retirar,
Fugir do grande perigo
Já vi que é debalde
Lutar com o inimigo.

X Depois de estar na Argentina
Num sertão quase deserto.
Enxergando o meu País
Na minha frente tão perto,
E sem poder chegar lá
Parecia-me não ser certo.

X Esse tal José Cardoso
Era um moço escrivão
E junto ao Sub-Intendente
Comandava o esquadrão
Matou-se os dois valentões
Terminou-se a proteção.

*Ligou o resto da escolta
Fugiu perante o meu rio,
Entramos juntos no mato
A noite passou num rio,
Sentimos grande frio.*

X Recém senti saudades
De minha esposa e filhinho
O qual deixei com três meses
Um esperto garotinho
Senti ausência da Pátria.
Do meu torrão e meu ninho.

X O resto da escolta
Ligeiro tudo fugiu
E nós entramos no mato
A nado passou-se um rio.
E a noite era de geada
Sentimos grande frio.

X Se fosse só eu a sofrer
ainda tinha consolação
Mas sofrem muitos por mim:
Esposa, pais e irmãos.
Também sofrem pais dos mortos,
Com grande perturbação.

X Mas coragem nunca me falta
Nessas tristes ocasiões.
Caminhamos dia e noite
Descalços pelo sertão
E meus dois amigos
Me seguiram com atenção.

X Dali fomos a São Xavier
Que é vila no Sertão
Mas de autoridades bandidas
Que sempre fazem traição,
Onde mataram covardemente,
O bravo Pedro Araújo.

X Nos bosques sem recursos
Nossa vida era interessante:
Não se encontrava rancho
Para chegar num instante.
Cobras de todas espécies
Isso sim tinha bastante.

X Nesse triste recanto em Missões
Quis eu ali me ocultar
Quando soube estava vendido
Por autoridades do lugar.
Entregavam-nos a um tal Cardoso
Que nos queria matar.

X Remédio para os ferimentos
Isso era o buraco.
Pois era folhas de árvores,
Curativos de macaco.
Tinha perdido muito sangue
Para caminhar era fraco.

X A polícia argentina
Nos fez perseguição
Mas se eu tivesse encontrado
Essa turma de vilão
Ahi sim eu matava com gosto
para me vingar da traição.

X Aos quatro dias de viagem
Nessa trágica carreira
As onze horas da noite
Foi que cheguei na fronteira
Passei o rio Uruguai
Para terras estrangeiras.

*RIO URUGUAI
ATRAVÉSSE*

X Quando soube da emboscada
Tratei de me retirar
Agarrei numa canoa
E comecei a remar
Em terras brasileiras
É que eu fui me ocultar.

Enquanto me procuravam
Em São Xavier das Missões
X No Brasil é que eu estava
Escondido nos sertões,
Esperando cair à noite
Para tomar direções.

Nesse lugar que eu passei
O dia todo escondido
X Foi nas matas do Cardoso
Pai do que tinha morrido
E do mesmo que na Argentina
Tinha nos perseguido.

Numa canoa fraca
X Rio abaixo nos seguia,
Era forte a serração,
Nem mesmo de perto se via,
Completamente sem rumo,
Sem uma estrela para guia.

De uma cachoeira ao longe.
X Forte rumor se ouvia,
São mistérios da natureza,
Até a canoa rangia
Parecia dar sinal
Que tombo d'água se abria.

Mas felizmente passamos
X De pelo todo molhado
Pois a canoa encheu de água,
Mas não fiquei assustado
E quando vi o perigo
Já o tombo tinha passado.

Santa Maria e Santo Isidro
X Que é nome de duas cachoeiras
Ainda muito pior que a outra
Receei fazer porqueira
Troquei de embarcação
Margeei terras brasileiras.

Às seis e meia do dia
X Já muito distante estava
De todas as cachoeiras
Já nem rumor se escutava
E os inimigos sem rumo
Triste nos procurava.

Trajeto como esse
X É custoso se fazer
Em tombos d'água imensos
Arriscando até morrer.
Mas era o único recurso
Não se podia temer.

Em terras brasileiras
X Meu valente barco aportei
Fui em casa de um amigo
E três cavalos arrumei
E fui passear em São Borja
Nos pagos que me criei.

Um tal de Duque Rodrigues,
X Um ruivinho garnizé
Esse também perseguiu-me.
Foi até Santo Tomé
Lambendo as esporas do tal Cardoso
Eu sei bem o que ele quer.

Esse tal de Duque
X É o sub-delegado
Lá no quarto de São Borjas
Onde foi nascido e criado
E por ser covarde e assassino
É que é hoje empregado.

Foi toda sorte desta besta
X não ter topado comigo
Para conhecer no mundo
O que se chama perigo:
Eu tenho grande vontade
De um dia topar contigo.

Para medir nossas forças
X A raça e a qualidade,
Pelearnos de peito a peito
Para mim saber se é verdade
Se és gaúcho de fato
Se falas a realidade.

O gaúcho nunca se aperta
X Não sente fome nem frio,
Quando enxerga o inimigo
Nem siquer dá um arripio:
Pega as armas e bebe um trago,
Se o frasco não está vazio.

X Quem nunca passou trabalho
Nem sofreu perseguição
Não sabe avaliar a vida
De um cabloco valentão,
Dormindo sempre escondido,
Sua cama é o próprio chão.

X Quanto é triste viver longe
De quem se tem amizade
E em país estrangeiro
Aumenta mais a saudade
Da esposa, pais e irmãos
Que vida sem liberdade.

X Mas remorso eu não tenho
Nem de que me arrepender.
Briguei em minha defesa,
Matei para não morrer
Nem que obrigue a bandido
De prisão hei de correr.

X A vida que vou levando
É uma vida desgraçada
Mas muito pior ainda
Numa cadeia fechada.
Prefiro andar de canto em canto
Sem nunca ter morada.

X Estive em terras argentinas,
Sofrendo mil privações,
Sem me confiar em ninguém.
Ainda com perseguição
Só confiava em minhas armas
E o bocó de munição.

X Numa tarde em que eu passeava
Em Santo Tomé Corrientes
Visitando alguns amigos
E também alguns parentes
Soube de uma escolta
Que preparava aquela gente.

X A polícia de Corrientes
Cabras ruim e traçoeiros
Com proposta do Cardoso
De ganhar algum dinheiro
Andavam nos negociando
Para nos fazer prisioneiros.

X Assim que eu soube,
Dessa vil traição
Agarrei minha arma de guerra
E o bocó de munição
E saí enfurecido
Danado como um cão.

X O meu tio José Sant'Ana
Não quis me acompanhar
Agarrando outro rumo,
Diz ele para descansar,
Mas tenho grande cuidado
Que a ele possam pegar.

X Assim que chegou a noite
Eu sem ter preguiça
Fiz um lindo trajeto
E enganei a polícia
Fugi para o Brasil
Deixei de mim sem notícia.

X Eu e Prudente d'Ornellas,
Sempre em combinação,
Viajando sempre os dois juntos,
Não digo com presunção
Só mesmo por um castigo
Nos entregar a prisão.

X Se algum dia por acaso
Não possa eu contar vitória
Que os meus inimigos me matem,
E assim cheio de glória
Eu peço a meus amigos
Que leiam a minha história.

X Que é para todos saberem
Que eu nunca morri por bandido.
Foi por ser um índio
Daqueles bem decidido
E muitas vezes matar
Quando me viu agredido.

X De minha esposa e filhinho
Bem triste há muito não sei
Nem ela sabe de mim
Qual rumo foi que tomei
Sofremos os dois saudades
Do lar que eu abandonei.

AI ARGENTINA
DE VOLTA TO
BRASIL

reclamando
da prisão
pelo campo

sem
cap

outro
filho

Saudades do meu irmão,
 Meu fiel compadre e amigo,
 Quando chegará o dia
 Que eu posso falar contigo?
 Contar-te a minha vida?
 Minha sorte sepre maldigo.

Quanto é triste viver longe
 Do grato torrão natal
 E sempre perseguido
 Correndo para escapar
 Mas ainda há de chegar o dia
 Da esposa e mãe abraçar.

Embora triste e aborrecido
 Nunca dou demosntração.
 De que serve entristecer-me
 Se para mim não há perdão?
 Embora morra como um valente,
 Não me entrego à prisão.

Tantos bandidos que matam
 Vilmente de emboscada
 E como são do governo
 Saem dando risada.
 E outros por terem dinheiro
 Não lhes acontece nada.

E quando é um homem pobre
 Que mata sendo agredido
 Tem que ligeiro fugir
 Por ver-se perseguido.
 E ainda muitos comentam
 Matou por ser bandido.

Tem se visto muitos exemplos,
 O meu não é o primeiro:
 Julgando às vezes estar salvo
 Em países estrangeiros
 E ainda ser mais perseguido
 Por ambição do dinheiro.

Hoje estou no meu país
 E não pretendo emigrar
 Hei de andar de um lado a outro
 Procurando sempre escapar,
 Mas quando me vejo agredido
 Resolvo sempre a pelear.

No Brasil é que se encontra,
 Os cablocos gauchões
 Que não medem dificuldades
 A dar sua proteção

A qualquer um perseguido
 Que anda sem direção.

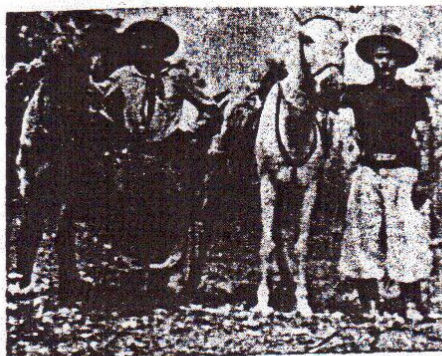
Conheço a Argentina ^{comida}
 E Paraguai também. ^{comida}
 Mas esses são países, ^{em outros países}
 Que para mim não convém
 Porque de uma hora para outra
 Me encrimino lá também.

Se para sempre andar
 Assim desacomodado
 Então vivo no meu país
 que sou menos sobressaltado
 E enquanto eu tiver saúde
 Serei também respeitado.

Amigos tenho diversos
 Que neles tenho confiança.
 Sou ruim para os meus inimigos
 Faço carinho às crianças
 E meus amigos sinceros
 Eu sempre trago em lembrança.

Artur Medeiros é um amigo
 Que a ele devo atenção
 Assim como Lourenço Gago
 E também Argemiro Leão
 E Argemiro Araújo
 Meu primo de estimação.

Em todos os amigos que tenho
 Não me é possível falar
 Tenho muitas histórias
 Que hoje quero contar
 E se falo em todas elas
 O tempo vai me faltar.



Tempo de Silvino: Trovão (esq.) e Codo.

Segunda parte da história de Jacques e Ornellas (continuação).

frayto P/MT
 X No dia oito de agosto
 Deixei Santoomé.
 Continuei minha viagem
 Caminhando sempre a pé.
 Para Corrientes não volto
 E seja lá o que Deus quiser.

De São Borjas ao Itaqui
 Por linha férrea viajava.
 Isto naquele tempo
 Que em Jacques tudo falava
 E quando avistava o trem
 Dele sempre me ocultava.

X A quinze do mesmo mês
 Na estação de Tuparaí
 Deixei a estrada de ferro.
 Cortando campo segui
 Com direção a uma estância
 Na margem do Ibicuí.

esperar no rio grande do sul
 X Essa fazenda que falo
 É de gente camarada
 É de meu compadre
 Não teme e nunca receia nada.
 Para servir um amigo
 Seja qual for a jornada.

X Nesse lindo recanto em Missões
 Quase dois meses parei
 E gente tão destemida
 Como essa nunca encontrei
 Passava eu camperando
 Ali nunca me ocultei.

perseguido do Inspector MILITAR
 X Numa tarde de rodeio
 Todos nós se divertia
 De longe veio o recado:
 Era um índio que trazia
 Que essa noite na estância
 A brigada nos batia

X Mas eu que sou índio calmo
 E gosto de ver de perto
 Continuei no rodeio
 Trabalhando mais alerta
 Esperando cair a noite
 Para saber se era certo.

X De noite no galpão
 Junto a toda peonada
 Chimarrão e carne gorda
 Ali não faltava nada.
 Tinha música e cachaça
 para alertar a indiada.

X Num cinamomo na frente
 Um farol fiz acender
 Para evitar que a escolta
 Pudesse a casa perder.
 A luz passou acesa
 Até a aurora romper.

X Ao romper do dia
 Me apareceu um indivíduo
 Dizendo: a escolta está aí,
 Todos na frente escondidos,
 Mande dizer que se entrega
 Que estarão garantidos.

X Levantei-me em seguida
 Para ver aquela gente
 De linha estendida.
 Estavam todos na frente
 Vi que era gente de paz
 E fui saindo contente.

X Caminhando lentamente
 Continuava eu com receio
 Já ia uns duzentos metros
 Principou o tiroteio:
 Não avistava ninguém
 Pois o caso estava feio.

X Mas isso durou muito pouco
 E não passou de caçada
 Só esse meu compadre
 Divertiu aquela indiada:
 Era um gaúcho inspetor
 Com dezesseis praças da brigada.

X Essa gente era boa
 E vieram só por conta
 E todos têm de ser bom
 Quando a coragem não dá
 Me avistaram de perto
 Mas não quiseram chegar.

X Voltei à estância em seguida
Continuar a marcação
De longe ainda avistei,
A escolta nun chapadão
E fui laçar na mangueira
Num tostado redomão.

X Assim que chegou a noite
Eu e meu companheiro
Ensilhamos o cavalo.
Para sair mais ligeiro
Pusemos laços nos tentos
Para bancar o tropeiro.

X Seguimos a trotezinho
Deixando o torrão querido
Escapando da polícia
Para lugar desconhecido
Mas num pingo tanto fraco
Eu ia um tanto aborrecido.

X Achei os pingos mole
Para fazer longa jornada
Então cheguei numa estância
Que havia perto da estrada
Procurando um puro sangue
Que eu sabia a sua parada.

X Na estrebaria encontrei
O Zaino puro falado
Puxei logo pra fora
Que foi saindo espantado.
Montei no zaino faceiro
E fui saindo agauchado.

X A arma do gaúcho } *cavalo*
É o cavalo bom e forte.
Brigando arrisca a vida,
Correndo desvia a morte.
Por isso montei no puro
E fui pendendo para o Norte.

X Viajava sempre à noite,
passava o dia escondido
Em lugares silenciosos
Que eu não fosse agredido.
Nos pagos dos inimigos
Viajei sempre prevenido.

X Itaquí, São Borja e São Luis
Viajei sem perseguição
Ao entrar em Santo Ângelo,
Onde existe ^{algum} vilão,
Dois inimigos avistei,
Um ~~cabra~~ que era espião.

X Quiz falar com o índio
Mas a cabra me disparou
Dei-lhe um tiro de revólver
E parece que acertou
Porque o índio deu um grito
Caiu no chão e parou.

X Nessa noite eu levava
Comigo três companheiros
Um irmão e dois amigos
Nós todos muito ordeiros.
Meu irmão acompanhou-me
Por ser amigo verdadeiro.

X Não que fosse criminoso
Nem tanto comprometido,
Sómente por ser amigo
Disposto e decidido,
E por ver que me retirava
Tristemente aborrecido.

X Município do Ijuí
E de Palmeiras também
Viajamos tranquilamente
Sem nunca encontrar ninguém,
Seguindo o meu destino
O qual estava além.

X Com destino a Mato Grosso,
Nossa viagem prosseguia.
Viajava sempre de noite
E descansava ^{de} dia,
Caçando com ~~meus~~ amigos
A vida se divertia.

X Nunca dormimos todos
Sempre tinha vigia.
Já levava-se de viagem
Bem certo vinte dias
Quando cheguei em lugares
Que ainda não conhecia.

X Foi em Santa Catarina
Esse lugar que falei
E foi a primeira vez
Que nessa viagem passei.
De dia francamente *abertamente*
Num povoado entrei.

sobre X Chamava-se Carneiro
Esse pequeno povoado.
De mim a polícia
Já estava informado
Ao entrar no centro do povoado *Vilqreso*
Fui por ela atacado.

X Eu disse *Aos* meus companheiros
Prestarem grande atenção,
Contei-lhes o que sentia
Dizer em meu coração
Que estava *de* aditando
Uma *vil* traição.
bem, sign

X Disse só estas palavras
E continuei para a frente.
Recebi forte descarga
Já não fiquei contente.
Por não ver o inimigo
Que atirou traiçoeiramente.

X Senti o sangue morno
Que da minha perna baixava
Vi meu irmão cair
E o tiroteio continuava.
Também dei poucos tiros
Na Numa fumaça que enxergava.

X O meu amigo Prudente
Entrou no mato, baleado.
Meu irmão levantou-se
Saiu correndo abaixado,
Desistiu por ver-se ferido
E não por ter-se assustado.

X Eu ali na fumaça *me*
Brigando sem ver com quem,
Quando me vi sózinho
Resolvi fugir também.
Internei-me naqueles bosques
Sem ver a mais ninguém.

X Chamando ^{os} meus companheiros
Bosque a dentro seguia.
Muitas vezes chamei,
Mas ninguém ^{me} respondia.
Sairam os dois feridos,
Sem direção e sem guia.

X De meu ^{meu} ferimento
O sangue forte corria,
O meu cavalo também ferido
Mas *com força* forte me conduzia,
E todas as minhas armas
Ainda comigo trazia.

X Desmaiado caí no chão
Sem saber conta de mim,
Dali há uma hora me acordei
E vendo-me triste assim
Sem forças para seguir
Lembrei-me em dar-me fim.

X Calcule agora o leitor
Minha triste situação
Caído sem recursos
Deitado no próprio chão
Sem saber o que era feito
de meu amigo e irmão.

X Me vinha ^{na} mil pensamentos
Mil ^{de} imaginações:
Serão vivos ou mortos?
Neste tristonho ^{sertão} *minha*
Para mim ali sózinho
Tudo me eram visões.

X Do cavalo tirei o freio
Para ruído não fazer
E fiquei ali esperando
Que Deus me viesse valer,
Do inimigo ouvindo a fala
Mas não podia correr.

X Pensando em meus pais,
E minha esposa e filhinho,
E em meus queridos irmãos,
Sem saber de seus maninhos
Da forma que me achava
Baleado, triste, sózinho.

X AS duas da madrugada
 Os guardas facilitaram
 E nesta feliz hora *feliz*
 Os dois valentes chegaram
 E quando a polícia acordou
 Nem rastro de mim acharam.

X Trouxeram-me ^{ao} para o Rio Grande
 Que justamente é o meu chão
 E deixaram-me escondido
 Num silencioso sertão,
 Onde passei dois dias
 Esperando condução.

X Ali ^{deitado} onde fiquei
 Era uma forte montanha
 Habitada só por feras,
 Cobras, mosquitos e aranhas.
 E eu tinha por alimento
 Somente um frasco de canha.

X Deitado ali na sombra
 Das matas do sertão
 Tinha eu como leito
 As folhas secas do chão
 De travesseiro uma pedra
 De arma tinha um bastão.

X Ao cerrar d'Ave Maria
 Que é hora mais tristonha
 Sem poder d'ali sair
 Passando grande insônia
 Naquele chão tão imundo
 Naquele serra risonha.

X Como era triste a vida,
 Triste o meu passado,
 Quasi morto de sede
 Na margem d'um grande rio.
 Tristeza sem igual *no mundo*
 O meu coração sentia.
Carreguem prumo o gentio

X As vezes altas da noite
 Acordava estremecido
 Com o rugir das feras
 Que ali tinha ouvido
 E continuava escutar
 De vez em quando um rugido.

X Que triste o meu viver
 Naquele sertão sózinho
 À noite ouvindo as feras,
 De dia os passarinhos
 Que passavam a trinar
 Organizando seus ninhos.

atenção - ?
 X Uma noite, ^{de} a madrugada
 Ouvi uma voz me chamar
 Dizendo: "Meu senhor,
 Licença para chegar
 Aqui trago um cavalo
 Para o senhor escapar."

X Sentei-me em seguida
 E perguntei: "Com quem falo?"
 "Sou peão do seu amigo
 Que lhe mandou um cavalo,
 Vamos seguir depressa
 Que estou ouvindo um estalo."

X Era um moreno velho
 Mas disposto e bem mandado.
 Montou-me no dito pingo,
 Saiu comigo puchado.
 Dali uma hora chegamos
 No ponto determinado.

X Levou-me para uma mata
 Que certo lugar havia,
 Próximo a um amigo
 Que também me protegia
 E de meus fiéis amigos
 Ainda nada se sabia.

X Um amigo apareceu-me
 Às oito horas do dia
 De meu amigo deu-me notícia,
 De meu irmão não sabia,
 Com direção do Uruguai
 Mandeí um próprio em vigia.

X O próprio voltou depressa,
 Falando muito assustado,
 Que num porto do Uruguai
 Um corpo foi encontrado,
 Dum moço ^{ra} ainda novo
 Que morreu afogado.

X O balaço foi na perna.
Quasi sem sangue fiquei.
E sem poder caminhar
Uns trinta dias andei.
Isto sempre perseguido,
Mas infelizmente escapei.

X Naquela hora eu pensava
Ser um dia derradeiro
Mas como tudo não estava
Nem triste e nem faceiro
Se morrer sem recursos
Não serei eu o primeiro.

X Continuamente adormecia
Sem saber onde estava,
Mas com poucos minutos
Novamente despertava,
Sempre no mesmo lugar
A dor sempre continuava.

X Às cinco horas da tarde
Desse dia desastrado
Por uma grande escolta
Fui ali encontrado
Então virei-me de bruços
Com o revólver empunhado.

X Quando avistei a escolta
Contei-me ali perdido.
Mandei fazerem alto
Aquele povo surgido.
E me disse um cabra deles:
"Amigo, não sou bandido!"

X Disse ele: "não atire: ^{mais} tanto
Já chega de brigar
De ver-lhe assim tão ferido
Sou obrigado a lamentar:
Entregue-se a mim ^{agora}
Que eu lhe quero salvar."

X Para evitar de morrer,
Resolvi me entregar
Mesmo crendo no caboclo
Que estava comigo a falar
E tinha grande esperança
De um dia escapar.
me

X Dali me conduziram
Ao rancho desabrigado
Para ^o outro dia
Me levarem ao povoado.
Ali por diversas senhoras
Fui muito bem tratado.

X O delegado bandido
Veio ali interrogar
Era um tipo antipático
Que nem gosto de me lembrar.

X De meus dois companheiros
Ali nada se sabia.
Muita gente os procurava
Mas a eles ninguém via.
"Com este estou satisfeito,"
O delegado dizia.

X Nesse ~~triste~~ lugarejo,
Triste ~~o~~ e montanhoso
Habitado por ~~muita gente~~ ^{uma pessoa}
Traioeiro e cargos ~~e~~
E já todos sabiam
Onde eu era criminoso.
que

X Ali apareceram
Dois caboclos valentões
E um deles me disse:
"Que triste sua situação,
Se és o Jacques confesse,
Que lhe roubo da prisão!"

X Eu ainda meio desconfiado
Não queria confessar
De receio que os caboclos
Quizessem me atraiçoar
Mas conversado tive certeza
Que queriam me salvar.

X Quando eu disse: "sou Jacques,
Para vós não vou negar
Se me roubarem da prisão
Saberei recompensar!"
E gauchada como esta
Bem pouco pode igualar

X Por certos documentos
Que nele foram encontrados
Conheci ser meu irmão
O triste morto achado.
Redobrou a minha tristeza
Naquele bosque isolado.

grande
X Ali então juntou-se desgraça
É infelicidade:
Foi morto meu irmão
Ainda na flor da idade.
Contava dezenove anos,
Gozava liberdade.

X De sua morte tão triste
Não sei o que vou julgar.
Aquela gente dali
Não me quiseram contar
Mas esse caso de perto
Um dia vou me informar.

X Que caso tão doloroso
Ser morto à traição,
Sem ter que fosse um adeus
De seu amigo e irmão.
É um caso de grande dor
Para quem tem coração.

X Disso penso vingar-me
Seja o dia em que for
Desse grave sentimento
Em meu peito guardo a dor
E do inimigo traiçoeiro
Guardei sempre rancor.

X Que dor sente uma mãe
Gravado em seu coração,
Ser morto seu pobre filho
Sem ter a sua bênção,
Com grave balaço o outro
E com forte perseguição.

X É grave a dor que sente
O sentimento é profundo
Por seu querido filho
Que cedo deixou o mundo
E hoje a só sepultado
Num vasto sertão ~~o~~ imundo.

X Em saber triste notícia
Quase morri de paixão,
Senti despegar do peito
Meu ferido coração,
Por perder na flor da idade
Meu fiel compadre irmão.

X Nessas matas que eu estava
Sofrendo ali escondido
Às nove horas da noite
Ouvi falar ^{comigo} comigo.
Era o meu caro Prudente
Que há mais dias tinha perdido.

X Chegou e abraçou-me,
E sentou junto comigo
Dizendo: "Meu caro irmão,
Aqui venho sofrer contigo,
Julgo que nestas matas,
Corremos grande perigo!"

X Na outra noite imediata
Apareceu-me um amigo:
Venho ~~visitar-te~~ ^{em breve noite,} visitar-te
É preciso falar contigo,
Mudas de acampamento
Que aqui estás em perigo!"

X Chegou hoje no povoado
Doze praças da brigada
Por comando de um tenente.
E essa gente é bem armada
Julgo que já sabem
Onde é tua parada."

X E eu sem ter forças
Para dali levantar
Mas meu fiel amigo ^{conseguiu} conseguiu
Sempre ~~pronto~~ ^{me} me auxiliar
E dali saímos depressa
Tratamos de retirar.

X Escorado em meu amigo,
Nosso trajeto seguia
Caminhando pelas matas.
Por certo pique que havia
No baixo de uma montanha
Esperei clarear o dia.

*1923
-1906
0021*

Como

Quase tonto de sede
Sem água para tomar.
Um rancho existia perto
X Mas não convinha chegar
X Eram gente desconhecida
Podia nos denunciar.

Ao romper da aurora
Seguimos dali para a frente: ~~ate~~
X Em procura de água
X Caminhamos lentamente,
Seguimos rastos de feras
Encontramos uma vertente.

Ali ^{ammm} matei a sede
E ficamos acampados.
Caiu forte tempestade
X Nos pegou desabrigados
X Às onze horas do dia
Estávamos todos molhados.

Sem fazer os curativos
O ferimento estava um perigo.
X Num recanto longínquo
X Sem ter por ali um amigo
Que pudesse auxiliar-me
Que dissesse: Vem comigo.

^{Prudente}
X Meu ~~companheiro~~ saiu em busca
De um sertanejo que perto havia
Para ~~falar~~ com ele, ^(conversar)
X Saber se me protegia,
Pedir um agasalho
Para passar um dia.

Sem demora apareceu
X O meu sincero amigo
X Trazendo dois sertanejos
Que vieram dar-me abrigo
Dizendo-me que me levavam
Para um lugar sem perigo.

X Abaixo de chuva seguimos
Num pique quase fechado.
X E os dois bons sertanejos
Levavam-me escorado
Até um rancho velho
Que à tempo estava fechado.

Oh que prazer eu senti
Ao entrar no palacete |
X Mandei fazer fogo grande
Para assar milho catete,
Pendurei a minha roupa,
Na ponta de um cacete.

Aover-me perto do fogo
Naquele rancho tão quente
X Mil vezes agradei
X Aquela tão boa gente
E eles por ~~min~~ serviram
Também estavam contente.

Antes do sol entrar
X Apareceu-me um velhote.
X Calçado de cuturno
Caminhando quase a trote.
Era o velho sertanejo
Pai daquele rapazote.

(VELHO)
X "Boa tarde prá vanceis
Aqui estão senhor ~~Bão~~ ^(b)
O que estive no meu alcance
A sua disposição,
Alimento tem com abundância
Muita mandioca e feijão.

X Mio verde não temo
X Mais catete tem com fartura,
Pode assá a vontade
Que a fome ninguém atura.
Eu gosto de protegê
Quarquê uma criatura.

X Gosto de dá comida
X E nunca óio a quem
Tenho mio pipoca
E prá canjica também
Toicinho mandei buscar
Dqui a um bocadinho ^{de} vem.

X Batata doce não temo
X Porque o tempo correu mal
Mas abóbora tem com abundância,
Querendo pode assá,
Temo carne de anta
Se quiserem churrasquiá.

X Aqui também lhes trouxe
Prá vancê esta galinha.
E ali naquele canto
Tem aquele gamelinha,
Vanceis vão me descurpá
Que o que não tem é farinha!"

(JACQUES)

X Muito bêm, meu caro amigo,
Lhe fico muito ~~obrigado~~ *agradecido*
peço guardar segredo
Que estou aqui escondido,
Além de eu estar ferido
Sou um homem comprometido.

(VELHO)

X "Não senhô, meu senhô ⁿ não!
De mim perca ^{vancê} o cuidado,
Sou cabroco de mundo
Muito tenho viajado,
De Nonoai a Palmera
Isso tenho revirado.

X Já fui cabroco bem chucro,
Também fui peleador,
Tive uma encrenca ^{el um} ~~com o~~ compadre
Por causa de tar amor,
Me atravancou um estrivaço
Que intê hoje tenho a dor."

X No outro dia imediato
Me apareceu um rapazinho
Dizendo que um inspetor da polícia
Que dele era vizinho
Mandou me pedir licença
Para chegar no ranchinho.

X Eu ^{tinha} ~~em~~ receio dele
Mas o que ía fazer,
Mandei dizer que chegasse
Que eu ^o queria conhecer,
Chegou ele e um praça
Mandei logo o receber.

X Mas esse índio inspetor
Mostrava não ser vilão,
Dizendo-me que veio me visitar
Oferecer-me proteção
Mas desconfiei de sua bondade,
Tratei-lhe com prevenção.

X Apareceu-me muita gente
Todos mesmo nesse dia
E eu fiquei desconfiado
Que essa gente era *espia*
~~Mesmo~~ estava ficando público
Ali ^{em} minha estadia.

X Essa noite sai de arrastto
Subindo uma montanha
Caminhando pendurado.
Igual mosca por aranha,
Fui ficar naquela noite
Numa terra ~~mais visonha~~
multo estranha.

X À noite saí em busca
De um toldo que perto havia,
De muitos índios já mansos
Que há tempo eu conhecia,
Mas antes disso chegamos
Num rancho que eu não sabia.

X Deitei-me em frente do rancho
E mandei o meu Prudente
Que desse: "Oh de casa"
Saber se tinha gente,
Apareceu-me um velhote
Falando-me entre os dentes.

(VELHO)

X "Vanceis hão de ser os moços
Que andam de emboscada,
Peço que se retirem
Daqui da minha morada
Porque eu não estou prá cravo,
Num Minha casa sê sitiada."

(JACQUES)

X "Não senhor, amigo velho
Não deve estar a tremer.
Cheguei em sua casa
Procurando o que comer
Não venho pedir-lhe esmola
Se tem algo trate logo de ver."

X O velho logo deu a volta
Saiu pisando ligeiro
Em seguida vi barulho
Dentro dum galinheiro
Vi uma velha correndo
Que ía em busca de tempero.

Em seguida trouxe
 Uma galinha recheada,
 Começamos a comer
 X Sem pensar em mais nada,
 Perguntei quanto custava
 Respondeu-me: "Não custa nada!"

Para o povoado de Nonoai
 Seguimos em direção
 X Para a casa de um amigo
 Que é de minha estimação
 Aproveitando-se da noite
 Que escurecia o sertão.

Ali estive três dias
 Já estava mais descansado.
 X Mas em uma bela tarde
 Esteve tudo alarmado,
 Chegou em minha procura
 Um grupo do povoado.

Era o velho Cardoso
 X Velho vil e impertinente
 Por mim chegou indagando
 A toda aquela gente,
 Aproveitando-se da ocasião
 Em que eu estava doente.

Me vi quase cercado
 X Em casa desse amigo,
 Resolvi voltar ao mato
 Botar o peito em perigo,
 Arriscando a morrer
 Ou escapar do inimigo.

Sai dali me arrastando
 Com meu amigo Prudente,
 X Ao passarmos numa rua,
 Isso meio de repente,
 Avistamos um gaúcho
 Que nos falou bem contente.

" Sou teu amigo Benvindo
 Que anda a te procurar,
 X Monta no meu cavalo
 E tratamos de nos escapar.
 Eu sigo junto contigo,
 Para aquilo que precisar."

Amigo nunca me falta
 X Que me dê proteção.
 Tenho amigo na cidade,
 X Nos campos e nos sertões,
 Até no estrangeiro
 Tenho alguns de estimação.

Em todas as minhas cruzadas
 X Nunca lesei a ninguém
 Quando estou necessitado
 Sempre recorro a alguém
 Amigos ou camaradas
 Me servem com o que tem.

Sou gaúcho decente,
 Mas nasci predestinado
 X Sempre andar a sofrer - *Pelo bicho tenho saudades*
 Este já foi meu fadário
 Hoje vivo separado.
estou bem descansado.

ANEXO F

Informações enviadas pelo escritor Brígido Ibanhes

The screenshot shows the iG Mail interface. At the top left is the iG Mail logo with the text "Presented by C&A iG". To the right is a search bar containing "ibanhês" and a "Procurar e-mail" button. A message below the search bar reads: "Parece que você ativou o Modo de Exibição. E-mail de iG Mail funciona melhor se esse recurso". Below this are buttons for "Arquivar", "Denunciar spam", and "Excluir".

The left sidebar contains navigation options: "E-mail", "Contatos", "Tarefas", "Escrever e-mail", "Entrada (1443)", "Importante", "Enviados", "Rascunhos (3)", "Migrado", and "Mais 4".

The main content area shows an email titled "Sobre o pai do Zeca" from "Arnor da Silva Ribeiro para Brígido". The email body contains the following text:

Boa-tarde, seu Brígido!
Tudo bem com o senhor?
Tenho dúvidas sobre o Orcirio do Santos, pai do Zeca. Seu Orcirio estava no constitucionalista? Ele era revoltoso ou legalista?
Mais uma vez, obrigado pela ajuda que o senhor tem dado à minha pesquisa.
Abraços!
ARNOR

Below the email body are buttons for "Responder" and "Encaminhar".

Below the email is a reply from "Brígido Ibanhes para mim" with the following text:

Prezado Arnor,
Quando estourei a Revolução de 32, em princípio, as tropas do Estado de estiveram sob o comando do Gel. Bertoldo Klinger, teriam que se alinhar com RCI, logo no início dos conflitos, se dividiu; inclusive, uma parte se foragiu. época, estava servindo ao Exército, se colocou ao lado dos legalistas e foi o 2º Esquadrão, só que no grupo do Simão Coelho, que se juntou em Nun Añuá.
Brígido Ibanhes

ANEXO G

Instruções de Borges de Medeiros aos brigadianos

Instruções secretas às unidades da B. M. sediadas em P. Alegre.

Devido romper no Estado um movimento revolucionário com o fim de dar uma impressão prática à solidiedade da frente única rio-grandense os movimentos parciais, recomendados às unidades da B. M., sediadas em Porto Alegre, que são solidárias com o movimento, que assim que tiverem notícia dele devem o movimento nas interior seguir as seguintes instruções:

- I - Retirarem-se dos quartéis, aproveitando a prontidão permanente em que se acham, e, levando todo o material bélico que puderem conduzir, alcançarem, rapidamente a Estação Gravataí, que antes será ocupada por uma tropa montada, inofensiva.
- II - De Gravataí, aproveitando o material disponível da V. F., operarem uma retirada para Leopoldo, de onde, após tomarem conta do material do quartel da B. M., rumarão para Monte Serraz ou Rio Pardo, com firme e abastecimento, no momento, aconselharam.
- III - Interromper o tráfico da V. F. entre S. Leopoldo e P. Alegre, cortando também as comunicações telegráficas.
- IV - Manter durante a retirada, ligação com S. Maria, aproveitando para isso o telegrafo da V. F.

P. Alegre, 11-8-1932.

Se não puderem executar estas instruções, devam continuar em Porto Alegre, aguardando o acontecimento.

Borges de Medeiros

ANEXO H

7 O GOVERNO POPULAR NACIONAL REVOLUCIONÁRIO E AS TAREFAS DO PARTIDO

Na segunda metade do mês de maio realizou-se o plenum do Comitê Central do PCB (S. da I.C.). Nesta reunião discutimos a situação do país e das massas, a palavra de ordem do Governo Popular Nacional Revolucionário e as tarefas do nosso Partido. Esse plenum tem uma importância decisiva para a etapa que atravessamos. A discussão foi muito clara e cheia de entusiasmo. A visão das tarefas do Partido foi muito concreta, demonstrando já a experiência que o nosso Partido tem adquirido nas lutas.

Aqui vamos tocar alguns aspectos centrais da discussão desse plenum. Este documento que aqui apresentamos será completado por uma série de artigos em *A Classe Operária*, por um manifesto do CC às massas populares e por circulares dando diretivas sobre a atividade do Partido em diversos setores.

1. A situação do país - Já temos dito diversas vezes que a crise que assola o Brasil não é somente em consequência da crise mundial. Esta crise é, em primeiro lugar, uma crise do café, que até hoje ainda representa mais da metade do valor da exportação do país, embora o crescimento da exportação do algodão. Com a crise do café, entrelaçada com a crise mundial e acarretando a de outros produtos de exportação, tem diminuído muito a vida econômica do país e a capacidade de consumo do povo. Os produtos que são puramente de consumo nacional sofrem com isso uma crise profunda. Por outro lado, alastra-se cada vez mais a crise financeira. O câmbio chega a algarismos nunca vistos, com a libra a 93\$000. O excedente do valor da exportação sobre o da importação é cada vez menor. Diminuem assim os recursos ouro do país. A receita, em geral, diminui, embora o aumento dos impostos federais, estaduais e municipais. O déficit confessado atinge a um milhão e meio de contos de réis.

O governo reacionário de Getúlio e seus comparsas apóia a ofensiva patronal contra os trabalhadores e faz também a ofensiva contra os funcionários públicos, realizando demissões em massa nas repartições públicas, reduzindo verbas para serviços públicos, ao mesmo tempo que Getúlio faz seu nababesco passeio ao Prata, gastando 11 mil contos e o bando precatório de Sousa Costa gasta 17 mil contos nos Estados Unidos e na Europa. Diminui o valor aquisitivo da moeda, o que torna mais difícil a vida para os trabalhadores e para os funcionários públicos. Aumenta a carestia de vida, os preços dos gêneros de primeira necessidade, as tarifas, os fretes, passagens e custos. Os açambarcadores compram apenas uma parte dos produtos agrícolas por preços ínfimos e deixam os lavradores na miséria, dominam o mercado, vendem esses produtos a preços caríssimos, criando, por outro lado, grandes dificuldades à vida das populações urbanas. Os camponeses são cada vez mais escorchados por impostos, arrendamentos e taxas diversas, não podendo vender seus produtos diretamente devido a muitos entraves e aos altos fretes para os centros de consumo. Assim, aumenta a miséria e o desemprego nos campos, nas capitais, cidades e vilas. O fenômeno da pauperização se nota, sobretudo, no interior. Inúmeras vilas e cidades, outrora florescentes, hoje estão na decadência e na ruína. A cidade de Lençóis, no interior da Bahia, que já teve uma população de 10.000 habitantes, tem atualmente apenas uns 3 mil e poucos habitantes que vegetam numa vida miserável. E assim centenas de cidades e vilas do interior de todos os estados. E enquanto isso queimam-se 35 milhões de sacas de café, arrancadas da fome e da miséria dos trabalhadores. E a crise do café continua cada vez mais profunda e aumenta a fome e a miséria.

2. Aproximam-se grandes lutas - Tivemos o ascenso grevista do segundo semestre de 1934 que se alastrou por todo o país. O proletariado voltou da luta sem desânimo e com vontade de recomeçar. A situação de miséria, o alastramento tenaz da crise obriga a isto. O proletariado luta por mais um pedaço de pão para matar a fome. Estamos em vésperas de um novo ascenso grevista sem precedentes.

Na última onda de greves de 1934 já se notou a sua repercussão nos campos, sobretudo através das greves dos ferroviários. Chega pelo interior do Brasil, até nos sertões de Goiás e Mato Grosso, o eco das batalhas que o proletariado trava nas cidades. Os camponeses descontentes e famintos, sentindo-se apoiados pelas lutas dos trabalhadores das cidades e estimulados por esse exemplo dispõem-se também a lutar.

Este ascenso grevista dentro do qual nós nos achamos vai ter uma repercussão muito maior e significativa nos campos. Em lutas grevistas de ferroviários e operários de fábricas, de usinas de açúcar, fazendas etc., começa a firmar-se de parte a parte com os camponeses, embora ainda com debilidades, a aliança operária e camponesa para as lutas contra os inimigos comuns.

A situação de crise das camarilhas dominantes mostra às massas populares das cidades e dos campos, desiludidas das promessas dos demagogos, que elas devem lutar para resolver a situação por si mesmas e, ao mesmo tempo, nas lutas diárias, as massas populares vão definindo cada vez mais os seus inimigos, opressores e exploradores.

Nunca se registraram no Brasil tantas lutas camponesas e de índios. Os camponeses não só lutam por reivindicações menores como, cada vez mais, em vastos setores agrícolas cresce a vontade de luta armada pela tomada da terra desde já, como meio de resolver a situação. Os funcionários públicos vão também à luta e abalam o próprio aparelho do estado. Tivemos greve nos Correios e Telégrafos, dos escreventes de cartórios, bancários etc. A questão do reajustamento com aumento de vencimentos abalou todo o Exército e todo o funcionalismo civil. Os vencimentos dos funcionários civis e militares, em maioria, dão apenas para ir atravessando uma vida miserável. Essa questão do reajustamento é ainda uma questão viva e atual. O reajustamento foi dado aos militares em palavras, mas ainda não foi cumprido. O reajustamento dos civis foi apenas prometido. E o governo entregou o caso a uma comissão para ser estudado, isto é mais uma tapeação.

A pequena burguesia comercial se pauperiza cada vez mais, sugada pelos grandes comerciantes e açambarcadores e pelos crescentes impostos e vítima da agiotagem dos bancos e dos capitalistas; os intelectuais se debatem no desemprego e semidesemprego e os que não se corrompem são obrigados a vender sua capacidade a salários miseráveis aos abutres das camarilhas dominantes; a pequena indústria desaparece dia a dia, tragada pela grande indústria e verifica-se esse fenômeno produto da crise que "elimina os fracos e fortalece os fortes", isto é, aos pequenos industriais sucedem-se os grandes corvos tipo Matarazo e outros, que tomam conta do terreno, aumentam a exploração para resolverem a crise às custas dos trabalhadores e da pequena burguesia que se pauperiza.

Mas há um setor de grande importância para nós. É a situação em que se encontram os trabalhadores dos transportes terrestres urbanos, marítimos e fluviais. Em todos esses setores e até na navegação do Rio São Francisco as greves têm sido numerosas e combativas. Esses trabalhadores foram às lutas, mas voltaram em grande maioria sem conquistar as suas reivindicações e estão dispostos a irem de novo à luta e para isso se preparam. As empresas diversas de transportes continuam tendo grandes lucros, fazendo gastos nababescos os seus chefes e acionistas, ao mesmo tempo que recusam aumentar os salários dos trabalhadores, diminuem os impostos [sic] e fazem demissões em massa, como na S. Paulo Railway, na Light em diversas cidades, em diversas companhias de navegação marítimas e fluviais, em companhias

de bondes e ônibus. Particularmente a situação dos marítimos é muito séria, pois além da desordem administrativa, da exploração das companhias, aparece outro fator para agravá-la: os imperialistas americanos, ingleses e, nestes últimos tempos, os japoneses, querem a todo custo tomar para si, e se disputam, todo o transporte marítimo, toda a cabotagem, toda a navegação fluvial e avançam sobre o que ainda é "nosso", ameaçando jogar no desemprego dezenas de milhares de trabalhadores marítimos, fluviais e portuários. O Lloyd Brasileiro, que tanta importância tem para nós, é cobiçado pelos gananciosos imperialistas; a situação catastrófica do Lloyd, devido a anos de descabro administrativo e enormes roubalheiras, eles querem resolver às custas dos trabalhadores marítimos, do desemprego e fome ainda maior para dezenas de milhares de marítimos. Isso não pode ser e o impediremos com a luta e a expulsão dos imperialistas e seus lacaios tipo Pitanga e outros. Para atirar os marítimos numa situação ainda pior, os ricos de São Paulo, com os imperialistas ingleses, vão formar uma companhia de navegação - a Transoceânica. Mas os marítimos estão se arregimentando para a luta por suas reivindicações e pela nacionalização e autonomia da Marinha Mercante. Intensifiquemos essa arregimentação e vamos à luta.

Temos perspectivas de grandes movimentos grevistas nos transportes marítimos e terrestres do Brasil que, unidos com as lutas dos camponeses e com as dos funcionários civis e militares e ampliadas para os outros setores proletários e mobilizando as massas populares podem levar até à solução revolucionária a favor das massas populares.

3. As forças reacionárias e de direita se arregimentam - Com o crescimento da onda revolucionária, com a politização das lutas grevistas e das lutas dos camponeses, a reação se prepara para resistir. O governo de Getúlio se fascista cada vez mais. A "Lei Monstro" é um instrumento à disposição da reação, sobretudo para os momentos agudos de luta. Nos pontos decisivos como Rio e São Paulo formam-se polícias especiais e bandos armados de choque. O governo estimula a formação de bandos integralistas, brigada de choque da contra-revolução. Reforçam e procuram melhorar em todos os sentidos o aparelho da reação. Fazendo sérios esforços para superar as contradições que os dividem, os grupos dos senhores de terra, burgueses e capitalistas das camarilhas que estão nos postos de governo e na oposição, a maioria e minoria na Câmara Federal, procuram formar a Santa Aliança da contra-revolução. Raul Fernandes, líder da maioria, faz um discurso; Neves ou Mangabeira¹ respondem. Os temas centrais são os mesmos,

1. João Neves da Fontoura - político gaúcho da Aliança Liberal.
João Mangabeira - político baiano progressista, simpático aos tenentes e fundador do Partido Socialista.

isto é, a saída reacionária da crise, contra os trabalhadores. Abrem-se mutuamente as portas para uma ação comum contra o movimento revolucionário, o que pode ser concretizado a todo momento ou em situação mais aguda. Multiplicam-se descaradamente os elogios à solução fascista, o "remédio heróico", segundo Raul Fernandes.

Vemos, dia a dia, como vão caindo, uma depois da outra, as tais "conquistas" do outubrismo e da ala "esquerda" da Aliança Liberal e como as suas figuras representativas caem no ostracismo, capitulam vergonhosamente ou se vendem aos "carcomidos". Continua o avanço da ala direita sobre as posições de mando em todo o país e tomam posição para impedir o impulso revolucionário das massas. Bernardes quer derrubar Getúlio para fazer a reação a seu modo e em benefício dos seus interesses. O clero apóia a reação em todos os sentidos e sobretudo através do integralismo e leva o atrevimento ao ponto de querer que voltemos ao tempo da intolerância inquisitorial. Os imperialistas agitam, apoiados pelos homens do governo e da oposição, a solução colonial, dizendo que os brasileiros não sabem governar e administrar e que o Brasil precisa ser governado pelos imperialistas que têm interesses nele. Temos que pôr um termo em tão insolente cinismo.

Continua sempre maior a preparação guerreira, embora sejam obrigados a adiar os conflitos para melhor preparar o massacre e participação do Brasil na sangueira do Chaco² e na pendência de Letícia, é cada vez mais evidente. O integralismo faz a apologia da guerra como uma "necessidade para os povos exercerem a virtude da raça" e são os maiores atidores da intervenção na União Soviética, na parte que tocará ao Brasil nessa intervenção que se prepara.

E com tudo isso recrudescer o terror policial em diversos estados, os assassinatos, desaparecimentos, espancamentos, deportação de trabalhadores e lutadores grevistas. Nesse terror policial tomam parte ativa os integralistas que, como declaram seus chefes, "trabalham em conjunto com a polícia" e mantêm suas próprias seções policiais, oficiosas e oficiais e têm recebido elogios de diversos chefes de polícia, especialmente de São Paulo e Rio, e do próprio general Góis Monteiro, sobre a proveitosa atuação da polícia integralista nos movimentos grevistas dos trabalhadores.

4. A solução revolucionária - Para resolver essa crise tremenda, para acabar com a miséria, para deter o avanço das direitas reacionárias que ameaçam impedir o caminho à revolução e para libertar o povo do Brasil há uma solução: a mobilização de grandes massas populares, sob a direção do proletariado e em aliança com os camponeses, para arrancar do poder os senhores de terras, burgueses e imperialistas e para a instalação de um Governo Popular Nacional

2. Referência à Questão do Chaco, guerra entre Bolívia e Paraguai pela posse do chaco boreal (1928-1935).

Revolucionário. Precisamos explicar a todo o Partido a justeza dessa palavra de ordem.

O Brasil é um país semicolonial, oprimido pelos imperialistas que impedem o desenvolvimento nacional do país e exploram todas as maiores fontes de rendas. Somos governados por uma camarilha de vendidos burgueses e senhores feudais que defendem os interesses dos imperialistas, suas companhias, empresas e bancos e massacram e esfomeiam o povo em seu benefício e dos imperialistas. Cresce em todo o país a consciência da nossa situação e o sentimento antiimperialista do povo, que vê mais claro o motivo de tantas desgraças. Precisamos mobilizar todas as forças nacional-revolucionárias do país para vencer o imperialismo e seus agentes diretos e indiretos e dar ao povo o direito de se governar. Tal governo só pode ser, na etapa atual, Popular Nacional Revolucionário e temos que arrastar neste sentido não só a massa operária e camponesa, os intelectuais e pequeno-burgueses revolucionários, mas toda a massa popular que queira libertar o Brasil da opressão e exploração feudal-imperialista. A palavra de ordem de Governo Operário e Camponês, neste caso, não preencheria esta tarefa na etapa em que estamos, nesta primeira tarefa revolucionária pela tomada do poder das mãos das camarilhas dominantes e dos imperialistas. Não desistimos da palavra de ordem do Governo Operário e Camponês, muito pelo contrário, marchamos para a realização desta palavra de ordem pelo caminho mais rápido no nosso caso, no Brasil. Com o Governo Popular Nacional Revolucionário, com a expulsão dos imperialistas e dos senhores de terras, com as liberdades democráticas, teremos dado um passo decisivo para, ao mesmo tempo, onde for possível e a massa compreender, impulsionada pelo proletariado e sua vanguarda, o Partido Comunista, e quiser realizar, instalar-se o Governo Operário e Camponês, na base de Conselhos (soviets) de deputados operários e camponeses, soldados e marinheiros.

A luta contra os imperialistas deverá ser feita de um modo decisivo e violento, pois as nossas condições geográficas e a vontade de luta das massas, o ódio antiimperialista das mesmas permitem que levemos a cabo tal luta em condições mais favoráveis do que em Cuba e na China. Desta forma, desmascaramos os agentes imperialistas que terão penetrado em nosso meio e os obrigaremos a tomar posição. Apoiaremos com todas as forças todas as lutas, as mais decisivas, dos camponeses contra os senhores de terras, para derrotá-los o mais completamente possível e tomarmos a frente e a iniciativa dessa luta violenta em toda parte em que houver disposição da massa e as condições forem favoráveis e não só isto, como também levantaremos o ânimo da massa em toda parte em que agentes do inimigo e outros fatores tentarem esfriar a luta a fim de enganarem as massas, ganharem tempo e se voltarem contra a mesma. Essas tarefas serão possíveis com o Governo Popular Nacional Revolucionário e devemos nos preparar para aproveitar ao máximo os momentos decisivos e assim marcharmos a passos rápidos para a instalação do

Governo Operário-Camponês em muitas partes do país e em seguida em todo o país. Muitos elementos que marcharão conosco na primeira etapa da luta irão discordar do avanço que as massas, com o proletariado e seu partido à frente, darão ao movimento revolucionário e se unirão aos elementos mais reacionários, aos bandos vencidos ou semivencidos dos senhores feudais, capitalistas e agentes imperialistas; e então receberão armas, munições, dinheiro, materiais, técnicos etc., para combater a Revolução. Mas o Governo Popular Nacional Revolucionário e também os Sovietes terão uma grande popularidade, crescente na medida que derem força às reivindicações da massa e nos unirmos contra os inimigos contra-revolucionários, sob a bandeira da Unidade Nacional Revolucionária, contra os que dividem o Brasil a soldo dos imperialistas e senhores feudais. Para isso, o Governo Popular dará armas ao proletariado e ao povo.

5. A Aliança Nacional Libertadora - Para realizar essa grande tarefa e para mobilizar mais vastas massas, formou-se a ANL. A primeira fase deste organismo de massas populares foi um movimento de opinião, de agitação e propaganda de seu programa. Mas, neste momento, com a situação objetiva cada vez mais favorável, com o crescimento do movimento revolucionário e da ANL, as nossas tarefas são muito mais importantes dentro e fora da ANL e as perspectivas muito maiores. A ANL torna-se um verdadeiro instrumento da tomada ao poder e para isso tem que mobilizar as grandes massas para levá-las para o Governo Popular Nacional Revolucionário, derrubar Getúlio e seu governo de reação e fome e que vende o país aos imperialistas e impedir que qualquer bando reacionário tome o poder das mãos de Getúlio para continuar sob outros moldes o mesmo governo de reacionários, feudais e imperialistas.

O prestígio e a popularidade da ANL nos indica que devemos abrir as perspectivas, agir com audácia e corresponder à vontade de luta das massas.

O prestígio popular da ANL é reforçado pelo prestígio da pessoa do nosso camarada Luís Carlos Prestes no seio da massa em todo o Brasil. Devemos utilizar o mais possível esse nome e prestígio. Neste sentido, temos que tomar a iniciativa dentro da ANL e dentro da massa trabalhadora em geral. O nome e prestígio de Prestes é, nessa etapa, um fator da nossa hegemonia e do proletariado no movimento revolucionário pelo governo Popular Nacional Revolucionário. Para tanto, devemos lutar para que a ANL represente a Frente Popular de todas as forças revolucionárias contra as formas da reação e pela libertação do Brasil; e mobilizar nesta Frente Popular, e com o nome de Prestes, forças suficientes não só nas mais amplas massas como também no Exército, na Marinha e outras forças militares, e através das lutas, para impor sua legalidade e a realização de seu programa.

Aqui esclarecemos mais uma vez contra as provocações que surgem e as explorações policiais, que a ANL não é uma organização comunista; seu programa, é claro, não é comunista.

O Partido Comunista está de acordo com a luta antiimperialista e antifeudal e pelas liberdades democráticas que a ANL se propôs e leva adiante e apóia esta luta; neste sentido, o Partido traça aqui as tarefas dos comunistas dentro da ANL. O movimento da ANL veio num momento muito justo e oportuno e tende a polarizar todas as forças de esquerda, progressistas e nacional-revolucionárias existentes no Brasil, contra a reação e o atraso feudal-imperialista, pela libertação nacional do Brasil, contra os bandos reacionários de todos os matizes, especialmente os integralistas, por pão, terra e liberdade. Dentro da ANL os comunistas sempre levarão para diante a luta de modo decidido e conseqüente neste sentido.

6. Tarefas do Partido - Para se pôr à altura desses grandes problemas políticos e da situação objetiva, o Partido tem que romper ainda com muitas debilidades e tratar seriamente de sua formação ideológica, eliminar o mais possível de seu meio as influências ideológicas estranhas ao marxismo-leninismo. Neste sentido, temos que centralizar o fogo da luta ideológica contra os desvios de direita, os mais perigosos nesse momento, que se manifestam sobretudo pela subestimação do papel e do trabalho do Partido no nosso trabalho de massas, e sobretudo dentro dos sindicatos, das organizações de massa e da ANL.

a) Na ANL: - Devemos lutar para romper com o nacional-reformismo, que consiste em pensar que somente com parlavrórios, manifestações ocas e sem sentido de luta, pedidos de leis, demagogia patrioteira, simpatia de certos elementos políticos influentes etc. vamos libertar o Brasil e assim nos descuidamos das lutas reais das massas contra o imperialismo, o latifundismo e pelas liberdades democráticas do povo. Devemos lutar e fazer esforços para que a ANL lute desde já, encabece as lutas contra as empresas imperialistas ligando-nos aos operários que trabalham pelas mesmas, fazendo campanhas populares, mobilizando para as lutas as populações exploradas pelas companhias imperialistas, fazendo campanhas contra a entrega a estes abutres das empresas e serviços públicos que ainda estão sob o controle e administração nacional, desencadeando lutas contra os impostos, a carestia da vida, contra as medidas de opressão e exploração tomadas pelo governo, mobilizando não só o proletariado como também as mais amplas massas populares e a pequena burguesia, o pequeno comércio, intelectuais, estudantes etc. Na ANL devemos desde já procurar ligar-nos com as lutas nos campos, mobilizar os camponeses para as lutas contra os impostos, arrendamentos, despejos, contra a opressão dos grandes fazendeiros, contra os suplícios, castigos corporais etc. A posição que devemos tomar na ANL sobre as lutas nos campos deve ser a mais decidida possível, não hesitando em nenhum momento mais a dar todo o apoio e com todas as forças às lutas armadas nos campos.

Em questões importantes, como por exemplo a nacionalização e a autonomia da nossa marinha mercante e reajustamento para funcionários civis, salário mínimo para todos os operários

e trabalhadores das cidades e dos campos, regime de 8 (oito) horas de trabalho para os trabalhadores das cidades e dos campos e outras questões ligadas às massas populares, devemos fazer com que a ANL tome posição de agitação, propaganda, organização da luta do modo o mais intenso possível. Nas greves, esforçar-se para que a ANL tome também posição e não somente isso, como desencadear em todo o país, sobretudo nas empresas de transportes, múltiplas e combativas greves antiimperialistas pelos direitos dos operários.

E mobilizar as massas populares em apoio aos operários. Essas tarefas e outras cumpridas é que garantirão a finalidade revolucionária da ANL, devem ocupar, no sentido de sua realização, toda a atividade dos comunistas, evitando os erros de direita, lutando contra o nacional-reformismo, como também não cair em erros de esquerda que sectarizem a ANL e a afastem das amplas massas. Todo o Partido deve compreender que a nossa maior tarefa nesse momento está na ANL, e ter a iniciativa de trabalhar em todos os comitês e núcleos da ANL, e ter a iniciativa de formação desses núcleos. Nesses núcleos, mobilizar constantemente a massa para a ação, para a luta pelas reivindicações concretas nas cidades, bairros, vilas, fazendas etc. e ligar a ANL com uma ação constante de massas com lutas cada vez mais numerosas e politizadas. Em todos os Comitês regionais, locais, em todas as células de empresa, de rua, fazenda, quartel a palavra de ordem do Partido deve ser, para as mais amplas massas, a de entrar para a ANL, engrossar as suas fileiras e lutar por seu programa.

b) Nos sindicatos - Realizou-se o Congresso de Unidade no Rio de Janeiro. Dele saiu um organismo sindical nacional - a Confederação Sindical Unitária do Brasil. Mas esse organismo, que é um passo sério para a unidade, ainda não representa a unidade. Nossa grande tarefa é intensificar o nosso trabalho no meio da massa sindicalizada e não sindicalizada, por intermédio de nossas frações e oposições, na base de propostas de frente única mais ampla para a luta e assim conquistar os sindicatos para a unidade e sua adesão à CSUB. Mas o mais importante é realizar esta unidade sob o fogo das lutas e sob uma politização cada vez mais elevada das lutas e a ligação do movimento sindical sob a direção da CSUB com o movimento das massas populares da ANL, com tal força e decisão para a luta que levante cada vez mais o prestígio do proletariado e assegure e aprofunde sua hegemonia. Devemos lutar pela formação de núcleos da ANL nos sindicatos e também para a adesão completa e oficial, em assembléia dos sindicatos, à ANL. Temos que salientar como o mais importante neste momento do que qualquer outro setor, o de transportes terrestres, urbanos, marítimos e fluviais e as comunicações telegráficas, telefônicas, rádio e postais. Nesse setor, todas as regiões, comitês locais, células e organismos de massa devem convergir todos os seus esforços e a maior parte de sua capacidade política e orgânica. Para um país semicolonial como o Brasil, de indústria reduzida, os transportes são ainda mais

decisivos para a luta do que nos grandes países de grande indústria. É nos transportes, nos sindicatos marítimos, ferroviários, transviários, telefonistas etc., que o Partido deve fazer com que a CSUB centralize a maioria de suas energias, rompendo com todo o reformismo e agindo fortemente no sentido da preparação, organização e coordenação de grandes lutas, desde já. O novo ascenso grevista pode ir a grandes passos revolucionários e até à insurreição pelo Governo Popular se soubermos mobilizar desde já e para a luta todos os trabalhadores dos transportes. Por nenhum motivo, nenhuma região, nenhuma fração sindical nossa deve debilitar o seu trabalho nos transportes. Nesse sentido, as nossas frações sindicais nos sindicatos dos transportes devem ser reforçadas, ajudadas e preparadas para corresponder às tarefas das grandes lutas que se aproximam e à tarefa, desde já, da preparação dessas lutas e do desencadeamento das menores lutas. Chamamos a atenção de todo o Partido e da Juventude para a concentração nas empresas de transportes, assim como de comunicações.

c) Trabalho nos campos - A primeira tarefa nossa é romper com o sectarismo. Ir aos campos desde já, organizar amplos organismos de camponeses, ligas, comitês, sindicatos de assalariados agrícolas, organizar e desencadear as lutas dos camponeses e dentro desses organismos de massa e através dessas lutas ir, desde já, formando o Partido com comunistas que aprendam a trabalhar na organização das massas e que se salientem na direção das lutas. Não entrar as lutas nos campos, procurando desencadeá-las o mais possível em todo o país, greves, lutas armadas com guerrilhas e ligar essas lutas com as dos transportes, dos operários das fábricas e com a massa popular das cidades. A partir das reivindicações menores, levar a luta dos camponeses até a tomada das terras e a garantia desse ato com armas nas mãos. Romper com todo o sectarismo, todo e qualquer mecanicismo na formação dos mais amplos organismos de camponeses e, desde já, formar inúmeros comitês camponeses da ANL que lutem pelas reivindicações dos camponeses e assalariados agrícolas contra os senhores feudais e as empresas imperialistas. Não ser esquemático neste sentido e formar entre os camponeses o organismo que estiver mais de acordo com a vontade deles e as possibilidades locais, lutando sempre para a formação de núcleos da ANL. Já demos diretivas a todas as nossas regiões no sentido de mobilizar muitos quadros e grandes forças para o campo. Essas diretivas têm que ser reforçadas, mais do que nunca, neste momento. E formaremos o Partido no campo dentro dos organismos de massas e sob o processo das lutas.

e) Na Juventude - Começamos por dizer que o trabalho entre os jovens não é somente um trabalho da Federação Juvenil Comunista, mas sim e em primeiro lugar um trabalho de todo o Partido. Não devemos ver a organização da Juventude somente em função da FJCB, mas formar entre os jovens os mais amplos e variados organismos de massas, culturais, recreativos, esportivos

etc. nas cidades e nos campos. Formar também em toda parte Comitês juvenis da ANL. Mobilizar neste sentido forças do Partido e da FJCB. Todas as nossas regiões, comitês locais e células devem encarar seriamente e realizar a tarefa de ajudar de um modo efetivo, concreto, os organismos juvenis da FJCB e outros diversos. Entre os estudantes o nosso trabalho tem que ser muito mais intenso e audaz. A grande tarefa deste momento é o Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular que se prepara. Insistir para que esse Congresso dê a sua adesão desde já à ANL e faça um trabalho paralelo entre os estudantes, entre os jovens operários, nas fábricas, sindicatos, clubes etc., entre a massa popular juvenil de ambos os sexos. Romper com o sectarismo em todos os sentidos e com muita audácia mostrar à juventude em todo o país o posto que lhe cabe na luta e entusiasma-la para ocupar esse posto. Modificar por completo a nossa agitação e propaganda entre os jovens e fazê-la do modo mais sugestivo e atraente possível e nisto dar margem às mais amplas iniciativas. Formar e ampliar a FJCB dentro de amplos organismos de massas juvenis e, sobretudo, na preparação e desencadeamento de lutas dos jovens pelos seus direitos, reivindicações e liberdades.

Ligar esta luta com a luta das mulheres operárias, camponesas, domésticas, comerciantes, bancárias, intelectuais, professoras, funcionárias etc. Formar amplos organismos de massas de mulheres pelas suas reivindicações, pela libertação do Brasil do jugo imperialista e feudal, pelas liberdades democráticas e na luta contra a guerra. Ampliar a União Feminina, fazer incluir mulheres proletárias e trabalhadoras ao lado das intelectuais e dar combatividade a essa organização. Fazer com que as mulheres e organizações femininas adiram à ANL.

f) Entre os militares - O nosso maior entrave no nosso trabalho entre os militares ainda é um certo reformismo que dá a entender que os militares, por suas condições, devem entrar no Partido e esperar a Revolução. Ainda há muito menosprezo à luta pelas reivindicações dos soldados e marinheiros quando, por outro lado, multiplicam-se as lutas espontâneas de soldados e marinheiros que são sufocados sob o mais violento terror. A formação do Partido dentro do quartel ainda é muito desligada do trabalho de massas dos soldados. Devemos fazer um grande e sério esforço no sentido de romper com o sectarismo e o direitismo no trabalho entre os militares e multiplicar com audácia a formação de comitês de massas de soldados e marinheiros pelas suas reivindicações. Formar o mais possível comitês da ANL nos quartéis e navios, ou fazer com que o máximo de soldados e marinheiros adira aos comitês e núcleos de civis nos bairros, subúrbios, cidades do interior etc. Tomar parte ativa, desde já, nas lutas dos soldados e não ter nenhum receio no desencadeamento das mesmas. Daí vão surgir e se formar elementos dirigentes políticos e das lutas armadas. Popularizar as heróicas lutas dos soldados o mais possível, as tradições revolucionárias dos militares, o nome e prestígio de Luís Carlos Prestes, o programa

da ANL e fazer com que a palavra de ordem de que o único chefe do Exército brasileiro é Luís Carlos Prestes seja aceita para a luta pela maioria das forças armadas.

Inúmeras são, em detalhe, as tarefas do nosso P. neste momento. Aqui citamos os pontos centrais para onde devem convergir nossas atividades. Aproximam-se momentos decisivos para a Revolução e as tarefas do P. vão exigir dos comunistas todos os esforços e todas as energias. Neste sentido, o CC do PCB faz a todos os membros do P. e da J. o mais veemente e entusiástico apelo para redobrar de atividade e nos preparar para a luta armada para a tomada do poder e instalação do Governo Popular Nacional Revolucionário.

Rio, maio de 1935. - O CC do PCB (S. da IC).

(Documento do CC do PCB sobre as resoluções do Plenum do CC de maio de 1935. TSN, Processo nº 66, vol.1)

ANEXO I

23

INFORME MATO GROSSO

Camarada

Junto segue um apanhado do que aconteceu e do que consegui fazer. Lembro ao camarada que não subestime a zona de Bela Vista. Se for possível, mandar uma carta do camarada P. ao Godofredo Gonçalves, Argemiro Leão e Silvino Jaques. O primeiro destes é um simpatizante de valor que com carta do P. ele terá meios de arrastar todo o Mato Grosso; para isso é preciso que se dirija aos três, a fim de que nenhum deles fique ferido no amor próprio. E é preciso que se faça já, para evitar que alguns aventureiros queiram estes elementos para uma revolução no Estado. No garimpo Lageado há um Brunn, irmão do Eliziário Brunn, todos dois simpatizantes, segundo informações seguras.

11/8/35 - Chegamos em Campo Grande. No dia seguinte tivemos o primeiro encontro com o Estênio e outros. Resolvemos organizar o Comitê Revolucionário, com a participação do primeiro destes, conforme nossa comunicação a São Paulo. A 19 nos separamos e fui com destino a Bela Vista, chegando depois de muitos imprevistos. Lá procurei Silvino Jaques e este foi autorizado para procurar o Argemiro Leão, meu conhecido da Revolução de 24. Depois de expor o objetivo da minha missão com todos os seus pormenores, tendo ele aceito, em virtude do que acabara de expor ir de encontro com as suas idéias, isto é, estar de acordo com o seu pensar. Diante do compromisso assumido foi sinceramente ao trabalho de organização das guerrilhas, baseando-se no programa e no nome de Prestes, que por si só é uma bandeira para os camponeses de Mato Grosso.

Logo em seguida me pus em marcha para Campo Grande via Ponta Porã, onde procurei Alcides Loureiro, o qual se comprometeu lutar com todas as suas forças, visto ele verificar não haver mais outra saída para o caso brasileiro, a não ser esta. Cheguei a Campo Grande e tive que me refugiar, em virtude do ambiente muito carregado, oficiais com suas residências sob vigilância,

muros pintados com as nossas palavras de ordem; com alguma dificuldade consegui me ligar ao Rádio, o qual andava bastante seguido. Consertamos vários assuntos, inclusive o dia do levante dos camponeses, que se efetuará a 24/9/35. O Comitê Revolucionário foi um fracasso, dado à sua flagrante passividade, por isso não lhe dei o trabalho [sic] procurá-lo. Convém mencionar o nome dos mesmos: César Teles, comerciante; Tito Marian [ilegível] militar; e Gomes de Sousa, ferroviário. Combinei com o Rádio¹ que qualquer assunto que surgisse, se entender comigo, que o fizesse assinado com o nome de C. Rev. (por tática). Rádio ficou em Campo Grande e eu voltei a B.Vista para ultimar as últimas providências no sentido do movimento para 24. Ficou também combinado que qualquer instrução ele telegrafasse, conforme prévia combinação.

De volta a B.Vista cheguei a 15/9 e indo em seguida a Porteira, onde reside Silvino. Lá encontrei-o acamado, portanto impossibilitado de nós marcharmos o dia referido, tendo lhe proposto a transferência para 30/9, no que foi aceito. Regresso a B.Vista sendo portador de 2 suas cartas a fim de conseguir a adesão e uma ação em conjunto, visto ser um indivíduo de muito prestígio e o caudilho mais decidido de Mató Grosso; chama-se Godofredo Gonçalves (neto de Bento Gonçalves), de uma firmeza de caráter inabalável, com tendências comunistas, porém um pouco atrasado, lhe falta apenas um elemento nosso passar um mês com ele para que ele aja conscientemente. Ele é fazendeiro desses que mata gado para suprir a fome de muitos que estão na extrema miséria; essa gente toda lhe acompanhará. Fiz entrega da primeira carta ao Godofredo, ficando de responder logo que falasse com seus amigos; a segunda não teve resultado satisfatório.

A 23 recebi o telegrama que mandaram que aguardasse carta vinda do Rio; deixava o mesmo transparecer que não iniciasse algo naquela ocasião; no que, aliás, achava impossível qualquer ordem de suspender o movimento. Logo que recebi o telegrama, a minha tarefa imediata seria comunicar ao Silvino do significado de tal, a fim de que tomássemos uma deliberação, ou continuar o nosso trabalho ou dissimulando, mandar aguardar o momento azado. Entretanto, na certeza da chegada da carta, a qual dava algumas instruções, e que deveria chegar até o dia 27, resolvi esperá-la, visto aguardar um único veículo que deveria ser portador do referido dia. Só a 29 é que chegou o dito veículo, porém sem a carta. Nesta mesma tarde chegou um portador do Silvino, comunicando ao Dr. Veloso, pessoa de sua confiança, que no dia seguinte, 30, ele já estaria em campo com os camponeses em armas e que lhe esperava, conforme seu compromisso. Ora, esse Veloso jamais me mereceu confiança, entretanto estava representando o Silvino, na cidade de Bela Vista, para esses assuntos. Tão logo chegou o portador de Silvino fui informado pelo Veloso, fazendo-o voltar e dizer ao portador que não saísse sem falar comigo, passando

1. Rádio de Queirós Maia, Membro do PCB.

qualquer pessoa para lá, eu havia escrito uma carta com a data de 26/9, dando-lhe conhecimento daquela situação, no que só foi possível a 29, pelo referido portador, que não quis me falar, talvez sabotagem do próprio Veloso, que não é partidário de nós sermos os primeiros a acender o pavio (coisa de intelectuais, com pouquíssimas exceções).

A 30, pela madrugada, me pus na estrada via Porteira, chegando à tarde, quando já havia ligações de Silvino para vários grupos em grupos diferentes, onde um dos grupos era chefiado por Argemiro, já mencionado acima. Li a ligação e verifiquei então que Silvino pedia que se dissolvesse o pessoal sem alarido. Ora, apanho um boletim e escrevo nas costas, dizendo que não era propriamente um fracasso, pois era questão de esperar um pouco. Ele, Argemiro, já estava guarnecendo um passo no [ilegível] rio Perdido, estrada para Murtinho; quando recebe a ligação de Silvino e o meu aviso, em vez de ler o meu aviso, lê o boletim, onde deparou com o nome de Prestes por um governo popular nacional revolucionário. Não se contentando com isto e julgando ter se desencadeado o movimento geral, viraram as suas armas para cima e começaram a disparar, vivando Luís Carlos Prestes. Concluindo isso, viram que tinham cometido um grande erro e alarmado toda aquela zona.

Indignado, volto para Santa Maria, onde se achava o Silvino e lá, naturalmente, combinaram uma saída para tudo isso - a minha prisão. Estava aguardando qualquer solução deles quando chegou um portador me convidando, em nome do Silvino, para ir até a fazenda Santa Maria. Compreendi logo que se tratava de uma cilada para mim, porém, como a minha confiança era inabalável, acedi ao convite, isto é, a 1/10/35; à tarde, quando lá cheguei, verifiquei que iria se positivar o meu pressentimento.

Fui logo desarmado e preso e com a nota de traidor. Ora, quando os ânimos se arrefeceram, viram que não havia traição da minha parte, o que havia foi somente falta de comunicação, em tempo, da minha parte, o que se justifica, dada a falta de confiança no Veloso, eu não queria fazer a comunicação e nem deixar-lhe incumbido de apanhar a carta tão logo chegasse, e por conseguinte, o meu fracasso. Quando foi alta noite, Silvino e Argemiro fizeram retirar a sentinela à vista e fecharam a porta e me falaram sobre o motivo da minha prisão, justificando que para desfazer todo aquele movimento, que aliás foi grande, esperava-se para mais de 400 camponeses em armas até o dia 3/10. Que me prendiam entregando ao destacamento do Exército e que eu fugisse durante a viagem, o que foi impossível.

Aceitei o alvitre porque não havia outro meio, dizendo ainda que aguardavam pronunciamento de outros para eles saírem também. (Convém salientar que Silvino teve grande prejuízo, dando quase toda a sua mercadoria para as famílias dos camponeses que iriam nos acompanhar, além disso, vendeu uma boiada com prejuízo de sua parte, para no dia 30 estar

completamente livre para o movimento).

Sua denúncia contra mim foi me entregando ao Dest. como comunista e entregando ao Conte. do Dest. os boletins de apelos aos soldados que levei daqui, referentes às organizações de camponeses e guerrilhas. Dos citados detalhes, havia um parágrafo de nº 8 que eu havia suprimido e cifrado somente para o meu uso e era aquele que recomenda que não se fale em nome da ANL e nem do PC no começo da luta e somente que obedecem às ordens de Prestes. Pois bem, esses eles não pegaram. Minha credencial, a carta de Prestes a mim, estão guardadas em M. Grosso.

O meu plano, quando conduzido pela escolta do Exército de Porteira a B. Vista, era o de escapar, porém não me foi possível, dado a estar com um pé muito inchado, como consequência de um tombo de um caminhão, na serra do Limoeiro, próximo de B. Vista. Quando cheguei, fui recolhido ao xadrez, sendo depois transferido para a cela, a fim de ficar incomunicável. A 3 fui prestar declarações ao Tenente Caio Noronha de Miranda, tipo de policial inteligente para preparar laçadas para que eu caísse. As minhas declarações foram as mais descabidas possíveis, ao ponto de me classificarem de inocente, por não poderem arrancar nada. Disse-lhes que estava fazendo propaganda dos camponeses (sem falar no movimento), sua condição de trabalho etc., etc. pertencia à ANL, porém não estava a seu serviço e que pessoa minha conhecida da sede da Aliança, com quem conversávamos e sem saber o seu nome, me propôs fazer esse trabalho e eu aceitei. Perguntou-me também o policial tenente qual a participação do major Estênio no caso. Respondi que não conheço semelhante pessoa e assim tinha negado até a última declaração feita aqui na P. Central. O indigno tenente sempre fez questão de me qualificar de comunista, assim como avisando-me que em vista da minha atitude de não denunciar ninguém eu seria bastante torturado em Campo Grande, aqui no Rio e depois na Colônia. Queria talvez, aquele famigerado, ganhar merecimento com indignidade da minha parte.

De B. Vista fui escoltado para C. Grande, sempre incomunicável, e chegando a Aquidauana fui recolhido ao xadrez do Batalhão de Sapadores, onde me encontrei com o cap. Rollemberg,² o qual proporcionou-me meios de evadir na ocasião do meu embarque para C. Grande, porém o meu estado de saúde não permitia qualquer tentativa, dado o pé direito muito inchado, como também muito fraco pelo passadio e a infamérrima cela do 10 RCD de B. Vista. Não sendo possível no embarque, ele providenciou para o desembarque em C. Grande e pela mesma razão não foi possível.

Em C. Grande, fui recolhido incomunicável ao xadrez, por ordem do comando da região, que anda apavorado. Fui inquerido pelo Cel. Glicério, chefe do EM da região, perguntando-me a

2. Capitão Antônio Rollemberg - Membro do PCB.

ordem de quem estava trabalhando naquela zona e confirmei a mesma declaração de B. Vista, tendo me perguntado se era exato que eu usava o nome de Estênio nas minhas atividades e eu disse-lhe que era conhecido pelo meu nome e que estava no meio de pessoas todas minhas conhecidas, por isto era desnecessário usar nomes de quem quer que seja e jamais de pessoa que não conhecia. Insistindo ainda para saber as minhas ligações em C. Grande, que eu tinha que ter, pois não era possível que eu tivesse tão importante missão e não me ligar em C. Grande com ninguém. Respondi que nada tinha a ver com C. Grande.

Ganhamos com essa declaração o seguinte: vim a concluir pela inépcia do Cel. Glicério que há um elemento fazendo o trabalho de camponeses e tem andado até pelo Chaco, de nome Álvaro Pessoa; conheço-o e acho que seu caráter tem muito a desejar e no entanto, pode ser que ele esteja a esse serviço aqui no Rio. Tinha como seu amigo inseparável o capitão Medeiros, da Aliança e este poderá saber o paradeiro do indivíduo referido.

Declarando isso, remeteram-me devidamente escoltado e com ordens severíssimas a meu respeito e aqui fui apresentado ao E.M.E. e o galináceo Pantaleão não quis me ver, mandando-me apresentar ao chefe de polícia, preso como comunista, acusado de subverter a ordem em Mato Grosso.

Passei a noite de 14 e até o dia de 15 na cela do 1º RC e depois fui para o xadrez da Polícia Central, dando entrada a 15, continuando sempre incomunicável. A 22 à tarde, fui chamado ao gabinete de S. Braga, o qual perguntou-se de onde eu era e depois disse-me que eu estava subvertendo a ordem em Mato Grosso e que precisava mudar de orientação. Perguntou-me para onde queria ir e respondi-lhe que desejava ficar aqui no Rio. Nesse dia 22 já era corrente que eu ia sair, porém ainda pernoitei na P. Central, no segundo andar, onde está todo o material da Aliança que fora apreendido por ocasião do seu fechamento.

No mesmo dia, a minha companheira havia conseguido uma carta do PE para o Filinto, pedindo a minha liberdade, no que o Filinto, ao receber a carta e abrindo foi dizendo que não era necessário carta de ninguém e que ele Filinto me conhecia bastante e que iria me soltar, depois de "me dar uns conselhos" e que eu não estava preso à sua ordem, por isso nada tinha feito.

No dia seguinte, fui visitado pelo Ten. Sousa, um colega de revolução e disse este que eu não iria ser processado, que ficasse tranquilo, que o Filinto não fazia nada com o pessoal da "velha guarda" e eu, naturalmente, haveria de acreditar nessas ilusões.

Ainda nesse mesmo dia, fui prestar declarações a Frota Aguiar, o qual me tratou com o máximo de consideração e só mandando me perguntar o que estava nas acusações e não saindo daí e depois disso, mandando-me embora.

(Informe de início de novembro de 1935. TSN, Processo nº 1)

ANEXO J

74

CARTA DE PRESTES A AGRÍCOLA

Meu caro Agrícola.

Saúde!

Informado de que continuas disposto à luta e que concordas mesmo de ir até Mato Grosso mobilizar os nossos amigos para a luta, hoje dirigida em todo o Brasil pela ANL, apresso-me a escrever-te estas linhas.

Peço-te que transmitas a todos os companheiros da Coluna o meu mais afetuoso e saudoso abraço e a todos os meus amigos e admiradores a esperança que alimento de que estejam prontos para as lutas que se avizinham e que, nas fileiras da ANL, já se estejam efetivamente organizando.

Reitero aqui o que já disse em documentos públicos. Aproximam-se dias decisivos para o Brasil. Ou defendemos a democracia enquanto é tempo ou somos todos barbaramente oprimidos por um fascismo colonial esfomeador, assassino e humilhante.

Não há tempo a perder. Todo brasileiro digno precisa ocupar seu posto de combate e sem esperar ordens, ter a iniciativa bastante para paralizar, onde quer que esteja, a ofensiva fascista.

Tu receberás, no Rio de Janeiro, por companheiros por mim autorizados, outras instruções, mas aqui, nesta carta, quero referir-me especialmente a dois problemas importantíssimos:

Organização das massas camponesas: É indispensável que em Mato Grosso a ANL faça o possível para organizar os trabalhadores do campo, operários e camponeses. As organizações podem ser ligas camponesas, comitês da Aliança, comitês locais, comitês contra a fome etc. O nome é coisa secundária. O essencial é que a massa se organize em frente única e que à sua frente estejam os elementos mais revolucionários, mais combativos e tanto quanto possível, já provados em lutas anteriores.

Indispensável começar imediatamente as lutas pelas reivindicações da massa trabalhadora do interior. Por melhores salários, por melhores condições de vida, contra as brutalidades das companhias estrangeiras, como a Mate Laranjeira, contra as obrigações feudais etc. Tais lutas, no interior de Mato Grosso vão se transformar rapidamente em choques armados contra a polícia e os bandos reacionários. Não ter medo disso. Pelo contrário. Prever tal transformação tomando as armas da polícia, dos fazendeiros, desarmando os bandos reacionários e organizando grupos armados que defendam as reivindicações dos camponeses.

Organização de guerrilheiros: Já estamos em época francamente revolucionária. A luta está travada e só pelas armas será decidida. Nas condições do Brasil, será muito difícil e mesmo quase impraticável pensar em começar uma revolução simultaneamente em todo o país, sob um comando centralizado. É completamente falso e contra-revolucionário pensar que seja suficiente um golpe no governo central. A nossa revolução é, antes de tudo, uma revolução de massas, e justamente no interior do país, entre a massa camponesa, que maiores forças temos ao nosso lado e onde mais fracas são as forças do adversário. Precisamos então iniciar em todo o interior do país ações armadas contra o imperialismo e o fascismo, pela terra para os camponeses. Cada revolucionário, principalmente cada membro da Coluna precisa organizar um grupo de começar a lutar pelos interesses das massas pobres do campo. A Coluna ressurgirá assim multiplicada e com um programa claro.

Este é um apelo que formulo, por teu intermédio, aos revolucionários de Mato Grosso e muito especialmente aos antigos combatentes da Coluna que por lá encontrareis. Cada um, onde estiver, onde tiver prestígio, onde puder juntar algumas armas e amigos ou companheiros, que comece imediatamente a luta contra os fazendeiros reacionários, contra os impostos, contra o imperialismo, contra a Mate Laranjeira, satisfazendo os interesses mais imediatos do povo. A mesma coisa vai ser iniciada noutros pontos do país e oportunamente passarei a dar diretamente, a cada um dos grupos de luta, as instruções necessárias.

Companheiros, à luta! A Coluna Prestes toma novamente as armas para continuar a sua luta interrompida e combate com o povo por pão, terra e liberdade.

Viva a revolução!

Do companheiro muito amigo

(6 de agosto de 1935. TSN, Processo nº 1, apreensão à rua Paulo de Frontin)

ANEXO K

Fotos e informações da Polícia de Minas Gerais

SILVINO JACQUES

~ POL-001(01) ~



NOTAÇÃO: POL-001(01)

FUNDO: POLÍCIA

AUTOR: S/A

LOCAL: S/L

DATA: 1930 - 1937 - Data provável

COR: Preto e branco

DIMENSÃO: 8,8 x 6,7 cm

ANOTAÇÕES: "FOTOGRAFIA DO BANDIDO SILVINO JACQUES EM 1930"

NOTAS:

=>REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA

SILVINO JACQUES
~ POL-001(02) ~



NOTAÇÃO:

POL-001(02)

FUNDO:

POLÍCIA

AUTOR:

S/A

LOCAL:

S/L

DATA:

1930 - 1937 - Data provável

COR:

Preto e branco

DIMENSÃO:

8,8 x 6,7 cm

NOTAS:

ANOTAÇÕES: "REPRODUÇÃO FOTOGRAFICA QUE O TENENTE EUCLIDES DE SOUZA LEITE, COMO DELEGADO ESPECIAL DE ARAGUARY (MINAS), ENVIU COMO SENDO PEDRO (SEÇÃO) DE SANTANA EM 1937 E NÃO É SINÃO DO BANDIDO SILVINO JACQUES EM 1937, O VERDADEIRO ASSASSINO DO DELEGADO DE ARAGUARY, TENENTE LEONCIO FERREIRA DA COSTA"

=>NESTA FOTO, ELE APARECE SEM BIGODE.

ANEXO L

Carta-poesia escrita por Silvino Jacques, quando ele estava preso em Porto Alegre na Casa de Correção, e remetida à esposa Jandira Pinheiro (Zanir)

O. minha esposa querida
 Que sentes também a dor!
 E sofres também saudades,
 De nossas horas de amor.
 Onde pisaste a querida terra
 Em nosso jardim de flores

Mas tenho fé em Deus
 Que aqui me fará sair;
 Que dentro de pouco tempo,
 De liberdade gozarei.
 E contarei-te um dia sorrindo
 As magreças que aqui passei.

Casa de Correção
 Porto Alegre, 17-11-35

Silvino Jacques

ANEXO M

**Comunicado do tenente-coronel Paulo do Nascimento Silva
ao sr. 1º ten. Canello Santiago**

BELLA-VISTA, em 6 de fevereiro de 1937.

Ao Cnr. 1º Ten. Canello Santiago

Doc. 03

Com meus saudaes e os meus votos de muitas felicidades no commando do seu destacamento.

-Tenho em meu poder as suas communicações ultimamente enviadas dando-me conta de tudo quanto ali se passa. Penso, porém, que os seus multiplos affazeres fizeram com que se esquecesse de me mandar os nomes dos soldados que lhe abandonaram na acção que expentou com o grupo do bandoleiro Sylvino. Insisto em conhecer estes nomes, pois semelhante falta não poderá ficar sem merecido castigo. Desejo igualmente que me informe que noticias tem desse mesmo bandoleiro.

-Ha medida do possivel e tendo em vista a importancia e o tanto de manter aqui um certo effectivo com que possa estar em condições de manter o serviço e a missão que cabe ao grupo do destacamento, providencia o pedido no sentido de receber de novos elementos para o seu Dest.

-Estou satisfeito com a sua actuação. Ella comprove a prova bem evidente dos seus notaveis qualidades de soldado ao par de um bem comprehendido espirito da missão que lhe cabe e ainda de sua consciencia, o que é digno de nota ainda a sua pouca idade.

-Já insisti recentemente junto ao Cnr. Cmt. de Bella Vista no sentido de mandar para o Regimento alguns officiaes simultaneamente que me permittem lhe actuar, pelo menos, um d'elles como seu auxiliar directo e imediato. Penso que brevemente terá conseguido este meu objectivo.

-Ha proxima ha de se seguir para aqui, com a expedição de alguns cavallos e app. vet. Lances que irá em condições de fazer o serviço por seus cavallos, remanescer outros e cural-os convenientemente.

-O climat paria não merece, devido á sua periculosidade, nem um concessão. Não permitta sua vinda a esta sede. Se vierem aqui elementos ali de outros, salvo a caso muito importante, e em casos de guerra, como de resto tem acontecido, só venham aqui depois de terem obtido a minha permissão. Esta exigencia lhe põe mais á vontade para negar tais viagens que são sempre prejudiciaes ao serviço e aos cavallos.

-Ordenei ao Administrador da Mesa de Rendas que fizessem com que os seus guardas occupassem os diferentes passos cuja guarda lhes cabe. Estou informado que para S. Carlos já seguiram 4 guardas que contam com o seu auxilio. Mais uma vez, lhe lembro a conveniencia de observar de perto a conducta do Cap. Gomes, do Ex. paraguayo, e de Elias Fernandes, cujo passo deverá ser fechado, sendo formalmente prohibida a sua utilização. Vou começar aqui um activo serviço de vigilancia nos passos, pois estou informado de que ha um grande numero de carretas brasileiras em Assunção e Concepcion.

-Ha necessidade de fazer rapidamente o inquerito do sargento Romualdo, convido ouvir em S. Carlos a viuva Vicenta Bernal, suas filhas e seus genros, e em Cachoeira Pedro Faria, João Miranda e a Capitã, notadamente esta que sabe tudo.

-Já communiquei ao Cnr. da Cia de Porto Murtinho a presença seu sub-Dest. em Cachoeira.

+Pode ficar certo de que lhe darei todo o meu apoio.

-Não convem de modo algum a sua vinda ao Regimento, pois ficaria sob o commando de um official subordinado. Caso tenha alguma coisa de vir, mande por ali um official.

Dr. Paulo do Nascimento Silva

Paulo do Nascimento Silva

PAULO DO NASCIMENTO SILVA - TEN. CEL. CMT.


ANEXO N

Ordem ao ten. Cancelo

Doc. 04.

Ministerio da Guerra

Bella Vista, (Matto Grosso)
Em 14 de Abril de 1938


 9a. REGIÃO MILITAR
 Destacamento de Oeste
 10º. R. C. I.

Nº: _____
 Do: Ten. Cel. Ant. do 10 R. C. I.
 Ao 1º Ten. José Cancelo Santos

Assumpto: _____

Ordem ao Ten. Cancelo

I - Devem seguir hoje, ás 20 horas, para a região de Pastora, S. Carlos e Margarida, com o pelotão de candidatos a pimeiros e segundos cabos apim de fazer reprehe-
 os ao banditismo ultimamente apare-
 cido nesta região.

II - Devem prender os individuos Pedro Coello, Tito Coello, Cesario dos Santos, Horacio dos Santos e Castulo Condado e seus cúmplices.

III - De Pirapucu devem seguir para fazenda Margarida o 3º Sargento Bues, com o can-
 didato a 1º Cabo e permanecerem nesta região até 2º ordem com a mesma
 missão do Ten. Cancelo

IV - Em Pirapucu ficará um cabo e duas praças do 2º bº, adrião, até amanhã 15, ás 8 horas, com a missão de nos deixar

Ministerio da Guerra

Bella Vista,

(Matto Grosso)



9a. REGIÃO MILITAR
Destacamento de Oeste
10º. R. C. I.

Em de de 193

Nº

Do

Ao

Assumpto

passar ninguém, sem ordem escripta
deste Commando, no qual deverá constar
a hora da partida de passagem, devendo
de apis regressar ao Regimento.

V. Deve aprehender todo armamento de
guerra, encontrado nas fazendas ou
residencia dos individuos constantes
no item II.

José Paulo Santos
Ten. Cel. Com.

ANEXO O

MOURA CARNEIRO

**Os arrendamentos
da Matte Laranjeira**

— (0) —

1938

Officinas graphicas da A NOTA
RIO DE JANEIRO

A'

Memoria de
Baptista de Azevedo

e

João Ortt

que a

Matte Laranjeira

matou

EXMOS. SRS. MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL

Terminam em 31 de Dezembro os arrendamentos do Estado de Matto Grosso á companhia argentina "Matte Laranjeira". A sua renovação, de certo não se fará, uma vez que isso, já agora, depende de autorização do Senado e de audiencia do Conselho Superior de Segurança Nacional. Este será chamado a opinar porque as terras arrendadas áquella Empresa estão situadas dentro da faixa de cem kilometros ao longo da fronteira paraguaya. Esses arrendamentos foram renovados em 1926 pelo prazo de dez annos. São, porém, contratos que, embora modificados, datam de 1894 e 1895. Então, a Companhia "Matte Laranjeira", presidida por Francisco Murtinho, arrendou do Estado de Matto Grosso, no governo de Manoel Murtinho, irmãos ambos de Joaquim Murtinho, naquella época Ministro da Viação de Prudente de Moraes, todos os terrenos hervateiros comprehendidos entre os rios Santa Maria, Ivinhema, Paraná e as serras de Maracajú e Amambay, numa area muito superior a tres milhões de hectares. Graças á collaboração dos tres irmãos, todo o antigo municipio de Ponta Poran, em troca de anuidades irrisorias, e pelo prazo de 16 annos a contar de 1900, foi entregue á Companhia recentemente incorporada. O estranhavel é que, não obstante os referidos contratos só começarem a vigorar em 1900, a Empresa se limitasse, immediatamente, na posse dos herveas, explorando-os, até áquella data, a titulo gratuito. Não ha duvida que por taes serviços prestados á prosperidade de Matto Grosso a memoria dos tres irmãos só póde ser reverenciada por quantos mourejam nos descampados, sobre as serras e nos valles do Sul do Estado...

Em 1916 esses contratos foram renovados, sendo, porém, a area do arrendamento reduzida, não obstante e mercê de grandes agitações políticas, a 1.440.000 hectares.

A SEGURANÇA NACIONAL

Agora, depois de 54 annos de exploração dos herveas, porquanto sua primitiva concessão, *reduzidíssima*, aliás, e sob severas condições, data de 1882, novamente a Matte Laranjeira chega ao termo de seus

— 6 —

arrendamentos. Novamente, de certo, pleiteará junto aos poderes públicos uma revonação de contrato, allegando, entre outras cousas, benefícios imaginarios, a despeito dos males que semeiou á mão cheia. Os nós dos dedos de seus serviçaes, a esta hora, percutem em todas as portas. Ha, porém, entre os obices a vencer, a barreira erguida pelo artigo 130 da Constituição, investindo o Senado da Republica do dever e do direito de examinar todas as concessões de mais de 10 mil hectares, acautelando, assim o bem estar das populações ruraes, e, no caso, tambem prevenindo contra surpresas soezes a segurança nacional. Não é possível a defeza efficiente da fronteira meridional de Matto Grosso nas suas condições presentes. Impossivel é commandar a sua defeza sem contar com as reservas materiaes das populações. A efficiencia das populações, entretanto, está condicionada, naturalmente, á sua saude, ao seu trabalho, á variedade de sua producção, á sua riqueza enfim, tudo isso dependendo da fixação do homem, preso a terra pelo vinculo economico da pequena propriedade. Não ha defeza efficaz sem ponto de apoio. Esse ponto de apoio seria a fixidez da população, a qual, todos sabem, é tanto maior quanto maior fôr o patrimonio acumulado sobre o logar, quanto maiores fõrem os melhoramentos realizados, e as relações formadas.

A RESISTENCIA EM FUNCÇÃO DA RIQUEZA DO POVO

Em poucas palavras : tanto maior será a resistencia quanto maior fôr a estabilidade da população multiplicada em efficiencia pelo seu trabalho e pela abundancia e variedade de sua producção. Esse principio de La BLACHE é axiomático. Contrarial-o é nadar ao arrepio da correnteza. Seria negar a evidencia dos factos. Ora, a presença da Matte Laranjeira na fronteira, como arrendataria de grandes areas, torna praticamente impossivel a distribuição das terras em pequenas propriedades, impedindo, por essa forma, a fixação do homem, o enraizamento do camponez com a consequente fundação da fazenda, a evação do lar, melhoria das condições de vida, identificação maior com a terra e, por isso, maior e mais efficiente resistencia contra todas as incursões. A população fronteiriça é fluctuante. Carece de terra. Vive, em grande parte, nos galpões das estancias, em ranchos, no seio dos bervaes, em carretas, ao longo das estradas, sob o pala, no lombo do cavallo, parando em todas as canchas, caçando aventuras, sem trabalho, inquieta, improductiva, no ar, dir-se-ia melhor, sem destino e sem tecto. Suas possibilidades economicas e politicas são nullas. Falta-lhe o essencial. Impossivel, em virtude de taes deficiencias, contar-se com sua acção, quer no sentido da construcção economica, quer do ponto de vista da segurança nacional. Assira, a renovação dos arrendamentos, tirando a uma massa de 40 mil pessoas a possibilidade de acesso á

pequena propriedade, joga-a inevitavelmente, nos braços de todos os imprevistos e priva-a de forças de que a Nação se poderia socorrer para a sua defesa. A vinculação do camponez á terra pela pequena propriedade estenderia uma rêde de malhas consistentes sobre a fronteira, impedindo, senão difficultando a penetração pelas estradas que desembocam nos municipios de Ponta Poran, Bella Vista e Porto Murтинho. Ter-se-ia, assim, pelo factor economico, a coexistencia no mesmo individuo do camponez e do soldado para a defesa do nosso territorio. Soldava-os, ou, antes, fundia-os com a vantagem de dar ao camponez uma noção objectiva, real, concreta, de suas lutas, de seus soffrimentos e de suas cancelras. Impunha-lhe, implicitamente, o dever da defesa do territorio pela obrigação immediata de defender o que é seu, o seu chão, onde fincou a estaca de seu rancho e construiu o seu bem estar. O patriota apontaria, assim, consciente, no *homo economicus*. O cidadão com todos os seus deveres e direitos no homem com todos os imperativos de sua condição humana. Sobre essa base assentaram outros paizes a sua acção politica com objectivos colimados de prosperidade e segurança.

O EXEMPLO DOS ESTADOS UNIDOS

Lembro a V. V. Excias. que foi com as populações da fronteira que os Estados Unidos conquistaram todo o seu sudoeste. Nellas se fortaleceram para as lutas que colimaram com a incorporação do Texas, Arizona, Novo Mexico e California. A isso, entretanto, precedeu uma sabia politica agraria em cujas vertentes, nas primeiras decadas do reculo passado, teem os americanos do norte as raizes do espantoso desenvolvimento de sua agricultura. A democracia Jeffersonianna abriu as portas do Oeste á Humanidade. A politica de Jefferson fez tanto pelo Oeste quanto Hamilton fez pela plutocracia americana e teria continuado a fazer pelos industriaes e commerciantes do Nordeste se uma bala de Aaron Burr não lhe tivesse tirado a vida. As raizes de sua actividade partidaria descem aos pobres, incentivando-os á conquista da terra, e fazendo, particularmente, do pequeno proprietario, o fundamento de sua acção publica. Foi, não ha duvida, uma inovação nas directrizes politicas americanas. Os Estados Unidos tinham sahido, annos antes, da Convenção de Philadelphia com uma doutrina constitucional de extraordinaria plasticidade, muito embora na sua execução, os seus exegetas reflectissem, de preferença, os interesses de seus autores, grandes proprietarios, advogados ricos e banqueiros, quasi esquecendo os interesses anonymos do povo. Foi Jefferson que começou a utilisar, pela prosperidade das populações ruraes, a substancia democratica da constituição americana. Foi no seu governo que se transpoz o Mississipe, chegou-se ao valle do Missouri, alcançou-se Santa Fé e

os pioneiros puzeram o pé nas estradas que levariam, annos depois, à California e ao Sul. E' o surto colonizador do Oeste com o incremento da cultura do algodão e da canna de assucar, o desabrochar das industrias textis e a construcção de estradas e canaes, estruturando, na esphera politica, o "good feeling", uma era de concordia e harmonia em cujos ventos bonançosos velejaram os governos seguintes de Madison e Monroe. Foi essa politica, em 25 annos ininterruptos de desbravamento e expansão, afastando as fronteiras, que povoou o "hinterland", incentivou o pioneiro, empurrando-o para a frente, em todos os rumos, enriqueceu o camponez, estabilizando-o, e trouxe, em 1830, com Jackson, ao Governo da União, um representante legitimo da economia e das ambições do Oeste. Nas energias do fronteirista lria, mais tarde, o governo americano buscar recursos para grandes lutas e conquistas. Para isso, entretanto, foi preciso que o genio politico de Jefferson, quasi 50 annos antes, preparasse, sem armas, mas racionalmente, as condições de vida e segurança necessarias a taes realizações. A densidade da pequena propriedade era tal que em 1861 só havia um latifundio na zona fronteiriça do sudoeste. Sem o apoio economico, pela fixidez das populações, e sua consequente riqueza, não ha, contra coisa alguma, defesa e segurança possiveis. O exemplo americano illustra o axioma de La Blache.

O ESCANDALO DA PROROGAÇÃO

Assim sendo, não ha como justificar, em face da segurança nacional, já não dizemos das miseraveis condições de vida da população de Ponta Poran, a renovação, nos dias que correm, dos arrendamentos da Matte Laranjeira. Já o numero de hectares de que essa empresa é proprietaria naquelle municipio é um obstaculo serissimo á sua prosperidade. São 300 mil hectares sommando diversas fazendas e hervaes. Acrescentar a essa nova area a area maior de 1.440.000 hectares de seus arrendamentos é occupar praticamente todo o municipio. O facies agro-economico do sul de Matto Grosso, particularmente de Ponta Poran, dá uma idéa do que seja a vida de seu povo. O sul de Matto Grosso tem uma população de 250 mil almas. Não sem talvez 2.500 proprietarios de terras. Isso porque todas as suas terras aproveitaveis, pastaes, lavradias e de industria extractiva, estão repartidas entre alguns fazendeiros e meia duzia de companhias estrangeiras, sommando, somente estas, milhões de hectares. Os que possuem terras não chegam possivelmente a 1% da população. Tendo cada fazendeiro consigo uma media de 4 pessoas (mulher e filhos), segue-se dahi que 10 mil estão radicados ao sólo, fixas, muito embora verdadeiramente ilhadas, uma vez que estão comprimidas dentro dos seus formados pelas empresas latifundiarias.

— 9 —

AS EMPRESAS LATIFUNDIARIAS

Senão vejamos :

	<i>HECTARES</i>
Brazil Land Cattle Packing Company é proprietaria no municipio de S. Luiz de Caceres (Fronteira) de ..	881.053
No municipio de Corumbá (Fronteira) de	1.000.000
No municipio de Tres Lagoas, de	800.000
No municipio de Campo Grande, de	200.000
The Brazilian Meat Company é proprietaria no municipio de Tres Lagoas de	311.010
Municipio de Aquidauanna, de	5.000
Fomento Argentino Sul-Americano.	
Municipio de Porto Murtinho (Fronteira)	726.077
Fazenda Franceza.	
Municipio de Miranda	242.456
Municipio de Corumbá: (Fronteira)	172.352
The Miranda Estancia Company:	
Municipio de Miranda:	219.506
The Agua Limpa Syndicate :	
Municipio de Tres Lagoas	180.000
Sun American Belge S. A.	
Municipio de Corumbá (Fronteira)	177.060
Sociedade Anonyma Rio Branco:	
Municipio de Corumbá (Fronteira)	549.159
Empreza Matte Laranjeira	
Municipio de Bella Vista (Fronteira)	170.000
Municipio de Ponta Poran (Fronteira)	300.000
Municipio de Porto Murtinho (Fronteira)	21.600
Area arrendada, em Ponta Poran, á Matte Laranjeira ..	1.440.000
TOTAL	7.305.273

Isso quanto ao sul de Matto Grosso, inclusive o municipio de Ponta Poran. Quanto a este, particularmente, a porcentagem é muito inferior a 1 %. Ponta Poran tem 40 mil habitantes. Sua superfície são 50 mil kilometros quadrados. Não chega a ter 200 proprietarios de terras. Isso significa 0,5 % de seus habitantes.

MULTIDÃO DE PÁRIAS

O resto é uma multidão de párias, agregados, hervateiros, peões, assalariados da Matte Laranjeira a 3\$000 por dia, todos miseraveis.

— 10 —

doentes, sub-alimentados, desamparados de quaesquer assistencias, entregues á propria sorte, rolando, como pedintes, de senhor em senhor, até que as forças lhes faltem e caíam vencidos, ou que o desespero os galvanise e os reanime para a rebelião ou para o bandoleirismo. Como, pois com essa gente, assim tão pobre, e nessa região, tão falha de recursos de toda a ordem, é possível pensar-se seriamente em segurança nacional, senão rehabilitando o camponez, dando-lhe oportunidade e meios de trabalhar e produzir, identificando-o com a terra pelo acesso á propriedade que é a sua raiz, o seu ponto de apoio e lhe dará com a tranquillidade e o bem estar, um novo sentido da vida e uma consciencia que agora lhe falta, de deveres e direitos em que se fortalecerá o Brasil para a sua defesa? É indispensavel associar a segurança da fronteira á prosperidade de suas populações. Onde não ha meios materiais de acção ou reacção, não ha possibilidade sequer de defesa nem vislumbre de segurança. Não é em alguns velhos canhões e carabinas descalibradas, manejadas por soldados doentes, mal vestidos e peor alimentados, que se pode apoiar, tranquila, a fronteira meridional de Matto Grosso. A sua unica defesa eficiente é a sua pujança economica. É a sua riqueza que lhe dará estradas, que rectificará os seus rios, que incorporará aos grandes centros industriaes e de consumo.

A SOLUÇÃO JUSTA

O caminho para isso é de começo a fixação do homem pela propriedade da terra, transformando-o numa força que o Estado captará para a sua defesa. Os hectares ainda hoje arrendados á Matte, sobre a fronteira, devem ser vendidos em pequenos lotes ao povo. Em todos os paizes do mundo, neste momento, os governos, em sua propria defesa, e pelo bem estar do povo, imaginam, traçam, executam reformas agrarias com base na pequena propriedade. No Estado de Iowa, as "mammoth farms" foram divididas em lotes de 50 a 100 hectares, aumentando de 100% a sua produção. A grande propriedade se divide ou se collectivisa adoptando a exploração intensiva. Cito o caso americano dada a grande paridade territorial comnosco. Os pequenos paizes da Europa, especialmente a Dinamarca, localizam nos campos os excedentes de sua população urbana, invertendo no aproveitamento da terra quantias extraordinarias. Nós, porém, neste particular temos legislado e agido ao arrepio de nossas necessidades.

ESQUECENDO A CONSTITUIÇÃO

Os beneficios creados, a esse respeito, pela Constituição, embora mínimos, não foram sequer regulamentados, quanto mais executados. "A fixação do homem no campo" é, hoje, um imperativo constitucio-

nal. "A organização de colônias agrícolas", outro. O "aproveitamento do trabalhador nacional na colonização das terras públicas, trazendo-o de zonas empobrecidas", mais outro. A existência dos "sem trabalho" é a Constituição que a proclama. Deu-lhe registro civil. A sua certidão de nascimento é o parágrafo 5 do artigo 121. O que a lei fez aqui foi reflectir uma dolorosa realidade. Consagrou-a. O "sem trabalho rural" vive uma existência nômade, de fazenda em fazenda, alugando-se às vezes pela comida, ou, antes, por um pedaço de churrasco e um punhado de farinha. Esse pária, num país como o Brasil, em que só um milhão e setecentos mil kilometros quadrados são precariamente agricultados, é um índice vivo de nosso primitivismo e da nossa absoluta desorganização.

DENTRO DA FAIXA DE CEM KILOMETROS

Todas as terras da Matte, tanto as arrendadas como as de sua propriedade, estão dentro da faixa de cem kilometros ao longo da fronteira. A Constituição, quanto às terras públicas, em zona fronteira, é taxativa, subordinando a sua alienação, seja qual seja o numero de hectares, á aprovação do Poder Legislativo. Assim sendo, nenhuma alienação ou concessão nessa zona, poderá ser feita sem audiência e aprovação do Conselho Superior de Segurança Nacional e do Parlamento. Aliás, quanto às terras fronteiriças, a nossa Constituinte adoptou com restricções o espirito da Constituição Mexicana, muito embora tenha copiado literalmente alguns de seus dizeres: "En una franja de cien kilometros a lo largo de las fronteras y de cincuenta en las playas, por ningun motivo podran los extranjeros adquirir el dominio directo sobre tierras y aguas". (Artigo 27 n.º I). Essa previdencia do constituinte mexicano se inspira na sua longa experiencia de lutas rudes e sangrentas em defesa de seu territorio. O que é preciso resaltar é que toda a legislação agraria mexicana, de 1915 para cá. (lei Carranza), assenta na pequena propriedade e exclue o estrangeiro do direito de adquirir a terra, mesmo distante da zona fronteira, senão em casos especialissimos. As desapropriações, no Mexico, de grandes areas cultivadas por empresas estrangeiras, são communs, attingindo já a vinte milhões de hectares a area distribuida, em pequenos lotes, com o povo. O que é evidente, o que é sabido e resabido é que tanto o Mexico como os Estados Unidos defendem a fronteira, principalmente com a fixidez e a riqueza de suas populações. O Paraguay, recém-sahido da sangueira do Chaco, acaba de adoptar a mesma orientação, distribuindo terras, no Norte, com dezenas de milhares de familias. Começou, assim, a executar a sua reforma agraria com base no patrimonio familiar. Nós, porém, é que descaramos esse aspecto substancial de nossa segurança, permitindo que companhias estrangeiras

— 12 —

ocupem milhões de hectares nas nossas fronteiras. E' um erro que, mais dias, menos dias, nos custará caro.

RESUMINDO — a) impõe-se a não renovação dos arrendamentos da Mata Laranjeira, feitos, respectivamente, em 1926, 1928 e 1929, abrangendo uma área de 1.440.000 hectares, em vigor até 31 de Dezembro de 1936.

b) a desapropriação das terras pertencentes às companhias estrangeiras situadas "em região de fronteira".

c) regulamentação e execução imediata do artigo 121 da Constituição, paragraphos 4 e 5, sem perder de vista as condições particularíssimas de cada região, população e produção;

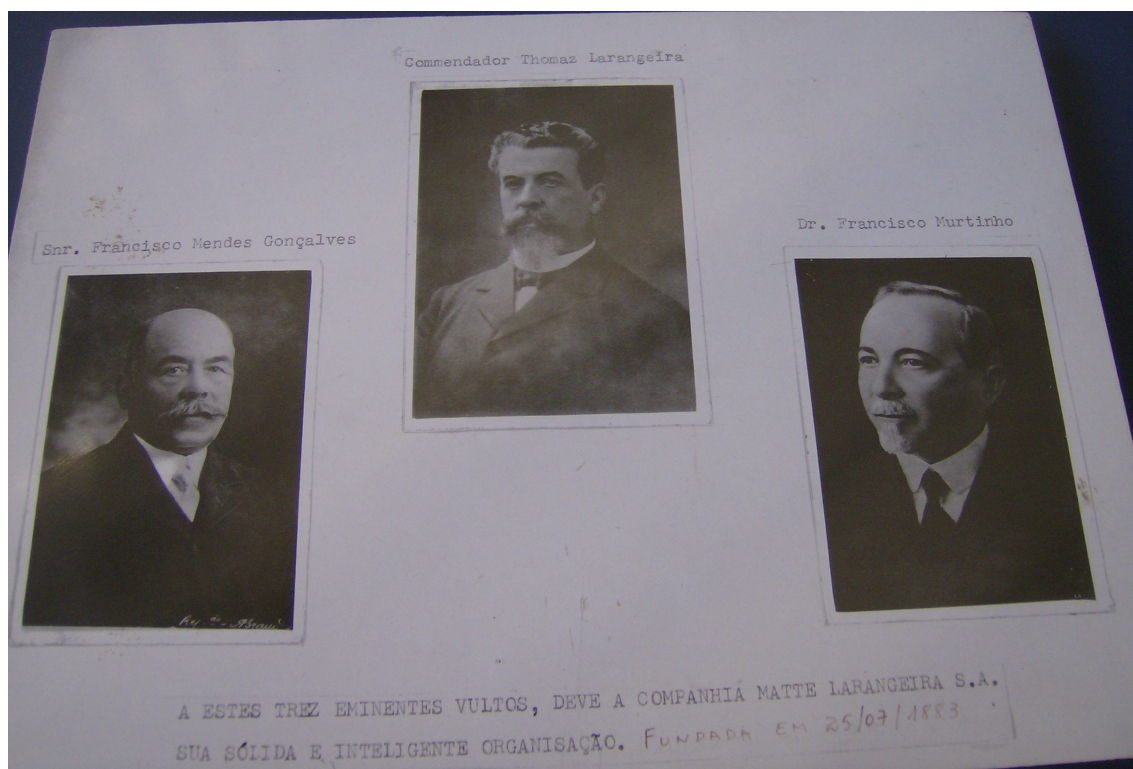
d) abrir, por essa forma, as portas do Sul de Matto Grosso, aos nossos patricios de outras regiões menos favorecidas.

Não me anima outro intuito senão esclarecer quem, pelas suas funções pode defender o trabalhador rural, servindo, assim, ao Brasil. Com todo o acatamento.

(c.) MOURA CARNEIRO

RIO, 22/9/1936.

ANEXO P

**Colagem dos retratos de Francisco Mendes Gonçalves, Thomaz Larangeira
e Francisco Murtinho sobre papel**

ANEXO Q

Informações sobre a Matte Larangeira

COMPANHIA MATTE LARANGEIRA S.A.

A MAIOR ORGANIZAÇÃO HERVATEIRA DA AMÉRICA DO SUL, FUNDADA EM 1876. EXPORTADORA DE HERVA CANCHEADA PARA A REPÚBLICA ARGENTINA, TENDO A SUA EXPORTAÇÃO ATINGIDO NESTES ÚLTIMOS CINCO ANOS UMA MÉDIA DE 8.500.000 KILOS ANNUALMENTE.

PADRONIZOU A HERVA MATTOGROSSENSE CRIANDO A AFAMADA "CRUZ DE MALTA" QUE TEM A PREFERÊNCIA DO CONSUMIDOR NO MERCADO PLATINO.

DESBRAVOU O EXTREMO SUL DE MATTO GROSSO, NUMA OBRA SEM INTERRUPÇÃO DURANTE MAIS DE 50 ANOS.

FUNDOU AS CIDADES DE PORTO MURTINHO E PONTA PORÃ.

LIGOU O ALTO AO BAIXO PARANÁ CONSTRUINDO A LINHA FERREIA GUAYRA-PORTO FRANCISCO MENDES GONÇALVES.

ESTABELECEU E MANTÉM A NAVEGAÇÃO DOS RIOS NAVEGÁVEIS NO EXTREMO SUL DO ESTADO DE MATTO-GROSSO.

CONTRIBUI PARA A RENDA DO ESTADO COM MAIS DE UM TERÇO DA SUA RECEITA ANUAL.

ARRENDANDO PARTE DO HERVAL MATTOGROSSENSE NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ VALORIZOU-O CONSTRUINDO ESTRADAS, PONTES E OUTRAS OBRAS DE MELHORIA E CONTINUA ATÉ HOJE ENGRADECENDO ESSE PATRIMÔNIO DO ESTADO DE MATTO-GROSSO.

SÃO SEUS DIRECTORES:

SNR. RICARDO MENDES GONÇALVES - PRESIDENTE

DR. HERMENEGILDO SANTOS LOBO - VICE-PRESIDENTE

SNR. RAUL MENDES GONÇALVES - (firmado)

DR. ISAAC MESQUITA (firmado) + (firmado)

CAP. HEITOR MENDES GONÇALVES.

CAMPANÁRIO, 16 DE SETEMBRO DE 1933.

p. Companhia Matte Larangeira S. A. *Ricardo Mendes Gonçalves*

ANEXO R

Mineiro (trabalhador dos ervais) carregando raído com cerca de 180 quilos

Resumo (descrição e história da foto) Um mineiro caminhando em uma picada, carregando um raído de mais ou menos 180 quilos.

Descrição: Trabalhadores



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTO FOTOGRÁFICO		CÓDIGO LOCAL
Autor (Fotógrafo) _____		CMG - 782 b
Título <u>Coleção Cia Mate Laranjeira/Série Fotografias/Subsérie</u> <u>Trabalhadores</u>		FILME NEG.
Local da foto <u>Campanário</u>		
Data da foto _____		
Tipo de material <input checked="" type="checkbox"/> Foto <input type="checkbox"/> Slide <input type="checkbox"/> Audiovisual <input type="checkbox"/> Contato		
negativo <input type="checkbox"/> em vidro <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> em celuloide <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> outros <input checked="" type="checkbox"/>		
Descrição física Largura <u>11,5</u> Altura <u>4,5</u>		COPIA CONTATO
<input type="checkbox"/> Colorido <input checked="" type="checkbox"/> Preto e Branco		
conservação <input type="checkbox"/> Rasgado <input type="checkbox"/> Manchado <input checked="" type="checkbox"/> Com fungo		
<input type="checkbox"/> Perfecito <input type="checkbox"/> Escrito <input type="checkbox"/> Colada		
legibilidade <input type="checkbox"/> Péssimo <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ótimo		
outras notas <u>foto recortada</u>		

ANEXO S

**Carta do Capitão Heitor Mendes Gonçalves, [da Matte Laranjeira],
ao Dr. Oswaldo Aranha**

Rio de Janeiro, 12 de Janeiro de 1941.

Eminente Amigo Dr. Oswaldo Aranha

Minhas atenciosas saudações.

Acha-se em estudos na Comissão Especial do Conselho de Segurança Nacional o novo contrato de arrendamento de ervais firmado a 12 de Maio de 1939 entre o Governo do Estado de Mato-Grosso e a Companhia Mate Laranjeira.

O antigo contrato expirou a 31 de Dezembro de 1937, e até que seja aprovado o novo está a Companhia trabalhando com uma prorrogação por carta concedida pelo atual Interventor do Estado.

Essa situação de precariedade e insegurança não permite á arrendataria empreender serviços e melhoramentos de vulto, tais como construções e reconstruções de estradas e de pontes, e limpezas de ervais, que já se vão fazendo necessarios e que demandam grandes capitais cuja amortização só estaria assegurada por um contrato a prazo certo e longo, podendo da falta dessas obras resultar muito provavelmente decrescimo de produção com prejuizo para as rendas tanto do Estado como da Companhia.

Acresce ainda que essa instabilidade dos direitos da Companhia estimula interesses e propositos que se lhe opõem a entreter contra ela certa campanha de difamação como empresa desnacionalisadora da fronteira e perigosa á segurança nacional, campanha essa baseada em falsidades as mais soezes que sua correta atuação de mais de meio seculo repele e seu papel civilizador dos ultimos anos completamente destróe, como atestam documentos e depoimentos valiosissimos juntos ao processo e outros mais recentes que poderei exhibir.

Por todos esses motivos e para que afinal se ponha um termo a essa duvida que traz em suspenso não só os trabalhos da Companhia como os interesses do Estado, colocando ainda em suspeição injusta os mais delicados sentimentos patrioticos de brasileiros como eu e os meus companheiros da direção da Mate Laranjeira, tomo a liberdade de solicitar os bons officios do meu eminente amigo e de todos os illustres camaradas do Conselho que me distinguem com sua amizade para que essa alta corporação solucione definitivamente o assunto.

O que desejamos é a aprovação pelo Conselho do novo contrato referido. Para isso, a lei de concessões de terras em fronteiras distingue as empresas a se fundar das que já existem. A autorização para o funcionamento das primeiras depende do cumprimento de obrigações e formalidades enumeradas no art. 14 da dita lei. E em relação as já existentes, que é o caso da Mate Laranjeira, o seu art. 35 revigorada por lei interpretativa posterior declara que as mesmas poderão continuar funcionando a juízo da Comissão Especial.

Ora, tendo a Comissão Especial em estudos a renovação de nosso contrato, entendeu muito naturalmente a Companhia que é esse o momento oportuno da Comissão determinar as condições em que ela terá de se enquadrar para continuar funcionando na fronteira.

Quer nos parecer que a lei quando fez a distinção acima, teve em vista deixar a critério da Comissão o estabelecimento de condições mais brandas para as empresas existentes cujo passadinho de trabalho e de respeito já constituiu garantia ou elemento de segurança para a defesa nacional.

Mesmo, porém, que se exijam á Mate Laranjeira todas as obrigações impostas a uma empresa nova as unicas formalidades do art. 14 que lhe falta cumprir são a conversão em nominativas das suas atuais ações ao portador e a elevação dos brasileiros que compõem o quadro de seus trabalhadores ao minimo de dois terços.

Para o cumprimento da primeira dessas obrigações, a nova lei de sociedades anonimas fixou o prazo de 6 meses a terminar em 26 de Maio de 1941. A diretoria já tem estudado e redigida a reforma dos Estatutos para adapta-los á legislação nova e a assembléa geral dos acionistas vai ser convocada para decidir o assunto dentro do praso legal.

Quanto á nacionalisação de dois terços de seus trabalhadores, a Companhia que ha anos já vem fazendo essa substituição dentro do possivel, confessa que não poderá conclui-la senão dentro de um praso nunca inferior a 5 anos. No seu quadro de empregados já a nacionalisação transpós o limite legal. Mas no quadro de trabalhadores, é muito mais dificil a operação, porque raros são os brasileiros da região que se sujeitam ao trabalho aspero da póda dos ervais em zonas insalubres e ao serviço das embarcações em rios paludosos. E os trabalhadores de outras regiões, além de dispendioso seu transporte, a experiencia tem demonstrado que quasi nunca se adaptam, como atestam todos os demais ervateiros mategressenses que

lutam com a mesma dificuldade.

A diretoria, portanto, deseja que, levando em conta essa circunstancia já constatada por varias autoridades inclusive comandantes das regiões de Paraná e Mato-Grosso, do regimento de Ponta-Perã, e da companhia de Foz de Iguassú, e pelo proprio Dr. Dulphe Finheire Machado, membro da Comissão Especial, conceda o Conselho á Companhia como faculta aliás a dita lei o prazo de 5 anos para terminar a nacionalisação de dois terços de seus trabalhadores, embóra para nacionalisar um trabalhador ou empregado tenha ela quasi sempre que desnacionalisar seus filhos, brasileiros na grande maioria.

Quanto ás condições intrinsecas do contrato, isto é, a exploração dos ervais por arrendamento em vez de apregado parcelamento, impostos de exportação de produto, taxas de fiscalisação, quotas de arrendamento e clausulas atinentes ás safras e processos de elaboraçaõ, o Governo de Mato-Grosso a quem esses aspétes interessam mais diretamente deve ter tudo esclarecido e justificado devidamente perante o Conselho. Mas a Companhia está pronta a aditar o que fôr necessario, certa de que nenhuma outra soluçaõ poderia convir mais nem ao Estado nem ao povo que unanimemente aplaude e bendiz a açãõ da Mate Laranjeira na fronteira.

Faço por todos esses motivos um veemente apelo ao meu eminente Amigo para que interceda no sentido do Conselho tomar uma resoluçaõ definitiva sobre esse caso cuja defesa perante os poderes públicos me está confiada, afim de que eu possa me desembaraçar de vez e voltar a dirigir de perto os trabalhos das Secções tanto no Paraná como em Mato-Grosso.

Grato desde já pela atençaõ que esta lhe merecer, peço que me creia sempre

Seu Amº e Admºr.

